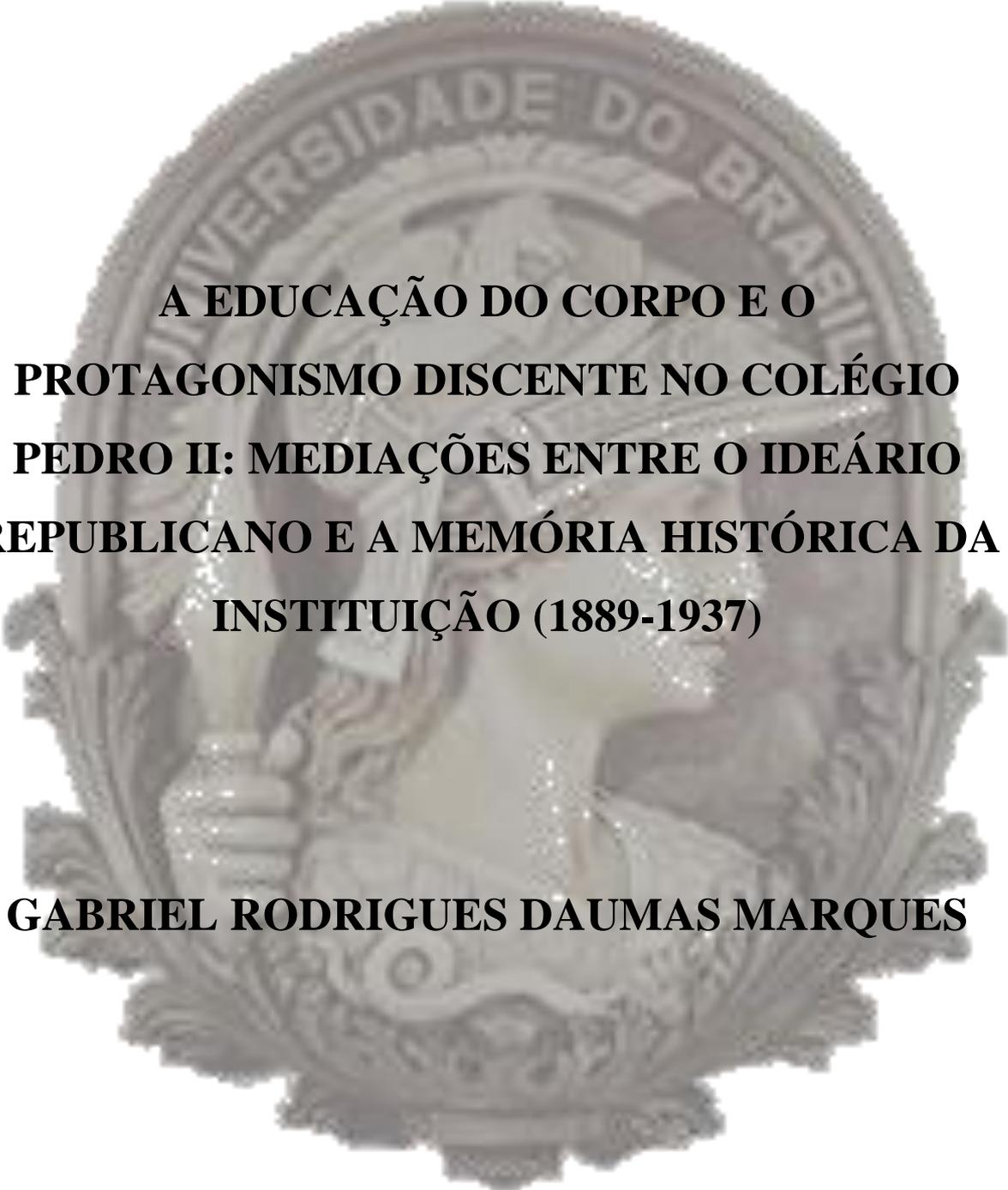


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



**A EDUCAÇÃO DO CORPO E O
PROTAGONISMO DISCENTE NO COLÉGIO
PEDRO II: MEDIAÇÕES ENTRE O IDEÁRIO
REPUBLICANO E A MEMÓRIA HISTÓRICA DA
INSTITUIÇÃO (1889-1937)**

GABRIEL RODRIGUES DAUMAS MARQUES

RIO DE JANEIRO

2011



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Pós-Graduação Stricto Sensu

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO

**A Educação do Corpo e o protagonismo discente no
Colégio Pedro II: mediações entre o ideário republicano
e a memória histórica da instituição (1889-1937)**

Mestrado em Educação

Aluno: Gabriel Rodrigues Daumas Marques
DRE: 109104844

Orientador: Irma Rizzini

MARÇO, 2011

Marques, Gabriel Rodrigues Daumas.

A Educação do Corpo e o Protagonismo Discente no Colégio Pedro II: mediações entre o ideário republicano e a memória histórica da instituição (1889-1937) / Gabriel Rodrigues Daumas Marques. – 2011.

174f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2011.

Orientadora: Irma Rizzini

1. História da Educação. 2. História da Educação Física – Historiografia da Educação Física. 3. Educação do Corpo – Ensino de Educação Física – Educação Physica – Gymnastica – Educação Física Escolar. 4. Instituições Educacionais – Ensino Secundário – Colégio Pedro II – Culturas Escolares – República – Imprensa Estudantil.

I. Rizzini, Irma (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. A Educação do Corpo e o Protagonismo Discente no Colégio Pedro II: mediações entre o ideário republicano e a memória histórica da instituição (1889-1937).

Nome do aluno: Gabriel Rodrigues Daumas Marques
DRE: 109104844

Título do trabalho:

A Educação do Corpo e o protagonismo discente no Colégio Pedro II: mediações entre o ideário republicano e a memória histórica da instituição (1889-1937)

AVALIAÇÃO

Grau conferido:

BANCA EXAMINADORA

Irma Rizzini

Alessandra Frota Martinez de Schueler

Libânia Nacif Xavier

A meus avós Moacyr (in memoriam), Teresa e Dulce

A meus pais Mario e Talita

Aos demais familiares e amigos

*Que, ao longo desses 25 anos, contribuíram para minha formação
E estiveram presentes nas conquistas pessoais, acadêmicas, profissionais e políticas*

*Aos companheiros e companheiras de militância,
Principalmente do Coletivo Marxista e do Movimento Quem Vem Com Tudo Não Cansa,
Que combativamente direcionam suas forças e suas vidas
Para possibilitar a efetiva transformação da sociedade em que vivemos*

Guiado por grandes sentimentos de amor, dedico.

AGRADECIMENTOS

A conclusão do curso de Mestrado em Educação é indubitavelmente uma importante vitória e superação acadêmica, política e profissional. Portanto, registro nessas linhas os sinceros agradecimentos:

A todos meus alunos e ex-alunos, com quem certamente aprendi, aprendo e continuarei aprendendo para ressignificar e aprimorar minhas práticas pedagógicas ao lecionar a disciplina Educação Física orientada pela perspectiva histórico-crítica.

Aos companheiros e companheiras de diversas gestões do Centro Acadêmico de Educação Física e Dança da UFRJ e do Movimento Quem Vem Com Tudo Não Cansa, que, desde 2003, fazem parte de meu círculo de amizades, desenvolvendo relações sólidas de confiança, companheirismo e combatividade em defesa da Educação Pública e da transformação da sociedade, especialmente Cláudio, Brunão, Bruno G., Bruno Rodolfo, Bruninho, Murilo, Cinthia, Ian, Marcello, Luiz Carlos, Daniel, Vivian, Thiago, Gustavo e Elielsom. A Vera, Leila e Carlos, pela imensa contribuição e consolidação de meus conhecimentos marxistas. Especial agradecimento a Bruno G. e Murilo, que voluntariamente se dispuseram no auxílio para minha preparação para a entrevista que culminou com meu ingresso no PPGE-UFRJ. A Vanessa, pela saudável companhia no dia-a-dia, sempre demonstrando estímulo para materializar mais essa tarefa.

Ao corpo docente do PPGE-UFRJ, em especial minha orientadora Irma Rizzini, pelos conselhos, sugestões, indicações e por sua importância em acompanhar o processo de pesquisas e escritas. Aos técnico-administrativos do PPGE-UFRJ, especialmente a querida Solange, atendendo-nos sempre com simpatia, bom humor e companheirismo. Aos funcionários do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, pelo excelente acolhimento e suporte nas pesquisas documentais.

Aos demais componentes e suplentes da Banca Examinadora, professores Libânia Xavier, Alessandra Schueler, Miriam Chaves e Waldyr Lins.

Foram diversos meses do ano de 1995 preparando-me para encarar um concurso, deslocando-me do Méier para a Rua Alzira Brandão, na Tijuca, onde passava três tardes inicialmente e todas as tardes durante o período de férias, com apenas 10 anos de idade. Um intensivo de lições de Português e Matemática: exercícios, contas, expressões, pontuações, redações, leituras... Nunca é demais agradecer a oportunidade oferecida pela querida Dona Hanid, que me recebeu de braços abertos, sabendo das limitações financeiras, e apostou que seria possível concretizar o sonho paulatinamente construído: ser estudante do Colégio Pedro II. Vale destacar também o maciço apoio dos familiares mais próximos – Vó Dulce, além de preparar meu papá, me levava todas as tardes e meu pai me buscava – que chegavam a afirmar que no ano seguinte eu estaria estudando no Engenho Novo. Após obter 7,25 em Matemática – que era meu forte – Português foi mais uma superação: 8,25. Média de 7,75, garantindo o posicionamento entre os 25 primeiros para um total de aproximadamente 70 vagas.

Chegou o ano de 1996. Depois de sair duma escola pequena e privada, era tempo de encarar muros mais altos, professores variados e alunos de diferentes faixas etárias. Estava no segundo ciclo do Ensino Fundamental, na 5ª série. Acostumado com banheiros individuais, após perder corrida para os recém-colegas de sala, entrei subitamente na porta ao lado: era o banheiro feminino! Um micaço logo no primeiro dia de aula. Sapato preto, meias pretas, camisa branca com botões e emblema do CPII para dentro da calça de brim azul marinho: devidamente uniformizado, carregando a caderneta que continha uma breve história da instituição e marcações de carimbos com assiduidade e espaço para as notas. Foram 7 anos da minha vida lá dentro, sem nenhuma advertência e com apenas 2 provas finais em Física.

Saudosismo à parte, posso recordar que...

Foi lá que pela primeira vez votei, para escolher representantes de turma e professores conselheiros.

Foi lá que pela primeira vez escolhi uma chapa para representar o corpo discente – o Grêmio Estudantil.

Foi lá que pela primeira vez participei de uma equipe representativa – o time de basquete do CPII – sim, por pouco tempo, mas fui do time de basquete dirigido pelo Professor Mauro Raso.

Foi lá que terminei um curso técnico em Processamento de Dados – pasmem!

Foi lá que pela primeira vez representei uma turma – gostei tanto que fui pelo menos outras três vezes.

Foi lá que comecei a andar sozinho, de ônibus, pelas ruas cariocas.

Foi lá que tive minhas paqueras e paixões mais inocentes.

Foi lá que decidi participar do Movimento Estudantil, compondo a chapa vencedora do pleito para o Grêmio Estudantil num processo extremamente politizado.

Foi lá que fiz meu primeiro discurso em público.

Foi lá que escrevi meu primeiro texto para um jornal discente.

Foi lá que pela primeira vez fiz parte de um Comando de Greve.

Foi lá que pela primeira vez atuei numa peça de teatro – fantasiado de Chapolin Colorado, incentivado pelo Professor Mauro Veras.

Foi lá que consegui ler quase 100 livros em apenas um ano – excelente projeto da Professora Marília.

Foi lá que pela primeira vez ganhei um Concurso Literário – grande incentivo da Professora Isabel Vega.

Foi lá que vi minha mãe – trêmula – fazer um discurso em público, diante de centenas de pessoas, para me defender.

Foi lá que participei de minha primeira passeata – em defesa do Passe Livre.

Foi lá que aprendi a tocar flauta doce.

Foi lá que dancei quadrilha, organizei eventos artísticos e coordenei Assembléias Estudantis.

Foi lá que descobri que os alunos poderiam entoar hinos e tabuadas com orgulho e vigor.

Enfim, foi lá que cresci politicamente e comecei a entender e praticar o exercício da crítica, protagonizar lutas e perceber que é preciso nos organizarmos para modificar a situação ao nosso redor. Mas foi lá também que descobri que gostaria de ser professor, de lecionar, de ensinar. E foi lá que escolhi a disciplina de Educação Física, principalmente a partir das aulas do Professor Marco Santoro, diante de dúvidas de cursos como Medicina, Direito, História, Química, Biologia e Informática. Hoje tenho certeza da correta opção. E voltei ao CPII para realizar metade da carga horária de minha Prática de Ensino, sendo bem recepcionado pelas Professoras Ana Julia e Kátia Regina. Ironias do destino? No campo da História da Educação, atualmente chego ao Colégio Pedro II como objeto de minha dissertação de Mestrado na UFRJ. Como ex-aluno, há quatro anos frequento a Feijoada de dezembro e participo do Bloco de Carnaval “É tudo ou nada!”. Um caminho percorrido para um novo sonho: retornar ao CPII como docente.

Abril de 2010: aparece o edital para três vagas de professor de Educação Física. Imediatamente agi, fui o terceiro inscrito! Concomitante à empolgação pelo concurso, gestou-se a decepção ao ver a bibliografia assim como ao visualizar a prova do concurso de 2002. O embate não seria com os demais 635 inscritos no Concurso, mas com a banca e uma concepção de Educação Física senão antagônica, totalmente distinta da que pude construir na Graduação, no Movimento Estudantil e na pós-Graduação. No dia 2 de maio, o balde jorrou granizo. Foi um cumprimento burocrático comparecer na Unidade de São Cristóvão, local onde em 2001 acompanhava Assembléias lotadas por centenas de professores e técnico-administrativos enfrentando a implementação do neoliberalismo e defendendo a Educação Pública. Em 1h 15min, apressado, sem tesão e acompanhando meu desejo escapar, marquei as 40 questões da prova, sabendo que estaria satisfeito se conseguisse acertar 50%, o que seria insuficiente, já que o edital exigia 70% e ficar entre as 24 maiores notas.

Nesse dia, a banca atuou como fogo-amigo, atacando *soldados da ciência*, que não sucumbiram e continuarão resistindo, acumulando forças para construir uma visão de Educação Física atrelada à necessária transformação radical da sociedade desigual e opressora, inerente às relações capitalistas. Pode ser que o sonho de voltar ao CPII como docente tenha sido adiado ou até mesmo não seja possível se concretizar, mas permanece a chama de lutar em defesa de que todas as crianças possam ser *soldados da ciência*, tendo acesso a uma Educação de Qualidade tal como eu pude ter e continuarei persistindo para socializar nas escolas em que trabalho e trabalharei.

Foi lá que saí entristecido no último Domingo. Porém, foi lá que me propiciou começar a semana mais rejuvenescido, ciente das tarefas árduas que nos esperam enquanto sujeitos da história, visando melhorar, aperfeiçoar e enriquecer minha Práxis Pedagógica, que busque superações, subversões, transformações, revoluções...

Gabriel Rodrigues Daumas Marques

A Educação do Corpo e o protagonismo discente no Colégio Pedro II: mediações entre o ideário republicano e a memória histórica da instituição (1889-1937)

RESUMO

Inserido no campo da História da Educação, o presente trabalho possui como objeto de pesquisa o Colégio Pedro II, investigando o cotidiano escolar dessa instituição educacional e de que maneira a educação do corpo e o protagonismo discente estão relacionados com os ideários republicanos, por meio da memória histórica desse importante estabelecimento, modelo de ensino secundário. O recorte temporal se inicia no ano de 1889, com a proclamação da República e termina em 1937, ano do primeiro centenário do Colégio. Nesse período, são encontrados projetos de superação do atraso identificado com o regime monárquico, bem como propostas para consolidar novas concepções e práticas do homem. É possível acompanhar as disputas de poder entre elites políticas e econômicas que buscavam difundir seus valores e representações a fim de garantir a sobrevivência de seus projetos de sociedade. Metodologicamente, trabalhamos os documentos localizados – livros de memória, atas, programas de ensino, livro de ocorrências, álbum de fotos, relatórios, periódicos – concomitantemente como objeto de estudo e fonte de informação historiográfica, articulando os aspectos políticos e econômicos do país ao dia-a-dia no Colégio Pedro II. Objetivamos investigar e relacionar as práticas, dinâmicas, tensões e conflitos ocorridos no cotidiano escolar; fomentar debates acerca da cultura escolar direcionada aos corpos infantis em instituições educacionais da antiga capital da República; localizar a participação da disciplina Ginástica no projeto de formação dos alunos do Colégio Pedro II; ampliar as discussões acerca da história do ensino de Educação Física; dar vozes aos sujeitos escolares e suas concepções, representações, práticas e visões acerca da instituição e do cenário político do país. A pesquisa se situa teoricamente na interface entre a história da educação e a história social, enfocando, além das dimensões econômicas e políticas, as dimensões sócio-culturais em um momento histórico singular. Sob a inspiração dos estudos do historiador Edward Thompson, compreendemos a cultura como campo de lutas e arena das disputas de classes, pressuposto que orienta nossa análise da cultura escolar e dos sujeitos escolares no cotidiano do Colégio Pedro II.

Palavras-chave: História da Educação; Educação do Corpo; Colégio Pedro II; República; Imprensa Estudantil.

Education of the body and the students as main characters in Colégio Pedro II, mediations between the republican ideals and the historical memory of this institution (1889-1937)

ABSTRACT

Within the field of history of education, this work has as object of research the Colégio Pedro II, looking into the school everyday routine of education of the body and the students as main characters are related to the republican ideals, through the historical memory of this important establishment, model of secondary school. The time clipping starts in 1889 with the proclamation of Republic and it ends in 1937, year of the first centenary of this school. During this period, have been found projects of overcoming of the delay related to the monarchical government, as well as the proposals to consolidate new concepts and practices of man. It's possible to follow the struggles for power between the political and economic elites who looked for spreading their values and representations to ensure the survival of their projects for the society. We have methodologically worked with documents found – memory books, minutes, educational programs, occurrence book, photo album, reports, journals – both as object of study and source of historiographical information, articulating political and economic aspects of the country to the everyday life in Colégio Pedro II. We have focused on investigating and relating the practices, dynamics, tensions and conflicts that had happened daily in the school, promoting debates about the school culture focused on children's bodies in educational institutions of the ancient capital of the Republic, location the participation of the subject gymnastics in the project of developments of the students of Colégio Pedro II, broadening the discussions about the history of education in Physical Education, giving voices to the school characters and their concepts, representations, practices and views about the institution and the country's political scene. The research is theoretically situated of the interface between the history of education and social history, focusing, besides economic and political dimensions, the social cultural dimensions in a singular historical moment. Under the inspiration of the historian Edward Thompson, we understand culture as a field of struggle and an arena of dispute of classes, the assumption that guides our analysis of the school culture and the school characters in the everyday life of Colégio Pedro II.

Key-words: History of education; Education of the body; Colégio Pedro II; Republic; Press Students.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 EM QUE SOLO PISAMOS? SUBSÍDIOS TEÓRICOS E CONJUNTURAIS PARA A MEMÓRIA HISTÓRICA DO COLÉGIO PEDRO II	16
1.1 MAPEAMENTOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS	16
1.2 A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO REPUBLICANO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A MEMÓRIA HISTÓRICA DO COLÉGIO PEDRO II	28
2 O REGISTRO E A MEMÓRIA DOS SUJEITOS ESCOLARES E SEU COTIDIANO PARA A HISTÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II	46
2.1 DESTINOS DOS SUJEITOS ESCOLARES	47
2.2 O ENSINO SECUNDÁRIO, AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E QUESTÕES PEDAGÓGICAS	56
2.3 AUTOR DA OBRA E SUJEITO ESCOLAR	58
2.4 CELEBRAÇÕES E PREMIAÇÕES	60
2.5 A CIRCULAÇÃO DOS SABERES E DAS NOTÍCIAS ESCOLARES	70
3 A EDUCAÇÃO DO CORPO E O ENSINO DA GYMNASTICA	73
3.1 MEDICINA HIGIÊNICA E ARQUITETURA ESCOLAR	73
3.2 CONCEPÇÃO E IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA	76
3.3 INSTRUÇÃO MILITAR E DESPORTOS	81
3.4 A GYMNASTICA E A EDUCAÇÃO DO CORPO NOS PROGRAMAS DE ENSINO DA ESCOLA SECUNDÁRIA NO BRASIL	84
3.5 O PROFESSOR ARTHUR HIGGINS E SUA OBRA <i>COMPÊNDIO DE GYMNASTICA ESCOLAR</i>	95
3.5.1 ARTHUR HIGGINS	95
3.5.2 O COMPÊNDIO	97
3.6 A EDUCAÇÃO DO CORPO E AS ATIVIDADES FÍSICAS NO ÁLBUM ESCOLAR	120

4 O PROTAGONISMO DISCENTE NO COTIDIANO DO COLÉGIO PEDRO II POR MEIO DA IMPRENSA ESTUDANTIL	125
4.1 A CRIAÇÃO DOS PERIÓDICOS NA INSTITUIÇÃO	128
4.2 SIMBOLISMO PATRIÓTICO E CIVISMO	138
4.3 A PREPARAÇÃO DOS QUADROS DA ESCOLA SECUNDÁRIA	142
4.4 PARTICIPAÇÕES ESPORTIVAS E INSTRUÇÃO FÍSICA	143
4.5 TÓPICOS: COLUNA DE REIVINDICAÇÕES D'O ARAUTO	148
4.6 CONCURSOS	150
4.7 IRREVERÊNCIA, HUMOR E IRONIA: REBELDIAS INFORMAIS?	154
4.8 O ENSINO RELIGIOSO	158
4.9 COMBATE AO ALCOOLISMO	158
CONCLUSÃO	160
REFERÊNCIAS	166
ANEXO 1	169

INTRODUÇÃO

Depois de ter sido monitor da disciplina *História da Educação Física*, lecionada pela professora Elaine Romero, durante o último período do curso de Licenciatura em Educação Física; e de ter cursado as disciplinas de História da Educação lecionadas pela professora Irma Rizzini logo no primeiro semestre em que iniciei o curso de Pedagogia, passei a me identificar mais fortemente com o campo de História da Educação. Aproximei-me do Grupo de Estudos sobre a História da Infância Brasileira, ampliando as leituras e discussões. Engatinhando no mundo da pesquisa, elaborei um pré-projeto para candidatar-me a uma das vagas da linha “Políticas e Instituições Educacionais” do curso de Mestrado em Educação do PPGE-UFRJ, obtendo êxito.

Ingenuamente, imaginava que poderia mergulhar numa pesquisa extremamente ampla sobre a História da Educação Física, realizando um diagnóstico dessa disciplina em nosso país, bem como todo seu processo de constituição como nos é apresentado na Graduação. Cursando as disciplinas do Mestrado; participando de congressos científicos e eventos acadêmicos; dialogando com o campo de História da Educação; e elaborando a monografia de especialização em Educação Física Escolar que abarcava a história e a historiografia da educação do corpo e do ensino de Educação Física, a ingenuidade anterior era paulatinamente superada e em vez de engatinhar, identificava que começava a dar os primeiros passos nos caminhos desse mundo acadêmico. Ao tomar conhecimento da existência do *Compêndio de Gymnastica Escolar*, de autoria de um ex-professor do Colégio Pedro II, estabelecimento que possui um Núcleo de Documentação e Memória, estava delineado o rumo para as pesquisas que neste trabalho se consubstanciam.

Após um ligeiro bate-papo com o professor Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior, que investigou a instituição durante o período imperial e algumas visitas para conhecer o acervo existente no NUDOM, somado ao fato de ter sido aluno do Colégio Pedro II, em vez de um pretensioso pré-projeto, foi possível dar consequência e formato a um projeto de pesquisa situado de acordo com os limites impostos pelos prazos existentes. Além desses limites, optando por prosseguir a atuação como docente da Educação Básica, as dificuldades de tempo foram ainda maiores, tendo sido preciso sacrificar parte do tempo de militância política no dia-a-dia.

Enfim, diversos importantes e instigantes documentos foram encontrados. Entretanto, não parecia estar contemplado um registro que tratasse mais detidamente das aulas de Ginástica e/ou do corpo docente responsável pela disciplina. Durante as visitas ao

NUDOM, deparei-me com um material que necessariamente me identifiquei: os periódicos estudantis, demonstrando a atuação do corpo discente no cotidiano do Colégio. Entre 2000 e 2001, pertenci à gestão ATITUDE do Grêmio Estudantil da U. E. Engenho Novo II, que publicou oito edições de seu jornal. Ao encontrar essas fontes, readequiei o projeto anteriormente apresentado, desejando abarcar esse protagonismo dos estudantes. Inserido no campo de História da Educação,urgia a delimitação de um período e optamos pelas primeiras décadas da República.

A presente dissertação, portanto, investiga o cotidiano escolar do Colégio Pedro II e de que maneira a educação do corpo e o protagonismo discente estão relacionados com os ideários republicanos, por meio da memória histórica desse importante estabelecimento, modelo de ensino secundário. O recorte temporal se inicia no ano de 1889, com a proclamação da República e termina em 1937, ano do primeiro centenário do Colégio. Metodologicamente, trabalhamos os documentos localizados – livros de memória, atas, programas de ensino, livro de ocorrências, álbum de fotos, relatórios, periódicos – concomitantemente como objeto de estudo e fonte de informação historiográfica. Consideramos relevante o diálogo realizado com autores que trabalham temas relacionados às culturas escolares, ao higienismo, ao militarismo, à história, à historiografia, à infância, à educação do corpo e à história da Educação Física. Objetivamos investigar e relacionar as práticas, dinâmicas, tensões e conflitos ocorridos no cotidiano escolar; fomentar debates acerca da cultura escolar direcionada aos corpos infantis em instituições educacionais da antiga capital da República; localizar a participação da disciplina Ginástica no projeto de formação dos alunos do Colégio Pedro II; ampliar as discussões acerca da história do ensino de Educação Física; dar vozes aos sujeitos escolares e suas concepções, representações, práticas e visões acerca da instituição e do cenário político do país.

No primeiro capítulo, realizamos os mapeamentos históricos e historiográficos que subsidiam teórica e conjunturalmente a memória histórica do Colégio Pedro II, abordando ainda a relação entre os acontecimentos políticos e econômicos do país no cenário de consolidação do Estado Republicano e o registro da história institucional utilizando como fonte principal a obra *Memória-Histórica do Colégio Pedro II: 1837-1937*, de autoria do Professor Escragnolle Dória.

Tomando como base a obra supracitada, analisamos no capítulo seguinte os destinos dos sujeitos escolares; as condições de trabalho e questões pedagógicas do ensino secundário; as celebrações e premiações; e a circulação dos saberes e notícias escolares, questões sobre as

quais nos detivemos por meio dos registros e da memória do conjunto dos sujeitos escolares no seu dia-a-dia para a história do Colégio.

No Capítulo 3, elementos como a medicina higiênica, a arquitetura escolar, a concepção e a importância da disciplina, a Instrução Militar e os desportos evidenciam relações entre a educação do corpo e o ideário dos tempos republicanos para os jovens do ensino secundário. Em seguida, discorremos acerca da Ginástica nos programas de ensino, relacionada à prática da higiene, ao desenvolvimento de hábitos morais e ao espírito de disciplina. Minuciosa atenção é fornecida ao professor Arthur Higgins e ao seu *Compêndio de Gymnastica Escolar*, onde são propostas noções teóricas aos profissionais responsáveis pela ginástica, sistematiza-se um programa de ensino e é apresentada uma lista de jogos ginásticos a serem utilizados nas aulas. Finalizamos o capítulo apresentando fotografias presentes no Álbum Escolar do Internato que registram as práticas das atividades físicas no Colégio.

Possuindo como fontes os periódicos estudantis das décadas de 1920 e 1930 – especificamente *Sciencias e Letras* e *O ARAUTO* – o Capítulo 4 analisa o protagonismo dos estudantes por meio de sua própria imprensa. Optamos pela análise de elementos vinculados à formação dos alunos como futuros gestores da nação e suas concepções educacionais e de sociedade, tratando de temas como o civismo, o simbolismo patriótico, as participações esportivas, a instrução física, as reivindicações, os concursos realizados, as rebeldias e irreverências, o combate ao alcoolismo e o ensino religioso.

Após utilizarmos um conjunto diversificado de fontes para investigar as culturas escolares do Colégio Pedro II durante quase cinco décadas, temos o anseio de que as discussões nesta dissertação apresentadas contribuam para o avanço das pesquisas acerca da Educação do Corpo, do Ensino de Educação Física e da atuação estudantil nos interiores de outras instituições escolares, fortalecendo, desta maneira, nossa formação profissional e o campo de História da Educação.

CAPÍTULO 1

EM QUE SOLO PISAMOS?

SUBSÍDIOS TEÓRICOS E CONJUNTURAIS PARA A MEMÓRIA HISTÓRICA DO COLÉGIO PEDRO II

1.1 – Mapeamentos Históricos e Historiográficos

A presente dissertação trata de investigar o cotidiano escolar do Colégio Pedro II, entre os anos de 1889 e 1937, primeiros anos do período republicano no Brasil, fornecendo vozes aos sujeitos escolares que vivenciavam e construíam o dia-a-dia de práticas, conflitos, ideias etc., articulando acontecimentos e propostas específicas da instituição ao quadro mais abrangente da sociedade, no que diz respeito aos aspectos políticos, econômicos, culturais, educacionais etc. Acreditamos que o conjunto dessas discussões – com as quais estabelecemos vínculos no decorrer do texto – nos auxiliará a dialogar com o seguinte problema de pesquisa: centralmente, quais são e como ocorrem os registros das ações e práticas dos sujeitos escolares do Colégio Pedro II, instituição educacional de Ensino Secundário, numa conjuntura de construção e consolidação do ideário republicano? A partir desse problema, desdobramentos inquietaram e aguçaram minha recente prática enquanto pesquisador: como a instituição se relaciona e vivencia no seu dia-a-dia as demandas do Estado Republicano? De que maneira aparecem influências de preceitos higienistas e/ou militaristas para a formação dos alunos, futuros responsáveis pela organização e gestão do Estado? Qual o papel destinado à e como age a disciplina *Gymnastica*? Como se relacionam as ações protagonizadas pelo corpo discente à estrutura da instituição e da sociedade de maneira mais ampla?

Tais discussões estão inseridas na prática de pesquisa enquanto historiador da educação, campo que tem avançado no interior de programas de pós-graduação e realizado importantes eventos internacionais e nacionais para a circulação da produção do conhecimento.

Por meio do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – buscamos a produção acadêmica acerca da história e historiografia da

Educação dos Corpos e do Ensino de Educação Física¹, encontrando 25 teses e 90 dissertações, majoritariamente concentradas nos Programas de Pós-Graduação em Educação, seguidas pelas realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Educação Física. Nesse levantamento, foi realizado um mapa dessa produção bibliográfica, identificando orientadores presentes no campo de História da Educação, até realizarmos um recorte, a partir dos resumos dos trabalhos encontrados, para tratar questões específicas, como referencial teórico, conceitos utilizados, questões teórico-metodológicas, trato com as fontes, recorte temporal etc. Esse quadro corrobora o significativo aumento da quantidade de trabalhos ao longo dos anos assim como a consolidação de novos pesquisadores, favorecendo a possibilidade de fortalecimento de olhares históricos e historiográficos para a disciplina *História da Educação Física* nos cursos de Graduação e Pós-Graduação *lato e stricto sensu*. Fóruns, encontros, congressos, periódicos podem potencializar a articulação entre pesquisadores de diferentes localidades, estreitando laços entre grupos de pesquisas de diversas instituições, até mesmo para alcançarmos maior abrangência de estudos dessa natureza em nosso país, visto que a concentração no eixo Sul-Sudeste é enorme.

Analizamos mais detidamente os resumos de quatro teses e oito dissertações, cujas pesquisas englobam instituições educacionais de Ensino Primário ou Secundário e/ou legislações de ensino referentes a essas modalidades de ensino, cujo período de análise é a República. Ao entrecruzar as discussões, quatro questões são apresentadas, a saber: a) Instituições, Legislações e Regiões; b) Recortes Temporais; c) Fontes e Referenciais Teórico-metodológicos; e d) Debates, Objetivos, Resultados e Conclusões. Nesse mesmo trabalho, é feita uma análise minuciosa da tese de doutorado de Tarcísio Mauro Vago, que interroga a cultura escolar e o cultivo de corpos em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX. Posteriormente, novas questões são problematizadas, pautadas por pesquisas de Vago e José Gonçalves Gondra, divididas da seguinte maneira: a) Conjuntura e Cultura Escolar; b) Trindade Pedagógica e Fundamentação Higienista; c) Enraizamento da Educação Física; e d) Organização do Ensino e Formação do Professorado (MARQUES, 2009).

O trabalho serviu para apresentar um *estado da arte*, apresentando questões para instigar novos estudos e pesquisadores, já que não havia pretensão de esgotar os assuntos e indicava algumas hipóteses surgidas. Após entrelaçarmos objetos, teorias e metodologias, ficou notório um avanço nas discussões da temática, principalmente por conta de direcionar

¹ Pesquisa realizada que propiciou a execução do trabalho “História e Historiografia da Educação dos Corpos e do Ensino de Educação Física”, monografia de especialização em Educação Física Escolar (MARQUES, 2009). Disponível em <http://boletimef.org>

olhares para determinadas instituições educacionais imersas num certo período temporal sem desconsiderar a realidade sócio-cultural ao redor das mesmas. Apostamos que novos manejos e olhares com as fontes caminhem ao encontro de nossas perspectivas para a pesquisa que aqui projetamos, investigando o cotidiano das práticas, disciplinas, experiências e culturas escolares sem abandonar as questões gerais de produção e reprodução da vida material em uma sociedade fragmentada em classes sociais, até mesmo porque enquanto pesquisadores e seres humanos não somos neutros, devemos reconhecer com quem caminhamos e que projeto defendemos, de maneira coerente, nas investigações e nas práticas pedagógicas.

Nas considerações finais, também identificamos diversos elementos a serem articulados em outras ocasiões; apostamos que há muitos desafios e caminhos para novos estudos e pesquisas; destacamos o anseio para contribuir com o amadurecimento e consolidação de trabalhos acerca da história e da historiografia da Educação Física; e ainda indicamos, no caso do Rio de Janeiro, instituições educacionais merecedoras de aprofundamentos, como o Colégio Pedro II, a antiga Escola Normal da Capital e o Instituto Profissional João Alfredo (MARQUES, 2009).

Em 2007, quando cursava o último período da Licenciatura em Educação Física na UFRJ, fui monitor da disciplina *História da Educação Física*. Em seguida, terminei o referido curso e reingressei na Universidade para a Graduação em Pedagogia, cursando, logo no primeiro período, as disciplinas *História da Educação no Mundo Ocidental* e *História da Educação Brasileira*, ambas lecionadas pela Professora Irma Rizzini. Instigado pelos debates, comecei a participar do Grupo de Estudos sobre História da Infância Brasileira em 2008, elaborando um pré-projeto para candidatar-me ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, sendo aprovado para a turma que se iniciou em 2009. Aproximava-me e aprofundava-me paulatinamente acerca das discussões do campo de História da Educação. Por ser professor de Educação Física da rede pública de ensino e considerar bastante limitada nossa formação curricular acerca da história dessa disciplina na escola e da educação do corpo como um todo, a partir da Prática de Pesquisa sobre Instituições Educacionais, chegamos ao problema explicitado anteriormente. Interessante resgatar que o caminho para optar pelo Colégio Pedro II como objeto da pesquisa passa pelo ex-professor de Ginástica da instituição – Arthur Higgins – que lecionou durante aproximadamente quatro décadas e publicou uma importante obra, estabelecendo e propondo um modelo pedagógico para o professorado da disciplina – o *Compêndio de Gymnastica Escolar*. Soma-se a esse achado uma ligação histórica, afetiva e emocional, visto que entre 1996 e 2002 tive a oportunidade de ser aluno de

uma das Unidades da instituição, participando ativa e politicamente de seu cotidiano e me identificando fortemente com sua história.

Em nossa pesquisa, discorreremos sobre aspectos pertinentes ao campo de História da Educação, relacionando a cultura escolar do Colégio Pedro II por meio da Educação do Corpo e do ensino da Ginástica e da Educação Física. Tal instituição se apresenta como referência para demais instituições do cenário educacional brasileiro, situada na então capital da República. Sua relevância está ancorada na historiografia dessa disciplina escolar, mas não apenas na mesma, já que outros dispositivos de modelar os corpos infantis são lançados pela instituição escolar. Além disso, recortamos nosso objeto sem perder de vista as dimensões conjunturais do período no que se refere à economia, à política e às relações sociais em seu conjunto. Estão contidos dentre nossos objetivos: investigar e relacionar as práticas, dinâmicas, tensões e conflitos ocorridos no cotidiano escolar; fomentar debates acerca da cultura escolar direcionada aos corpos infantis em instituições educacionais da antiga capital da República; localizar a participação da disciplina Ginástica no projeto de formação dos alunos do Colégio Pedro II; ampliar as discussões acerca da história do ensino de Educação Física; dar vozes aos sujeitos escolares e suas concepções, representações, práticas e visões acerca da instituição e do cenário político do país.

A última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX configuram um período histórico significativamente marcado pela conjuntura de materialização do ideário republicano no Brasil, por conta tanto dos projetos de superação do atraso identificado com o regime monárquico quanto da importância de consolidação de novas concepções e práticas do homem. De maneira geral, acompanhamos as disputas de poder entre elites políticas e econômicas que buscavam difundir seus valores e representações a fim de garantir a sobrevivência de seus projetos de sociedade.

Em suma, o capitalismo é um modo de produção, erguido sobre e pautado por duas características essenciais: a propriedade privada dos meios de produção e a exploração da força de trabalho alheia. A partir dessa caracterização, identificamos nitidamente um confronto de interesses antagônicos no que diz respeito à divisão social do trabalho: enquanto apenas uma pequena parcela, a minoria da sociedade se apropria dos meios de produção, à maior parcela apenas resta, a venda do próprio corpo enquanto instrumento de trabalho para buscar sua sobrevivência. Consideramos prudente mencionar que, nessa estrutura desigual, não ocorre uma aceitação passiva, uma naturalização das desigualdades, mas sim uma disputa viva e dinâmica onde são apresentadas por ambas as classes intervenções de lutas para disputas e defesas de interesses acerca das condições de vida, social, cultural e

economicamente. O desenvolvimento dessas relações sociais é sinteticamente resumido da seguinte maneira: a transformação da natureza em produtos para o necessário consumo da humanidade é realizada pelos trabalhadores, que recebem um salário de seus patrões; porém, o salário pago aos que efetivamente produzem não se refere à totalidade de seu tempo de trabalho; tal quadro faz com que haja um excedente da produção dessas mercadorias, mercadorias essas alijadas do verdadeiro produtor e expropriadas pelos burgueses, configurando a extração de mais-valia e a materialização de seu objetivo inerente à lógica capitalista – o lucro (MARX & ENGELS, 1848). O corpo ocupa uma posição central nessa lógica, pois é o instrumento que interage com a natureza, concomitantemente transformando-a e sendo transformado pela mesma. Seu agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que denominamos trabalho. Sendo assim, partimos do entendimento de que o homem não nasce homem, mas forma-se homem. O homem aprende a ser homem ao produzir a sua existência; sua produção é ao mesmo tempo sua formação, caracterizando um processo educativo (SAVIANI, 2007). Já que partirmos do entendimento de que o ser humano possui o *trabalho* como categoria fundante, as devidas mediações entre o mundo do trabalho e a educação precisam ser consideradas. Nesse sentido, não analisamos qualquer Estado, mas o Estado capitalista, que se pauta elementarmente pela propriedade privada dos meios de produção e pela exploração da força de trabalho alheia. Com isso, será de extrema relevância que sejam investigados os conflitos, as disputas, as resistências dos atores sociais do cotidiano escolar, caminhando conjuntamente aos aspectos de ordem geral, que visam estabelecer uma função e um papel para a instituição educacional na domesticação dos corpos infantis (MARQUES, 2009). Quais são então as relações entre a formação do corpo e a estrutura da sociedade? De que maneira ocorre essa Educação do Corpo? Que concepções, idéias, valores, propostas e pressupostos teóricos integram essa Educação?

Essa divisão e supremacia do espírito, do intelecto, da mente, da teoria sobre o corpo, o físico, a prática, não é por acaso. Quando partimos da realidade material que nos cerca, optamos por um método de análise e perspectiva de transformação, ancorados pelo marxismo. A partir desses pressupostos, são combatidos os empiristas e os idealistas, respectivamente, já que a história deixa de ser uma coleção de fatos sem vida e abstratos ou a ação imaginária de sujeitos imaginários. Partimos de premissas reais, sem abandoná-las; tais premissas são os seres humanos apreendidos em seu processo de desenvolvimento real, visível empiricamente, em condições determinadas. Para fazer história, os homens necessitam de condições de vida. O primeiro fato histórico é a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades materiais, ou seja, a produção da própria vida. Sob a égide capitalista, ocorre uma divisão da

força de trabalho, que vislumbra segregar a teoria da prática e o corpo da mente, pois depende dessa dicotomia para preservar a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e manter hegemônica a ideologia da classe dominante. Ideologicamente, as disputas aparecem e se materializam. Sendo assim, de que maneira aspectos como a máxima do *Mens sana in corpore sano*, a *trindade pedagógica* do século XIX e a tríade *educação intelectual, moral e physica* podem estar a serviço de discursos e concepções? Eles coadunam com determinado projeto de sociedade? Será possível identificarmos, desmascaramos e apresentarmos novos horizontes, objetivos e projetos?

Karl Marx & Friedrich Engels (1844) contribuem ao explicitar que

A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc. mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente e o Ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura, isto é, apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico (p. 10).

Nessa análise, Karl Marx & Friedrich Engels (1844) se contrapõem à filosofia alemã, defendendo que devemos partir dos homens e sua atividade real para chegar ao que dizem, imaginam e pensam. Eles rompem com determinada concepção de ser humano, na qual partia-se da consciência como sendo o indivíduo vivo. Com o materialismo histórico e dialético, partir-se-á dos próprios indivíduos reais e vivos e considerar-se-á a consciência unicamente como sua consciência. Acreditamos que esse método nos permitirá analisar as práticas dos sujeitos escolares associada à realidade material sob a qual se encontram.

Antes de discorrermos acerca do conceito de cultura escolar, consideramos importante resgatar alguns aspectos da contribuição do historiador inglês Edward Palmer Thompson, cuja obra e militância vão ao encontro da orientação teórica amparada pelo marxismo. O método de análise utilizado pelo autor nos auxilia nas investigações e pesquisas que realizamos, visto que possibilita um mergulho nas relações entre estruturas sociais e ações humanas, indivíduo e sociedade e as consequentes relações de força entre necessidade e liberdade, erguidas a

partir de questões como a cultura popular e o cotidiano das classes operárias e pobres. Thompson vive e milita durante boa parte do século XX e sua historiografia é conhecida pela produção dos “de baixo” – *history from below* – sob a perspectiva do movimento de “baixo para cima”. Nessa história social, além das dimensões econômicas e políticas, são enfocadas as dimensões sócio-culturais em um momento histórico singular, recolocando a política no interior do social e o social no interior da política, denotando, desta maneira, a cultura como campo de lutas e arena das disputas de classes (SCHUELER, 2007).

Em sua perspectiva, ao constituir uma relação histórica, a classe “resulta da interação de alguns homens e mulheres em experiências comuns e partilhadas, na quais sentem e articulam interesses entre si, em oposição e contra outros homens cujos interesses diferem e se antagonizam” (SCHUELER, 2007, p. 9). Tais experiências são determinadas em grande medida pelas relações de produção sobre as quais nasceram os sujeitos. Todavia, a consciência de classe transcende tais relações, resultando de formas como as experiências foram tratadas em termos culturais, no interior de tradições históricas, valores, ideias e formas institucionais. Como a contribuição thompsoniana pode ser importante para estudos sobre instituições escolares? Devemos “dar vozes” aos sujeitos escolares? Como suas ações, conflitos, interesses e práticas se materializam e formam novas configurações de relações culturais? Como relacionar o interior da escola com a realidade concreta ao seu redor? Como se relacionam os objetivos educacionais ao mundo do trabalho capitalista?

Em *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*, de maneira envolvente, discorre sobre a difusão do relógio e até que ponto esta foi o sintoma de uma nova disciplina e exatidão burguesa. Thompson se preocupa com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da força de trabalho, focalizando a disciplina de trabalho e percebendo que a administração de sociedades industriais maduras é pautada por uma demarcação entre “trabalho” e “vida”, discussão que levanta questões relevantes para as concepções de Educação presentes no período republicano e na configuração de novas culturas escolares (THOMPSON, 1998). Será assumido pelo referido historiador que a cultura é também um conjunto de diferentes recursos, onde ocorre sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole, isto é, uma arena de elementos conflitivos, chamando atenção para que não esqueçamos que “cultura” é um termo emaranhado, que “ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas” (THOMPSON, 1998, p. 22), sendo preciso desfazer tal feixe e examinar com cuidado

o conjunto de seus componentes: ritos, modos simbólicos, atributos culturais da hegemonia, transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho.

Ao trabalharmos com o termo “cultura”, é mister mencionar o diálogo que se estabelece entre Antropologia e História, diferentes campos disciplinares e de pesquisa que realizam uma profícua interlocução com os objetos da Educação, como na abordagem acerca do fenômeno da expansão da escolarização em diferentes contextos empíricos e momentos históricos. Em princípio, pode-se dizer que existe uma confusão entre preservar tradições culturais e preservar a cultura. Pretendendo abordar a cultura numa interseção entre o tripé disciplinar formado pela história, antropologia e educação, Ana Maria R. Gomes (2009) resgata cinco formas de utilização e compreensão do termo, a saber: a) como ilustração, oscilação entre patrimônios relativos a um determinado grupo – específico – ou comuns à humanidade – universal – que apresentam uma necessidade de acesso, de alcance; b) como elementos descritivos transmitidos pelas gerações, sendo um “todo mais complexo”, um termo científico que caracteriza o humano, inexistindo a possibilidade de “não ter cultura”; c) como norma, plano ideal, modelos ou padrões comportamentais relativos à aprendizagem de normas; d) como um sistema simbólico relacionado à vida social, ou seja, a produção e circulação de significados, havendo um privilégio dos sentidos atribuídos à experiência social; e e) como aprendizagem, transmissão de habilidades e “educação da atenção”, propondo uma separação entre mente, corpo e cultura. Num segundo momento, a autora apresenta o estranhamento enquanto procedimento metodológico, explicitando noções de Sahlins, Baktin e Ginzburg e chamando atenção para não confundirmos a familiaridade com o conhecimento e para o duplo movimento da etnografia: reconhecer, tomar consciência dos pressupostos da própria cultura para conhecer alguma outra. Pensar em outra cultura é uma experiência que exige maior profundidade. Por fim, questiona-se como alcançar uma posição de estranhamento em relação à nossa “cultura escolar”, porque possuímos dificuldades em (re)colocar questões por nos faltar um movimento de estranhamento, ou seja, porque um necessário distanciamento nos estaria ausente. A omissão desse movimento pode levar a uma desautorização de nossas pesquisas ou a operar no paradigma com lucidez das limitações.

Luciano Mendes de Faria Filho & Liane Bertucci (2009) pautam a contribuição de Thompson por conta da articulação entre estrutura e processo na história para enveredar sobre as temáticas da experiência, da cultura e da história da escolarização. Levando em consideração que a estrutura determina a ação e a consciência humana e, concomitantemente, a história não é predeterminada, mas a ação criativa dos homens e mulheres que fazem

história, importa em última instância ao historiador entender o processo histórico. Para nosso debate, é pertinente considerar que a escola exerce atividades de apropriação, reorganização, desestruturação e desqualificação em relação a formas anteriores de produção cultural da pessoa educada. Interpreta-se a escola como produtora de sujeitos, onde as dimensões formativas intimamente se relacionam ao conjunto das experiências dos sujeitos e que claramente estão envolvidas por relações de conflito. Portanto,

(...) uma história da educação que negligencie a história das tradições e dos costumes que conformam as práticas formativas, que tensionam com as práticas escolares e são com elas combinadas, estará deixando de lado uma dimensão que diz respeito ao núcleo do processo de escolarização. (...) A irrupção cotidiana das culturas dos pobres no interior da escola demonstra, por outro lado, a incapacidade dos imperativos escolares em silenciar a ação dos sujeitos a quem eles pretendem conformar (FARIA FILHO & BERTUCCI, 2009, p. 16).

Taborda de Oliveira (2008) considera importante que tomemos a escola como locus de produção-circulação-reprodução cultural, sendo um local de conflitos. Um arcabouço de conceitos, noções, premissas e hipóteses capazes de destinar à escola protagonismo na organização da cultura pode ser localizado nas obras de Thompson, cujo aprofundamento a partir de suas contribuições originais pode revigorar os debates referentes à história, à história da educação, à historiografia, à própria pesquisa em história da educação, mais particularmente acerca das culturas escolares. O autor também considera que a materialidade da tensão entre processo e estrutura, indivíduo e determinação histórica, ideologia e cultura tem sido negligenciada na recente produção da historiografia brasileira, reavivando problematicamente a história das mentalidades.

Diante dessas contribuições, a proposta teórico-metodológica de E. P. Thompson pode alavancar e enriquecer substantivamente a pesquisa histórico-educacional no Brasil junto ao termo que tem freqüentado de forma sistemática o vocabulário dos historiadores da educação em nosso país: cultura escolar (FARIA FILHO, 2008). Faria Filho *et al.* (2004) apontam que nas últimas décadas têm sido realizadas reflexões sobre as reformas educativas assim como ocorre uma busca de novos referenciais para interpretar o universo da escola, renovando métodos que alteram as práticas de investigação, exemplificados pelas pesquisas que recorrem à investigação etnográfica e aos estudos de caso. Tal debate fortalece o crescimento da preocupação com as questões culturais, interrogando-se cada vez mais sobre as práticas escolares como constitutivas da sociedade e não apenas como produtos das relações socioeconômicas. Dessa maneira, amplia-se a tomada da cultura escolar como categoria de interpretação partindo de diversas áreas disciplinares. Esse cenário é ainda mais fecundo por

conta da aproximação com a disciplina de história. Os autores apresentam significados concorrentes, dialogando com importantes referências, como Julia, Chervel, Forquin, Chevallard e Viñao Frago e discutindo por meio de um pequeno porém sólido mapa de investigações acerca das culturas escolares produzidas no Brasil. Tais pesquisas partem da noção do conceito seja como categoria de análise seja como campo de investigação e têm estabelecido ligações com os seguintes três grandes eixos norteadores: “*saberes, conhecimentos e currículos; espaços, tempos e instituições escolares; e materialidade escolar e métodos de ensino*” (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 150).

No primeiro grande eixo, situam-se investigações acerca dos impressos pedagógicos como difusores de modelos e ideias pedagógicas; análise de práticas da leitura e da escrita; e história do currículo e das disciplinas escolares. Com relação aos espaços, tempos e instituições como fios condutores de investigação, permite-se a articulação entre as culturas escolares e as culturas urbanas. Os estudos demonstram que, além do espaço e do tempo serem elementos estruturantes das instituições e experiências escolares, também o são os diversos sujeitos sociais, mobilizadores de conhecimentos e experiências de diversas áreas – apresentando racionalidades e socializações com instituições como a família, a Igreja e o mundo do trabalho. Os estudos sobre métodos escolares ou pedagógicos no Brasil, a partir de práticas entendidas como produtoras de sujeitos e seus respectivos lugares no interior do campo pedagógico, conformam o último eixo. Outras duas interessantes caracterizações são elaboradas:

(...) os trabalhos que se debruçam sobre os sujeitos escolares (professores, alunos, diretores, inspetores etc.) e suas ações conformadoras e instituidoras das culturas escolares têm crescentemente utilizado as categorias de *gênero, classe, raça, geração, etnia*, entre outras, como instrumental teórico-metodológico para entender as ações e os lugares ocupados por esses sujeitos nas teias que envolvem e fabricam as culturas escolares. (...) alguns estudiosos da história da infância (...) têm demonstrado o grande vínculo existente entre cultura escolar e o processo de escolarização com a produção da moderna noção de criança no Brasil, e, ainda, chamam a atenção para a importância de se debruçar especificamente sobre os processos de transformação das crianças em alunos no âmbito do pensamento educacional brasileiro (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 152).

Faria Filho *et al.* (2004) ainda apresentam alguns desafios para a história das culturas escolares, considerando que a noção de cultura escolar tem significado um refinamento metodológico e analítico de nossas pesquisas, fortalecendo o diálogo com a historiografia e as demais áreas e ciências da educação. Acreditam que, a passos muito largos, “passamos de uma história das políticas, da organização e do pensamento educacionais, para uma história

das culturas escolares sem que (...) tenhamos produzido uma cultura historiográfica e pesquisas de base que dêem suporte a esta passagem” (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 153). Ademais, consideram que tais estudos permitem desnaturalizar a escola e empreender estudos sobre o processo de sua emergência como instituição de socialização nos tempos modernos, devendo ser pensadas as relações da mesma com outras instituições responsáveis pela socialização da infância e da juventude, centralmente a família, a Igreja e o mundo do trabalho, haja vista que há poucos estudos historiográficos sobre tais instituições que nos forneçam subsídios para pensar a relação com a cultura escolar. Argumentam ainda que a renovação dos estudos está atrelada à possibilidade de uma nova história das instituições escolares, pretendendo produzir uma história do cotidiano escolar e dar visibilidade aos sujeitos diversos que participam da cultura escolar.

Pesquisas em torno da história das disciplinas escolares têm crescido a partir dos anos 1970 e 1980, entendendo a escola como local de produção de saberes e práticas culturais e sociais. Com isso, a ampliação de fontes se torna necessária, desafiando os pesquisadores para a procura de materiais produzidos pelos próprios sujeitos escolares, como cadernos, anotações de aula, jornais escolares etc. Há uma relação considerável entre o currículo e a cultura escolar, no que diz respeito à criação do conhecimento escolar; assim como entre a escola e o espaço urbano, expressando comportamentos e valores assimilados para estabelecer a modernidade. É importante que situemos as disciplinas escolares na cultura escolar, percebendo a produção de uma série de conhecimentos, valores e comportamentos que objetivam educar os alunos de acordo com padrões sociais, culturais, éticos para integrar-se ao projeto de nação (CHAVES, 2006).

Portanto, o trabalho aqui exposto se coloca como continuidade das indicações mencionadas na monografia “História e Historiografia da Educação do Corpo e do Ensino de Educação Física”, concentrando-se, mais aprofundadamente, na cultura escolar do Colégio Pedro II, objeto de nossa pesquisa, recortando as décadas iniciais do período republicano. Mesmo reconhecendo nossas limitações, julgamo-nos capazes de contribuir com importantes discussões para a História e Historiografia da Educação e da Educação do Corpo, auxiliando no enriquecimento teórico e também na multiplicação de novas e necessárias investigações para a área da Educação Física e para o campo de História da Educação.

A pesquisa foi realizada a partir dos documentos concentrados no Núcleo de Documentação e Memória da instituição – NUDOM. O NUDOM foi criado em 1995, sendo um núcleo institucional de pesquisa interdepartamental. Seu acervo possui um conjunto bibliográfico que compreende, dentre outros, regulamentos e regimentos desde 1838, atas da

congregação, livros de ocorrências disciplinares, programas de ensino desde 1856 e a Coleção das Leis do Brasil – com algumas lacunas. As obras refletem a herança clássica e a tradição humanística do CPII, indicando o nível cultural do corpo docente desde sua fundação, podendo ainda revelar o caráter cultural, intelectual e simbólico da instituição (SILVA, 2009). Durante nossas pesquisas no referido Núcleo, tivemos a oportunidade de investigar a fundo o material doado pela família do ex-aluno Carlos Brasil, contendo a riquíssima produção discente de periódicos nos anos 1920 e 1930.

O Fundo Colégio Pedro II está dividido em seis séries específicas, cada uma contando com outras subséries. Podemos mencionar algumas indicações de investigações a partir dessa divisão:

- Série Docentes, na qual estão registradas as atividades docentes e informações sobre a elaboração dos programas de ensino doravante implantados nas escolas de ensino secundário do país. Está dividida em: a) Atas da Congregação; b) Concursos para professores; c) Conselho Departamental; d) Departamentos Pedagógicos e Laboratórios de Ensino;
- Série Documentos Administrativos, dividida em cinco subséries: a) Contabilidade e Patrimônio; b) Conselho de Curadores; c) Documentos de Pessoal Administrativo; d) Matrículas de Empregados; e) Relatórios;
- Série Comunicações, com as seguintes subséries: a) Ofícios recebidos; b) Ofícios enviados; c) Imprensa e Diário Oficial; d) Comunicações Internas;
- Série Discentes, onde se encontram históricos, documentos de alunos, pedidos de matrículas, notas, pedidos de “gratuidade” para ingresso no colégio etc. e estão contidas as subséries: a) Assentamentos escolares; b) Colação de grau e bancos de honra; c) Exames preparatórios; d) Ocorrências disciplinares; e) Matrículas; f) Médias e Apontamentos de matrículas;
- Série Unidades de Ensino Incorporadas ao Colégio Pedro II, período que foge à nossa análise;
- Série Comemorações, Celebrações e Sessões Solenes, que abarca apenas a partir de 1946.

Apesar de dispensar apresentações, consideramos relevante traçar alguns aspectos desta instituição educacional que completará 174 anos de existência neste ano de 2011, sobre a qual recaem todos os olhares com interesses acerca da educação pública de qualidade, visto que recebeu gerações de cariocas e de brasileiros de variadas regiões, configurando-se como parte da vida escolar da cidade do Rio de Janeiro. A maioria dos estudos sobre o Colégio

Pedro II destaca sua longa existência e os grandes nomes que lá estudaram e/ou lecionaram, além do fato de ter acompanhado a passagem do Império à República (CAVALIERE, 2008). Passaremos por essas questões, procurando ir adiante ao enfatizar aspectos como a Educação do Corpo, a Educação Física e a ação dos sujeitos escolares.

1.2 – A consolidação do Estado Republicano e seus desdobramentos para a Memória Histórica do Colégio Pedro II

Nessa seção, travamos um diálogo com a historiografia do Colégio Pedro II, tratando sobre sua constituição histórica. Como nasceu durante o período Imperial, passou por um processo de transição para apagar as marcas desse passado e auxiliar na consolidação da República. A conjuntura social, política e econômica do país traz relações diretas para os rumos do estabelecimento. Conforme poderemos observar nas linhas adiante, a construção da memória do Colégio Pedro II – produzida e divulgada por sujeitos escolares como professores e ex-alunos – se confunde e se modifica de acordo com aspectos gerais da vida do país, na qual aparecem elementos orientadores para fortalecer o projeto e o ideário republicanos, construindo uma nação em que diversos dos que passaram pela instituição seriam importantes gestores. José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008) indicam que dialogar com a experiência do outro é um grande desafio da História, esta podendo atuar como uma forma de combater o esquecimento ao mesmo tempo em que se esforça para produzir uma compreensão mais alargada de nossa experiência. Segundo eles, o jogo social mais amplo auxilia na compreensão do jogo educacional, evidenciando a importância de relacionarmos os aspectos gerais da sociedade com os desdobramentos no cotidiano da instituição.

Em 1733, foi fundado o Colégio dos Órfãos de São Pedro, transformado em Seminário de São Joaquim, em 1739, localizado na Av. Marechal Floriano, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Em 2 de dezembro de 1837, dia do aniversário de doze anos do imperador, por meio de decreto, o ministro interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos funda o Imperial Colégio de Pedro II, sendo o primeiro colégio de instrução secundária do Brasil, visando ao projeto de fortalecimento do Estado e formação da nação brasileira. Foi criado para servir de modelo nessa modalidade de ensino para o Município da Corte e demais províncias, para as aulas avulsas e para os estabelecimentos particulares existentes. Sua criação está relacionada ao projeto civilizatório da monarquia, que identificava no ensino das humanidades o paradigma da formação nacional do país. São marcas da instituição: o corpo docente nomeado pelo governo e formado por intelectuais de renome nos meios acadêmicos;

a seletividade do corpo discente, devido à necessidade de realização de exames de admissão e ao pagamento de anuidades; e os programas de ensino de base clássica e tradição humanística, com disciplina rígida imposta pelos regulamentos, que funcionavam enquanto preparação para o Ensino Superior. O Colégio era o único a conferir o grau de Bacharel em Letras a seus formandos. Com tal característica, seus formandos gozavam do privilégio de ingressar nos cursos superiores sem prestar os exames das matérias preparatórias. Apesar de haver reserva de vagas para alunos gratuitos em quase todas as reformas, é possível notar seu caráter elitista e elitizante (ANDRADE, 1999; SILVA, 2009).

Rosa Fátima Souza (2008) apresenta as características peculiares do ensino secundário em nosso país, que possuía como finalidade a preparação para os cursos superiores, formando uma elite com distinção cultural, formada por um grupo restrito composto majoritariamente por “jovens herdeiros da oligarquia agrária, filhos de industriais, grandes comerciantes, profissionais liberais ou da incipiente classe média urbana”. Para ela, “os vínculos da escola secundária com o processo de modernização da sociedade brasileira nos primórdios da República (...) significavam a manutenção de uma cultura assentada sobre a conciliação precária entre estudos literários e científicos”. Sem uma perspectiva de utilidade pragmática no mundo do trabalho, “a formação das classes dirigentes privilegiava a arte da expressão, a erudição lingüística, o escrever e o falar bem, o domínio das línguas estrangeiras e a atração pela estética literária” (SOUZA, 2008, p. 89). No início do século XX, o caráter seletivo dessa modalidade de ensino foi marcante no país, diante da atuação limitada do governo federal em manter o Colégio Pedro II, estabelecimento padrão. Entretanto, não é possível afirmar que o caráter seletivo da instituição tenha representado um obstáculo intransponível para o ingresso de alunos e alunas provenientes de grupos sociais e étnicos que ocupavam posições inferiorizadas na sociedade brasileira.

Para Jaqueline Vieira de Aguiar (2007), após a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, tramas políticas passam a ser feitas tendo como vítima o Imperador Pedro II, estando entre os conspiradores fazendeiros escravocratas e militares. Após o Baile da Ilha Fiscal², a conspiração golpista ganhou força, reunindo civis e militares na casa do marechal Deodoro. Aos quinze de novembro, tropas amotinadas comandadas por Deodoro se reúnem no Campo de Santana no Rio de Janeiro, proclamando-se a República e derrubando o Gabinete. Ao passo que não acontece resistência por parte do antigo regime, também não ocorre qualquer tipo de euforia popular, aparentando nulidade da participação pública em um acontecimento

² Ocorrido no dia 09 de novembro de 1889, o Baile da Ilha Fiscal homenageara a Marinha chilena em visita ao Brasil (AGUIAR, 2007).

político significativo para os rumos do país. É por meio dos jornais que a população toma parte da derrubada da Monarquia. Para iniciar a organização do Governo Provisório, são dissolvidos o Senado, a Câmara dos Deputados, o Conselho de Estado e os partidos Conservador e Liberal; uma política de intervenção nas antigas províncias é promovida, sendo antigas lideranças derrubadas por Deodoro da Fonseca, que coloca militares em seus lugares. A autoridade do Governo Provisório paulatinamente era consolidada no conjunto do país. Para que não representasse ameaça ao novo regime, a Família Real fora banida para a Europa.

Vera Lúcia Andrade (1999) apresenta traços consideráveis de relação forte entre o Colégio e o poder constituído: enquanto o Estado atuava como agente, a instituição funcionava como instrumento ao formar quadros da política e da cultura objetivando ocupar postos de alta administração assim como demais postos do funcionalismo público e/ou da gerência de setores secundários, terciários e militares. Identifica, portanto, uma colaboração no processo de formação de parte das elites responsáveis pela condução do país. Por sua localização na cidade do Rio de Janeiro – Município da Corte e Distrito Federal – o Colégio Pedro II realizou uma dinâmica de difundir os valores nacionais, passando pelo pólo civilizador em direção às províncias, de maneira coordenada pela União para direcionar aos Estados. Mantido na esfera do poder central, esteve ao longo de sua história sob os olhares vigilantes de governantes como o Imperador Pedro II e o Presidente Getúlio Vargas.



Figura 1.1: Capa da obra *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo* [DÓRIA, 1997]

Para os ex-alunos Igenesil Marinho e Luiz Inneco (1938), responsáveis pelo Histórico da obra de sua autoria *O Colégio Pedro II Cem Anos Depois*, ao lembrar nomes de ex-alunos e ressaltar ex-presidentes da República que estudaram na Casa, “a fina flor da intelectualidade brasileira” passou pelos corpos docente e discente. Eles consideram que a instituição foi o meio culto “de onde se irradiou, para todo o país, uma fulgurante manifestação de cultura e inteligência”, saindo dela homens eminentes que o Brasil possui nas artes e nas ciências. Tendo sido “creado pela Regencia, mantido pelo Império

e sustentado pela República”, com suas tradições e passado glorioso, o Colégio possuiria um futuro promissor, sempre mirando “sua função de orientador do ensino secundário do Brasil” (MARINHO & INNECO, 1938, p. 18). As linhas que traçaremos adiante, mesclando questões da conjuntura política brasileira e suas respectivas conseqüências para a pauta educacional, bem como para os rumos do Colégio Pedro II, demonstram que nos primeiros anos da República estiveram na ordem do dia um conjunto de ações e a projeção de valores para reordenar o Estado e as relações sociais após desagregar-se o Estado Imperial. Junto à bandeira republicana, apesar do aparecimento de distintas concepções e projetos que sinalizavam disputas por poder e diferenças nas maneiras de compreender o mundo, é evidente uma convergência entre os setores dominantes no que tange a modernização das estruturas imperiais, identificadas como arcaicas, para que estivessem sintonizadas com os novos tempos.

Feitos esses breves resgates históricos, concentrar-me-emos em nosso recorte temporal, que abarca o período em que “numerosas reformas e diversas denominações acontecem ao Colégio Pedro II” (MARINHO & INNECO, 1938, p. 17), iniciado com o processo de proclamação da República e finalizado com as comemorações do Centenário do Colégio Pedro II, em 1937. Buscaremos, nas próximas linhas, trabalhar a historiografia dessa instituição, dialogando principalmente com a clássica obra *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*, de autoria de Luiz Gastão D’Escragnolle Dória³, que realizou a tarefa de escrever sobre os cem primeiros anos do Colégio, após ser incumbido pela Colenda Congregação, pela Portaria de 2 de abril de 1934 (DÓRIA, 1997)⁴.

Com a República proclamada, o primeiro Governo provisório é constituído, sendo este presidido por Deodoro da Fonseca. Anteriormente pertencente ao Ministério do Império, então transformado em Ministério do Interior e este possuindo a figura do Dr. Aristides da Silveira Lobo, o primeiro ocupante do cargo de ministro, fica estabelecida a jurisdição do Colégio Pedro II. É nesse período que o Colégio tem sua denominação modificada para Instituto Nacional de Instrução Secundária, a partir do Decreto nº 09 de 21 de novembro de 1889. Menos de uma semana após a proclamação da República, essa medida caminhava em consonância com a proposta de banimento da Família Real e do apagamento da imagem monárquica, ditados pelo conteúdo moralista do poder militar (ANDRADE, 1999; DÓRIA, 1997). “Memória viva da Monarquia no Brasil, ele começou a incomodar os republicanos em razão de lembrar uma época que, para eles, deveria ser esquecida. O colégio passou então por intensas reformas” (AGUIAR, 2007, p. 35).



Figura 1.2: Luiz Gastão D’Escragnolle Dória [DÓRIA, 1997, p. XV]

³ “Bacharel em ciencias juridicas e sociaes e membro correspondente do Museu Nacional e da Academia Amazonense de Letras; Lente de história universal e especialmente da América e do Brasil do Ext. do Gym. Nac. em 5-11-906. *Posse e exercicio em 7*. Prestou concurso. Regeu, interinamente, no Ext, as cadeiras de francez, inglez, logica e geographia.” (PEREIRA, 1925, [NÃO PAGINADO]).

⁴ A partir desta apresentação, já é possível identificarmos a existência de um movimento, uma preocupação e uma política deliberada da instituição para o registro de sua história. Com esforço e dedicação, Escragnolle Dória cumpriu a missão e publicou o trabalho no ano do centenário. Devido à importância histórica da instituição, houve o projeto de atualização realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP – no ano de 1997.



Figura 1.3: capa da publicação *O Colégio Pedro II Cem Anos Depois* dos ex-alunos Igenesil Marinho e Luiz Inneco (1938).

Um dia antes do Decreto que mudaria seu nome, um ofício é enviado pela direção do Colégio ao Ministro Aristides Lobo, acusando o recebimento da circular em que o Chefe do Governo Provisório o nomeava para o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Interior. Além do informe, prosseguem no documento as seguintes palavras do diretor: “asseguro-vos, Sr. Ministro, minha sincera adesão ao novo regimen, e aguardo respeitosamente as nossas ordens para tudo o que fôr concernente ao serviço da Republica.⁵”

Pouco tempo após Aristides Lobo ter assumido o cargo, especificamente em fevereiro de 1890, Cesário Alvim é nomeado para substituí-lo. O único ato encontrado pelo sucessor de Alvim fora um Aviso que riscava a instrução religiosa dos programas de ensino. Os primeiros meses do governo republicano estão caracterizados por seguidas trocas de personalidades e cargos, que certamente influenciam nas políticas de cada uma das pastas diante do zigue-zague evidente⁶. Após ocorrer uma crise no Governo Provisório, em 19 de abril de 1890 (Decreto nº 346) foi criada uma nova pasta – Instrução Pública, Correios e Telégrafos – assumida por Benjamin Constant, ex-ministro da Guerra e Lente da Escola Militar e da Escola Superior de Guerra. Por meio de Decreto, em 14 de julho, Benjamin Constant modifica o processo de concurso, ocasionando o desaparecimento da defesa de tese e estabelecendo a existência de examinadores para argüir os candidatos nas provas escritas e orais assim como destinando à comissão examinadora e à Congregação o julgamento do concurso (DÓRIA, 1997).

Distrito Federal passa a ser a nova denominação, substituindo o antigo Município Neutro ou da Corte. Benjamin Constant, que já fora docente de ambas as seções da Casa,

⁵ Ofício enviado ao Ministro Il. Sr. Aristides da Silveira Lobo em 20 de novembro de 1889 (COLÉGIO PEDRO II. *Livro de ofícios enviados: 1889-1896*. Rio de Janeiro. 200p.)

⁶ Apesar de discutir processo histórico bastante diferente, Luiz Antônio Cunha (1999) apresenta o termo ‘zigue-zague’ para a seqüência de mudanças realizadas em secretarias e ministérios da Educação. Tomamos apenas o termo de empréstimo.

elabora regulamento anexo ao Decreto de 8 de novembro de 1890, conservando a divisão em Internato e Externato e o curso septenal. Entretanto, torna as duas seções administrativamente independentes e fornece novo nome à instituição: Ginásio Nacional. Para ser admitido no Ginásio Nacional, o postulante deveria atender às seguintes exigências: apresentar o atestado de vacina; portar diploma de exame final primário ou certificado do grau primário, por meio de exame realizado no Ginásio; e contabilizar no mínimo 12 (doze) anos de idade para seu ingresso no 1º ano. A Congregação possuía autonomia para elaborar os programas de ensino, elegendo comissão responsável pelo trabalho. Tais programas eram examinados pelo Conselho Diretor da Instrução, acompanhado do parecer da Congregação e do Reitor presidente. Tanto no Internato quanto no Externato haveria salas de honra, um Panteão, com o objetivo de retratar os distintos alunos pelo talento, amor ao trabalho, procedimento exemplar e demais virtudes, dependendo tais juízos da Congregação. O Ginásio Nacional era composto por 12 (doze) lentes privativos de cada estabelecimento – Externato e Internato – e 6 (seis) lentes comuns às duas seções, cada uma servida por professores de Ginástica, Evoluções Militares e Esgrima. A 22 de novembro, regulamento especial expedido completa a Reforma Benjamin Constant – assinalada como a primeira reforma de ensino no Colégio durante a República – abrangendo plano de estudo e distribuição ao longo dos 7 (sete) anos, organização do corpo docente, jogos escolares, distribuição de prêmios, dentre outras questões (DÓRIA, 1997).

Há 17 (dezessete) anos dirigindo a instrução pública de Pernambuco e destacado aluno do Ginásio Pernambucano, Dr. João Barbalho Uchoa Cavalcanti, acompanhando o movimento pedagógico universal e produzindo obras versando a Pedagogia, sucede Benjamin Constant na Pasta da Instrução Pública a 22 de janeiro de 1891. Duas semanas depois, retorna com os regulamentos anteriores ao regulamento expedido por seu antecessor e também decreta, sem concurso, a permissão da primeira nomeação para cadeiras vagas ou recém-criadas. Bacharel em Letras e Inspetor da Instrução Pública, Dr. Ramiz Galvão propõe que o antigo plano de estudos vigore com pequenas mudanças, além de outras medidas relacionadas ao Colégio, nesse mesmo ano de 1891 (DÓRIA, 1997).

É também em 1891 que ocorre a promulgação da primeira Constituição da República, a 24 de fevereiro, tendo sido eleito pelo Congresso Nacional o marechal Deodoro da Fonseca para os primeiros quatro anos legais. De acordo com Vera Lúcia Andrade (1999), a Constituição Republicana é elaborada, por constituição e natureza, oposta à Carta Outorgada de 1824, apresentando-se radicalmente contra a monarquia hereditária pela graça de Deus. Prosseguindo, explicita que a Constituição fora compactamente presidencialista e federalista,

tendo sido seu projeto modelado pela carta magna norte-americana, somada a algumas influências argentinas, considerando ainda Rui Barbosa seu artífice. Devido à constitucionalização do regime, em dezembro surge a primeira lei orçamentária da República, atribuindo as somas de 175:530\$000 para cada um dos estabelecimentos; além disso, foi também autorizada por esta lei a equiparação das vantagens dos lentes e professores do Ginásio Nacional às dos lentes e professores do ensino superior (DÓRIA, 1997).

Diante da renúncia do então presidente Deodoro em 23 de novembro de 1891, motivada por impasses entre o Presidente e o Congresso, seu Vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto, assume o governo. O Ministério da Instrução Pública é confiado ao Dr. José Hygino Duarte Pereira, professor de humanidades na juventude e lente de Direito no Recife. Em um cenário político-social de “grandes agitações, marcadas pelos antagonismos entre os políticos civis e militares, pelas contendas entre a Armada e o Exército e pela turbulência popular” (ANDRADE, 1999, p. 65), a política educacional também refletiu a inquietação das mudanças do período. Logo, imensa alteração ocorre por meio do Decreto de 2 de fevereiro de 1892, extinguindo o Internato e substituindo-o por 2º Externato. Não apenas no nível da instituição as mudanças aconteceram: também fica extinto o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, forjando a migração da subordinação dos assuntos e interesses relativos ao ensino ao novo Ministério denominado da Justiça e Negócios Interiores, sob a responsabilidade do Dr. Fernando Lobo Leite Pereira. Durante seu comando, é elaborado e aplicado um Código de Ensino, com autorização legislativa prévia. Neste Código, apresentavam-se disposições que garantiam e premiavam os corpos docente e discente principalmente para viagens e permitia a formação de patrimônio por parte dos estabelecimentos de ensino, recebendo doações, legados e subscrições. Esse foi o ano de reformas de ensino. Em novembro, a Lei Orçamentária autorizou a fusão do 1º Externato – do centro da cidade – e o 2º Externato do Ginásio Nacional – o antigo Internato do Campo de São Cristóvão. A divisão desaparece, um novo regulamento é aprovado e as denominações diretor e vice-diretor passam a substituir as de reitor e vice-reitor no alto do corpo administrativo (DÓRIA, 1997).

O ano de 1893 reserva conturbações e perturbações ao contexto de consolidação da República, principalmente a partir da revolta na baía do Rio de Janeiro, que posteriormente conjugar-se-ia com a Revolta Federalista, estendendo-se ao sul do país. Com sua apresentação pelo Partido Republicano Federal para a Vice-Presidência da República, Dr. Fernandes Lobo renuncia ao mandato de senador em Minas Gerais e deixa a pasta da Justiça e Negócios Interiores. Seu substituto, o riograndense do sul Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento,

assumiu interinamente a pasta durante período longo – 8 de dezembro de 1893 a 15 de novembro de 1894. Por meio da Lei Orçamentária de 1894, o Internato seria restabelecido – até então 2º Externato. Com o retorno do Internato, o Decreto de 15 de janeiro de 1894 lhe trazia algumas exigências que merecem nossa atenção: além da instrução militar ser ministrada por oficiais subalternos do exército, os alunos passavam a formar batalhão escolar, de quatro companhias, com o ensejo de exhibir-se publicamente e com garbo. Haveria graduações militares entre os alunos e seria considerado comandante do batalhão o aluno apontado como o mais distinto do estabelecimento. Aos 15 dias de novembro, o Dr. Prudente de Moraes era empossado Presidente da República – marcando a transição do poder militar para o civil – e nomeava como Ministro da Justiça o Dr. Antonio Gonçalves Ferreira, pernambucano de longa prática na magistratura e na administração de sua província. Foi este um ano de bastantes agitações políticas, culminando na tentativa de assassinato do presidente no antigo Arsenal de Guerra (DÓRIA, 1997). Para Vera Lúcia Andrade (1999), esses primeiros anos republicanos estiveram marcados pelo jacobinismo até que ocorresse uma estabilidade. Com a criação da Academia Brasileira de Letras, em 1896, ratifica-se a congregação de uma elite intelectual formada por homens de letras e historiadores, um conjunto de políticos, diplomatas, advogados, médicos, professores distinguidos pela erudição, homens que viveram na virada do século XIX para o XX, acompanhando a passagem da Monarquia para a República.

Em 1896, por leis orçamentárias, ocorre a transferência de atribuições da Congregação – não referentes exclusivamente ao ensino, à disciplina escolar, a programas, a exames, a prêmios ou concursos – para os diretores de estabelecimentos de instrução. Em 1897, esteve o Governo armado de lei orçamentária, sendo permitida reforma do regulamento baixado com a Reforma Benjamin Constant, na sua parte referente ao ensino secundário. Ex-inspetor da Instrução Pública, diretor do Liceu do Ceará entre 1881 e 1883, que outrora exercera interinamente o cargo de professor de Latim no Imperial Colégio, ocupava o cargo de Ministro da Justiça o Dr. Amaro Bezerra Cavalcanti. Em sua gestão, ao referendar o Decreto de 30 de março de 1898, foi aprovado novo regulamento, a vigorar não apenas no Ginásio Nacional mas em todo o ensino secundário a cargo dos Estados. Manteve-se a divisão em Externato e Internato, regidos pela mesma lei, independentes quanto à administração, unidos os professores em congregação única, cuja presidência revezava-se anualmente entre os Diretores dos dois estabelecimentos. Dois cursos simultâneos abrangeriam o ensino: propedêutico ou realista – Latim e Grego não eram estudadas –, de seis anos; outro humanista, de sete anos. O sétimo ano seria um curso de revisão e estudo de Literatura Geral e Nacional e

de História da Filosofia. Promoções de ano substituíram os exames. Ao final do curso propedêutico, o aluno recebia certificado de conclusão de curso secundário, possuindo direito de requerer, mediante condições, exame de madureza, que seria realizado ante a Congregação, formando prova geral de habilitação. A habilitação nos exames de madureza, por sua vez, conferia ao aprovado o grau de bacharel em ciências e letras. Exames de madureza, de admissão, concursos para lentes, pessoal administrativo e colação de grau foram tratados nesse Decreto. A constituição do exame de madureza e o aproveitamento de professores dos extintos Cursos Anexos às Faculdades Jurídicas de São Paulo e Recife para preenchimento no Ginásio Nacional de segundas cadeiras de Línguas Vivas e Matemática foram duas significativas causas para a oposição dificultar a aplicação da Reforma Amaro Cavalcanti. Com o objetivo de apressar sua nulificação, o Governo autorizaria a reformar novamente. Diante de incertezas quanto a vistas e propósitos, em 1897 e 1898 o Externato e o Internato não graduaram bacharéis em letras, “sucesso único nos cinquenta e dois anos de existência do Pedro Segundo no Império, sucesso duas vezes ocorrido nos seus nove anos de vida na República” (DÓRIA, 1997, p. 180).

Em 1899, com o Decreto de 8 de abril, ocorre aplicação de reforma no Ginásio Nacional, referendada pelo Ministro da Justiça da presidência de Campos Salles, Dr. Epitácio Lindolpho da Silva Pessôa. Nessa, contendo um texto de 166 artigos, as disposições de maior relevo incluíam: o curso do Ginásio abrangendo seis anos, os exames seriam de promoções sucessivas e de madureza, a manutenção do curso propedêutico e a nomeação dos diretores recaindo sobre lentes do Ginásio ou cidadãos brasileiros de notória competência. No dia 1 de janeiro de 1901, o Governo utilizaria autorização legislativa expedindo o Decreto que aprovava o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça. Antes de terminar o mês, o Ministro da Justiça Epitácio Pessôa referendava Decreto que aprovava regulamento para o Ginásio Nacional. Segundo Raja Gabablia, pouco diferia do anterior; sua originalidade foi extinguir a cadeira de História do Brasil. No ano seguinte, apenas alguns avisos do Ministro da Justiça, José Joaquim Seabra, lente de Direito no Recife, atingiram a instituição. Em 1903, com Seabra à frente do Ministério da Justiça, o Decreto legislativo de 24 de agosto tornaria privativas duas cadeiras até então comuns ao Externato e ao Internato, as de Lógica e Literatura. Além disso, foram revogados quatro artigos do Código de Ensino de 1901, relativos à impressão e prêmios de trabalhos elaborados por professores e ao prêmio de viagem concedido de dois em dois anos para investigações científicas no estrangeiro (DÓRIA, 1997).

Por promoção do deputado federal de Santa Catarina, Dr. Victorino de Paula Ramos, foram elevados os vencimentos dos professores catedráticos em 1906. Sob a presidência de Affonso Penna, antigo deputado geral e ministro três vezes na monarquia, em 1907, o Ministro da Justiça Dr. Tavares de Lyra referenda Decreto que eleva a gratificação dos diretores do ensino superior e também a dos diretores do Ginásio Nacional. No último dia do ano de 1908, o Governo usou autorização orçamentária e mandou observar o regulamento subscrito pelo Dr. Tavares de Lyra. Com providências relacionadas à administração patrimonial dos diversos estabelecimentos subordinados ao Ministério da Justiça, dentre os quais o Ginásio Nacional, o conjunto de ações incluía para este em específico uma quantia superior a setecentos contos fixada como verba orçamentária e a suspensão da admissão de matrículas gratuitas por excesso de alunos extraordinários. No ano letivo de 1908, o Ginásio Nacional fora alvo da atenção do Dr. Tavares de Lyra, que pretendeu reformar o Ginásio mediante autorização legislativa. Apesar de seu plano não ter sido executado, várias das medidas defendidas foram postas em prática posteriormente. Coube ao Ministro o ensejo de mandar apurar pelo Ministério a seu cargo o patrimônio da instituição, tanto do Externato quanto do Internato – este passando por grande remodelação material em 1908, sendo esta remodelação lembrada em opúsculo ilustrado. O Sr. Pedro Guedes de Carvalho e o Dr. Luiz Augusto Drumond Alves estiveram incumbidos de estabelecer positivamente o valor do patrimônio da Casa, não administrado desde 1860, quando foi extinto o cargo de tesoureiro do Colégio e suas apólices e imóveis foram passadas à guarda da Recebedoria do Tesouro Nacional e posteriormente à Diretoria de Rendas Públicas do mesmo Tesouro. Apesar de escassas informações, de princípio foi apurado ser “o patrimônio do ex-seminário de São Joaquim, ex-Colégio de Pedro Segundo, então *Ginásio Nacional*, composto de 163 apólices da dívida pública de 1:000\$000, juros de 6% e de 2 apólices de 400\$000, do edifício do Externato, da igreja de São Joaquim, e de 30 prédios, cabendo ao patrimônio em 10 deles só a quarta parte.” (DÓRIA, 1997, p. 187). Enfim, em 1908, a comissão que realizou o trabalho “pôde fixar o total do patrimônio do Ginásio. Computou-o em 4.496:457\$427, excluindo do cálculo o edifício do Externato, avaliado na época em 580:000\$000 e o do Internato em 200:000\$000” (DÓRIA, 1997, p. 187).

Em 1909, falece o presidente Affonso Penna e ocorre uma reviravolta política na sucessão desencadeada pelo Vice-Presidente Dr. Nilo Peçanha. Este, ao ascender à suprema magistratura, logo determinou modificação ministerial. Dr. Tavares de Lyra foi exonerado de sua pasta a pedido, sendo substituído pelo Dr. Esmeraldino Olympio Torres Bandeira, formado em Direito no Recife e posteriormente lente de Direito Penal em Faculdade jurídica

do Rio de Janeiro. Ao assumir a Pasta, Esmeraldino encontrou o Senado Federal a discutir a reforma dos ensinos superior e secundário de alçada da União, tomando a iniciativa de apresentar relatório no qual comentou sobre a reforma,

“pugnando pelo preparo pedagógico de professores, pela cultura generalizada e não especializada em relação a alunos, pela simplificação de programas acarretando a inutilização da sobrecarga dos mesmos, por boa forma de exames, criticando a existente e terminando por condenar a colocação do Externato em edifício sem as condições mais comuns de higiene pedagógica.” (DÓRIA, 1997, p. 188).

Aos quatorze de julho do mesmo ano, um Decreto dava duplo nome ao antigo e unificado Imperial Colégio de Pedro Segundo, nas duas seções, modificando o Externato do Ginásio Nacional para Colégio de Pedro Segundo e o Internato para Colégio Bernardo de Vasconcellos. Tais mudanças, que tiveram como justificativas a importância de ambos para a História do Colégio, abalaram a identidade da instituição e a quebra da unidade foi sentida de maneira intensa pelo corpo docente e discente das duas Casas, “podendo ser exemplificada pela luta em prol da volta da designação uma e tradicional do colégio” (ANDRADE, 1999, p. 74).

Marechal Hermes da Fonseca⁷ foi eleito Presidente da República para o quadriênio de 1910 a 1914. Assumiria a Pasta da Justiça o Dr. Rivadávia da Cunha Corrêa, que, aos cinco de abril de 1911, referendava Decreto⁸ modificando inteiramente a orientação pedagógica do ensino, estabelecendo por meio de 137 artigos a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Tal Lei fornecia autonomia didática e administrativa aos institutos até então subordinados ao Ministério da Justiça, criando também o Conselho Superior do Ensino que substituiria a função fiscal do Estado. Em relação ao Colégio de Pedro Segundo, o vice-diretor passava a ter o simples dever de substituir o diretor em exercício nos impedimentos. Antes sob função do vice-diretor, a manutenção da ordem interna passava para o então criado cargo de chefe de disciplina, um para o Externato e outro para o Internato, funcionários escolhidos e nomeados pelo diretor. Apenas os professores ordinários, anteriormente catedráticos, poderiam ser eleitos diretores. Além disso, extingue-se o bacharelado em letras iniciado em 1843 e o Colégio passa a obedecer a direção única das duas seções. Em todo o seu texto, não há referência nominal ao Colégio Bernardo de Vasconcellos, nomenclatura atribuída ao Internato em 1909, ocorrendo, portanto, a conservação do nome do imperial patrono: Colégio de Pedro Segundo. Inspirada nos processos de ensino alemães, a

⁷ Ex-aluno da instituição, destacaremos algumas das peculiaridades às vésperas de sua posse mais à frente.

⁸ Não é feita a referência ao número do referido decreto.

Lei Orgânica, que também tratava da composição do corpo docente de cada instituto de ensino, da nomeação de professores extraordinários efetivos por meio de listas tríplices, da composição, normas e fins das Congregações e criava a livre-docência, estabeleceu concurso de títulos e obras, exigindo estágio no magistério superior, suprimindo o concurso de provas para o provimento de cátedras. Profundas modificações trouxe a Reforma de 1911, que ainda dividiu o ano letivo em dois períodos: de 1º de abril a 31 de julho; e de 15 de agosto a 31 de dezembro, finalizando-se as aulas a 30 de novembro. Possuir as idades máxima de 14 anos e mínima de 12 anos para matricular-se como interno e externo, respectivamente, eram exigências. Seu artigo 82 apontava a polícia acadêmica como mantenedora da ordem e da moral no seio da corporação acadêmica. Para as infrações haveria penas disciplinares a docentes e discentes. Os inspetores de alunos, sob o comando do chefe de disciplina, estavam encarregados de manter a ordem interna no Colégio. O artigo 124 excluía a concessão de títulos acadêmicos, determinando que, ao término das provas escolares, o aluno receberia o certificado que lhe competia, de acordo com os regulamentos especiais, mediante pagamento da respectiva taxa (DÓRIA, 1997).

Iniciando sua gestão como diretor ao final de 1912, o Dr. Eugênio de Barros Raja Gabaglia, que merecerá atenção mais detalhada, criou o Anuário do Colégio. Em 1914, o Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes sucede Marechal Hermes da Fonseca na Presidência da República e o Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, antigo deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é nomeado Ministro da Justiça. Após ouvir autoridades pedagógicas de várias espécies, o novo Ministro reforma o ensino a cargo da União, por meio do Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915, no qual havia uma parte reservada ao Colégio de Pedro Segundo. Estavam presentes disposições como a fixação do período letivo de 1º de abril a 15 de novembro, com 80 lições compreendendo o ano escolar; a simplificação dos exames de admissão; mudanças nos processos de exames; instituição de exames parciais com precedência de certas disciplinas; nomeação dos diretores dos institutos de ensino pelo Presidente da República; fortalecimento da constituição, do funcionamento e das atribuições das Congregações; e o restabelecimento integral das solenidades de colação de grau, de distribuição de prêmios e da entrega dos certificados de conclusão de curso. De maneira explícita, em seu artigo 30, a Reforma Carlos Maximiliano declarava como difusor do ensino das ciências e letras o Colégio de Pedro Segundo. Sob a direção de Araújo Lima, que interpretava que o ensino secundário passava por uma fase de verdadeiro renascimento, o Colégio passou a adotar a prática de canto de hinos patrióticos, tendo sido a *Canção da Marcha* composta e musicada especialmente para o estabelecimento, de significativa utilidade

para a instrução militar obrigatória nas duas seções do Colégio – após o regulamento anexo ao Decreto de 8 de maio de 1908. Criavam-se batalhões escolares no Externato e no Internato, sendo que ambas concorriam a solenidades cívicas. Ao passo que mantinha boa situação financeira, o Colégio também permanecia preterido para instrução de alunas. Particularidade importante de apresentarmos fora o empenho do Ministro em excluir os filhos de homens conhecidos como abastados dentre os alunos gratuitos, preferindo que os órfãos pobres preenchessem as vagas anuais dos dispensados do pagamento de mensalidades (DÓRIA, 1997).

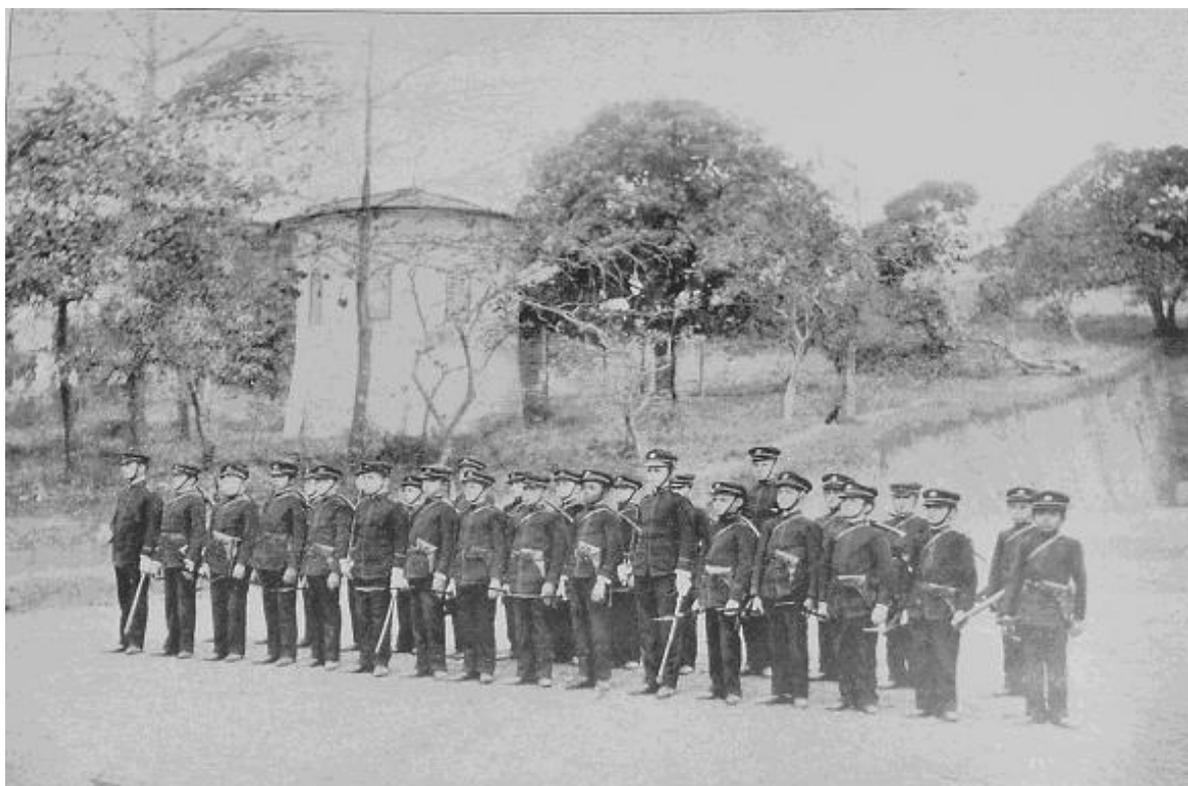


Figura 1.4: Uma secção de sapadores do batalhão escolar. [INTERNATO DO GYMNASIO NACIONAL, 1909]

A Reforma de Carlos Maximiliano teria a longa duração de 10 anos, até que em 1925, durante a presidência de Arthur Bernardes e o Ministério da Justiça sob o comando do Dr. João Luiz Alves, foi estabelecido, a 13 de janeiro, o Decreto 16.782-A, vulgarmente conhecido como Reforma Rocha Vaz. É criado o Departamento Nacional de Ensino – diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores – cujo Diretor-Geral presidiria o Conselho Nacional do Ensino, criado em substituição ao Conselho Superior do Ensino. O Decreto providenciou o número de disciplinas do curso secundário, seus programas, exames de promoção e finais, conferindo o bacharelado ao sextanista que

obtivesse aprovação em todas as matérias do último ano. Também fixou em dez anos a idade mínima para matrícula no Colégio e aboliu a unidade de direção das duas seções (DÓRIA, 1997).

Comenta-se a respeito de alguns dias de sobressalto geral refletidos no Colégio durante o final do ano letivo de 1930, por conta dos sucessos políticos finalizados com a mudança radical nas instituições vigentes, que inclusive afastou do Governo o então presidente Dr. Washington Luiz Pereira de Souza e ex-aluno do Internato no Império. As mudanças que abalaram o país produziram efeitos também sobre o Colégio. Foi deposto o presidente a poucos dias de terminar seu mandato e houve consequente entrega ao sucessor eleito e reconhecido Dr. Júlio de Albuquerque Prestes.

Vindo do Rio Grande do Sul, sua terra natal, Dr. Getúlio Dornelles Vargas chegava à capital para chefiar o Governo Provisório. Parte do edifício do Externato fora transformada em quartel provisório do exército trazido pelo movimento revolucionário ao Rio de Janeiro, inaugurando um período político denominado República Nova. Com o 8º Batalhão de Caçadores aquartelado em boa parte do edifício do Externato, relembra-se certa história, haja vista que, ao tempo do Príncipe Regente, o seminário de São Joaquim dera guarida a tropas portuguesas.

No dia 14 de novembro de 1930, fora criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, por meio do Decreto n. 19.402; na sequência, o Decreto n. 19.518, de 22 de dezembro de 1930, desliga do Ministério da Justiça e Negócios Interiores repartições que passam a se subordinar ao recém-criado Ministério. Aos onze de abril do ano seguinte, é criado o Conselho Nacional de Educação; e, uma semana após, a organização do ensino secundário passa a ser dividida em dois ciclos: o primeiro, com duração de cinco anos, denominado curso fundamental; e o segundo, com duração de dois anos, chamado de curso complementar (SILVA, 2009). Todavia, é em 1932 que, por meio do Decreto n. 21.241, no dia 4 de abril, são consolidadas as disposições para o ensino secundário e apresentadas demais providências. Todos esses Decretos foram já expedidos pelo Chefe do 2º Governo Provisório da República, Dr. Getúlio Vargas, que assumiu o poder republicano após o triunfo da “revolução de 1930”, sendo empossado no dia 3 de novembro daquele ano (DÓRIA, 1997).

De maneira geral, observamos que o Colégio Pedro II passou por diversas transformações no âmbito educacional. Apesar de um período crítico em que as mudanças de nome somadas às reformas educacionais implementadas geraram uma crise de identidade na instituição, “foi possível contar com a participação dos professores, alunos e ex-alunos no resgate da memória da instituição. Dessa forma, as dificuldades foram superadas e o colégio

sobreviveu à crise retomando seu nome de origem.” (AGUIAR, 2007, p. 36). Amparados principalmente pela contribuição de Escragnole Dória, responsável por registrar a memória do Colégio Pedro II acerca de seus cem primeiros anos de existência, podemos apontar a ligação tênue entre as propostas político-pedagógicas elaboradas, apresentadas ou decretadas pelo Estado Republicano e a materialização do ensino secundário no cotidiano do Colégio Pedro II. Notamos que desde a Proclamação da República até o ano de 1915, a maior parte dos registros pertencentes à obra possui relação forte com os agentes mais gerais do Estado, como os Presidentes, Vice-Presidentes e Ministros. Apesar de apresentar registros sobre os diretores, vice-diretores, reitores, vice-reitores, alunos formados, alguns funcionários etc. nesse período assinalado, é principalmente a partir de 1925 que a obra apresenta uma nova guinada, diminuindo as relações com o contexto sócio-político e passando a estar destacados com maior relevo os sujeitos escolares do Colégio Pedro II. A discussão sobre o seu cotidiano será nosso foco no capítulo seguinte.

Entre os anos de 1889 e 1937, a Instrução Pública brasileira passa por nada mais nada menos que nove Reformas⁹, praticamente uma reforma a cada cinco anos e quatro meses aproximadamente. Para Vera Andrade (1999), as sucessivas reformas de ensino possuíam como meta a formação integral do cidadão republicano e o Colégio auxiliava para que eruditos homens de letras desenvolvessem trabalhos ao mesmo tempo em que ocupassem cargos nos ministérios, secretarias de Estado, hospitais e escolas.

Ao abordar a história da escola primária no Estado de São Paulo dentre os anos de 1890 e 1976, Rosa Fátima Souza (2009) possibilita uma contribuição para nossas discussões ao tratar dos vínculos existentes entre a educação e o nacionalismo e a construção da nacionalidade. Para a formação da juventude e sua integração sócio-política, a escola funciona como um cenário para que sejam forjados o cidadão e a nação. Nesse sentido, as diferentes interpretações sobre o país e conseqüentes disputas não apenas de concepção como também de objetivos quanto aos rumos do país influenciaram significativamente as reformas propostas para o ensino secundário, nível de ensino de onde rumaram importantes figuras para os cursos de ensino superior, responsáveis por materializar a continuidade do projeto vigente de Estado Republicano. Apesar das disputas existentes quanto aos rumos do país e conseqüentemente

⁹ Reforma Ministro Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1890); Reforma Ministro Amaro Bezerra Cavalcante (1898); Reforma Ministro Eptácio da Silva Pessoa (1899); Reforma Ministro Eptácio da Silva Pessoa (1901); Reforma Ministro Augusto Tavares de Lyra (1908); Reforma Ministro Rivadávia da Cunha Corrêa (1911); Reforma Ministro Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (1915); Reforma Ministro João Luiz Alves / Juvenil da Rocha Vaz [presidente do Conselho Nacional de Ensino] (1925); e Reforma Ministro Francisco Campos (1931/32) (ANDRADE, 1999).

quanto às concepções de educação presentes nas reformas, é possível observarmos a existência do cultivo de um ideal cívico-patriótico proposto para a formação da juventude como um direcionamento em comum, uma espécie de consenso entre os setores dominantes para garantir a ordem do Estado. Com isso, sendo o Colégio Pedro II um modelo de estabelecimento secundário, depreendemos ter se encontrado a instituição na vanguarda da formação do povo brasileiro, não apenas por meio dos conteúdos de suas matérias e programas como também pelo conjunto de práticas simbólicas presentes em seu cotidiano, que trataremos no próximo capítulo.

Consideramos pertinente ainda problematizar a relação entre o cenário político e a história de uma instituição educacional, amparados pelas discussões de René Rémond (2003) acerca da história política. Como lugar das lutas de poder, o Estado, nem soberano tampouco imparcial, envolve uma série de disputas e conflitos por meio dos quais as iniciativas desencadeadas pelos poderes públicos – autoridades governamentais, tanto nas questões econômicas quanto nas políticas para a educação e demais áreas – expressam a correlação de forças existentes. A sequência de acontecimentos que problematizamos acima a partir do registro institucional do Colégio Pedro II aponta para a importância de situarmos o contexto histórico incidindo sobre o campo educacional, tanto na relação entre e de seus gestores – Ministros, Secretários, Diretores – e atores do cotidiano – os próprios docentes, funcionários e estudantes – com a conjuntura do período. É importante ressaltar também que as opções políticas apresentadas são pautadas a partir da diversidade, da multiplicidade e dos antagonismos existentes na relação de forças, proporcionando aos governantes, à administração do Estado, dessa maneira, uma capacidade de arbitrar balizados pela ideia que fazem do interesse superior da coletividade nacional, atraindo majoritariamente as concepções do grupo hegemônico no poder. Não há neutralidade nas instituições e elas não apenas traduzem com completa dependência a relação de força na extremidade de uma cadeia causal. Pelo contrário, elas possuem, desenvolvem e aprimoram uma eficácia própria, por vezes desequilibrando e tumultuando as relações de forças, situações que poderemos observar inclusive capitaneadas pelo corpo discente do Colégio Pedro II no último capítulo deste trabalho.

Para finalizar, é nítida e paradoxal a centralidade da importância do Colégio Pedro II, ao mesmo tempo instituição de modelo para o ensino secundário e espaço de formação da juventude para ocupar distintos papéis na condução da nação e possuidora de uma história atrelada ao Estado Imperial, que precisava ser superado para o sucesso da ordem republicana. Se, em determinados momentos, o próprio nome do antigo imperador é considerado um

problema, posteriormente, com a consolidação da República, o mesmo é apropriado e integrado e recebe diversas homenagens e elogios por conta da existência do Colégio. Existe uma rede social forte entre os sujeitos que passam pelo estabelecimento e os rumos do Estado Republicano e é possível perceber uma forte adesão por parte dos sujeitos escolares ao desenvolvimento e fortalecimento da Pátria, inclusive passando pela preocupação de produzir e registrar sua memória histórica. Esse contexto de produção e registro da memória será analisado no próximo capítulo, centralizando os aspectos relacionados aos sujeitos escolares em seu cotidiano.

CAPÍTULO 2

O registro e a memória dos sujeitos escolares e seu cotidiano para a História do Colégio

Pedro II

O que dizer de ti? Um colégio tão especial!
 Que ainda desperta os mais puros sentimentos
 Consegue modernizar-se, sendo tradicional
 Sempre palco de inesquecíveis momentos
 (...)

Direi: é uma honra usar o emblema
 De um colégio que glória se chama
 Receba este meu tão singelo poema
 Como homenagem de quem te ama

Dezembro de 2001,

Ana Helena Tavares

CPII Engenho Novo – 1996 - 2002

Conforme já apresentamos, o trabalho de pesquisar, selecionar e escrever a obra *Memória Histórica do Colégio Pedro II* ficou sob responsabilidade de Escragnolle Dória. Certamente, as opções acerca de quais assuntos seriam mais ou menos pertinentes para serem incluídos nesse registro do primeiro centenário da instituição encontram-se carregadas de juízos de valor e visões de mundo do referido professor. Nessa seção, trataremos dos registros referentes aos sujeitos escolares e seu cotidiano, dividindo em temas correlatos – obviamente limitados pelas escolhas feitas pelo autor responsável pela obra – como os importantes destinos dos que passaram pelo Colégio, questões pedagógicas e condições de trabalho docente e administrativo, os reitores e diretores da instituição, a concepção de disciplina, as celebrações e premiações, a instrução militar e os desportos, a circulação dos saberes e das notícias escolares e o Centenário da instituição. Enfim, temas que, ao serem registrados, fornecem elementos para dialogarmos com as culturas escolares existentes no dia-a-dia das primeiras décadas do período republicano bem como com as concepções pedagógicas propostas para educar um corpo disciplinado e preparado para manter e gerir o Estado Republicano.

2.1 – Destinos dos sujeitos escolares

Bacharéis em ciências e letras

Concluintes do ensino secundário, os bacharéis em ciências e letras faziam parte de uma plêiade intelectual versada em letras. Tinham a oportunidade de vivenciar e se exercitar na arte da escrita e travavam contato com autores clássicos da literatura nacional e internacional. Encontravam meios de praticar essa cultura ornamental em saraus, bailes, encontros familiares, teatro, agremiações literárias e na imprensa estudantil (SOUZA, 2008).

Entre idas e vindas no que concerne o título de bacharel em ciências e letras, em diversos anos letivos encontra-se apresentada a quantidade de alunos formados pela instituição. Quando tais alunos são nomes que futuramente ocupariam importantes e influentes cargos, relacionados majoritariamente ao exercício do magistério, sua citação ocorre nominalmente, explicitando sua contribuição para os rumos da sociedade, mais especificamente para a garantia dos novos tempos republicanos¹⁰. Apresentamos, portanto, a seguir, as referências de quantidade de bacharéis formados em ambas as seções do Colégio em cada um dos anos letivos mencionados na obra de Escagnolle Dória (1997), citando os supracitados *destaques*¹¹.

Ano Letivo	Quantidade de Bacharéis	Destaques
1891	19	Francisco Pinheiro Guimarães , lente de Português e Literatura; Sylvio Alfredo Bevilacqua , Secretário do Internato
1892	13 no Externato e 9 no Internato	Raul Paranhos Pederneiras , professor de Direito e da Escola Nacional das Belas Artes; João Marinho de Azevedo , professor de Medicina; Gastão Mathias Ruch Sturzenecker , que passaria para o corpo docente do Ginásio Nacional “pela competência e assiduidade, um dos ornamentos da Congregação e do ensino público” (DÓRIA, 1997, p. 177); Carlos Leopoldo Jorge Sallaberry , professor interino; José Bernardino Paranhos da Silva , servidor da instrução pública em vários

¹⁰ Tal situação é possível, visto que a obra é publicada em 1937, havendo a possibilidade de comparar os nomes contidos nas listas de formandos com a vida política, cultural, educacional do país,

¹¹ Os destaques estão relacionados às futuras ocupações dos bacharéis em ciências e letras.

		cargos, inclusive Diretor do Internato
1893	10 no Externato e 4 no Internato	Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães , professor da Faculdade de Medicina; Luiz Cantanhede de Carvalho e Almeida , professor da Escola Politécnica
1894	10 no Externato e 3 no Internato	Sem referências
1895	6 no Externato e 5 no Internato	Henrique César de Oliveira Costa , lente do Ginásio e da Escola Politécnica; Heitor Lyra da Silva , lente da Escola das Belas Artes
1896	7 no Externato e 11 no Internato	Everardo Adolpho Backeuser , lente distinto da Escola Politécnica; José Ferreira da Costa Piragibe , “lente interino do Colégio, diretor do Instituto Ferreira Vianna e do Instituto Profissional João Alfredo, figura de relevo no magistério secundário” (DÓRIA, 1997, p. 179)
1897	Nenhuma das seções graduou bacharéis (conforme citamos anteriormente, na seção 1.2)	
1898		
1899	4 no Externato	Sem referências
1900	8 no Internato	Sem referências
1901	16 no Externato e 11 no Internato	Sem referências
1902	19 no Externato e 3 no Internato	Antenor Nascentes , figura que deveria honrar altamente o magistério no Colégio; Aloysio Ferdinando de Souza da Silveira e Washington Garcia , dedicaram-se ao ensino normal e particular
1903	16 no Externato e 2 no Internato	Carlos Américo Barbosa de Oliveira e Cipriano Amoroso Costa , dedicar-se-iam ao ensino superior na Escola Politécnica
1904	Não houve menção	
1905	11	“ João Baptista de Mello e Souza , fadado a professor da Casa; e Carlos Leoni Werneck , fadado ao magistério e à diretoria da

		Escola Normal” (DÓRIA, 1997, p. 183)
1906		Não houve menção
1907	7 no Externato e 1 no Internato	Sem referências
1908	5 no Internato e 14 (ou 9) no Externato ¹²	Cecílio de Carvalho , futuro bibliotecário do Ginásio; Leonidas Ribeiro de Rezende , vindouro lente de Direito da Universidade do Rio de Janeiro; Quintino do Valle , chefe de disciplina do Internato em 1915 e já lecionando várias disciplinas entre 1909 e 1915 antes de tornar-se lente catedrático por concurso; Mário Paulo de Britto , lente da Escola Politécnica e acatado diretor de ensino federal e municipal; João Baptista Ferreira Pedreira , íntegro magistrado e especializando-se no cultivo e na propaganda da língua latina
1909	2 no Internato e 9 no Externato	Euclides de Medeiros Guimarães Roxo , “laureado com o prêmio Panteão, futuro diretor e professor da casa” (DÓRIA, 1997, p. 189); Maurício Joppert da Silva , professor da Escola Politécnica; Pandiá Hermann de Tautphoeus Castello Branco , professor da Escola de Comércio
1910	15 no Externato e 2 no Internato	Arnaldo de Moraes , professor de Medicina; Ciro Romano Farina , professor do Colégio; Guilherme José Jorge , professor da Escola Wenceslau Braz; José Philadelpho de Barros Azevedo , professor do Colégio e um distinto aluno, merecedor do prêmio Panteão, possuindo retrato colocado em sala nobre
1911		Devido à extinção do título pela Lei Orgânica, não houve bacharéis
1926		Com o restabelecimento do curso de Bacharelado, Mário de Oliveira e Silva fora o único aluno a frequentar o 6º ano.

¹² A informação apresentada na obra encontra-se dúbia. Anteriormente, Escragnoille Dória (1997) apresenta na maioria dos anos letivos a quantidade de bacharéis em cada uma das seções. Em relação ao ano letivo de 1908, ele apresenta claramente 5 bacharelados pelo Internato, citando os destaques; em seguida, inicia uma oração informado que quatorze foram os bacharéis do referido ano. Optamos por apresentar essa dubiedade, podendo ter sido formados apenas nove bacharéis pelo Externato ou os quatorze, pois em seguida são feitos os destaques dos ex-alunos desta seção.

1927	Colaram grau os bacharéis em ciências e letras os alunos do Externato Antônio Gabriel de Paula Fonseca, Carlos Rocha Mafra de Laet , neto de Carlos de Laet, José Cândido Sampaio de Lacerda e Luiz Torres de Barbosa.
------	--

É interessante observarmos, a partir do quadro acima, a partir de quais parâmetros ocorre o destaque do bacharel formado e seu respectivo destino. Os bacharéis, ao ocupar cargos e funções relacionadas ao magistério em instituições de ensino secundário ou superior distintas, se consolidam como quadros do Estado em diversos níveis do ensino, inclusive retornando ao Colégio Pedro II como funcionários ou professores. Diante desse cenário, tornar-se-iam mais fortalecidos os ideais e as concepções da ordem republicana, apreendidas, desenvolvidas e passadas para as gerações seguintes.



Figura 2.1: Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Presidente da República (1910-1914).

Ex-aluno do Colégio, agora Presidente da República

Instigante ainda é o relato após a eleição de Marechal Hermes da Fonseca para ser Presidente da República entre 1910 e 1914. Por iniciativa dos Drs. José Moreira Pacheco e João Maria Portugal, estiveram reunidos os discípulos do novo chefe da nação em almoço íntimo, ocorrido em 6 de janeiro de 1910 na casa de um deles, na praia de Botafogo. Neste evento, 35 antigos colegas do Marechal Hermes participaram da refeição, recordando

episódios da vida no Imperial Colégio Pedro II durante sua passagem como discentes – entre 1868 e 1869. Quase quatro décadas após terem se formado no Colégio – ainda durante o período Imperial – o relato do almoço nos sugere uma rede de sociabilidade dos ex-alunos, que, independentemente das posições sociais e cargos ocupados nas diversas esferas da sociedade, mantêm com firmeza a sua ligação com a instituição, o que há de comum entre todos eles, do presidente ao médico, passando por um professor.

Além de dois retratos homenageando o ex-reitor Conselheiro Manoel Pacheco da Silva e o ex-professor José Manoel Garcia, o menu do almoço recordava o período:

CARDÁPIO

- 1 – Uma porção de coisas esquisitas para abrir o apetite.
- 2 – Mistura de coisas do mar, com produtos de terra, vegetais e animais, como gostava o nosso velho Reitor, Conselheiro Pacheco.
- 3 – Arranjos de galinha, pelo sistema do secretário Garcia, amante de canários do reino.
- 4 – Badejo com molho, cuja receita o velho latinista Souza aceitaria.
- 5 – Língua com gelatina, mais quente que a do inspetor Aguiar, que não tinha papas na mesma.
- 6 – Neve artificial, com o respectivo álcool, para ficar a gente gelada, tal como quando o Halbout exigia as regras de cor.
- 7 – Peru, um pouco mais gordo de que era o Bóscoli, mesmo com a flecha em roletes. Isto vai com presunto, conforme o costume, e o “visto” do Brito escrivão, metucioso o Francisco Bernardo de Brito, como bom custódio da Fazenda Nacional.

Para adoçar a boca, uma fruta daqui e dalém mar, conforme a geografia do Abreu.

Para sobremesa uma série de complicações, piores que os exames com aquele pessoal todo.

Apesar de jovens, há vinhos velhos e águas moças, licores e preciosa rubiácea, para que vejam que somos todos brasileiros. (DÓRIA, 1997, p. 189-190)

Conforme Escragnolle Dória (1997), era um resumo gastronômico da vida colegial, destacando figuras magnas ou modestas da instituição. Antes de discorrer acerca dos discursos fora da retórica dos convivas presentes e dos entusiasmados brindes, o autor explica as evocações espirituosas:

Avultava na evocação o reitor, Conselheiro Pacheco, seguindo-se-lhe o secretário José Manoel Garcia, por alcunha o canário do reino, visto ser muito louro, ao Marquês de Abrantes, por orador dulçuroso dada também a alcunha de canário do Senado.

O badejo com molho trazia à lembrança o professor de Latim, Dr. António José de Souza, ao que diziam gastrônomo na pausa dos gerúndios.

A língua com gelatina, "mais quente que a do inspetor Aguiar", aludia a veemências de voz ou palavras de Carlos Augusto da Costa Aguiar, zelando disciplina.

A neve artificial era de lembrete, ao treme-treme das sabatinas gramaticais de Halbout, com o peru recordava as arguições de José Ventura Bóscoli, professor de Matemática, seguindo com a flecha em roletes demonstrações na pedra, já nas extrações de raiz cúbica, já no desenvolvimento do problema dos correios, já no teorema do quadrado da hipotenusa.

As frutas daqui e dalém mar, para adoçamento de boca, resumiam pomiferamente as lições de geografia do bondoso Pedro José de Abreu, em antonimia com Halbout, ríspido e justo.

O fecho do cardápio dos convivas do almoço de 6 de janeiro de 1910, com vinhos velhos e alguns moços era chistoso resumo de horas sobressaltadas.

Daí constar a sobremesa "de uma série de complicações, piores que os exames com aquele pessoal todo".

Estas quatro últimas palavras punham em reminiscência o fim dos anos letivos, o fechar de contas de aplicação prestadas a examinadores, contas de relativa tranquilidade para estudiosos, de susto e remorso para quem preferira nas aulas e em casa livro fechado a aberto. (DÓRIA, 1997, p. 190)

Os apelidos, as caricaturas e as práticas daqueles que eram responsáveis pela administração, pelo ensino e pela organização da instituição eram recordados com irreverência pelos ex-alunos, demonstrando de que maneira esses elementos do cotidiano da escola ainda se encontravam vivos e latentes na memória dos que lá estudaram quarenta anos antes.

Reitores e diretores

Iniciam o período republicano como reitores Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito no Externato e Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello no Internato.

Primeiro bacharel a exercer o cargo de reitor, Paranhos de Macedo encontra-se à frente do Internato entre 1890 e 1891, sendo então substituído pelo Dr. Alfredo Piragibe, segundo bacharel a ser reitor. Este falece em 1897, dando lugar ao Dr. José de Souza da Silveira, cujo óbito repentino ocorre em 1900. Dr. Alexandre Camillo assume o cargo até 1901, quando deixa a diretoria para que o Dr. João Antônio Coqueiro a assumira, este desprovido de cabedais mas rico de força de vontade. Após a transferência de Coqueiro para o Externato, Dr. Leôncio Correia dirige a seção até 1907, quando o bacharel em letras Dr. José Bernardino Paranhos da Silva¹³ ocupa o posto.

Em janeiro de 1892, José Veríssimo Dias de Mattos assume a reitoria do Externato. Aos 15 de setembro de 1898, Dr. Francisco Carlos da Silva Cabrita substitui José Veríssimo na direção do Externato, exonerado a pedido. Cabrita seria substituído apenas em 23 de março de 1903, sendo nomeado seu substituto o vice-diretor em exercício Dr. José Gil Castello Branco, que falece em 14 de fevereiro de 1905. Por solicitação própria, o Dr. Coqueiro é transferido da diretoria do Internato para a do Externato no dia 29 de maio desse mesmo ano. Em 1910, o ano letivo assinalava luto pela perda de seu diretor. Ex-aluno, antigo promotor público no foro do Rio de Janeiro e ex-deputado do Congresso Nacional pelo Distrito Federal, Dr. José Cândido de Albuquerque Mello Mattos assume como diretor.

Em 1911¹⁴, a Lei Orgânica do Ensino estabelece direção única das duas seções. Dr. Paranhos da Silva deixa a Reitoria do Internato, visto que a Congregação elegeria um diretor para período bienal. Em 20 de abril, obedecendo à lei, a Congregação elegeu diretor do Internato e do Externato o Dr. José Cândido de Albuquerque Mello Mattos. Como seu mandato expirava em 1912, pelo voto da Congregação foi eleito para o cargo o Dr. Eugênio de Barros Raja Gabaglia, a 21 de novembro. Foi este quem criou o Anuário do Colégio e suas palavras contidas no prefácio do 1º volume são dignas de citação

Na qualidade de Diretor do Colégio de Pedro Segundo resolvi publicar um *Anuário*, onde, além das informações úteis para os que necessitam manter relações com o mesmo Colégio, se conserve a tradição dos que nele trabalharam em prol do florescimento de nossa Pátria.

¹³ Citado anteriormente no quadro de bacharéis, sendo um dos destacados do ano de 1892.

¹⁴ De 1911 até 19 de agosto de 1925 o Colégio Pedro II esteve em unidade de direção para as duas casas (MARINHO & INNECO, 1938).

Relativamente velho em um país tão novo, o Colégio de Pedro II, pode justamente se ufanar de sua existência e pode dizer às gerações futuras que as passadas souberam cumprir nobremente o seu dever.

A princípio pobre Seminário de Órfãos, criado pela clarividência e pela caridade de um elevado e santo prelado, o Colégio, depois de quase um século (Gabaglia escrevia isto em 1913) de glorioso trabalho, lutando dia a dia, foi radicalmente transformado pelo profundo saber de um grande estadista, que o colocou sob a proteção do ilustre brasileiro que, por Gladstone, mereceu ser julgado "o modelo dos soberanos".

"O Bispo D. Antônio de Guadalupe, o Ministro Bernardo de Vasconcellos e o Imperador Pedro II são as figuras eminentes que dominam a evolução histórica do Colégio até o advento da República." (DÓRIA, 1997, p. 194-195).

Aos 21 de dezembro de 1914, a Congregação elege o Dr. Augusto Daniel de Araújo Lima, professor de Geografia do Internato, para dirigir as duas seções da Casa. Em meados de 1917, cessava a administração Araújo Lima, que deixava o cargo pedindo a sua demissão ao decano da Congregação, Dr. Carlos Maximiliano Pimenta de Laet, sendo este convidado a substituí-lo no governo da Casa, realizando a função até 1925, ano em que é abolida a unidade de direção das duas seções a partir da Reforma Rocha Vaz.

Desde maio de 1925, o bacharel em Letras Quintino do Valle vinha exercendo interinamente a direção do Internato. Em seguida, assume o Dr. Pedro do Couto. No Externato, Escragnolle Dória agradece mas declina o convite para diretor, sendo nomeado o também bacharel em letras – tal como seu antecessor, Laet – e professor Euclides Roxo. O ano letivo de 1930 era encerrado com mudanças na direção de ambas as Casas. Pedro do Couto deixava a direção do Internato, assumida pelo Professor Roxo, que passa então a direção do Externato para o professor Delgado de Carvalho, ações referendadas por Decretos de 9 de dezembro.

Em 28 de novembro de 1931, Dr. Delgado de Carvalho deixa a diretoria, passando a vice-diretor. O Dr. Henrique de Toledo Dodsworth é empossado como diretor, assumindo a direção no período rumoroso do Colégio, o dos exames. E, reunida em caráter solene e festivo no ano de 1933, a Congregação dava posse ao Dr. Fernando Antônio Raja Gabaglia, novo diretor do Externato, substituindo o Dr. Henrique de Toledo Dodsworth, exonerado a pedido. Neto de antigo reitor e filho de antigo professor e diretor do Colégio, Raja Gabaglia se propôs a prosseguir lembradas carreiras de seus parentes na direção e professorado da Casa Ilustre.

São os diretores no ano de 1937 o Dr. Clóvis do Rego Monteiro no Internato e o Dr. Fernando Antonio Raja Gabaglia no Externato (MARINHO & INNECO, 1938).

O principal posto do Colégio Pedro II certamente era sinônimo de prestígio, destaque e relevância no cenário nacional, já que a instituição funcionava como modelo do Ensino

Secundário, principal ferramenta para ascensão ao ensino superior e formação para as principais ocupações profissionais e também políticas e culturais. Os currículos dos diretores e reitores e sua circulação por demais cargos políticos e grupos intelectuais da sociedade apontam para a sua função de quadros gestores do Estado Republicano, havendo um círculo de relações, trocas e interesses, que funcionava de acordo com as necessidades e certamente também com os conflitos e disputas políticas que pudessem aparecer.

A título de exemplo, o Dr. José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, após passar pelo maior posto do estabelecimento, atuou como juiz de menores entre 1924 e 1934. Sua atuação e liderança teriam sido dignas de elogios a ponto de aumentar seu prestígio para obter o novo cargo nas décadas seguintes? Outra demonstração da circulação – inclusive entre as diversas regiões do país – desses sujeitos que apontamos é de José Veríssimo Dias de Mattos. O ex-reitor fora diretor da instrução paraense, em 1890, antes de ser docente do Colégio Pedro II. Escreveu obras sobre a educação no Pará, raça e mestiçagem, e a consagrada obra *A Educação Nacional*, publicada pela primeira vez em 1890. Veríssimo possuía uma reputação como homem de letras importante da geração de pensadores da nação na passagem do século XIX para o século XX (ARAÚJO, 2007).

Além de muitos desses sujeitos estarem lembrados na própria memória do Colégio Pedro II, nos registros presentes no arquivo, em fotografias, quadros e nomes de salas, circularam também por outras localidades, deixando seus nomes marcados em logradouros ou instituições escolares.

Ex-reitor nomeado Bispo

Envolvido com os diversos ramos da sociedade, a imagem do Colégio Pedro II também aparece relacionada à Igreja Católica. “Sucesso eclesiástico para honra do Colégio e motivo de sua satisfação”, registra-se na obra o consistório público ocorrido em Roma que nomeou no dia 18 de abril de 1901 Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito, último reitor do Externato no regime monárquico, como Bispo de Olinda. Aos 5 de maio do mesmo ano, com auxílio do Colégio, seria sagrado na Catedral do Rio de Janeiro, estando os sagrantes D. Joaquim Arcoverde, Arcebispo da Diocese; D. Silvério Gomes Pimenta, Bispo de Mariana; e D. João Braga, Bispo de Petrópolis. Narra-se então que “ao sair o novo Bispo da Catedral, o povo desatrelou os animais do carro de Monsenhor Brito e à mão conduziu o veículo aos altos do Palácio do Morro da Conceição”. Apesar de não haver tantos indícios da relação do Colégio com o catolicismo e até mesmo dos possíveis embates e conflitos entre os grupos da

época no que tange às religiões, percebe-se, devido ao desejo de registrar o ocorrido, que a instituição estava honrada diante do fato de um sujeito vinculado à mesma no passado assumir um cargo de autoridade eclesiástica. (DÓRIA, 1997, p. 182).

2.2 – O Ensino Secundário, as condições de trabalho e questões pedagógicas

Conforme já assinalamos, o Colégio Pedro II estabeleceu-se como referência e padrão de qualidade para o ensino secundário. São exemplificadas na obra a criação de um Ginásio Nacional na cidade de Campanha, em Minas Gerais, pelo Decreto 5 de julho de 1893 assim como a equiparação do Instituto Kopke ao Ginásio Nacional¹⁵ pelo Decreto 22 de abril de 1895.

São realizadas rígidas críticas ao alargamento dessas concessões que possibilitavam a outras instituições a responsabilidade pela modalidade de ensino cuja referência, modelo e padrão era o Colégio Pedro II. Elas foram consideradas danosas para a regularidade e moralidade do ensino, sendo citado o sentimento de Raja Gabaglia, que julgava ter sido – a despeito de outras fontes que viriam “e de abundante jorro” – o Decreto de 22 de abril de 1895 “a fonte de onde emanou a desmoralização e o declínio da instrução secundária” (DÓRIA, 1997, p. 178).

As condições de trabalho também foram alvos de crítica, juntamente ao trato com alunos que apresentavam dificuldades:

O maior inconveniente para o ensino em 1925, como em anos anteriores, provinha da grande quantidade de alunos em cada turma. Muitas compreendiam 55 discentes quando além de 20, no máximo 25, não pode haver ensino completo, embora a pouca frequência de alguns alunos faça baixar um tanto nas turmas o número diário de presentes.

Pugnava o diretor Roxo, sem possibilidade de aumentar turmas suplementares, dada a míngua pecuniária, pela homogeneidade na composição das turmas, reunidos os repetentes em turmas para o ensino das quais os professores lançariam mão dos recursos pedagógicos próprios para os menos aplicados ou retardados de natureza.

Apontava também o diretor Roxo, em 1925, diversas causas geradoras da pouca eficiência do ensino em geral e em particular no Colégio. Entre elas, mencionava a insuficiência de preparo dos candidatos ao exame de admissão, a falta de disciplina moral, de amor ao estudo, de entusiasmo pela nobre curiosidade de saber, pela falta de impulso inicial dado pelo lar e pela insuficiência de curso primário.

(...)

Continuou a Secretaria do Externato, em 1925, a carecer do auxílio de inspetores pelo aumento anual de serviços. Declarava o diretor Roxo poder

¹⁵ Uma das denominações pelas quais passou o Colégio Pedro II.

afirmar com segurança não haver em todo o país nenhuma repartição que conseguisse tanto com o triplo de empregados.

Só pelo protocolo da Secretaria passaram, em 1925, 21.899 papéis de diversas classificações.

Sobrecarga de trabalho sobre responsabilidade para a Secretaria continuou a ser em 1925 o serviço dos exames seriados de candidatos estranhos, ajuntado ao serviço dos exames de preparatórios.

Procurou o diretor Roxo, por várias medidas, aligeirar o trabalho e a responsabilidade da Secretaria, de modo a não se prolongar o expediente até alta madrugada, não raro até o clarear da manhã, chegando funcionários a se alimentarem às pressas ou a mal dormirem no Externato. (DÓRIA, 1997, p. 227)

Em relação aos critérios para as turmas serem divididas, aponta-se a regularidade com que o ensino ocorreu nas duas seções no ano letivo de 1927. Apesar da indicação de polêmicas quanto a essa opção, já que alguns professores discordavam da medida e apresentavam objeções, as turmas de alunos eram divididas respeitando-se a classificação de discentes obtida pela média das notas de exames do ano anterior.

Outra questão apresentada refere-se ao considerável número de matriculados, forçando a necessidade de criação de turmas suplementares, sempre bastante numerosas. Havia, diante disso, dificuldade em organizar horário de aulas, sobretudo no Externato, cujo edifício, devido ao crescente número de matrículas, “se ressentia de impropriedade para preencher fins educativos, a falta de espaço sensível a cada momento em prédio de faces voltadas para vias públicas de intenso trânsito e ruído”, além da próxima localização de estabelecimentos industriais de rumor e perigo, serrarias e fundições. Sarcasticamente, comenta-se que não raramente o barulho acompanhava as aulas com a música das serras e as salas ficavam enfumaçadas e enfagulhadas (DÓRIA, 1997, p. 240).

A Secretaria, por diversas vezes assoberbada de trabalhos, teve seu serviço simplificado pelo diretor Dodsworth, que “mandava organizar um fichário, para assentamentos relativos a alunos, destinados a fichas, ano inteiro, a permitir de pronto conhecer a vida escolar de cada estudante”¹⁶ (DÓRIA, 1997, p. 251).

A presença da família nos rumos escolares encontra-se exemplificada devido ao Decreto 21.241, de 4 de abril de 1932, que buscava apegar ao Colégio os alunos e seus pais, havendo então reuniões de pais de alunos ou responsáveis por eles, visando ao desenvolvimento da ação educativa da escola em colaboração harmônica.

“Apesar de por muito combatido”, anualmente “o Colégio via crescer matrícula de discentes, prova de favor público, malgrado defeitos atribuídos à instituição”. Aumentando de

¹⁶ Infelizmente, tais fichas não se encontram nos arquivos do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

um lado, diminuindo e adaptando de outro, o Colégio prosseguiu abrigando grande número de alunos em ambas as seções, sendo ainda impossível “satisfazer a inclusão de muitos e muitos aprovados nos exames de admissão com graus menos elevados”. A partir desses registros, é possível indicar a existência de redes políticas e sociais sobre a constituição do Colégio, intervindo em sua cultura escolar por meio de um jogo político de favorecimentos e indicações. Para atender a necessidades consideradas prementes, os edifícios do Internato e do Externato “viviam por assim dizer em obras”, que abordaremos adiante (DÓRIA, 1997, p. 251).

Por iniciativa do Dr. Honório Sylvestre, professor do Internato, foi proposta criação de um curso noturno, instituído apenas depois de estudos preliminares para que não fossem sobrecarregados os cofres públicos. Como de costume, no ano de 1933, o orçamento interno do Colégio foi submetido à aprovação do Ministério da Educação e Saúde Pública, apresentando-se o projeto de criação do curso supracitado. Por despacho de 3 de junho, a proposta foi aprovada pelo Ministro, atentando-se o equilíbrio entre receita e despesa para que ao curso fosse assegurada vida própria. Inicialmente, a diretoria pensou em iniciar o curso apenas pela 1ª série, sendo matriculados os candidatos que lograssem aprovação nos exames de admissão e impossibilitados de estudar nos cursos matutino e vespertino devido à falta de vagas. Havia nada menos que 300 candidatos classificados entre os graus 67 e 50 nos exames à espera de ensino. Diante do requerimento de estudantes impossibilitados de frequentar os cursos diurnos por conta de empregos públicos ou obrigações particulares, criou-se um curso para os candidatos à habilitação na 3ª, 4ª e 5ª séries. Para termos uma noção da grandiosidade da procura pela instituição, “nos três turnos (...) do Externato” era ministrado o “ensino, em 1933, a perto de 2.000 alunos distribuídos por 37 turmas” (DÓRIA, 1997, p. 255).

2.3 – Autor da obra e Sujeito Escolar

Concomitantemente autor da obra e sujeito escolar da instituição, em vários trechos são encontradas situações vivenciadas por Escragnolle Dória, sem utilizar a primeira pessoa em nenhum momento.

Ao referir-se ao ano letivo de 1907, momento em que atuava como professor de História Universal, da América e do Brasil, ao lecionar História Pátria no 6º ano do curso ginásial, registra que

inaugurou a prática de visitas a sítios ou instituições, lições com caráter objetivo, assim, por exemplo, a visita pela turma de sextanistas de 1907 ao morro do Castelo, para explicação dos primórdios do Rio de Janeiro.

No curso de visitas foram professor e alunos recebidos nas seções de manuscritos e medalhas da Biblioteca Nacional, nas diversas seções, histórica, administrativa e judiciária, do Arquivo Nacional.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acharam-se os visitantes amavelmente acolhidos pelo bacharel em letras Dr. Vieira Fazenda, bibliotecário do Instituto solícito em patentear a futuros colegas livros e manuscritos referentes aos estudos de História Pátria (DÓRIA, 1997, p. 184).

Diante deste relato, vale apontarmos um indício de rejeição por parte de um professor de História, praticamente no início de sua atuação docente, ao ensino livresco da matéria. Ao levar seus alunos aos sítios históricos e instituições responsáveis pelo fazer da história do país, o professor construía e fazia a história do Colégio articulada à história nacional. Optando por essa prática de ensino, entendia o Colégio como história, que participava e atuava sobre a história brasileira, conjuntamente com instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Biblioteca Nacional. Interessante observar ainda que tal prática protagonizada por Escragnolle Dória ocorre mais de uma década antes dos debates acerca da renovação pedagógica, tópico que ganha corpo a partir dos anos de 1920.

Um requerimento firmado por 36 alunos representantes da turma B do 5º ano foi apresentado ao conhecimento da Congregação em sessão de 18 de dezembro de 1933, onde era pedida vênua para homenagear o professor Escragnolle Dória, consistindo a homenagem na colocação de medalhão comemorativo na sala 18 que teria a partir de então o nome do professor segundo desejo da turma. Presidindo a Congregação, o professor Roxo aconselhou que a mesma se associasse às homenagens que o corpo Congregado passou a conhecer, sendo a proposta aprovada sob aclamação. Foram designados pelo professor Roxo, crendo interpretar sentimento de pares, os professores Coutto, em nome da Congregação; Serrano, em nome do Externato; e Mello e Souza, em nome do Internato, para realizarem as falas no dia da homenagem. Com seu nome já figurando na sala assim como o medalhão com seu retrato, materialmente adquirido por subscrição entre alunos e obra artística do laureado escultor Benevenuto Berna, algumas vezes professor suplementar de Desenho do Externato, aconteceu a homenagem a 24 de dezembro de 1933. Por ocasião da solenidade, discursaram os professores Roxo, Gabaglia, Serrano e Mello e Souza, em nome do Colégio; o Dr. Octacílio Pereira, em nome do corpo administrativo; e os alunos Dagmar Barbosa Pereira Filho, Ary da Matta e Júlio Salek, em nome do corpo discente.

Aos 12 de junho de 1937, a Congregação reuniu-se e votou por unanimidade, à vista de motivada moção, proclamando Professor Emérito o professor Escragnolle Dória, “que,

após mais de 30 anos de serviço, requerera jubilação, concedida por Decreto de 5 de abril de 1937”. Somaram-se ao “honroso voto da Congregação” as “demonstrações oficiais de apreço por parte do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Ensino, Dr. Lourenço Filho, e do Diretor do Ensino Secundário, Doutor Mário Paulo de Brito, bacharel em letras do Colégio” (DÓRIA, 1997, p. 263).

2.4 – Celebrações e premiações

Eventos festivos e celebrações são ampla e minuciosamente registrados. Caminhando de acordo com o movimento modernista, que propugnava a valorização das singularidades nacionais, práticas como hasteamento de bandeiras, canto de hinos, festas e comemorações cívicas, dentre outras, faziam parte do cotidiano da escola (SOUZA, 2009), tanto dentro de seus muros como fora destes.

No ano do septuagésimo aniversário da fundação do antigo Colégio de Pedro Segundo, os bacharelados de 1907 do Ginásio Nacional optaram por deixar o Colégio honrando-o de modo especial, contando com o auxílio do professor Escragnolle Dória. Presidida pelo professor e diretor interino Nerval de Gouvêa, a sessão solene da noite de 2 de dezembro forjou a iluminação do Ginásio. Além do discurso oficial, proferido pelo professor Escragnolle Dória, poesias foram recitadas pelo Sr. Adriano Delpech e palestra foi realizada sobre Álvares de Azevedo, o glorioso bacharel em letras de 1847, pelo sextanista propedêutico Jacques Raymundo Ferreira da Silva. Após a parte literária, aconteceu variada parte musical desempenhada pelas pianistas senhoritas Guimar de Nóbrega Beltrão, Cármen Casado Lima, pelos professores Amaro Barreto e Eurico Costa, pelo violinista Orlando Frederico, e pelo Sr. Quirino de Oliveira.

Em tempos de férias escolares no Ginásio Nacional, os bacharelados da turma de 1907 recebiam grau. A data de 2 de fevereiro era de costume designada para a festiva solenidade; entretanto, por circunstância imprevista, perdeu-se o caráter festivo, já que no dia anterior chegaram ao Rio de Janeiro notícias de regicídio em Lisboa, num atentado que vitimou el-rei D. Carlos e seu filho, herdeiro presuntivo da coroa, D. Luiz Felipe e deixou ferido o infante D. Manoel. Diante da impossibilidade de transferência da solenidade do Ginásio, no dia 2 de fevereiro uma comissão de bacharelados foi encaminhada para a legação de Portugal, apresentando pêsames ao Encarregado de Negócios e explicando a impossibilidade de mudança da data da colação de grau. A sessão no Ginásio foi aberta pelo Dr. Paranhos da Silva, diretor do Internato e presidente da Congregação, que “declarou ao

auditório ter infelizmente a cerimônia perdido toda alegria ante o atentado de Lisboa”. As bandas de música e danças subsequentes foram suprimidas, ocorrendo exclusivamente a distribuição de prêmios e a colação de grau. Foram premiados os alunos Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, João Baptista Guimarães Roxo e Jairo Maciel de Aquino Penteado, que receberam livros de rica encadernação. Foram orador o bacharelado Heitor da Nóbrega Beltrão e paraninfo o professor Escragnolle Dória. Privada das festas, a referida turma foi distinguida com um almoço de honra, oferecido no Internato pelo diretor, sendo esta homenagem agradecida por Escragnolle Dória, cuja incumbência fora delegada pelos bacharéis do Externato.

Conforme já apontamos no Capítulo 1 e dialogando com as contribuições de Rosa Fátima Souza (2009), são inventadas e difundidas tradições republicanas impostas às escolas nos anos iniciais do Estado Republicano. Anteriormente, havia um esforço para apagar a memória imperial ainda arraigada no Colégio que levava o nome do ex-Imperador. Nesse novo momento, já não parece mais problemática a sua relação com a monarquia, sendo mantido no âmbito de sua cultura escolar o respeito à família real, nesse caso em específico a da coroa portuguesa e ex-metrópole. Ocorre uma coexistência – *pacífica* – entre as tradições antigas e as inovadas, tanto com o auxílio dos memorialistas quanto pelas práticas do cotidiano constituintes de culturas escolares forjadas e produzidas não apenas por decretos. Ao relatar um de seus discursos, pronunciado na solenidade de 2 de dezembro de 1908, Escragnolle Dória caracterizou a solenidade como a da tradição explanando que “sem respeito pela tradição nada subsiste, no progresso dos povos, nas instituições e baixando o vôo nos institutos de ensino” (DÓRIA, 1997, p. 185).

Foi celebrado de modo condigno o septuagésimo primeiro aniversário de fundação. Apoiada pelo professor Escragnolle Dória, a turma de bacharéis de 1908 realizou subscrição entre os próprios discentes, inclusive de outros anos, para que continuasse a tradição de festejos da data insigne. Realizada à noite no Salão Nobre da Casa, a solenidade de 2 de dezembro foi iniciada pela parte literária, contendo discursos do professor Escragnolle Dória, cujo trecho citamos acima, e do bacharelado Olympio dos Reis Netto. Na oração em nome do corpo discente, Ignácio dos Reis Netto¹⁷ expôs que “queremos instituir tradição que entre futuro a dentro” ao defender a conservação da memória do dia 2 de dezembro de 1837 “viva e perene como o fogo sagrado que ardia nas aras do tempo”, poetizando ainda que “a tradição é a história viva do passado. É corrente mas cujo último elo temos na mão. É tão venerável

¹⁷ Na primeira referência, consta o primeiro nome Olympio; na segunda, Ignácio.

como o tempo, porque do tempo é irmã” (DÓRIA, 1997, p. 185). Interessado em formar seus quadros, o Colégio incentivava seus alunos por meio da oratória em eventos e solenidades pomposas, podendo ainda mostrar à sociedade como seus frutos renderam durante e após os anos de escolaridade na instituição.

Ocorre uma íntima correspondência dos alunos do Ginásio em 1908 com os primeiros alunos do Colégio Pedro Segundo, seus colegas de 1838. Relata-se ainda parte concertante ocorrida na sequência da parte literária da solenidade de 1908, sendo que nesta houve ainda uma terceira composição: a representação da comédia em um ato “Os Viúvos” – lavra do segundalista Horácio Mendes Campos, tendo os demais segundalistas Vicente Trotte, Nelson Alves de Oliveira, Olindo Pinto Coelho, Sebastião Pereira Brazil e Antônio Coelho Bittencourt como intérpretes – que subiu à cena em um palco improvisado no fundo do Salão Nobre. Como é possível interpretar pelo relato abaixo, a comédia foi aprovada pelo público presente:

Todos os jovens atores desempenhavam papéis com naturalidade e graça, provocando gostosas gargalhadas, no fim da comédia muito aplaudidos autor e atores.

Na peça figurava apenas um papel feminino, o da criada Miquelina, confiada ao aluno Antônio Coelho Bittencourt, cujo desempenho do papel e cujo perfeito travesti foram muito apreciados.

(...)

Remataram a festa de 1908 danças animadas, para satisfação de muitas e muitos dos numerosos convidados. (DÓRIA, 1997, p. 186)

No ano de 1925, transcorria o primeiro centenário natalício de D. Pedro II, patrono do Colégio desde sua origem. Ao argumentar que a instituição não poderia conservar-se alheia à celebração de semelhante data, o autor explicita que a mesma não mais o via como o soberano de cetro de quase meio século na pátria, mas o “desvelado amigo e protetor do Colégio, deste lembrado a toda a hora, chegando a adiantar haver para ele no Brasil só duas posições invejáveis, a de senador do Império e a de professor do Colégio que lhe consagrava o nome” (DÓRIA, 1997, p. 227). Esteve o Colégio, sob a direção de Roxo, associado às diversas manifestações de tributo aos serviços do antigo imperador, do Amazonas ao Prata.

A sessão magna de 2 de dezembro de 1925 ocorreu no local onde por diversas oportunidades D. Pedro II comparecera: o Salão Nobre. Foi esta sessão presidida pelo Dr. Affonso Penna Júnior, Ministro da Justiça e filho do Dr. Affonso Augusto Moreira Penna – Ministro de Estado dos Negócios da Guerra no período Imperial e ex-Presidente da República. Presentes na mesa da solenidade encontravam-se o neto materno de D. Pedro II, o Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, junto à sua esposa, a Princesa Elisabeth, Condessa

Dobrenzenky de Dobrzenicz, na Bohemia. Já apontamos que, com a consolidação da República, não havia mais a preocupação com o passado imperial do Colégio Pedro II. Esse passado é exaltado pelos escritos dos memorialistas e pelas celebrações escolares, encontrando-se conjuntamente neste evento institucional representantes da família imperial e de um ministério republicano. A monarquia, bem como seus símbolos e representantes, que outrora significavam entraves para os avanços do ideário republicano, paulatinamente se incorporaram às novas condições estruturais e políticas do Estado, tendo sua memória preservada com a ostentação de nomes dos tempos imperiais. Podemos ainda apontar que, mesmo com disputas e conflitos existentes, setores – famílias – dominantes prosseguiram com influência, tanto que o então Ministro da Justiça é filho de ex-presidente da República, que fora também Ministro durante o período imperial.

No espaço onde outrora era erguido trono imperial armado para as solenidades de colação de grau, na extremidade do salão, em bancada especial, a Congregação do Colégio, o secretário do Externato e o decano dos bacharéis em letras tomaram assento. Numerosos bacharéis em letras ocuparam lugares reservados na mesa de honra. Após o diretor Roxo abrir a sessão mostrando que a promoção da solenidade por parte dos diretores, lentes e alunos era justificada pelo próprio nome do Instituto e que “em boa hora se tinham associado os bacharéis e discípulos em formoso e espontâneo gesto que revelava nobilitantes sentimentos de solidariedade e gratidão” (DÓRIA, 1997, p. 228), oraram o professor Escragnolle Dória, pela Congregação; o professor Abreu Fialho, catedrático da Faculdade de Medicina, em nome de antigos alunos; o professor Cantanhede e Almeida, catedrático da Escola Politécnica, em nome dos bacharéis em letras, recitando a poesia “São Vicente de Fora”, alusiva ao túmulo de D. Pedro II e da lavra do professor Adriano Delpech. Participaram ainda da parte literária as senhoritas Zita Coelho Netto e Edla da Costa Lima e os alunos do Externato Mário de Oliveira e Silva, do 5º ano, Fahim Pedro e Nelson Rodarte Machado, os dois últimos do 3º ano, que recitaram sonetos de D. Pedro II. A solenidade foi finalizada com a execução do Hino Nacional cantado por alunos; na sequência, inaugurou-se placa de bronze, no saguão de entrada no pavimento térreo do Colégio, com a efigie de D. Pedro II, “singela, mas expressiva homenagem promovida e realizada por um grupo de 86 bacharéis em letras” (DÓRIA, 1997, p. 228). Inscrição de antigos alunos memorou a placa:

A Pedro II
Patrono deste Collegio
Os que aqui estudaram
1825-2-XII — 1837-XII-2-1925 (DÓRIA, 1997, p. 228)

Três anos mais tarde, encerrariam o ano letivo duas solenidades, a saber, a sempre memorável data natalícia de D. Pedro II, presidida pelo Ministro da Justiça, realizando-se sessão solene para comemorar os 91 anos de fundação da casa; e a inauguração do retrato de D. Pedro II, de corpo inteiro, trazendo em uma das mãos o Decreto de fundação da instituição – feito pelo pintor patricio Carlos Osvald.

Apoiada pela contribuição de Eric Hobsbawn, Rosa Fátima Souza (2009) aborda as tradições inventadas, práticas que inculcam certos valores e normas por meio da repetição e implicam uma continuidade relacionada ao passado. Para a autora, os rituais e as práticas simbólicas – como as festas nacionais instituídas em 1890 pelo Governo Provisório – possuíam relação direta com a construção da memória nacional e a consolidação do imaginário sociopolítico da República. Sobre as festas escolares, ela entende como momentos especiais para congraçar e compartilhar sentimentos e valores comuns, trabalhando a integração, a identidade e a memória. A escola era aberta à sociedade e se revelava ao ganhar as ruas e invadir as praças; as famílias eram convidadas de honra, autoridades se faziam presentes, enquanto a pátria e as virtudes morais eram celebradas. O conjunto dessas ações reforçava o sentido cultural da escola bem como seu modo próprio de ordenar pessoas, tempo, espaço e saberes.

No caso inusitado do Colégio Pedro II, as celebrações – e podemos apontar também seus programas de ensino – garantiam com objetividade o fortalecimento dos valores republicanos sem necessitar obscurecer seu passado. Pelo contrário, o estabelecimento faz questão de manter o culto à família Real e principalmente à figura do ex-Imperador D. Pedro II.

Sob a presidência do Ministro interino da Educação e Saúde Pública, Dr. Belisário Augusto de Oliveira Penna, no dia 20 de setembro de 1931 foi realizada, no edifício do Externato, a colação de grau da turma de bacharéis de curso concluído em 1930. Nessa ocasião, distribuíram-se os prêmios aos alunos que apresentaram as melhores teses na aula de Geografia do professor Raja Gabaglia. Além de saber festejar os seus, o Colégio sabia honrar alheios. Nesse ano, foram recebidas as delegadas do 2º Congresso Feminino, a quem foram dedicadas “sessão especial no Salão Nobre do Externato, chamando à mesa da solenidade as delegadas Dras. Bertha Lutz e Cármen Portinho (DÓRIA, 1997, p. 243).

Tendo sido o Colégio Pedro II criado em 1837 e sempre dirigido por homens, com um corpo docente exclusivamente masculino e voltado para a educação de meninos, consideramos pertinente apresentar alguns dados acerca da inserção feminina na instituição. A primeira incursão da mulher nesse universo tipicamente masculino data de 1866, quando o

Colégio recebeu em uma de suas salas certo público feminino para assistir a algumas conferências proferidas pelo naturalista Jean Louis Rodolphe Agassiz, este acompanhado por sua esposa Elizabeth Cary Agassiz. Inicialmente julgada como impossível a presença das senhoras, o preconceito foi vencido e as portas abertas para todos. Mesmo com a inclinação do reitor do estabelecimento em não realizar a matrícula, anos mais tarde, o lente da Escola de Medicina Dr. Cândido Barata Ribeiro conseguiu garantir as matrículas de suas filhas – Cândida Borges Ribeiro e Leonor Borges Ribeiro. Não havendo disposição legal que proibisse, o Aviso nº 778 de 22 de fevereiro de 1883, emitido pelo Ministro Leão Velloso, determinou a matrícula das meninas, concessão que beneficiou mais três alunas. Em 1885, mais alunas encontravam-se na instituição, obrigando o Reitor José Joaquim do Carmo a solicitar a nomeação de inspetoras, ponderando também que seria mais conveniente transferir as estudantes para outras instituições, como a Escola Normal da Corte. Sob a alegação de falta de verbas para inspetoras e alunas, tal sugestão foi aceita momentos depois pelo Ministério, representando um retrocesso na trajetória feminina no Colégio Pedro II. A instituição manteve sua concepção de escola voltada para meninos até 1926, quando no dia 7 de abril foi matriculada no Externato a discente Yvonne Monteiro da Silva – também a primeira aluna a receber o grau de Bacharel após seis anos de estudo. Seu ingresso abriu precedente para novas alunas (ALVES, 2010).

Como a década de 1920 foi um período de críticas à República Velha, movimentos descontentes, como o avanço do feminismo, se expressavam. Em 9 de novembro de 1922, foi fundada a Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF, presidida por Bertha Lutz. Em dezembro do mesmo ano, foi realizado o Primeiro Congresso Internacional Feminino. Bertha já defendia a matrícula de meninas no Colégio, tendo feito inclusive uma indicação que esclarecia sua posição à Comissão de Ensino do Congresso. A aluna Yvonne foi, portanto, símbolo dessa luta, existindo inclusive no Fundo do Arquivo Nacional FBPF um registro fotográfico dela discursando no salão nobre na ocasião em que as feministas visitaram o Colégio. Foi a partir de 1927 que as meninas passaram a ocupar em definitivo os bancos escolares do Colégio Pedro II. Já a difícil jornada para fazer parte do corpo docente coube à professora Maria da Glória Ribeiro Moss, contratada aos onze de outubro de 1926 para reger a cadeira de Química. A partir de 1928, novas professoras prosseguiram o caminho aberto por Maria da Glória, época em que o Externato passou a receber alunas em classes divididas por sexo. O Internato prosseguia fechado ao público feminino, seção que teve a primeira professora transitando pelos espaços em 1927 – Carmem Velasco Portinho (ALVES, 2010).

Centenário

O esboço do desejo de comemorar o centenário da fundação da instituição começou a aparecer em 1933, nas primeiras sessões da Congregação. Medidas que tendiam à realização de tal fim já foram apresentadas na sessão de 18 de julho, quando o professor Roxo – então diretor do Internato e presidente da Congregação – levantou a ideia de solicitar ao Governo a construção de novos edifícios para o funcionamento das duas seções, realizando ainda um Congresso Internacional de Ensino Secundário na data centenária. Foi proposta pelo professor Serrano “a nomeação de comissão de professores para elaborar

projeto de festas comemorativas”, autorizada pela Congregação, permitindo assim que o professor Roxo nomeasse os

professores Antenor Nascentes, Jonathas Serrano, Henrique Dodsworth, Raja Gabaglia, Cecil Thiré, João Baptista de Mello e Souza e Escragnolle Dória para a referida comissão (DÓRIA, 1997, p. 253).

A partir de 1935, mesmo entre labores do ano letivo, o Colégio passou a “tratar com mais afinco da celebração do 1º Centenário de sua fundação” (DÓRIA, 1997, p. 258). No ano seguinte, em sessão de 1º de dezembro, objetivando a celebração, a Congregação encaminhou “indicação tendente a ser auxiliada oficialmente” à Câmara dos Deputados, indicação esta apresentada pelo professor do Colégio, ex-diretor do Externato e deputado Henrique Dodsworth (DÓRIA, 1997, p. 260).

Com um programa oficial para comemorar o 1º centenário, foram iniciadas comemorações em novembro de 1937, “como que um mês de preparação espiritual para as festas do Centenário”, todas elas tendo como alvo único “fixar bem na memória pública a gloriosa data secular de 2 de dezembro de 1837” (DÓRIA, 1997, p. 264). Nesse cenário,



Figura 2.3: Imperador D. Pedro II, na data da fundação do Colégio (1837). Verdadeira raridade, essa pintura a óleo encontra-se exposta no Salão Nobre. [DÓRIA, 1997, p. 14]

Conferências na Escola Nacional de Música, missa em sufrágio de reitores, diretores, professores e funcionários falecidos no decurso do centenário de existência do Colégio, missa campal na praça de São Cristóvão, colação de grau à turma dos bacharéis em ciências e letras da turma de 1937, denominada do Centenário, lançamento de pedra fundamental de novo edifício para o Colégio na Praia Vermelha, sessões solenes no Externato e no Internato para entrega de certificados a alunos de curso fundamental concluído, bailes escolares nas duas seções do Colégio, baile de gala no Automóvel Clube, espetáculo do Teatro Escolar no Teatro João Caetano, com papéis confiados a alunos do Externato e Internato, entrega da Bandeira Nacional e de estandartes do Colégio à Diretoria do Externato; bandeiras e estandartes adquiridos pelos corpos docente, administrativo e discente, nada seria poupado para lustro das solenidades memorativas da fundação do Colégio, no sétimo ano de reinado em minoridade de D. Pedro Segundo (DÓRIA, 1997, p. 264).

O memorar do centenário foi assinalado por demonstrações de naturezas diferentes, de alta ou piedosa expressão, de incitamento à vida ou reverência à morte. No dia 1º de dezembro de 1937, aproximadamente 600 pessoas estiveram presentes na ida do Colégio a Petrópolis – cidade de Pedro, nascida em 1834 – onde se encontram os restos mortais de D. Pedro Segundo. A romaria foi recebida pelo secretário da Prefeitura, por autoridades locais e por delegações de estabelecimentos de Ensino Secundário associados à homenagem – Colégios São Vicente de Paulo, Pinto Ferreira, Plínio Leite e do Ginásio Petropolitano. Uma coroa de bronze foi depositada junto ao ataúde de D. Pedro Segundo e na sequência o professor Raja Gabaglia – na presença dos Príncipes D. Pedro de Orleans e Bragança e D. Pedro Gastão, neto e bisneto do homenageado – orou em nome da Congregação, “traduzindo sentimentos de respeito e gratidão ao protetor do Colégio, que lhe consagrara larga parte de vida” (DÓRIA, 1997, p. 264). Ainda passariam pela estátua que representa o antigo imperador “à paisana, sem nenhum atributo imperial, na atitude do pensamento, tão própria do soberano que, à filósofo meditativo, tanto reinou sobre os homens quanto sobre os livros” (DÓRIA, 1997, p. 265), em local de grande evidência na cidade serrana. Dr. Yeddo Fiúza, prefeito da cidade, ofereceu à romaria um almoço no Palace Hotel como sinal de simpatia ao Colégio, cujo patrono o também é da cidade.

As comemorações do mês de aniversário foram iniciadas no dia seguinte à romaria. No parque da Quinta da Boa Vista, no qual se encontra o Palácio onde D. Pedro II nascera e passara a vida até o exílio, foi realizada missa campal, celebrada em altar preparado próximo à estátua do imperador, sendo lembrado ainda o bairro de São Cristóvão, onde localizava-se o Internato. Tal solenidade contou com a representação da Presidência da República, de vários

Ministros de Estado e de comandos das forças militares, além de numerosas delegações dos mais opostos centros de cultura. Na ocasião,

No pedestal da estátua, os professores Raja Gabaglia, Philadelpho de Azevedo e Benevenuto Berna, este presidente do Centro Carioca, depuseram palma florida ofertada por aquele Centro em nome da Cidade do Rio de Janeiro. Alunos do Colégio atiraram então flores à estátua do Grande Amigo da Instituição, e isso ao som do Hino Nacional, tão grato aos ouvidos de D. Pedro Segundo no decurso do seu reinado (DÓRIA, 1997, p. 265).

Ao final da tarde do dia 2 de dezembro, na Praia Vermelha, lançou-se a pedra angular de novo edifício do Colégio, em terrenos do Hospício Nacional de Alienados, antigo Hospício de D. Pedro Segundo, sendo o Presidente da República o primeiro a lançar pá de cimento revestidor. Discursaram o Ministro da Educação e o professor Raja Gabaglia. Às 9 horas da noite, celebrou-se sessão solene no Teatro Municipal, acessível apenas a convidados, com grandiosa festa para encerrar “o magno dia evocador da fundação do Colégio”. A sessão fora aberta pelo Ministro da Educação, este proferindo longo discurso de natureza cívica e pedagógica, declarando o estabelecimento como “um dos mais preciosos monumentos do patrimônio nacional”, sendo “numa época dura e trágica”, “justo motivo de alegria pública a celebração do seu primeiro centenário”. Em seguida, fizeram uso da palavra os seguintes: professor Raja Gabaglia, em nome do Colégio; professor Fernando de Magalhães, em nome de antigos alunos; Dr. Ramiz Galvão, declarando-se o decano dos bacharéis em letras; professor Ignácio de Azevedo Amaral, pela Universidade do Rio de Janeiro; Dr. Leon Renault, ex-diretor do Instituto João Pinheiro, pelo ensino profissional; Dr. Costa Senna, diretor do Departamento da Educação na Prefeitura; e Octávio Costa, 5º anista do Internato, em nome do corpo discente, “que se revelando orador empolgou a atenção do auditório, do qual mereceu entusiásticas ovações pela elevação, fluência e patriotismo do seu discurso de filho espiritual do Colégio” (DÓRIA, 1997, p. 266). Por fim,

Para remate da brilhante sobre inolvidável sessão, orou o Dr. Getúlio Vargas, declarando logo ao romper oração que “entre as numerosas solenidades que presidira, nenhuma lhe parecera mais edificante e sugestiva, porque o centenário do Colégio de Pedro Segundo evocava todo o quadro da evolução política e cultural do Brasil”.

Assinalou também o orador: “quão difícil fora estabelecer os fundamentos de tal obra, quão grande o devotamento de seus organizadores.

Na missão árdua a que se devotaram, orientando o problema da aculturação brasileira, os nossos primeiros educadores chegaram a resultados os mais extraordinários. Só o espírito evangelizador e as virtudes da fé podem explicar o milagre de termos conseguido amálgamas na sociedade colonial os fatores díspares e primários de nossa formação — indígenas da idade da pedra, escravos africanos em diversos estados culturais e imigrantes

peninsulares — integrados todos na civilização cristã" — Tais palavras do Presidente da República em louvor do Colégio (DÓRIA, 1997, p. 266).

Teve a “sessão magna comemorativa o erguer de vozes dos orfeões do Externato e do Internato dirigidos pelas professoras D. Maria Elisa de Freitas e Lucilia Villa-Lobos” e de pé a assistência teve a oportunidade de ouvir “os sons do Hino Nacional consagrador da Pátria na memória de seu autor, Francisco Manoel da Silva. Após o hino pátrio, o do Colégio” (DÓRIA, 1997, p. 267).

Dois dias depois, seria o desfile pela Avenida Rio Branco outra homenagem patenteada ao público, comovedor apesar da “tarde salpicada de chuva”. Composto por professores, antigos e novos alunos e funcionários do Colégio, também “participaram com o maior garbo e luzimento (...) o Colégio Militar e estabelecimentos de grau secundário, da Prefeitura Municipal e de ensino particular”. Durante o desfile, “professores, bacharéis, funcionários encanecidos não se deixaram vencer pelo vigor das mocidades de corpo no desfile, os mais velhos ritmando passo com os mais jovens”, com o público comentando e aplaudindo, a começar pelo Presidente da República (DÓRIA, 1997, p. 267).

Aos 5 de dezembro, o Colégio conduziu nova romaria, dessa vez à necrópole da Venerável Ordem dos Mínimos de S. Francisco de Paula, onde se situa o túmulo de Bernardo de Vasconcellos, falecido em 1850. Orou em sua homenagem o professor Nelson Romero, em nome da Congregação. No mesmo dia, foram entregues os certificados de conclusão do curso fundamental aos quintanistas do Internato, turma que teve o eloqüente Octávio Costa como orador e o professor Lafayette Pereira como paraninfo. No dia seguinte, foi a vez do Externato entregar tais certificados aos seus quintanistas, com os festejos do costume.

Continuando os festejos do Centenário, o Teatro Escolar sediado no Externato realizou uma exibição pública curiosa, pois nela só representava gente do Colégio. Um espetáculo original ocorreu no Teatro João Caetano no dia 23 de dezembro. Para o autor da obra, “o programa do espetáculo merece ser conservado. Com o tempo perde a lembrança de muito e de muitos fins da presente Memória resguardar passado para apresentá-lo ao futuro” (DÓRIA, 1997, p. 267-268). As partes musical e teatral compreendiam o espetáculo. Na primeira, foi executado o Hino do Colégio, música de Francisco Braga e letra do aluno Hamilton Elia, além do Orfeão do Colégio executar as composições *Minueto*, *Sonho de Amor*, *Serenata de Schubert*, *Luar do Sertão* e *Mocidade* e do aluno Jayme Cluck interpretar a *Symphonia Hespanhola*. Já na segunda parte,

apreciou o público, seletos e numerosos, os esquetes *Duas Cartas*, de Chrokatt de Sá, e *Crepúsculo de Satanás*, do mesmo autor, professor do

Colégio, bem como *Primos Por Selecção*, farsa em 1 ato do professor Delgado de Carvalho.

(...)

O curioso e bem-sucedido espetáculo do Teatro Escolar do Colégio, na noite de 23 de dezembro de 1937, terminou ao som do Hino Nacional, pelo Orfeão do Colégio, hino aquele mais do que simples música, a voz da própria Pátria (DÓRIA, 1997, p. 268-269).

Em ambas as seções, os discentes adicionaram realizações ao programa oficial comemorativo, como a celebração de missa na matriz do Engenho Velho e sessões lítero-musicais. Ficou reservada ainda para a segunda quinzena de março de 1938 a realização de sessão solene, no Salão Nobre do Externato, para serem inaugurados os bustos de D. Pedro Segundo, do Marquês de Olinda e de Bernardo de Vasconcellos, finalizando condignamente as comemorações do Centenário.

Para Escragolle Dória (1997), ficou assinalado o empenho em associar, o máximo possível, a classe inteira dos bacharéis em letras, graduados, ex-alunos e discentes próximos de graduação, ao programa das festividades da centúria. Finaliza os registros apontando o grande júbilo e prazer do Colégio em “acentuar bem fundo o seu traço indelével na cultura nacional” e que o Colégio muito deveu ao D. Pedro Segundo assim como o Brasil muito ficou devendo ao Colégio em cem anos. Considerando-se a existência, os serviços, o lustre, a Pátria pôde dizer, em 1937, “Casa Benemérita, em lembrança humanística e dantesca: Onorate l’Altíssima Progenie” (DÓRIA, 1997, p. 269).

2.5 – A circulação dos saberes e das notícias escolares

Significativo incentivo por parte da diretoria ocorreu no ano de 1932, buscando animar o gosto do corpo discente por questões intelectuais. Os estudantes fundaram diversos periódicos e nasceram quatro associações: Academia de História; Academia de Ciências, Letras e Artes; Grêmio Científico e Literário; e o Club de Química. A Academia dos Dez encontrava-se em projeto.

As reuniões do Clube de Química ocorriam na sala de preleções do gabinete da disciplina. A Academia de História, que fora fundada por iniciativa do professor Serrano, desenvolveu grande atividade, recebendo estatutos elaborados pelos 5º anistas Ascanio Pedro de Farias, Antônio Jorge Ananias, Jorge Américo de Araújo, Octávio Christo Miscow, Pedro Américo de Araújo, Renée Nogueira e René Pereira Alves.

Conjuntamente às atividades desenvolvidas pelas associações culturais, os periódicos redigidos pelos alunos surgiam, trazendo uma diversidade de nomes, como *Pronome*, *O Atalaia*, *O Arauto*, *Sciencias e Lettras*, *Atheneu* e *Noticias*, sendo este último subvencionado pela administração do Colégio com a finalidade de informar o corpo discente das medidas referentes ao ensino. “Os alunos, sem dispêndio, tomavam conhecimento fidedigno dos sucessos da vida escolar” (DÓRIA, 1997, p. 250). Como poderemos observar no Capítulo 4, os jornais discentes apontam para outros e diferentes papéis no Colégio que os materiais produzidos pela instituição e subjugados à administração. Além disso, vale destacar que tais periódicos se somam aos demais esforços realizados para construir e registrar a memória do Colégio Pedro II.

Na seção intitulada *Vida Literaria do Colégio Pedro II*, são relatadas atividades do corpo discente no Externato e no Internato (MARINHO & INNECO, 1938). Com as datas mencionadas abaixo, é bastante possível que o estímulo por parte da direção em 1932 tenha vindo a reboque das iniciativas de protagonismo discente.

Em relação ao primeiro, a contribuição de autoria de Agagemmon Parente Morais inicia sua síntese no ano de 1931, quando é fundado o Grêmio Científico e Literario Pedro II, responsável pelo surgimento do jornal *Ciências e Letras*. Também são citados os periódicos *Atalaia*, de 1932; *Arauto*, de 1933; *Noticiário*, de 1933. É considerada fertilíssima a imprensa do Colégio em 1935, por conta do primeiro número de *Mocidade*, *Pronome*, *Renascença*, *O Serão* e de outros periódicos como *O Vetor*, *E'gide*, *Interrogação* e *Inubia*. *Evolução* e *Juventude* aparecem em 1936 e no ano do Centenário apenas dois periódicos foram publicados: *Mocidade* e *Ciências e Letras*, este último classificado como a maior publicação que o educandário já possuiu. Fazem-se referências à fundação da Academia da História Pedro II, em 23 de julho de 1933 e ao Centro Cultural Escragnolle Doria, criado em 1937 (MARINHO & INNECO, 1938).

Sobre o Internato, o registro é de Igenesil Marinho, que aborda a fundação da Academia do Internato do Colégio Pedro II no ano de 1928. Para o ex-aluno, o período de 1928 e 1929 foi marcado por “perturbações internas que entravaram o progresso e motivaram sucessivas danças de Mesa”, inaugurando-se uma nova fase em 1930. O ano de 1931 é considerado de glórias, fundando-se o Grêmio Literário e Histórico José de Alencar. Sucessivamente, são criados o Grêmio José Veríssimo e a William Shakespeare Society, em 1932. No ano seguinte, novamente considerado glorioso, além dos alunos da primeira série fundarem o Grêmio Literário Melo e Souza, os Grêmios Literário e Histórico José de Alencar e José Veríssimo fundem-se à Academia do Internato do Colégio Pedro II. É registrado ainda o

concurso literário vencido pelo autor desta síntese no Internato devido ao seu ineditismo. Em 1935, sob a alegação de “falta de pessoas para dar prosseguimento”, morre a Academia do Internato e desaparece a William Shakespeare Society; em compensação, o Grêmio Literário Melo e Souza se incrementa ao fundar o jornal *Muirakitan*. Em 1936, são organizadas conferências e em 1937 um programa de trabalho por ser o ano do centenário (MARINHO & INNECO, 1938, p. 26).

Havia ainda pelo lado da diretoria do Externato uma busca por facilitar o intercâmbio de correspondência entre estudantes nacionais e estrangeiros, estabelecendo relações com os alunos, dentre outras instituições, do Liceu José Henrique Rodo, em Montevidéu, do Liceu João de Deus, no Porto, e do Liceu Normal Pedro Nunes, em Lisboa.

Estabelecido pelo Diretório Central Acadêmico e favorecido pela Reitoria da Universidade do Rio de Janeiro, o concurso de oratória para escolha da embaixada acadêmica, que retribuíria em Portugal a visita de estudantes lusitanos ao Rio de Janeiro, contava com a participação de bacharéis ou alunos do Colégio. José Guilherme de Araújo Jorge, bacharel do Externato e acadêmico de Direito, triunfou no concurso, fornecendo cabal conhecimento ao mandato o jovem bacharel, cuja eloquência foi deveras apreciada em Portugal.

Inspecionados pelo Dr. Octacílio Álvares Pereira, dezenove alunos quinto e quartanistas compuseram uma embaixada com o objetivo de conhecer o país natal, visitando em excursão educativa as cidades de Juiz de Fora, “digna de nota pelo desenvolvimento industrial, merecendo ser chamada a Manchester brasileira” e Ouro Preto, “cheia de recordações históricas e coloniais constituindo verdadeiro museu a céu aberto, de lições patrióticas” (DÓRIA, 1997, p. 250).

Após delinear os aspectos acima acerca do cotidiano dos sujeitos escolares no Colégio Pedro II, trataremos no capítulo seguinte com maior ênfase dos elementos mais diretamente relacionados à educação do corpo, principalmente a prática do ensino da Ginástica no estabelecimento.

Capítulo 3

A EDUCAÇÃO DO CORPO E O ENSINO DA GYMNASTICA

3.1 – Medicina Higiênica e Arquitetura Escolar

Com o Dr. Rodolpho Chapot Prevost à frente do serviço médico e o Dr. Francisco de Paula Severino à frente do serviço dentário, a diretoria do Internato zelava pela eficiência desses serviços, identificando a “importância ligada pela medicina à odontologia para descoberta, cura ou lenitivo de várias afecções das muitas que ameaçam, minam ou extinguem vida humana”. No ano de 1927, várias medidas foram propostas pelo Dr. Chapot Prevost a fim de melhorar as condições higiênicas do estabelecimento, tais como pavilhões separados para dormitório com limitação numérica de colegiais, o acréscimo de banheiras, a adoção de lâmpadas elétricas com vidros foscos para resguardo da vista dos alunos nas salas de estudo etc. Estavam também incluídas dentre as propostas outras medidas relativas “à higiene intelectual de modo a não prejudicar a corpórea”, lembrando o referido doutor que, em virtude da idade dos alunos e do clima da região, “a fadiga cerebral é dez vezes mais funesta que a dos outros sistemas de economia” (DÓRIA, 1997, p. 236).

É possível indicarmos que as propostas apresentadas pelo médico da instituição coadunam com as estratégias higienistas adotadas pelo corpo médico, atreladas à produção de sujeitos higiênicos, higienizados e higienizadores. Apesar de centralizar sua análise no período imperial, a partir dos higienistas franceses Alfred Becquerel e Jean Baptiste Fonssagrives – autores de livros e manuais de higiene consultados por estudantes de Medicina – José Gonçalves Gondra (2003) discorre acerca de um debate importante que nos auxilia no entendimento da função da medicina higiênica no Colégio Pedro II, pois a educação é considerada um caminho privilegiado para disseminar a perspectiva higienista e higienizadora. Guiada pela matriz médico-higiênica, a educação funciona como um intermédio para a formação desejada de homem. Padrão de ensino secundário, o Colégio Pedro II teria o dever de adequar seus espaços e projetos ao ideário do higienismo, como podemos observar a seguir.

Com a construção de mais um andar, contendo três vastos dormitórios e uma rouparia, o Internato melhorou materialmente em 1927. Todavia, havia o reconhecimento que “ainda estava bem longe do que devia ser estabelecimento de seu gênero” por parte do diretor Coutto, a despeito da boa vontade e esforço do corpo docente e administrativo. Com relação

ao Externato, seu edifício era considerado impróprio pelo diretor Roxo, que sugeria sua localização nos Morros de Santo Antônio ou da Conceição para facilitar o acesso; para ele, a única vantagem de estar situado na Rua Marechal Floriano “era o de ser esta ponto central, sem maior dificuldade atingido pelos alunos dos bairros pobres ou dos subúrbios, isto é, pela maioria dos alunos do Colégio”. Seriam necessários aproximadamente 20.000 contos para a construção de “novo e modelar Externato”, quantia demasiadamente alta e impossível de se obter, propondo dessa maneira o diretor Roxo uma diversidade de alterações, orçadas em 500 contos, “para melhoria de condições higiênicas e pedagógicas” que tornassem o edifício “capaz de preencher ainda por alguns anos sua natureza e seus fins”, como, dentre outras, a construção de casa para o porteiro em terreno de propriedade da instituição para possibilitar a construção de três boas salas de aula na parte então tomada pela residência do porteiro e o ajardinamento dos pátios internos (DÓRIA, 1997, p. 237).

Em ambos os edifícios, tudo acabava sendo reduzido “a obras de simples adaptação ou remodelações” (DÓRIA, 1997, p. 240). A reconstrução das alas do edifício do Externato, começada em 1928, pôde ser concluída no ano seguinte, abrangendo aproximadamente 300 metros em cada um dos pavimentos, sendo a partir daí possível o aumento do número de dependências nos pavimentos térreo e superior. O Salão Nobre foi inteiramente restaurado e esteve ameaçado de completa destruição durante certo tempo, manifestando-se contrariamente sobretudo os professores Carlos de Laet e Escragnolle Dória em vistas da tradição e beleza do estabelecimento. Parte do salão fora sacrificada para a obtenção de mais duas salas de aula, opção posteriormente reconhecida como equivocada. Foram realizadas outras adaptações no edifício, o mobiliário escolar foi reformado aos poucos, instalaram-se filtros para uso do alunado, pequeno refeitório para uso de docentes e venda de merendas a alunos foram instalados na antiga sala dos inspetores. Esse último

Substituíra a modesta instalação outra do mesmo gênero e modestíssima, localizada na parte do edifício do lado da Rua da Prainha, instalação pitorescamente denominada Café Fumaça e dirigida por serventes, aí obtendo parcas vantagens acrescidas a minguados vencimentos, daqueles serventes o mais popular entre docentes e discentes o de nome Romeu. (DÓRIA, 1997, p. 241).

Aos 13 de maio de 1932, foi instituído no Externato um Gabinete da Educação, com a incumbência de inspecionar o regime alimentar de discentes, organizar gráficos que fornecessem o aspecto morfofisiológico à primeira vista de aluno por aluno, dentre outros variados serviços. Dirigido pelo vice-diretor, em tal Gabinete ocorriam semanalmente palestras de quarenta minutos sobre questões de higiene, com projeções luminosas e sem

incomodar o funcionamento das aulas. Ficavam encarregados pelas palestras o Dr. Savino Gasparini, subinspetor sanitário rural e zeloso funcionário e o inspetor de alunos Antônio da Rocha Nogueira, de excelente nota, que auxiliava o primeiro. Um programa com 30 lições subsidiava as palestras, prestando o Dr. Gasparini “serviços ao desenvolvimento da cultura no Colégio, modelo dos estabelecimentos de Ensino Secundário”, frisando que “a ação geral das grandes endemias nacionais enfraquecem a raça”. Sendo bem instruídos, os alunos do 4º, 5º e 6º anos, que assistiam às lições por possuírem “idade de recebê-las com proveito”, serviriam como “ótimos propagandistas da higiene no meio da população, sobretudo nas classes menos favorecidas de pecúnia”. Eram ainda formulados testes sobre cada ponto de higiene individual (DÓRIA, 1997, p. 252).

Em 1933, o mobiliário escolar sofreu reforma de vulto, instalando-se “nas salas de aula 100 carteiras de imbuia compensada, de tipo pedagógico e higiênico moderno, adquiridas mesas e poltronas de fabricação nacional destinadas a professores”. A diretoria do Externato mandara construir um galpão nos fundos do edifício, onde uma oficina de carpintaria, anteriormente mal acomodada provisoriamente na garagem, foi instalada. Com área de 60 metros quadrados em concreto e cimento e telhado de uma só água para que não fosse prejudicada a iluminação das salas vizinhas, a nova instalação rendeu bons frutos, sendo oficialmente reconhecidos pela diretoria os “inúmeros trabalhos, os valiosos serviços, com apreciável economia para os cofres do Colégio”, diante da execução dos serviços de concretar, reparar, pintar e fabricar por parte dos serventes. Após a reforma do mobiliário, foi consultada a Inspeção-Geral de Iluminação e houve reforma das instalações elétricas do prédio. A instalação existente fora julgada defeituosa por “não distribuir boa luz, em edifício onde funcionava curso noturno frequentado por jovens estudantes, sujeitos por deficiência de luz a perturbações visuais e até nervosas”. Foi então aconselhado pela referida Inspeção o uso de aparelhos de luz indireta para diminuir as manchas de sombra e permitir a iluminação em qualquer ponto de salas, estudando a cor, a natureza do teto e das paredes dos aposentos, questões de suma importância técnica, antes que fosse determinado o tipo de aparelho mais próprio (DÓRIA, 1997, p. 257).

Em relação ao espaço escolar e sua arquitetura, Luciano Mendes de Faria Filho (1998), estudando o caso da cidade de Belo Horizonte, explicita que era depositada confiança para que a cidade desempenhasse a difícil tarefa de transformar desocupados em trabalhadores. Com a chegada de João Pinheiro, industrial e político, ao governo de Minas Gerais em 1906, foi implementada uma proposta que, além de modificar a formação dos professores e introduzir disciplinas ligadas à agricultura, propunha a criação de espaços próprios para a

educação escolar: os grupos escolares. O autor descreve que a construção da escola e de sua cultura possuía uma intimidade na relação entre a construção física e simbólica da cidade e da reformulação possível da República. Os prédios deveriam ser construídos para serem vistos, admirados e reverenciados, sendo modelares para outros estabelecimentos e modeladores de hábitos, atitudes e sensibilidades. Sua construção deveria ir ao encontro dos modernos preceitos pedagógicos e de higiene assim como aos preceitos arquitetônicos defendidos para os prédios públicos da Capital. Buscava-se uma homogeneização que se pautava pela utilização de mecanismos para evidenciar e controlar as diferenças, principalmente de gênero. Além disso, os muros se configuravam simbólica e materialmente um espaço próprio delimitado, apartado da rua e auto-instituído como significativo, entendendo as ruas como espaços maléficos para as crianças. Para o autor, a arquitetura e a imponência do grupo escolar significavam a produção de um lugar próprio da educação escolarizada, considerando a existência de movimentos no espaço escolar que constituíam nova forma e cultura escolares. O espaço escolar seria “palco e a cena de apropriações diversas, produzindo e incorporando múltiplos significados para um mesmo lugar projetado pela arquitetura escolar” (FARIA FILHO, 1998, p. 156).

3.2 – Concepção e importância da disciplina

Normas disciplinares e a presença da polícia escolar eram questões previstas nos regulamentos da instrução pública para os colégios de ensino secundário, buscando construir um espaço educacional asséptico, ordenado e regido por regras morais. O comportamento civilizado seria preconizado pelas proibições, sendo ainda exigido que os estudantes se vestissem decentemente, obedecessem às ordens do diretor, fossem assíduos, pontuais e asseados, conservando-se sem chapéus na cabeça, não danificando os objetos e o mobiliário escolar, não gritando, assobiando ou fazendo algazarra muito menos desacatando os professores. Tais regras eram frequentemente infringidas pelo corpo discente, podendo ser encontrados nas documentações dos colégios vestígios de sanções como advertências, suspensões ou até mesmo expulsões (SOUZA, 2008).

No Colégio Pedro II, os diretores Francisco Cabrita e José da Silveira não dispensavam o uso e o tratamento de *dom* e ficaram conhecidos pelo espírito disciplinador, “procurando ambos trazerem os seus estabelecimentos como um brinco, conforme expressão familiar ao povo” (DÓRIA, 1997, p. 181).

Dentre os melhoramentos de utilidade para o bom funcionamento das aulas e necessariamente útil à ordem disciplinar, encontra-se a “instalação de relógio central elétrico colocado no gabinete da diretoria, acionando outros relógios postos em diversos pontos do edifício”, pondo o relógio central a automaticamente “soar as campainhas elétricas, dando anúncio do início ou fim das aulas, fim tão grato aos menos aplicados” (DÓRIA, 1997, p. 231).

Escragnolle Dória (1997) considera que a disciplina em um estabelecimento como o Externato do Colégio de Pedro Segundo é condição vital, sendo eficaz quando temperada pela justiça e pela equidade, por conta da numerosa presença de alunos, com formação educativa variada e sentimentos nem sempre cultivados até primor. Ao discorrer sobre a mesma no ano letivo de 1927, período em que ocorreram apenas algumas punições por faltas leves, o autor apresenta críticas severas aos

inspetores nem sempre isentos de contrariedades no exercício de funções para as quais não está habilitado qualquer. Demandam não só cultivo intelectual como, sobretudo, formação moral, a míngua de um e mormente da outra logo percebidas pelo aluno, principalmente, pelo mal intencionado ou desrespeitador por natureza. (DÓRIA, 1997, p. 236)

A disciplina em Internatos era considerada bastante diferente da exigida no Externato, já que nestes a vigilância se exerce apenas em algumas horas e não dia e noite como no primeiro modelo. Nesse mesmo ano de 1927, o cargo de chefe de disciplina, no qual Quintino do Valle já houvera se notabilizado, teve convidado para seu exercício o Dr. José Lourenço dos Santos, docente da Escola Normal. O novo responsável estava então incumbido de zelar pela ordem na Casa com 400 alunos, contando com o auxílio de 28 inspetores.

Em 1929, freqüentavam diariamente o Externato cerca de 700 alunos, havendo apenas um caso de indisciplina a lamentar, de um aluno do primeiro ano contra o seu inspetor, ocorrendo punição de suspensão de exames em 1^a e 2^a épocas ao aluno após inquérito regular feito por professores. Foi também objeto de inquérito outro caso de indisciplina, por parte de um preparatoriano, relacionado aos exames parcelados. Ocorreu então uma proposta ao Diretor-Geral do Departamento de Ensino de exclusão do preparatoriano dos estudos, “por tempo a arbitrar, de quaisquer estabelecimentos oficiais ou equiparados”, procurando dessa maneira a diretoria de Roxo “resguardar o princípio indispensável da disciplina, sem o qual não vale a pena abrir portas de estabelecimento de instrução” (DÓRIA, 1997, p. 241).

A vigilância da diretoria não era extensiva somente a discentes e preparatorianos, como também a subordinados ao advertir inspetor, que era convidado a usar com alunos linguagem que não fornecesse motivo para reclamações. Tais advertências ocorriam por parte

da direção do Externato, que também reconhecia oficialmente que “no desempenho de funções exercidas com zelo e dignidade os inspetores faziam jus a preito de reconhecimento por parte da administração do Colégio” (DÓRIA, 1997, p. 241). Ao lamentar o falecimento de Octávio Freire de Andrade, estimam-se suas qualidades disciplinadoras, pois esse inspetor de alunos “conseguiu, com pouco vulgar serenidade, manter ordem e respeito nas turmas das quais era encarregado, sem altear voz sem punir, por simples força moral, equiparando-se destarte a outros colegas dotados das mesmas qualidades” (DÓRIA, 1997, p. 241).

A Diretoria do Externato tratava de “eliminar discentes incompatíveis com a realidade da vida colegial”, elegendo, pela Congregação, os professores Gabaglia, Roxo e Nascentes, que possuíam a tarefa de proceder “ao devido exame da situação dos indesejáveis, inclusive os envolvidos em inquéritos e com responsabilidade comprovada”. Era contínuo o cuidado da disciplina por parte da referida diretoria, pois, ao final do ano letivo, seguiam-se exames parcelados ou de candidatos estranhos, “determinando afluência de pessoas ao edifício do Externato e ao seu estreito âmbito” (DÓRIA, 1997, p. 253).

Enquanto na obra de Escragolle Doria, a disciplina era exaltada e defendida para garantir a ordem desejada, em outra fonte percebemos os relatos dos próprios responsáveis pelas questões disciplinares, onde são apresentadas *travessuras* e questionamentos instigantes. No *Livro de Ocorrências* de 1914-1915, encontram-se relatadas as ocorrências feitas pelos inspetores entre 16 de abril de 1914 e 3 de julho de 1915. Neste documento, em cada dia letivo apresenta-se a quantidade de alunos que compareceu em cada uma das turmas, relata-se quando um docente falta ou dispensa a turma; quando um aluno deixa de assistir a alguma aula por motivo de doença ou chega atrasado e sua entrada para assistir às aulas é ordenada pelo Chefe de Disciplina etc. Apesar de raros, os casos de *indisciplina* demonstram um enfrentamento discente digno de citação e problematização, casos estes que vinham com o relato também da punição apresentada pela instituição, objetivando manter a ordem por meio de castigos, majoritariamente, a privação de saída. Quando não ocorrem casos considerados *graves* a ponto de serem registrados no livro, aparecem, dentre outras, as frases “nada ocorreu digno de nota”; “tiveram procedimento regular”; “comportaram-se dignamente” ou “tiveram bom comportamento durante as aulas”. Também são citados os casos em que toda a turma se ausenta da aula, um absenteísmo total, sendo informado que as faltas deveriam ser lançadas. Além disso, alguns alunos são citados quando possuem comportamento exemplar.

Eram dez turmas no ano letivo de 1914 e nove em 1915, havendo um inspetor responsável pelo acompanhamento e registro de cada uma delas.

É pertinente apresentarmos alguns dos casos registrados nas ocorrências. Alguns alunos eram considerados *salientes*, e, principalmente a 3ª turma da 1ª série, disparadamente a mais citada no documento durante todo o ano, apresentava atitudes irreverentes e debochadas, que incomodavam o corpo docente e administrativo. Eram feitas diversas anotações sobre a turma, principalmente por comportamento irregular durante as aulas ou questões específicas *aprontadas* isoladamente.

De maneira geral, encontramos no documento relatos de entretenimento de “cortar um pouco a carteira”, falta de respeito com o professor, “pessimo comportamento (...) na subida e descida da escada”, “por conversar quando em forma”, “fazer garatujas, não prestando atenção às explicações do lente”, dar “começo a brincadeira com bola de papel indo a mesma bater de encontro o vidro de um dos armários”. Exemplificando, temos o relato do inspetor Ayres Augusto dos Santos, no dia 12 de junho de 1914:

Compareceram às aulas da 3ª turma e 1ª serie 30 alumnos, a turma ficou privada até ao fim das aulas de desenho (de hoje) exceptuando os alumnos de N^{os} 1, 26, 30 e 31 que se portaram bem, e os de N^{os} 2, 4, e 29, que faltaram. O motivo foi, com especialidade uma assoada á entrada do lente de Arithmetica, e ao mesmo tempo amostrarem-lhe um jornal que o alumno Jorge Martins Pinheiro levou para a aula e em que estava publicado o fallecimento do referido lente.

O periodismo adquiria diferentes significados e usos para os alunos. Preparar uma “assoada” ao mestre e exercitar suas próprias leituras em sala de aula se somavam aos demais empregos dos jornais discentes analisados no capítulo 4. Aos 11 de setembro de 1914, Paulo Tavares e George Américo Freire tiveram seus nomes anotados, “aquele por abuzo de conversa e este por ler jornal durante a hora vaga de portuguez”, situação que indica que os discentes carregavam para o Colégio outras leituras.

Acima dos inspetores, encontrava-se o cargo de Chefe de Disciplina. No dia 3 de setembro, o inspetor Octavio de Andrade leva ao seu conhecimento “o seguinte facto”, quando “chamando atenção” de dois alumnos, de nomes Brazilio Cardozo e Nelson Clauvell, recebeu respostas dos mesmos dizendo que “não tinham medo nem do inspector e muito menos do Director”, afirmando ainda o primeiro “que o muito que o Director podia fazer era suspendelo”. Está relatado no dia seguinte que “de ordem do Ex^{mo} Sr. Director ficaram privados no dia 3 do corrente até a 1 hora pelo seu mau comportamento”.

No dia 26 de maio de 1915, na terceira turma do 1º ano, “compareceram 41 alumnos e ficaram privados de sahida os alumnos Homero Latari, Luiz Navarro Calaça e Pedro da S^a Simões por estarem jogando bolas de papel na sala”. Situação inusitada e relatada pelo

“inspector Mariano F. Nelson” ocorreu no primeiro dia de junho, em que, “depois de ter entregue a mencionada turma ao (...) Alcides da Fonseca, lente de portuguez, um de seus alumnos deu um assovio”. Como o autor “desse desrespeito” não foi pego, o inspetor foi chamado para dar “sahida a turma”. No dia 4 de junho, 10 dos 41 que compareceram “ficaram privados de sahida por terem se portado mal na sala e em forma”, sendo que “Antonio Ricardo Vianna Filho (...) assoviou na sala, por ocasião da aula do Professor de Francez”.

Sob responsabilidade do inspetor Octavio de Andrade, com relação ao “4º ano”, no dia 12 de maio, “de ordem do Snr. Chefe de Disciplina ficou privado até as 2 horas o alumno Leandro Gonzaga Peçanha da Silva, pelo seu mau comportamento na sala”. Três dias depois, “tiveram mau comportamento, durante as aulas os seguintes alumnos Haul de Peçanha da Silva e Carlos Caiado de Castro, os quaes apresentei ao Chefe de Disciplina”.

No dia 21 de maio, registra o inspetor Carlos A Souza que “foi apresentado ao Sr. Chefe de Disciplina por me ter respondido” o aluno Felype Bazilio, do “3º ano”. Em 12 de junho, “ficaram privados da sahida por ordem do Seu Chefe de Disciplina, por terem se portado pessimamente (...) na sala dos privados os alumnos Pedro da S.^a Simões, Joaquim da S.^a Simões, Morel Pereira dos Santos e Luiz Navarro Calaça”. Em 15 de junho, “o alumno Gemaro Costa, hoje, logo após a aula de Geographia, procurou danificar a carteira”, roubando-lhe o verniz “com a raspadeira que se achava em seo poder”. Aos 18 de junho, “ficou privado de sahida por ordem do Seû Chefe de Disciplina o alumno Manoel de Barros Martins, na ocasião em que seguia na forma para aula de Canto, de um forte grito próximo a sala do 1º ano effectivo”.

Atitudes *inconvenientes* fora dos muros da instituição também se encontram relatadas, conforme consta registro do dia 20 de maio:

Na 2ª turma do 1º ano compareceram 40 alumnos. Terminada a sahida os alumnos Romualdo Areoza e Evaristo de Carvalho, a pouca distancia deste estabelecimento, travaram luta corporal sendo que o primeiro convidado a vir a presença do Sr. Chefe de Disciplina, pelo inspetor Pedro Leal, prontamente accedeu, porem o segundo recusou-se peremptoriamente a prestar esta obediencia, allegando nada ter a explicar ao referido Chefe.

Preocupado com as atitudes que os alunos poderiam disseminar na instituição ao *ousar* questionar a estrutura vigente, Octavio de Andrade, aos 5 de junho, apresenta um grande relato da situação que aparentemente o incomodou bastante:

Levo ao conhecimento do Sr. Chefe de Disciplina a maneira incorreta que estão procedendo os alumnos Haroldo Gonzaga Peçanha da Silva e Brazilio Machado Cardozo de Mello, ainda hoje fui surpreendido pela falta de disciplina que estes alumnos querem plantar neste Estabelecimento. No momento que o Sr. Haroldo Peçanha da Silva conversando com um seu

collega foi por mim chamado a sua atenção por ser isto previsto, quanto as ordens por mim recebidas, pois bem este aluno que presa sempre pela falta de delicadeza e disciplina nesta casa tirou do bolço um regimento inteiro e allegou que o inspector não tinha competencia para privalo de sahida, neste momento eu disse que era o inspector do 4º anno e que os mesmos alumnos tinham que me respeitar, neste momento levantou o alumno Brazilio Cardozo de Mello Machado e disse em alta voz que o Director nada valia.

Não sendo a primeira vez que nas minhas occurrencias cito factos passados por estes 2 alumnos, principalmente para o alumno Haroldo Peçanha da Silva, conforme occurrencias por mim dadas em dias anteriores sem a toda transe querendo plantar a indisciplina perante os seus collegas.

Certamente preocupado com a diversidade de casos relatados de indisciplina, o diretor Augusto Daniel de Araujo Lima dedicou “especial carinho” no Relatório do ano letivo de 1916 ao problema da disciplina dos discentes, não desconhecendo “a sua importancia fundamental na educação dos nossos futuros cidadãos e sua necessidade para a victoria dos povos na conquista da civilização”. Ele propunha uma gradação bem calculada dos castigos, reconhecendo que apenas em casos excepcionais devesse ser aplicada a suspensão. Inspirado nos princípios “pedagogistas”, recomenda aos auxiliares

a maxima serenidade no exercicio das suas funcções de educadores, procurando temperar as suas reprimendas com paternal affeição e exemplar urbanidade, pois que a observancia de certa etiqueta é imprescindivel para assegurar á autoridade o respeito e a obediencia que lhe devem os seus inexperientes subordinados (COLÉGIO PEDRO II, 1917, p. 12).

Graças aos auxiliares, vinha a disciplina dos alunos correspondendo plenamente “aos elevados fins a que se destina o benemerito e glorioso instituto que tenho a honra de dirigir” (COLÉGIO PEDRO II, 1917, p. 12).

Como coadjuvante da disciplina, nas duas seções da Casa, estava a instrução militar.

3.3 – Instrução Militar e Desportos

Existente desde 1908, a instrução militar conduz a hábitos de obediência e subordinação. A preparação para a paz e seus produtivos benefícios caminhava ao lado da preparação para a guerra e seus imperiosos flagelos. No ano de 1925, aglutinando uma média entre 80 a 100 alunos frequentadores, no Externato, continuou a ser ministrada, tendo o dia 15 de novembro como o encerramento do período de instrução de acordo com os regulamentos dos Tiros de Guerra. “Nos exames para obtenção da Carteira de Reservista de 2ª classe foram aprovados 66 candidatos, quantos se apresentaram; deles provada resistência em duas marchas de 12 quilômetros e uma de 24” (DÓRIA, 1997, p. 227).

Havia empenho por parte da diretoria do Internato na regularidade da instrução militar, estimulando que os alunos participassem de diversas solenidades bem como de campeonatos de jogos desportivos.

Em seu relatório sobre o ano letivo de 1916, trata o diretor sobre o tema da instrução militar, que procurou metodizar “facilitando ao respectivo instructor, 1.º tenente Arthur Baptista de Oliveira, todos os meios necessários a uma boa organização da companhia escolar, á conservação do armamento e á instalação definitiva da linha de tiro”. Informa ter criado a banda de música militar do Internato, mediante economias que conseguiu realizar e que militarizou todos os alunos do Externato ao criar o Batalhão Escolar. Alega ter proporcionado ao 2º tenente Amado Menna Barreto todos os recursos solicitados, apesar dos obstáculos, assegurando:

que a instrução militar neste instituto é realmente proficua e bem o podem attestar quantos assistem, nos dias de formatura dos meus alumnos, ao desfilar das guapas companhias infantis do Collegio Pedro II e aquelles que, com o prestigio da sua autoridade de profissionaes, julgara, ainda ha pouco, da habilitação dos candidatos á caderneta de reservista no anno de 1916. Logo no inicio da minha administração, introduzi no Collegio o uso tão necessario e proveitoso dos hymnos patrioticos mais autorizados, que despertam e robustecem na mocidade os sentimentos de civismo, encarregando até illustre poeta de compor, especialmente para o Collegio, a <Canção da Marcha>, gentilmente musicada por um compositor laureado (COLÉGIO PEDRO II, 1917, p. 16-17).

As participações do Externato em “campeonato de atletismo instituído pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro” e em “campeonato de basquetebol organizado pelo Clube de Regatas Flamengo” também são ressaltadas (DÓRIA, 1997, p. 227). Muitos alunos agradavam-se por exercícios esportivos de força e destreza, sendo portanto construída uma quadra destinada a jogos de basquetebol no pátio interno do Externato, onde também eram realizados diversos páreos entre alunos do Colégio e discentes de variados estabelecimentos de Ensino Secundário, sobrelevado o Colégio Militar.

Na seção *Vida Desportiva*, Helio Chrockatt de Sá Rodrigues e Luiz Innéco apresentam os resultados obtidos pelos discentes em competições desportivas entre 1928 e 1936, nas quais o atletismo teve maior repercussão e o Colégio Pedro II disputava a supremacia com o Colégio Militar. Antes da página com a Figura 3.1, há um texto de apresentação, recheado de metáforas, no qual estão contidas concepções de corpo e sociedade e uma crítica à inexistência de registros referentes à educação física:

Civilização de Arranha-céus. Monstros de aço a zunir desesperadamente. Linhas retas para um Grande Fim. E o sangue—a vida— não póde encontrar estradas perigosas nem veias inadequadas. A corrente

borbulhante, límpida e clara, tem que ser livre por caminhos preparados. O Homem, por si mesmo, terá de aprimorar o campo que o germem do Progresso percorrerá rumo ao seu maior desenvolvimento. A condição para se viver é ter-se vida. A vida das células, a vida dos tecidos... corpore sano.

O Colégio Pedro Segundo vive. E vive na sua maior potencialidade espiritual e física. Em cem anos, o Brasil inteiro viu chispear daquele casarão fecundo, cintilações de ouro. E, a par das manifestações do espírito, o apronto do corpo. O cuidado por essa massa estética que encerra um desconhecido superior. E' sobre isso que falaremos. Mostraremos que o Colégio Pedro II, não obstante desobedecer em construção material à técnica moderna de preparação dos indivíduos, soube, compreendedor das finalidades eugênicas, ter um carinho paternal por essa educação física. Elogiando as causas pelos efeitos demonstrados, estampamos o nosso desejo de que cada vez mais se intensifique a educação física entre os que representarão, no cotejo das raças, o futuro de nossa pátria, afim de que eles possam ter o sentido completo do Brasil Perfeito.

Nossos rostos voltaram-se. Transcreveremos numa síntese incompleta os resultados marcantes dos alunos do Colégio nessa última década, já que tantos anos se perdem numa ausência absoluta de informes, no que se refere à educação física em todas as suas diferentes práticas (MARINHO & INNECO, 1938, p. 27).

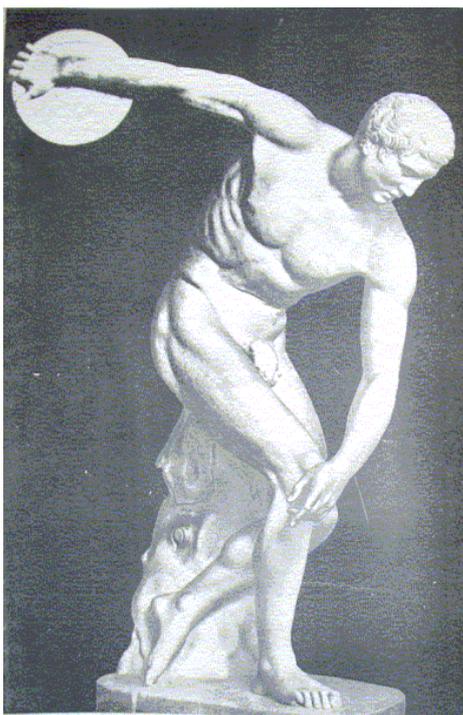


Figura 3.1: Discóbolo, escultura de Praxiteles, símbolo da cultura física grega. [MARINHO & INNECO, 1938, p. 28]

A reportagem do *Jornal dos Sports* de 6 de outubro de 1932, com o título de *O Pedro II levantou galhardamente o título de honra do Campeonato Colegial*, encontra-se registrada nas páginas 29 e 30 da publicação de Igenesil Marinho e Luiz Inneco (1938). Na reportagem mencionada, constam apenas atividades masculinas de atletismo. Na contagem final, o Collegio Pedro II somou 123 pontos, seguido do Collegio Militar, com 101. Com somatório bem inferior aos dois estabelecimentos rivais, aparecem, dentre outras instituições, o Gymnasio Vera Cruz, o Gymnasio 28 de setembro, o Instituto La-Fayette e o Instituto Juruena.

Por insuficiência de local apropriado, a instrução militar não pôde ser ministrada no próprio edifício do Externato. O 1º sargento instrutor

Arlindo Gonçalves Raposo solicitou permissão “a quem de direito para instruir alunos no pátio do Quartel-General, no Campo de Instrução da Vila Militar e no Estande de Tiro na mesma Vila”. Não havendo os exames para encerramento da instrução militar, em 1932, “foram os alunos do Colégio, em virtude de Aviso Ministerial, considerados reservistas de

segunda categoria”. Nesse mesmo ano, liderados pelo secretário do Externato Dr. Octacílio Álvares Pereira, um grupo de professores e alunos do Colégio fundou um “Clube pela Paz”, “sob a égide de Alexandre de Gusmão, o santista de tantas colaborações no reinado de D. João V, colocado o clube sob os auspícios da Fundação Camegie, pela Paz Internacional” (DÓRIA, 1997, p. 253).

Segundo Lino Castellani Filho (2003), por conta da marcante influência das instituições militares, a educação do corpo – por meio da Instrução Militar assim como da Ginástica – chamou para si a responsabilidade para estabelecer e manter a ordem social, com a perspectiva de desenvolver o indivíduo forte, saudável e indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país, num contexto em que buscava construir seu próprio modo de vida após diversos anos condicionado à colônia portuguesa. Não apenas os militares tiveram influência, como também foram igualmente presentes os médicos com ações calcadas nos princípios da medicina social de índole higiênica, que visavam ditar à sociedade, direcionando atuações sobre as famílias, os fundamentos próprios ao processo de reorganização dessa célula social. O esforço desses profissionais intervinha na política populacionista com os anseios de “criar uma população racial e socialmente identificada com a camada branca dominante”, pois os higienistas possuíam a pretensão de “transformar homes e mulheres em reprodutores e guardiões de proles e raças puras” (CASTELLANI FILHO, 2003, p. 43-44).

3.4 – A Gymnastica e a Educação do Corpo nos Programas de Ensino da Escola Secundária no Brasil

No *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951*, Ariclê Vechia & Karl Michael Lorenz (1998) organizam uma coletânea de documentos que delineiam os conteúdos programáticos ensinados durante o período na escola secundária em nosso país. A maior parte desses documentos foi desenvolvida para o Colégio Pedro II. Para os autores, é possível afirmar que, de maneira geral, o conjunto dos documentos representa os programas de ensino secundário oficial, pois a instituição exercia influência sobre e era considerada modelo para os demais estabelecimentos secundários no Brasil. Apesar de não ser nosso período de estudos, vale mencionar que, principalmente a partir de 1854, havia um incentivo para que os demais colégios adequassem seus currículos e programas aos do Colégio Pedro II: tal incentivo se consubstanciava pela realização de exames preparatórios em conformidade

com os programas do Colégio e pela exigência de adoção ou emulação dos programas por parte dos colégios provinciais ou particulares.

Durante o período republicano, a influência da instituição também ocorria de maneira direta: para que tivesse os mesmos privilégios que o Colégio Pedro II, colégios públicos ou particulares precisavam adotar currículos e programas iguais ou parecidos, por meio do sistema de equiparação, submetendo-se à fiscalização do poder central. A melhoria da qualidade do ensino secundário era pretendida por meio da padronização e funcionamento dos colégios em todo o país. Para cada uma das reformas curriculares realizadas – apresentadas no Capítulo 1 – organizava-se um novo programa de ensino, adequado às novas diretrizes (VECHIA & LORENZ, 1998).

De acordo com as investigações de Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior (2008), a orientação para a formação secundária oferecida no Colégio Pedro II em diversos momentos pautou-se por uma proposta que incorporava saberes científicos e enfatizava os conhecimentos das letras, materializada pela prioridade do ensino das línguas clássicas e modernas. Poucos colégios secundários brasileiros, durante o período imperial, incorporaram em seus currículos atividades como música, desenho e exercícios ginásticos. Desde os seus primeiros anos de fundação, o Colégio Pedro II oferecia tais atividades, sendo os exercícios ginásticos inaugurados em 1841, com a entrada de Guilherme Luiz de Taube no cargo de mestre de ginástica. Para o autor, a introdução da ginástica nas escolas oficiais brasileiras aconteceu muito mais devido às iniciativas tomadas no interior de cada escola do que por conta do resultado de um projeto legislativo.

Após esse resgate, apresentaremos a seguir, a sistematização do ensino de *Gymnastica* e *Educação Physica* para o ensino secundário dentre os anos de 1889 e 1937.

Como o primeiro programa de ensino criado após a proclamação da República visa ao ano de 1892, iniciaremos pelo último programa de ensino apresentado durante o período imperial, levando em consideração que esteve o mesmo vigente nos anos letivos de 1890 e 1891. Referimo-nos, ao Programa de Ensino para o ano de 1882¹⁸. Neste, o *Programma de Ensino de Gymnastica* encontrava-se dividido em duas turmas. Na primeira, constavam as seguintes propostas de exercícios: **exercícios disciplinares**, contendo princípios de alinhamento, formaturas, marchas, contramarchas, evoluções, carreiras etc.; **exercícios de corpo livre ou calistênicos**, contendo flexões, extensões das extremidades parcial ou

¹⁸ Programa do Ensino do Imperial Collegio de Pedro II para o ano de 1882 organizado de conformidade com o §1º do art. 2º do decreto n. 8.227 de 24 de agosto de 1881 aprovado por Aviso do Ministerio do Imperio de 23 de março de 1882.

simultaneamente etc.; **exercícios com aparelhos portáteis**, usando bastões e varas de ferro; **jogos ginásticos**, com tração com a corda longa, saltos na corda simples, ao alto e à distância etc.; e **exercícios nos aparelhos fixos**, de trepar, subir, pular, com suspensões, progressões e flexões. A segunda turma repetia os exercícios precedentes e à mesma eram acrescidos tração e repulsão com os respectivos aparelhos; exercício com as barras esféricas (braquio-peitoral); exercício com as maçãs; exercícios de aplicação nas paralelas, nas escadas inclinadas e verticais; exercício nas paralelas fixas e de cordame do pórtico.

Uma década depois, surge então o primeiro documento dessa natureza na era republicana. No Programa de Ensino para o ano de 1892¹⁹, encontram-se três partes da disciplina Gymnastica, havendo ainda uma nota de proibição dos exercícios acrobáticos. Eram denominadas **Exercícios de corpo livre**, **exercícios com instrumentos** e **exercícios com aparelhos** as primeira, segunda e terceira partes, respectivamente. Cada uma delas continha um rol de dez atividades para as duas primeiras e doze para a terceira parte, conforme apresentamos abaixo. No que diz respeito à disciplina Gymnastica, o Programa de Ensino para o ano de 1893²⁰ é idêntico ao de 1892.

Exercícios de corpo livre	Exercícios com instrumentos	Exercícios com aparelhos
Exercícios disciplinares	Exercícios disciplinares	Exercícios de equilíbrio sobre a viga
Marchas gymnasticas	Exercícios simples com biboletes	Saltos com trampolim
Exercícios de movimentos parciaes	Exercícios faceis com as massas	Corridas e saltos
Exercícios recreativos	Exercícios complexos com bastões e com bastonetes de ferro	Exercícios na escada de corda e nos cabos graduados
Exercícios de movimentos combinados	Exercícios de movimentos combinados com biboletes	Exercícios na prancha de assalto

¹⁹ Programma do Ensino Gymnasio Nacional no anno de 1892, organizado pelo Plano de Reforma de 8 de novembro, Art. 6º do Regulamento de 22 de novembro de 1890.

²⁰ Programma de Ensino do Gymnasio Nacional no anno de 1893, pelo Plano da Reforma de 28 de dezembro de 1892.

Exercicios de equilibrio	Exercicios complexos com as massas	Exercicios no cavallo de pau
Exercicios estheticos	Marchas e combates nas andas	Exercicios nas escadas de madeira inclinadas e horizontaes
Exercicios de movimentos imitativos	Repulsão das espheras de ferro	Exercicios nos cabos livres
Corridas e saltos	Exercicios de tracção com cabos de linho	Exercicios nos mastros
Jogos Gymnasticos	Exercicios de repulsão com as perchas	Exercicios nas paralelas
		Exercicios nos aneis de ferro e no trapezio
		Exercicios na barra fixa

Na sequência, encontra-se o Programa de Ensino para o ano de 1895²¹. Atentamos para o fato de que neste há diferenças programáticas entre o Internato e o Externato para a disciplina Gymnastica e demais práticas corporais praticadas. Neles, inclusive a nomenclatura, apresentada de maneira particularizada, é diferenciada. No Externato, Gymnastica, Evoluções Militares e Esgrima; no Internato, Gymnastica, Esgrima e Natação.

Para o Externato, apresentam-se três partes: exercicios para a primeira turma, direcionados para alunos do 1º ano; exercicios para a segunda turma, direcionados para alunos do 2º ano; e exercicios para a terceira turma, direcionados para alunos dos 3º, 4º e 5º anos. Eis a divisão sistematizada dentre os anos de escolaridade:

1ª parte	2ª parte	3ª parte
A) Gymnastica Systematica Livre I – Preliminares (Formatura da fileira; Alinhamentos; Mudanças de frente etc.); II – Movimentos Parciaes	A) Gymnastica Systematica com Instrumentos I. EXERCICIOS COMPLEXOS COM BIBOLETES (HALTERES) Exercicios de movimentos	A) Gymnastica Systematica com Instrumentos Aperfeiçoamento dos exercicios executados no segundo anno.

²¹ Programma do Ensino do Gymnasio Nacional para o anno de 1895 de accordo com o regulamento approved pelo decreto nº 1652 de 15 de janeiro de 1894.

<p>(Movimentos de flexão, inflexíveis e de distensão das extremidades superiores e inferiores, da cabeça e do tronco); III – Marchas Gymnasticas (Marchas de frente e de flanco, rectas, sinuosas, circulares e em espiral, simples e combinadas); IV – Movimentos Combinados (Exercicios compostos de movimentos de duas ou mais partes do corpo executados simultaneamente); V – Equilíbrios (Equilíbrios no chão, por movimentos alternados das extremidades inferiores, com ou sem movimentos das extremidades superiores); VI – Exercicios Estheticos (Atitudes e movimentos graciosos e de vigor); VII – Movimentos Imitativos (Imitação dos movimentos de nadar, voar, serrar, rachar, etc.)</p>	<p>combinados, imitativos e estheticos.</p> <p>II. EXERCICIOS COMPLEXOS COM BASTÕES</p> <p>Exercicios de movimentos combinados, imitativos e estheticos.</p> <p>III. EXERCICIOS COMPLEXOS COM AS MASSAS</p> <p>Molinetes simples e duplos. Movimentos combinados com uma, e com duas massas.</p>	
<p>B) Evoluções Militares INFANTERIA Escola do Soldado INSTRUÇÃO INDIVIDUAL SEM ARMA</p>	<p>B) Evoluções Militares INFANTERIA I. INSTRUÇÃO INDIVIDUAL COM ARMA Nomenclatura da arma –</p>	<p>B) Evoluções Militares INSTRUÇÃO DA ESQUADRA EM ORDEM DIVERSA Estender e unir a pé firme –</p>

<p>Posições do soldado em forma – Olhar para os flancos – Mudanças de frente – Continencia – Principios dos passos – Marchas em diversas cadencias</p>	<p>Posições – Manejo da arma. II. INSTRUCCÃO DA ESQUADRA EM ORDEM UNIDA Formação da esquadra – Alinhamentos – Passo lateral. Marchas – Augmento e diminuição de frente. Formação para os flancos e frente – Mudança de frente. Mudança de direcção – Abrir e unir fileiras – Movimentos e posições de arma. Fogos (simulacro).</p>	<p>Marchas – Estender e unir em marcha – Augmentar e reduzir intervallos – Mudanças de frente e de direcção – Fogos – Reforçar atiradores – Render atiradores – Reunião.</p>
<p>C) Gymnastica Recreativa JOGOS GYMNASTICOS Exercicios que servem de recreio aos alumnos desenvolvendo-lhes ao mesmo tempo o corpo, taes como o quadrado, o hock, o football, etc.</p>	<p>C) Gymnastica Recreativa Desenvolvimento dos jogos gymnasticos aprendidos no primeiro anno.</p>	<p>C) Gymnastica Recreativa Desenvolvimento dos jogos gymnasticos executados no segundo anno.</p>
<p>D) Excursões Escolares Passeios a logares saudaveis e apraziveis</p>	<p>D) Excursões Escolares Passeios a logares saudaveis e apraziveis no primeiro anno e mais alguns exercicios</p>	<p>D) Excursões Escolares Passeios a logares saudaveis e apraziveis mais longinquos do que os do segundo anno.</p>
<p>E) Gymnastica Systematica com Instrumentos I. EXERCICIOS SIMPLES COM BIBOLETES Movimentos de flexão, inflexiveis e de distensão das extremidades thoracicas com os biboletes (halteres).</p>	<p>faceis no trapezio.</p>	<p>E) Esgrima I. ESGRIMA DE FLORETE Nomenclatura do florete. – Guarda. – Chamada. – Passos. – Movimento de extensão. – A fundo. – Linhas de ataque. – Saudações. – Paradas e</p>

<p>II. EXERCÍCIOS SIMPLES COM OS BASTÕES</p> <p>Movimentos de flexão e inflexíveis – Passagens, molinetes e distensões.</p> <p>III. EXERCÍCIOS SIMPLES COM AS MASSAS</p> <p>Posições – Movimentos elementares – Circumducções e molinetes.</p>		<p>golpes simples. – Paradas e respostas. – Golpes e paradas. – Fintas. – Paradas de contra. – Contras e respostas.</p> <p>II. ESGRIMA DE ESPADA</p> <p>Nomenclatura da espada. – Guarda. – Cumprimentos. – Paradas e golpes simples. – Golpes, paradas e respostas. – Fintas. – Voltas. – Golpes dobrados. – Golpes simultaneos. – Ameaças.</p>
<p>F) Gymnastica de Aparelhos</p> <p>Equilibrios sobre a viga – Saltos graduados – Exercicios de suspensão e ascensão na escada de corda, nas pranchas, nos cabos lisos e nos mastros. Exercicios faceis nas escadas de madeira, no cavallo de pao e nas barras paralelas.</p>		<p>F) Tiro ao alvo</p> <p>Posições do corpo. – Pontaria. – Tiro ao alvo fixo. – Tiro ao alvo em movimento.</p> <p>G) Gymnastica de Aparelhos</p> <p>Desenvolvimento dos exercicios executados no segundo anno e mais alguns exercicios faceis nos anneis e na barra fixa.</p>

No Internato, o programa encontra-se dividido para os cinco anos da seguinte maneira:

Anno	Conteúdo
1º anno	<p>Fórmias de frente e de flanco, divisões em turmas, marchas e contra-marchas em diferentes cadências.</p> <p>Saltos.</p> <p>Exercicios calisthenicos.</p> <p>Exercicios com instrumentos: halteres, varas e massas.</p>

	<p>Salto com trampolim.</p> <p>Exercício nas barras, nas paralelas, com as perchas e sobre a viga de equilíbrio.</p>
2º ano	<p>Repetição dos exercícios com instrumentos, em maior desenvolvimento, e com os aparelhos já indicados e mais nas cordas lisas e de nós, nas argolas e na barra fixa.</p>
3º ano	<p>Repetição dos exercícios com instrumentos e aparelhos, em maior desenvolvimento, nas escadas obliquas e no trapezio.</p>
4º ano	<p>(ESGRIMA DE FLORETE)</p> <p>Movimentos preparatorios.</p> <p>Paradas e golpes simples.</p> <p>Movimentos compostos.</p> <p>Fintas.</p> <p>Paradas de contras ou simplesmente contras.</p> <p>Movimentos especiaes de ataque ou de preparação para ataque.</p> <p>Algumas paradas especiaes e outros movimentos.</p> <p>Muralha e assalto.</p>
5º ano	<p>(ESGRIMA DE FLORETE)</p> <p>Repetição dos exercícios mais necessarios.</p> <p>(ESGRIMA DE SABRE)</p> <p>O sabre e seu jogo.</p> <p>A guarda.</p> <p>Golpes especiaes de sabre.</p> <p>Paradas.</p> <p>Respostas.</p> <p>Fintas.</p> <p>Passos.</p> <p>Voltas.</p> <p>Conselhos sobre o combate.</p>

A peculiaridade do Programa de Ensino para o ano de 1898²² é a inserção da Gymnastica como Cadeira, sendo sempre a última da listagem e estando dentre as disciplinas

²² Programas Provisórios do Gymnasio Nacional para o Ensino no Anno Lectivo de 1898, organizado de accordo com o Regulamento n. 2857 de 30 de março de 1898.

do curso realista²³. Não há diferenciação entre o Externato e o Internato, e o curso secundário passa a ser dividido em sete anos. Apesar da última colocação na listagem, podemos entender como valorizada a *Gymnastica* por aparecer em todos os anos do curso, sendo a oitava cadeira no primeiro e no segundo anos; a nona no terceiro; a décima segunda no quarto; a décima quarta no quinto; a décima sétima no sexto; e a vigésima no sétimo.

Encontra-se sistematizada da seguinte forma:

Primeiro ano: formas de frente e flanco, divisões em turmas, marchas e contramarchas com diferentes cadencias; exercícios com instrumentos: halteres, varas e massas; saltos com trampolim: exercícios nas barras, nas paralelas, com as perchas e sobre a viga de equilíbrio.

Segundo e terceiro anos: natação; exercícios sobre a maneira de colocar a cabeça, para nadar em diversas posições; exercícios dos movimentos dos membros inferiores e superiores alternadamente e simultaneamente em diferentes direções; exercícios sobre a colocação do tronco para boiar verticalmente e horizontalmente; exercícios de movimentos em caso de câimbra; exercício para salvar a outro e carregar para terra; mergulhos.

Quarto e quinto anos: repetição dos exercícios com instrumentos em maior desenvolvimento e com aparelhos já indicados e mais nas cordas lisas e de nós, nas argolas e na barra fixa, na escada oblíqua e no trapézio.

Sexto e sétimo anos: esgrima de florete e sabre; movimentos preparatórios; paradas e golpes simples; movimentos compostos; fintas; paradas de contras ou simples; o sabre, seu jogo, a guarda; golpes especiais de sabre; paradas; respostas; fintas; passos; voltas; conselhos sobre o combate.

Para o ano de 1912, novo programa de ensino. Antes de apresentarmos o programa da disciplina *Gymnastica*, julgamos pertinente discorrer acerca da presença da disciplina *Higiene* para a 5ª série, com 3 horas semanais. Contendo duas partes, a referida disciplina fica dividida em variados capítulos, como “O ar e a respiração”, “Luz”, “Água”, “Bebidas” ou “Alimentos”, cada um deles contendo um rol de itens. Demasiadamente relacionados à formação do corpo estão os capítulos VII a X.

Divide-se em cinco partes o capítulo VII – *Higiene do Individuo*, a saber: I – *Higiene da pele* (1. Considerações gerais; 2. Precauções da limpeza da pele; 3. Precauções do cabelo e do couro cabeludo; 4. Parasitas da pele; 5. Transmissão dos contágios pelos insetos); II – *Higiene da boca e dos dentes*; III – *Higiene do nariz, da garganta e dos ouvidos*; IV – *Higiene dos olhos*; e V – *Exercício físico* (1. Considerações gerais; 2. Da surmenage; 3. Classificação

²³ Há uma divisão em dois cursos: realista, onde consta a maioria das cadeiras; e clássico, onde se localizam as disciplinas *Latim* e *Grego*.

e valor dos diferentes exercícios físicos; 4. Sono; 5. Moléstias causadas pela falta de exercício). O capítulo VIII trata do vestuário, apresentando as considerações gerais e a forma e composição geral do mesmo. Higiene da habitação é o tema do capítulo IX, sendo listados nove assuntos, como por exemplo “A via publica”, “Aeração e ventilação” e “Limpeza, entretenimento e desinfecção da habitação”. Por fim, o Capítulo X refere-se à Higiene Escolar, trazendo a profilaxia da tuberculose na escola e das moléstias infecciosas assim como a desinfecção dos livros e o “carnet sanitário”.

O conjunto dos itens apresentados como conteúdos da disciplina Higiene, bem como a proposta pedagógica da ginástica para o ensino secundário, podem ser relacionados às discussões apresentadas por Tarcísio Mauro Vago (1999), que discorre sobre o dever do Estado em regular e manter nas instituições educacionais um programa racional de educar os corpos infantis. Segundo o autor, o fortalecimento do ideário republicano passava pela construção de uma Nação e um Estado prósperos, dependendo da realização da tríade da educação intelectual, moral e física do povo, por parte da escola (VAGO, 2002).

Com 3 horas semanais na grade curricular, a disciplina Gymnastica aparecia dividida conforme apresentamos:

1ª série	2ª série	3ª e 4ª séries
1º Gymnastica sueca. a) Exercícios de ordem e disciplina; b) Exercícios fundamentaes; c) Exercícios respiratorios; d) Exercícios de movimentos parciaes; e) Equilibrios simples; f) Marchas. 2º Jogos Gymnasticos	1º Gymnastica sueca. a) Repetição dos exercicios da primeira serie; b) Exercícios de movimentos combinados; c) Exercícios de movimentos imitativos; d) Equilibrios complexos; e) Exercícios estheticos; f) Marchas encadeadas. 2º Jogos gymnasticos. 3º Exercícios com halteres de um kilo.	1º Gymnastica systematica com instrumentos. a) Exercícios com halteres; b) Exercícios com barras; c) Exercícios com maças; 2º Jogos gymnasticos. 3º Exercícios em aparelhos suécos.

No Programa de Ensino para o ano de 1915, são citados os nomes dos docentes responsáveis pela elaboração das propostas curriculares. Arthur Higgins, que merecerá nossa atenção adiante, foi quem sistematizou a proposta da disciplina Gymnastica, setorizada de

maneira semelhante à proposta anterior, com uma lista dos conteúdos para o primeiro ano; para o segundo; e de maneira idêntica para o terceiro e quarto anos. Semelhante situação ocorre nas três reformas seguintes, em 1926, 1929 e 1931.

1º ano	2º ano	3º e 4º anos
<p>I Gymnastica Sueca a) Exercícios de ordem e disciplina, preliminares. b) Exercícios fundamentaes. c) Exercícios respiratorios. d) Movimentos combinados. e) Equilibrios. f) Marchas.</p> <p>II Jogos Gymnasticos</p>	<p>I Gymnastica Sueca a) Preliminares. b) Exercícios de movimentos combinados. c) Exercícios estheticos. d) Exercícios respiratorios. e) Marchas.</p> <p>II Jogos Gymnasticos</p> <p>III Exercício com instrumentos a) Exercício com halteres. b) Exercícios com barras.</p>	<p>I Gymnastica Sueca. a) Preliminares. b) Exercícios estheticos. c) Exercícios respiratorios. d) Marchas.</p> <p>II Jogos Gymnasticos</p> <p>III Exercícios com instrumentos. a) Exercícios em halteres. b) Exercícios com barras. c) Exercícios com maçãs.</p> <p>IV Exercícios de aparelhos. a) Exercícios na viga de equilibrios. b) Exercícios em paralelas.</p>

Para Rosa Fátima Souza (2008), a finalidade da disciplina estava relacionada ao “desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito”, concorrendo para a formação do “homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resolutivo, cômico de seu valor e das suas responsabilidades”. Sua presença no currículo era justificada pelo elevado alcance educativo que auxiliaria na consecução da prática da higiene corporal, do desenvolvimento de hábitos morais assim como do espírito da disciplina. Eram inegáveis os propósitos políticos da educação física, levando em conta a “atuação expressiva dos militares na consolidação da educação do corpo como disciplina escolar” (SOUZA, 2008, p. 160).

Como pudemos observar a partir de 1915, são citados os nomes dos professores envolvidos com a proposta metodológica de ensino das disciplinas. No caso da Ginástica, o professor Arthur Higgins foi o responsável pela elaboração do programa que orientava a

prática nas escolas secundárias. O referido programa é bastante influenciado pelas contribuições organizadas em seu trabalho “Compendio de Gymnastica Escolar”, publicado pela primeira vez em 1896. O mestre trabalhou em diversas importantes escolas e é uma referência do período, merecendo ele e sua obra especial atenção no próximo item. Para ratificar essa nossa escolha, valemo-nos das seguintes palavras: “O mestre do CPII valeu-se de sua filiação profissional ao Colégio e fez do seu livro a norma e o modelo da *gymnastica* a ser difundida a todos os estabelecimentos secundários do país” (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 156).

3.5 – O Professor Arthur Higgins e sua obra *Compêndio de Gymnastica Escolar*

3.5.1 – Arthur Higgins

Nascido no Rio de Janeiro, Arthur Higgins, além de autor da obra a qual nos referimos, possui uma interessante história no cenário nacional. Não apenas envolvido com a educação, trabalhou como repórter de *O Cruzeiro* (1880) e teve a oportunidade de fundar os jornais *O Século XIX* (1881), *A Lente* (1882) e *A Lanterna de Diógenes* (1883). Seus estudos primários foram realizados com Marcolina da Silva Lima Higgins, sua mãe, que trabalhava como professora particular. O ensino secundário foi cursado na Escola Normal da Corte [posteriormente Escola Normal da Capital], onde, em 1884, ano em que se formou, foi o único aluno aprovado com distinção em ginástica. Em 21 de outubro desse mesmo ano, iniciou sua atuação docente como *mestre de gymnastica* no Colégio Pedro II, exercendo a profissão por meio de sucessivos contratos e tomando posse em 2 de janeiro de 1891 (VELHO, 1940).

Consta no *Almanach do Pessoal Docente e Administrativo do Collegio Pedro II* seu tempo de serviço com “39 annos, 6 mezes e 29 dias”; que recebeu elogios do diretor (portaria de 20-11-1920), que “publicou o <Compendio de Gymnastica Escolar>” e que “tem 50% de addicionaes por ter completado 35 annos de exerc. effect. em 2-12-1919 (dec. de 30-12-1920)” (PEREIRA, 1925, [não paginado]). Em 1886, retornou à Escola Normal como professor interino, sendo efetivado em 1890. Aliando ginástica, evoluções militares e esgrima, trabalhou em outras importantes instituições como o Asilo de Meninos Desvalidos²⁴ e os Colégios Alfredo Gomes, Mairink e São José.

²⁴ Antiga denominação do Instituto Profissional João Alfredo.

Na obra *Dicionário Bibliográfico*, aparece como responsável pela introdução do “football” no Brasil, jogando com os alunos do Externato Pedro II no Campo de Santana. Aposentou-se do Externato e jubizou-se também da Escola Normal, após quarenta anos de exercício efetivo. Antes de falecer no Hospital Evangélico, aos setenta e três anos, a 2 de fevereiro de 1934, deixando viúva a também professora Hortência Rosada Higgins (SOBRINHO VELHO, 1940), entregou-se a estudos, obtendo diversas patentes de invenção, como por exemplo um canhão aperfeiçoado para atacar aeroplanos e submarinos, denominado *Canhão de Higgins* (INPI).

Como reconhecimento da relevância da atuação de Arthur Higgins, no noticiário de 1953 da Revista de Educação Física apresenta-se “uma singela, mas justa homenagem à memória de um dos batalhadores em prol da sistematização da educação física nacional”. Por meio das palavras da Professora Mariza Lira, compara-se o homenageado, no Brasil, a Jahn, conhecido como “Pai da Ginástica”, na Prússia, e ao Dr. Ling, em Stockolmo, criador da ginástica sueca; pretendendo mostrar “às novas gerações de professores de educação física, o dinamismo e os traços marcantes de personalidade de tão digno mestre” (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1953, p. 2).

A Professora recorda que Higgins passa a tratar do físico, por meio de exercícios ginásticos, após conselho do Dr. Tôrres Homem, percebendo rápidas melhoras em seu corpo enfraquecido, matriculando-se, então, na aula de ginástica do Capitão Ataliba Fernandes – professor da Escola Normal. Segundo ela, Higgins possuía grande popularidade e seria o “professor da moda”, além de não esconder seus ideais republicanos. Nas palavras de Mariza, “da prática de seus longos anos de labor [de Higgins], resultaram obras de grande valor na época para a completa orientação do ensino de educação física no Brasil”, citando o *Compêndio de Ginástica e Jogos* (1899); o *Manual de Ginástica Higiênica* (1902); e o *Compêndio de Ginástica Escolar* (1912), “edição aperfeiçoada e ilustrada de seu primeiro trabalho” e sobre a qual nos debruçaremos nas próximas linhas (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1953, p. 2).

No período em que Higgins lecionou Ginástica em diversas instituições educacionais, não havia cursos superiores para formar o professorado responsável pela disciplina. Alessandra Schueler (2002) aponta que o Regulamento de 1854 contribuiu para definir e representar as funções de professores públicos, no âmbito da cidade do Rio de Janeiro. A partir dessa legislação, os lugares e papéis desses profissionais na sociedade, suas condutas morais e traços de personalidade, suas capacidades técnicas e habilidades profissionais começaram a se delimitar. A autora aponta que foram mantidas no Regulamento as práticas

tradicionais de recrutamento docente por meio da formação pela prática no interior das escolas, onde os professores e professoras escolhiam seus assistentes entre os alunos, julgando quais estariam mais aptos à aprendizagem do ofício a partir do domínio apresentado. Ao serem criados os cargos de professores adjuntos, as práticas tradicionais de aprendizagem e reprodução do ofício de mestre-escola eram referendadas e consolidadas. Posteriormente, os educadores iniciam o processo para se apresentarem como categoria profissional, propagando representações sobre o ofício, produzindo amálgamas, agregações e identidades profissionais, a despeito das diferenças e da multiplicidade das experiências individuais e práticas de ensino.

Nesse movimento, Arthur Higgins foi escolhido por seu professor, adquirindo suas habilidades por meio da prática. Em seguida, ao elaborar o compêndio, tornou-se um intelectual dos conhecimentos da Ginástica, influenciando a formação de professores por meio do aprendizado metódico dos manuais – sem que essa formação perdesse o caráter prático do ofício.

3.5.2 – O Compêndio

Em 1934, é publicada a terceira edição da obra, aperfeiçoada e ilustrada. É notória a valorização da mesma, pois inicia com as seguintes observações: “é o unico tratado de gymnastica aprovado oficialmente”; aprovado por unanimidade “pelo Conselho Superior de Instrucção em 28 de Janeiro de 1902” e “por uma commissão da Directoria Geral de Instrucção Municipal em 6 de Março de 1912”; “aprovado por uma commissão de Professores da Escola Normal do Districto Federal, que julgou o autor merecedor de premio, em Maio de 1913”; e “adoptado pela Directoria Geral de Instrucção Municipal em 1914” (HIGGINS, 1934, p. 3-6).

Nomeada pelo Diretor da Instrução Pública Dr. Ramiz Galvão e composta pelos senhores Henrique de Souza Jardim (relator e professor primário distinto), Dr. Virgilio Varzea (inspetor escolar) e Manoel Gonçalves Corrêa (professor de ginástica de diversos estabelecimentos oficiais), a comissão emite um parecer da 2ª edição da obra, considerando indiscutível a competência de Arthur Higgins na matéria que sempre ensinou com entusiasmo e amor. São enaltecidas partes do livro como as que tratam da Metodologia Ginástica e dos Preceitos Higiênicos; a dosagem da matéria de acordo com a idade; assim como o não esquecimento dos professores primários, apesar de quase todos terem sido seus alunos. Interpreta-se o livro como um guia contendo a longa experiência do autor, parabenizando-o e também aos “Srs. Professores a quem este livro vae grandemente aproveitar”. Tais elementos

sugerem um caráter de difusão de sua proposta metodológica de ensino de Educação Física, direcionado para o professorado (HIGGINS, 1934, p. 3-6).

Nessa terceira edição, também aparecem as opiniões da imprensa, por meio de textos e notas em diversos jornais, a saber: *Chronica Litteraria* de 15 de Outubro de 1902, “escrita pelo eminente jornalista José Medeiros e Albuquerque”; *Jornal do Commercio* (3 de Outubro de 1896); *Gazeta de Notícias* (6 de Outubro de 1896); *O Paiz* (3 de Outubro de 1896); *Gazeta Commercial e Financeira* (24 de Outubro de 1896); *Cidade do Rio* (1 de Novembro de 1899); *Jornal do Commercio* (2 de Novembro de 1899), o que demonstra a importância dos veículos de comunicação para que ocorresse a propaganda dos saberes e conhecimentos sistematizados durante o período (HIGGINS, 1934, p. 7-9).

Nos textos publicados nos referidos jornais, há indícios de que havia um movimento por parte do próprio autor para fortalecer e publicizar sua obra. Três hipóteses não excludentes podem explicar esse quadro: a utilização do mecanismo de doação de exemplares para os mais variados jornais; sua breve incursão como jornalista, que pode ter gerado contatos e influências, além do conhecimento de algumas artimanhas ou atalhos; e sua crescente notoriedade enquanto professor de ginástica.

No prefácio da primeira edição, o autor se dirige ao leitor para apresentar o “modesto ‘Compendio’, fructo do trabalho em horas pertencentes ao lazer” e pede toda “indulgência para erros e imperfeições”, explicitando que apenas depois de onze anos de tirocínio na arte a que se dedicou de corpo e alma – quando começou a escrever tais linhas – julgou-se capaz de publicar tal escrito, considerando a ginástica arte extremamente útil, que o salvou da predisposição para a tísica pulmonar e o tornou capaz de ser útil à sua adorada “Patria” (HIGGINS, 1934, p. 13). Relata a felicidade em ter escolhido a Escola Normal para praticar os “exercícios gymnasticos convenientes ao meu [seu] enfraquecido organismo”, onde encontrou o “saudoso Capitão Ataliba M. Fernandes”, que lhe infundiu o grande entusiasmo pela educação física da mocidade. Diante do pioneirismo ao ser aprovado com distinção na aula de ginástica, resolveu fazer-se professor de ginástica escolar e considera ter sido guiado por sua boa estrela nessa escolha, pois logo foi “convidado para professar em estabelecimentos de primeira ordem”, conseguindo merecer “dos directores desses estabelecimentos e dos meus [seus] discipulos muitas provas de consideração e estima”. O autor opta pela palavra *organizado* ao longo do livro com receio de passar por plagiário, deixando claro que o contexto seja de lavra própria, salvo as citações que são nomeadas (HIGGINS, 1934, p. 14-15).

No que tange às práticas pedagógicas, aparece com maior clareza a concepção da obra enquanto manual didático, ao sistematizar uma proposta a ser seguida pelos discípulos. Em suas palavras,

Fiz inovações que concorrem muito para facilitar o aprendizado e o ensino, e também para o embelezamento da arte.

Assim é que systematizei os commandos, o que facilita muito o trabalho dos discipulos, futuros mestres (...).

As definições e divisões da gymnastica e dos exercicios foram concebidas por mim ; inventei alguns exercicios de movimentos combinados, imitativos e estheticos e modifiquei alguns jogos gymnasticos, adaptando-os ao nosso clima. (...)

O methodo adoptado por mim é o resultado de escrupuloso estudo de diversos systemas estrangeiros, principalmente dos de Ling, sueco e Dox, belga. (...)

Era meu dever escrever e publicar um compendio para servir de guia aos meus discipulos na “Escola Normal” ; bem ou mal cumpri esse dever, restar-me-há essa consolação, si não for bem recebido este imperfeito trabalho (HIGGINS, 1934, p. 14-15, **grifos nossos**).

Noções Teóricas Indispensáveis aos Profissionais

O Compêndio encontra-se dividido em três partes fundamentais. Denominada *Noções Theoricas Indispensaveis aos Profissionaes*, a primeira parte é a que nos interessa analisar mais minuciosamente, já que apresenta os pressupostos a partir dos quais serão apresentadas as duas seguintes. Nas *Noções*, estão contidos os seguintes itens: I – Educação; II – Educação Physica; III – Gymnastica – Definição – Divisão – Sub-divisões; IV – Importancia da Gymnastica; V – Exercicios gymnasticos – Definição – Divisão – Sub-divisões; VI – Commandos – Definição – Divisão; VII – Methodologia gymnastica; VIII – Divisão superficial do corpo humano; IX – Terminologia dos movimentos articulares; X – Preceitos hygienicos.

Concepções Educacionais

No ponto I, o autor parte de uma concepção educacional, certamente vinculada a um modo de enxergar, compreender e interpretar a sociedade. De maneira marcante e efusiva, encontra-se presente a dicotomia entre corpo e mente, físico e intelecto, prática e teoria. Não apenas o conhecido aforismo de Juvenal “*Mens sana in corpore sano*” é recuperado, como a seguinte passagem é utilizada: “O espirito é o senhor e o corpo o escravo; e, para poder este

obedecer ás exigencias d'aquelle, é necessario que seja sadio e forte” (SCHREBER *apud* HIGGINS, 1934, p. 21).

Diante dessa compreensão, o autor defende que qualquer plano de educação deve ter por fim um desenvolvimento harmônico das faculdades de duas categorias – físicas e intelectuais – sob o risco de tornar-se incompleto e imperfeito. Ele também recupera a importância das descobertas fisiológicas que vieram em socorro à pedagogia, demonstrando de um modo patente que o bom funcionamento dos órgãos corporais é condição *sine qua non* para a lucidez do espírito, concluindo que a alma só pode brilhar através do corpo caso este se encontre em estado de desenvolvimento regular e de conveniente energia. Acredita que muitos contemporâneos estão convencidos das verdades acima explanadas, fazendo caminhar *pari passu* a educação física e a educação intelectual, além de crer que, ao seguirmos os bons exemplos, um dia tornar-me-íamos um povo sadio, forte e enérgico (HIGGINS, 1934).

Há uma riqueza de questões no item II. Paradoxalmente, ao discorrer acerca da Educação Física, Higgins diz, “sem receio de errar”, que esta é mais necessária do que a educação intelectual, pois “alcança a robustez da saúde, esse precioso bem, sem o qual os outros não passam de illusorios” (HIGGINS, 1934, p. 22). Por que compreendemos como um paradoxo? Justamente porque a concepção do autor é a de que existe um corpo-escravo e um espírito-senhor, o que caracteriza uma relação de dominância, de supremacia entre um e outro. Todavia, quando vai justificar o lado *fraco* da moeda, entende o mesmo como mais necessário e importante.

Outra funcionalidade presente está relacionada ao mundo do trabalho, que indica relações entre as concepções de Educação e Educação Física e a sociedade de maneira geral. O autor defende que a educação física desenvolve o gosto pelo trabalho e fornece braços vigorosos para a indústria e para a agricultura, complementando que a verdadeira educação física não consiste exclusivamente no desenvolvimento muscular, mas abarca o “aperfeiçoamento da nossa natureza material e a salvaguarda da nossa natureza intellectual”, novamente recorrendo ao Dr. Schreber²⁵. A divisão dicotômica entre intelecto e corpo tem fundamento na estrutura social dividida em classes, que vai direcionar a educação do corpo de acordo com as classes a que pertencem os educandos. Nota-se claramente quando, de um lado, para os “*carregadores de fardo*”, há grande importância na força muscular exagerada;

²⁵ Arthur Higgins dialoga com as contribuições do Dr. G. M. Schereber, “autor da <*Gymnastica Domestica Medica e Hygienica*>, trabalho que tem sido traduzido para muitas linguas, e que na Alemanha já mereceu vinte e quatro edições” (HIGGINS, 1934, p. 27).

entretanto, para os “*moços que têm outras aspirações*” é necessária uma educação física bem entendida (HIGGINS, 1934, p. 23).

Uma questão interessante é a crítica que apresenta a um provável culto ao corpo

Alguns moços, entre nós, julgam que a educação physica consiste no desenvolvimento exagerado de alguns musculos dos braços e do peito (biceps e peitoraes) e todos cheios de si, convencidos de que são admirados por terem alcançado isso, andam pelas ruas com os braços arqueados e o peito estufado com o intuito de aparentar grande vigor (...)

Pelo lado esthetico, não póde haver belleza num corpo desenvolvido parcial e desproporcionadamente. Sempre que uma ou mais partes do corpo se desenvolvem mais do que outras, esse desenvolvimento se faz á custa dessas outras, ocasionando assim deformidades (HIGGINS, 1934, p. 23).

O nacionalismo e a preocupação com o desenvolvimento do país também não passam despercebidos: “Si a educação physica se tornar uma realidade entre nós, um dia poderemos competir com os povos mais adiantados em todas as esferas de acção” (HIGGINS, 1934, p. 23).

A “verdadeira” Ginástica, sua presença na Escola e a Formação dos Corpos Infantis

A luta contra os leigos e pela valorização da ciência é outro elemento que começa a ser desencadeado, ao expor que a ginástica é o mais importante meio para alcançar a educação corporal, mas não qualquer ginástica – acrobática, brutal e perigosa – e sim a ginástica racional – baseada em princípios científicos. Como as práticas corporais são componentes da estratégia para o desenvolvimento simultâneo do corpo e do espírito – núcleo da educação higienista – e como tais práticas não podem ser desordenadas, seu amparo é buscado na razão médica, subjungando a ginástica das ruas e dos circos à ginástica científica. O termo *ginástica* começa a ser mais empregado e definido, voltado para uma intervenção racional sobre o corpo, contra as atividades e corpos livres, especialmente no espaço escolar, fortalecendo a definição de uma pauta para a Educação Física nas instituições de ensino (GONDRA, 2004). Essa discussão também aparece no item subsequente do *Compendio*, sendo a acrobacia caracterizada como irresponsável e seus exercícios sendo deslegitimados como ginásticos.

Os exercicios perigosos que muitas vezes são executados com a denominação impropria de gymnastica, pertencem á arte *acrobática*.

Acrobacia é a arte de executar exercicios perigosos e surprehendedentes. É a *gymnastica* dos circos. Seu fim é causar admiração pelo desaparego á vida e dar renda pecuniaria. Essa *gymnastica*, impropriamente assim chamada, repito, por ser prejudicial á saude e muito perigosa, deve ser completamente banida dos estabelecimentos de ensino (HIGGINS, 1934, p. 25).

O autor é bastante direto ao apresentar como “arte de exercitar o corpo humano, com o fim de torná-lo sadio, educado, bello e forte” sua definição e concepção de *Gymnastica*, dividindo a mesma nos seguintes três ramos: “*gymnastica hygienica, gymnastica medica e gymnastica educativa*”. Considera esta última como “a arte que tem por fim educar o corpo humano, tornando-o ágil, destro, desempenado, forte e estheticamente bello” e que ela [a ginástica educativa] é também sempre higiênica, apesar da higiênica nem sempre ser educativa. É reforçada a importância de sua presença específica na escola, ao defender que os dois tipos de ginástica devem marchar unidos nos estabelecimentos de educação, constituindo a denominada “**gymnastica escolar**”, ou “arte de desenvolver e aperfeiçoar físicamente os educandos, recreando-lhes ao mesmo tempo o espírito”. É dividida em: a) *gymnastica systematica* – composta por infinitos exercícios executados a partir de certas regras, ou seja, estabelecendo um sistema; b) *gymnastica recreativa*, na qual ocorre uma diversidade de jogos gymnasticos e onde concomitantemente o corpo entra ativamente em movimento e o espírito é recreado de maneira salutar; e c) a *gymnastica de aparelhos*, onde exercícios são desenvolvidos nos denominados “*aparelhos gymnasticos*” (HIGGINS, 1934, p. 24-25).

Higgins demonstra acompanhar o cenário internacional de debates acerca das temáticas sobre as quais se debruça, dialogando com uma importante referência na história da Educação Física, o Ministro de Instrução Pública da França, Jorge Demeny, que possui um relatório publicado na revista “Educação e Ensino”. Tal relatório fora apresentado no “Congresso da Federação Real dos Propagandistas da *Gymnastica Escolar da Belgica*” e ressalta o percurso trilhado pela ginástica, que passa de um “agrupamento de meios empiricos, uma justa posição de exercicios sem fim bem definido e sem resultados conhecidos” para tornar-se, o que o Ministro considera que devesse ter sido sempre, “um conjuncto de meios proprios para aperfeiçoar o individuo e finalmente a raça – o unico remedio á degenerescencia e ao desequilibrio, consecuencia dos abusos do mundo moderno”. Ainda nesse documento, Demeny expõe posições relevantes para as discussões da história da Educação Física na escola e da profissionalização e formação dos responsáveis pelo seu ensino, considerando que não é fácil estabelecer um método de educação física tampouco se devem improvisar programas de ensino. Segundo o mesmo, a dignidade do termo método de ensino baseia-se “sobre a experiencia e sobre o conhecimento da influencia do exercicio sobre o corpo, e sómente com essa condição é que se póde impol-o á escola” (DEMENY *apud* HIGGINS, 1934, p. 25-26).

No ponto IV, objetivando explicar o quão importante é a ginástica, elementos eugênicos se sobressaem. Ao realizar a metáfora em que o estudo não faz gênios, logo a

ginástica não faz Hércules, compreende que “uns e outros nascem trazendo consigo os germes que bem *cultivados desabrocham* com esplendor”. Apesar de crer que a ginástica oferece vantagens e aperfeiçoa as faculdades físicas e diversas aptidões para a vida prática de todos que a praticam, entende que “uma pessoa fraca (...) obterá menos vantagens que outra em melhores condições”. Em suma, “a gymnastica (...) torna os fracos fortes e os fortes mais fortes ainda”. (HIGGINS, 1934, p. 26-27).

A preocupação com a ginástica no meio educativo é referendada, pois estimula a coragem e a iniciativa e “consegue o desempenho do corpo, a harmonia e beleza das fôrmas, isto é, a beleza esthetica corporal, o desembaraço e graça dos movimentos, felxibilidade, equilibrio, leveza, agilidade, destreza e dignidade nas attitudes e no porte”. Com relação ao saber médico, aqui a ginástica vai ser considerada hierarquicamente inferior pelo autor, que a situa como “grande auxiliar da medicina”, podendo ser empregada na “therapeutica e na orthopodia” assim como ajudar a corrigir defeitos naturais ou contraídos (HIGGINS, 1934, p. 27). Conforme Gondra (2004), historicamente o saber médico cumpre papel de orientação, formulação e intervenção sobre o objeto da educação física, associada ao desejo de “espíritos” esclarecidos e “almas” virtuosas. Em suas propostas, vinculado ao higienismo, o saber médico aponta para a estreita articulação entre a educação física, moral e intelectual, constituindo o fundamento do programa escolar: intervenção na formação das gerações para sua higienização.

Arthur Higgins traz à tona a obra “*Gymnastica Domestica Medica e Hygienica*”, contendo elementos de defesa para melhorar a qualidade e a expectativa de vida, sempre destinando ao indivíduo a responsabilidade por buscar tais tarefas. A citação dos médicos como referência de aconselhamentos para o professorado reaparece, já que “convencidos dessas verdades, os medicos de todos os tempos têm aconselhado a pratica de exercicios musculares bem ordenados, como condição necessaria á conservação da saude e até em certos casos do seu restabelecimento” (SCHEREBER *apud* HIGGINS, 1934, p. 28).

Higgins (1934) recorre a demais autores para prosseguir na defesa da importância da ginástica, lançando mão dos argumentos que apontam a utilidade e a necessidade dos exercícios ginásticos no decurso da vida, desenvolvendo os diversos músculos e partes mais nobres do corpo (Garret na Educação); da ginástica enquanto um dos elementos cooperadores na formação da alma (Platão); e de que a ginástica é insubstituível, com sua ausência podendo padecer no corpo e também na inteligência e no moral (Baudrillart). Em relação à escola, discorre sobre os países considerados por ele mais adiantados, em que a ginástica era parte

integrante dos programas obrigatórios de ensino. Além disso, cita crescentes publicações sobre o tema, tanto referentes à parte prática quanto a pontos de vista científicos.

Interessante destacar a produção de documentos e formulações na França, que passou a atentar-se com maior ênfase para a ginástica após a derrota na guerra contra a Prússia, onde a ginástica é apresentada como o principal motivo para a vitória prussiana. Com isso, o ensino da ginástica é recomendado para “habilitar o povo francez a vingar-se dos inimigos victoriosos” (GAMBETTA *apud* HIGGINS, 1934, p. 29). É desejo de Higgins que o Brasil caminhe tal como “os paízes que marcham na vanguarda do progresso” (HIGGINS, 1934, p. 30) e a infância pode ser considerada uma fase estratégica para que essa concepção se materialize, já que, conforme o governo da Prússia pronunciava:

As extraordinarias vantagens do nosso exercito durante a ultima guerra, seu constante vigor na marcha, a agilidade com que em terra de inimigos vencia todos os obstáculos da natureza e da arte, sua coragem e serenidade durante o combate, a constancia em supportar privações e soffrimentos, **deve-se attribuir em grande parte á instrucção gymnastica dos soldados, primeiro na escola, depois nos quartéis.** (PRÚSSIA *apud* HIGGINS, 1934, p. 29-30, **grifos nossos**).

Em relação às preocupações direcionadas à infância, sintonizadas às preocupações de ordem médico-higiênica no dia-a-dia da cidade, Silva & Souza (2008) chamam atenção para os diferentes olhares lançados por conta da crescente importância dos cuidados com os corpos para a remodelação de comportamentos e tradições da população carioca, público com o qual o próprio professor Arthur Higgins lidou diretamente enquanto docente. Nesse período, ganha força a defesa de que era necessária uma agenda preventiva para a Capital, entendendo que já não bastava somente a erradicação das epidemias e o tratamento de doentes. Regras de sociabilidade seriam difundidas objetivando que os habitantes adotassem comportamentos sadios e medidas de prevenção contra as doenças e a desordem social. Encontra-se induzida a meticulosidade das prescrições relacionadas aos exercícios ginásticos por parte dos educadores, que almejavam inscrever nos corpos infantis a mística dos “novos tempos”, visando, “para o bom andamento da reforma urbana, o auto-disciplinamento, autocontrole e o auto-regulamento” que deveriam “ser inculcados e multiplicados no meio social” (SILVA & SOUZA, 2008, p. 4).

No item V, o autor apresenta a definição dos “Exercicios gymnasticos” como “movimentos que se praticam com o fim de alcançar beneficos efeitos physiologicos”, possuindo três efeitos principais: “efeito *hygienico*, efeito *esthetic*o e efeito *economico*”. O protagonismo do mestre na consecução de tais efeitos, assim como as características

necessárias de alegria e energia, é explicado pelo autor, que ainda divide os exercícios ginásticos em “activos, passivos e mixtos”. A opção pela ginástica sueca e seus aparelhos, como banco escolar, grade fixa, viga, escada de corda, mastro, cabo liso, banquinho, grade oscilante etc., é referendada pela condenação por parte da medicina e da pedagogia moderna aos aparelhos de ginástica alemã, anteriormente muito empregados na ginástica escolar, como barra fixa, trapézio, argolas, trapézio duplo, trapézio triplo, paralelas etc. (HIGGINS, 1934, p. 31-32).

Metodologia do Ensino da Ginástica

Os “Commands” são os componentes do ponto VI. De acordo com o professor, esse assunto deveria pertencer à metodologia ginástica. Entretanto, devido à sua importância em relação à boa marcha de uma aula, considerou vantajoso tratá-lo em capítulo especial. Novamente, o protagonismo do professor é explicitado, apresentando certa concepção do processo de ensino-aprendizagem e buscando padronizar o conjunto das aulas a partir de códigos para os comandos preventivos e executivos, já que “a boa execução dos exercicios systematicos collectivos, isto é, d’aquelles que **devem ser executados por todos os discipulos ao mesmo tempo e do mesmo modo, depende muito da maneira por que são commandados**” (HIGGINS, 1934, p. 33, **grifos nossos**). As expressões “*Já, Começar, Passe, Cessar, Preparar, Marche e Alto*” são sistematizadas para cada momento da aula. Quando da utilização de música, tais comandos devem ser substituídos por sinais manuais previamente convencionados e por batimentos das palmas das mãos.

Assim como foi um aluno exemplar do Coronel Ataliba, Higgins, ao tratar de marchas que não tenham começo logo após o comando executivo em qualquer ponto do ginásio, diz ser necessário “então que o alumno-guia (o que marcha na frente) se ache no ponto determinado para o começo da marcha”, ressaltando ainda que, diante de uma turma bastante prática, durante a execução de exercícios com música, o professor pode ser substituído na exemplificação de tais exercícios “por um discipulo intelligente e bem preparado, para assim poder melhor ocupar-se com a direcção geral da aula” (HIGGINS, 1934, p. 35-36).

O ponto VII diz respeito à “Methodologia Gymnastica”. O autor se refere à divisão do ensino nas escolas públicas primárias, nos cursos elementar, médio e complementar. Se, para ele, tal divisão é útil para os trabalhos intelectuais, não será sempre conveniente para o ensino da ginástica, pois é possível que haja alunos mais desenvolvidos e fortes porém mais atrasados nos estudos do que outros de constituição fraca ou de pouca idade. Diante dessa

caracterização, posiciona-se para que a aplicação dos exercícios ginásticos seja de acordo com o grau de vigor físico dos executantes. A divisão etária também é recomendada, propondo que os exercícios brandos sejam destinados aos educandos de sete a dez anos de idade; os exercícios medianos aos maiores de dez anos; e os mais fortes reservados para os maiores de doze anos (HIGGINS, 1934).

A repetição é tida como o meio mais importante para a concretização do aprendizado: “O numero de vezes que deve ser repetido cada exercicio systematico não é cousa indifferente: a principio, quatro vezes bastam, mas esse numero será progressivamente augmentado até vinte”. Muitas repetições são necessárias para passar para outra e destinar bom efeito aos movimentos, cuja execução deve ser ritmada, marcando-se o ritmo, contando-se em voz alta e cadenciada os tempos em que o exercício se encontre dividido. O ritmo pode ser lento, ordinário ou acelerado, havendo a necessidade de uma progressão ordenada durante as aulas de maneira geral: “A execução dos exercicios systematicos (...) deve começar no rythmo lento, passando-se pouco depois para o ordinario e em alguns casos para o acelerado, terminando-se, porém, sempre no lento” (HIGGINS, 1934, p. 37).

Algumas orientações e cuidados físicos são apresentados, como exercícios do pescoço e do tronco apenas em ritmo lento para evitar náuseas e tonteados; a variedade de modos para a prática de exercícios dos membros superiores e inferiores – alternada, simultaneamente e em oposição; realização de equilíbrios e exercícios estéticos lentamente porque as atitudes são partes elementares de tais exercícios; a divisão dos exercícios respiratórios em dois tempos – inspiração feita pelas narinas lentamente com a boca fechada e expiração feita pela boca de maneira rápida. Pedagogicamente, orienta-se o professor para que não grite nem eleve a voz exageradamente, mas se expresse de modo que todos os alunos escutem distintamente todas as palavras que constituem as explicações e os comandos; sendo dever docente “exemplificar e explicar os exercicios antes de os mandar executar” etc. (HIGGINS, 1934, p. 40).

Sobre questões de gênero, percebe-se a compreensão da mulher enquanto uma figura mais frágil, pois “alguns exercicios gymnasticos executados (...) com toda a amplitude, se tornam improprios para as discipulas”, competindo ao professor modificá-los, restringindo um pouco a execução dos movimentos dos membros inferiores. No que tange ao comportamento, “todos os exercicios devem ser executados sem hesitação, com vigor e graça” e “as lições de gymnastica devem ser conduzidas com delicadeza, ordem, vida e alegria”. Para Higgins, é também preciso que o professor convença os alunos, por meio de palavras ao alcance da inteligência dos discípulos, das vantagens da ginástica para que a prática ocorra com convicção e gosto. Uma questão bastante interessante é que “os jogos gymnasticos, **depois de**

ensinados pelo professor, serão praticados pelos discipulos nas horas de recreio” (HIGGINS, 1934, p. 36-40, **grifos nossos**). Como isso ocorria? Não seria possível aos alunos trazerem jogos das ruas? Ou modificar e recriar determinadas regras? Até mesmo o recreio deveria ser orientado pelo professor, pois os alunos precisavam ser convencidos a gostar da ginástica e praticá-la no único horário escolar previsto para a atividade livre. Seria uma tentativa de imposição da cultura escolar prescrita, em contraposição às formas de lazer, das brincadeiras entre os alunos, introduzidas na escola nos tempos e nos espaços de recreação?

O controle e a disciplina do corpo dos alunos encontram-se totalmente submissos às ordens do mestre, como podemos observar na maneira enfática como Higgins apresenta:

Durante o tempo destinado aos exercicios não se consentirá que da aula se ausentem discipulos (salvo casos imperiosos), porque faz parte da educação physica acostumar o corpo e obedecer á vontade, ainda mesmo soffrendo a satisfação de alguma necessidade physiologica, como, por exemplo, a sede.

Terminada uma lição de gymnastica, o professor não mandará *debandar* antes de fazer executar a formatura inicial (fileira).

A entrada na aula, assim como a sahida, se fará na melhor ordem. A quebra da disciplina acarretará a quebra da força moral. (HIGGINS, 1934, p. 40).

Influência Higienista

A divisão superficial do Corpo Humano em cabeça, tronco, membros superiores e membros inferiores; e a terminologia ginástica dos movimentos articulares – flexíveis, inflexíveis e mistos – compõem os itens VIII e IX, respectivamente.

O último ponto da primeira parte é relativo aos “Preceitos Hygienicos”, que recomendam e orientam para uma diversidade de questões, tais como: lições sempre que possível ao ar livre; terreno espaçoso e plano para os jogos ginásticos; locais escolhidos atendendo a condições de higiene; horário matutino como mais conveniente; tomar copo de leite, café ou equivalente para evitar efeitos nocivos; respiração a ser feita pelas narinas para que os pulmões fiquem preservados de poeiras e da entrada repentina de ar frio; pequeno repouso após cada exercício; não permitir que se beba água logo depois dos exercícios, assim como exposição a correntes de ar; solicitar roupas apropriadas; tempo de duração das lições a depender da espécie de exercícios e do número de lições ao longo da semana; impedir os excessos nos jogos ginásticos ou ginástica recreativa etc. (HIGGINS, 1934). O autor finaliza essa parte solicitando

aos meus [seus] discipulos que não desprezem estas noções theoricas, pois ellas são necessarias ao professor que se preza, não só para poder dirigir bem a sua aula, mas ainda para, com gosto e convicção, ensinar essa arte salvadora da degenerescencia physica em que se acham as gerações actuaes representantes do futuro do Brazil (HIGGINS, 1934, p. 47).

O conjunto dos preceitos acima vai ao encontro das discussões apresentadas por Tarcísio Mauro Vago (2002), que apresenta uma conjuntura de imposição de hábitos culturais às crianças, relacionados aos ideais republicanos e visando à preparação para inseri-las no mundo do trabalho sob os moldes capitalistas de produção. Segundo o pesquisador, era necessária uma *revolução de costumes* nas práticas sociais e eram sistematizadas tentativas para que fossem estabelecidas práticas nas escolas que cultivassem o corpo das crianças, tais como: imposição de hábitos higiênicos, refinamento de sensibilidades, estabelecimento de códigos de controle e punição, lapidação de sentimentos, arranque dos vícios, afinamento da voz, educação das mãos.

Sistematização de um Programa de Ensino de Educação Física

A segunda parte do *Compendio de Gymnastica Escolar* é iniciada com a apresentação geral de onze classificações para a execução da *Gymnastica Sistemática Livre*. Composto uma taxionomia, são elas:

I – Preliminares – Exercicios de ordem, contendo um rol de 26 exercícios, “alguns creados, outros modificados e todos coordenados methodicamente pelo autor destas linhas”, como por exemplo Formação da fileira; Execução de passos; Alinhamento e Saudação (HIGGINS, 1934, p. 50).

II – Exercicios Fundamentaes, que são formadores da base da gymnastica systematica e possuem a finalidade de fortalecer os músculos do tronco, principalmente os respiratórios, ampliando a capacidade torácica. Dentre os 22 exercícios, encontram-se as elevações dos ombros, rotações do tronco com distensões horizontais dos braços, flexões laterais do tronco com movimentos dos braços e oscilações laterais dos braços.

III – Exercicios Respiratorios, como inspirações com elevações dos ombros ou com movimentos fronto-vertico-laterais dos braços, exercícios “essencialmente suecos e destinados a fortalecer os pulmões, ampliar a capacidade thoracica e acalmar o coração e a respiração” (HIGGINS, 1934, p. 51).

IV – Exercicios de Expansão: batimento de palmas; batimento de palmas e pés; volteios. Seu destino é “alcançar desembaraço, e prompta obediencia aos commandos”. O

autor justifica serem poucos os únicos três tipos porque são orientados apenas para o curso elementar, já que são muito infantis.

V – Exercícios de Movimentos Parciais, que objetivam educar e desenvolver os músculos e as articulações do pescoço e dos membros superiores e inferiores, por meio de um desenvolvimento simétrico do corpo. Encontram-se segmentados em: a) Exercícios de pescoço, como rotações e flexões laterais, sendo 4 no total; b) Exercícios dos membros superiores, como flexões laterais e distensões duplas laterais, sendo 12 no total; e c) Exercícios dos membros inferiores, como abduções dos pés, extensões retrógradas e genuflexão, sendo 14 no total.

VI – Exercícios de Movimentos Imitativos, cuja listagem apresentada é uma ampliação “dos exercícios criados por Mme. Pape-Carpentier destinados a ser executados com música e cânticos” (HIGGINS, 1934, p. 53). Ocorre uma associação de cada um dos exercícios – sempre relacionados a alguma profissão – e seus nomes aos nomes dos cânticos²⁶.

VII – Exercícios de Movimentos Combinados, majoritariamente de origem sueca, “produzem efeito geral vigoroso; ampliam accentuadamente o thorax, proporcionando ao mesmo tempo o desenvolvimento symétrico do corpo” (HIGGINS, 1934, p. 53). Divididos em duas séries, cada uma delas contendo 10 exercícios, como por exemplo rotações do tronco com giro dos pés, oscilações laterais complexas e flexões laterais complexas do tronco na primeira; e elevações fronto-verticais dos braços ajoelhando e grandes flexões laterais complexas do tronco na segunda.

VIII – Exercícios no chão, de efeito geral moderado e voltados para a “rectificação das más attitudes” (HIGGINS, 1934, p. 55), sendo 11 no total, como equilíbrio para diante, para trás, lateral, com elevações laterais etc.

IX – Exercícios Estheticos, cuja finalidade é “desenvolver o vigor e a esthetica corporal”, sendo alguns suecos e outros criados pelo próprio autor. Totalizam-se 10, como Attitude apumada, Movimentos lateraes simultaneos e Attitude christã.

X – Exercícios aos Pares, de origem norte-americana e responsáveis pelo aumento do vigor corporal e pela graça dos movimentos. Dentre os 10 listados, encontram-se o cumprimento inicial, os volteios, a muralha e as passagens sob arcos.

²⁶ São 11 os nomes dos cânticos apresentados: 1. O tambor (soldado); 2. O pedreiro; 3. O padeiro; 4. O correio; 5. O marceneiro; 6. O cordoeiro; 7. O agricultor; 8. O nadador; 9. O ferreiro; 10. O marujo; 11. O serrador (HIGGINS, 1934).

XI – Marchas Gymnasticas, que podem ser executadas encadeadamente. Algumas das 21 citadas são suecas e outras desencadeadas pelo autor. Marcha circular com retrocesso, marcha em espiral, passar de oito a quatro, circulos concentricos e cadeia gymnastica são alguns dos tipos de marchas.

Antes de iniciar a descrição de cada um dos exercícios e respectivas regras acerca de como os mesmos deveriam ser executados, o professor expõe que as onze espécies de exercícios que classificou anteriormente, “não obstante terem origens diferentes, estão methodicamente engrenadas formando um todo harmonico” (HIGGINS, 1934, p. 57). Nesse novo momento da segunda parte do compêndio, podemos notar de que maneira as noções teóricas indispensáveis (primeira parte do livro) começam a se materializar para orientar a prática docente.

É notória e bastante forte uma concepção de disciplina relacionada à obediência corporal do educando às ordens de execução perfeita de movimentos ditados pelo professor. Tal caracterização se mostra quando o autor aponta a quantidade de discípulos presentes nas fileiras, que pode ser maior, “porém só depois de bem disciplinados em turmas regulares” (HIGGINS, 1934, p. 59) bem como quando sugere a progressão do exercício a partir do momento em que os exercitandos se acharem bem disciplinados e não couberem em uma só fileira reta. Os alunos devem se adequar às orientações prescritas e durante a realização das atividades “a conversa não será permittida; os exercitandos manterão o tronco bem aprumado; evitar-se á arrastar os pés; e, ao eleva-los a cada passo, o calcanhar será erguido antes da *planta* e, ao abaixar, esta tocará o chão antes daquelle” (HIGGINS, 1934, p. 148). A centralidade das ações corporais encontra-se sobre a figura do professor, que exerce a função de comandar, manejar e rumar os destinos e as formas das aulas, sempre corrigindo os erros antes de passar para a execução de novo exercício. Centralmente no que diz respeito à postura, “o professor corrigirá todos os defeitos no modo de andar dos discipulos, taes como os hombros descaidos, o corpo curvado, as pontas dos pés voltadas demasiadamente para fóra, etc.” (HIGGINS, 1934, p. 148). Responsável inclusive pela demonstração dos movimentos, para que a turma imite, o professor deve se posicionar corretamente em cada um dos exercícios para melhor dirigi-la. Para auxiliar o docente, o autor indica e cita em diversas ocasiões a utilização do discípulo *guia*.

A todo momento, Arthur Higgins (1934) tem a preocupação e o cuidado de definir e argumentar no que tange à nomenclatura dos exercícios. Para exemplificar, aos espaços que ficam entre os exercitandos, quando os mesmos estão em formatura de flanco, dão-se os nomes de *distancias*, sendo o exercício *Abrir distancias* utilizado para aumentar tais espaços

nos momentos em que os existentes não sejam suficientes para a execução; são denominados *intervallos* os espaços laterais estabelecidos entre os discípulos necessários à execução.

O modelo de execução é apresentado inicialmente e ratificado nas explicações de outros exercícios pelo autor. Quando apresenta os exercícios respiratórios, constituídos por “alguns movimentos fundamentaes acompanhados de inspirações e expirações”, convictamente preza para que as primeiras sejam feitas “sempre profunda e lentamente pelas narinas com a bocca fechada” e que se façam “com energia por entre os labios” as últimas (HIGGINS, 1934, p. 94).

A progressão pedagógica dos exercícios é feita por etapas, como se pode observar nos seguintes momentos: na condução dos exercícios respiratórios, que, “depois de executados algumas vezes, como estão descriptos, passarão a ser praticados com o accrescimo de elevações do corpo nas pontas dos pés, fazendo-as sempre a elevação no momento da inspiração” (HIGGINS, 1934, p. 97); na realização dos exercícios de expansão, que “serão executados sómente no curso elementar depois de alguns movimentos monotonos, como sejam os parciaes” (HIGGINS, 1934, p. 98). A coordenação motora e a lateralidade também são buscadas, quando o autor, respectivamente, orienta a execução simultânea de movimentos dos braços com movimentos dos pés e a repetição de movimentos com o pé esquerdo tantas vezes até realizar o mesmo com o pé direito.

A perfeição é buscada e para que suas orientações sejam seguidas à risca, o autor lança mão de notas, como a existente no exercício de rotações quaternárias referentes aos exercícios de pescoço – Movimentos Parciaes: “para que o exercicio seja perfeito, é necessario que, volvido o rosto, o queixo fique por cima do hombro do lado do movimento, que a cabeça não se incline e que o resto do corpo se conserve immovel” (HIGGINS, 1934, p. 100). Logo em seguida, no exercício de flexões laterais quaternárias do pescoço, explicita o modo perfeito do exercício, que ocorre “quando se encostar a orelha do lado do movimento no hombro desse mesmo lado sem eleva-lo” (HIGGINS, 1934, p. 102).

A diferenciação entre gêneros aparece tanto no que diz respeito às orientações para as professoras quando para as execuções de alunas. De acordo com HIGGINS (1934), o número máximo de discípulos presentes é menor quando dirigidos por uma professora do que quando dirigidos por um professor. Já com relação a discentes, apresenta uma nota lembrando que a elevação lateral não será feita amplamente quando executada por meninas. Em outra oportunidade, discorre que para os discípulos as elevações das pernas devem atingir o máximo possível, enquanto que para as discípulas devem ser elevadas as pernas “apenas o necessario para que o pé correspondente não toque no chão” (HIGGINS, 1934, p. 130).

Os Movimentos Imitativos

É merecedor de problematizações especiais o capítulo que trata dos exercícios de movimentos imitativos, cujos cânticos necessitam acompanhá-los de maneira irrestrita. Logo ao apresentar, o professor menciona que

Estes exercicios serão executados com musica e canticos apropriados, depois de bem ensaiados separadamente. Sem os canticos perdem elles a razão de ser não só porque existem no programma exercicios de movimentos equivalentes que não exigem essa condição, mas tambem porque sem esses canticos, esses exercicios tornam-se inspidos (HIGGINS, 1934, p. 114).

Ele ainda estabelece que para todos esses exercícios sejam utilizados comandos que sirvam exclusivamente para o ensaio dos exercícios sem acompanhamento, “pois quando for empregada a musica, os movimentos serão executados sem commandos, em ocasião oportuna de accôrdo com a letra do cantico” (HIGGINS, 1934, p. 114).

Eis a nomenclatura e a descrição dos referidos movimentos, sempre com profissões masculinizadas e com a quantidade de vezes a serem executados a depender da letra dos cânticos:

1	Rufar	Movimentos feitos por um soldado “quando com as vaquettas rufa o tambor pendurado na cintura” (HIGGINS, 1934, p. 114).
2	Içar	Movimentos feitos por operários “quando puxam um grosso cabo passado em roldanas para guindar grandes pedras para a construcção de uma casa” (HIGGINS, 1934, p. 115).
3	Amassar	Movimentos feitos por um homem “quando junto a masseira trabalha amassando a farinha de trigo para fazer o pão” (HIGGINS, 1934, p. 115).
4	Suvelar	Movimentos feitos pelo correeiro “quando com dous fios, um em cada mão e uma suvela cose peças de couro” (HIGGINS, 1934, p. 116).
5	Aplainar	Movimentos feitos pelo “marcineiro quando aplaina a madeira” (HIGGINS, 1934, p. 116).
6	Cardar	Movimentos feitos pelo cordoeiro.
7	Ceifar	Movimentos feitos pelo jardineiro “quando com a foice corta a gramma” (HIGGINS, 1934, p. 117).

8	Nadar	“Movimentos que faz com os braços uma pessoa quando nada” (HIGGINS, 1934, p. 117).
9	Malhar	Movimentos feitos pelo “ferreiro quando trabalha com o malho amoldando o ferro sobre a bigorna” (HIGGINS, 1934, p. 118).
10	Remar	Movimentos feitos por uma pessoa “quando rema com dous remos” (HIGGINS, 1934, p. 118).
11	Serrar	É solicitado que seja imaginado “um grande pau em cima de dous enormes cavalletes. Um homem collocado sobre esse pau, puxa a serra para cima, e outro por baixo puxa a serra para si.” (HIGGINS, 1934, p. 119). São imitados os movimentos feitos pelo homem que puxa a serra para baixo.

Em dois instantes, menciona-se a possibilidade de usar sons imitativos com a boca em ocasião oportuna: “imitar (...) o ruído que a plaina faz quando tira as fitas da madeira” (HIGGINS, 1934, p. 117), devendo coincidir com a execução do primeiro tempo; e “imitar (...) o ruído que faz a serra na madeira. Isso constitue um excellente exercicio respiratorio” (HIGGINS, 1934, p. 119).

Nesse momento, vale levantarmos algumas indagações: tais imitações possuem um caráter utilitarista no que diz respeito ao movimento corporal ou possuem intrínsecas relações com os braços vigorosos direcionados para o mundo do trabalho industrial? As imitações seguem uma concepção de classe? Seriam esses exercícios direcionados para os estudantes do ensino secundário, “moços que têm outras aspirações” como os do Colégio Pedro II, futuros dirigentes e gestores da ordem republicana ou seriam ignorados nos programas de ensino e nas aulas realizadas por Higgins nessa instituição? Ou seriam os movimentos imitativos propriedade dos “carregadores de fardo”, para os quais a força muscular exagerada era considerada importante?

No trabalho em que analisam a contribuição da ginástica escolar para educar os corpos e afastar os perigos que prejudicassem a remodelação urbana na cidade do Rio de Janeiro, durante a administração de Francisco Pereira Passos (1902-1906), José Cláudio Sooma Silva & Maria Zélia Maia de Souza (2008) fornecem importantes discussões acerca dos movimentos imitativos apresentados pelo professor Arthur Higgins em seu trabalho. Para os autores, foi intensificada uma concepção da necessidade de despertar e multiplicar a internalização de condutas e hábitos na população. Eles mencionam um “duplo perigo” que

significativa parte da infância representava devido aos incômodos e transtornos causados pelas crianças ao perambularem no dia-a-dia pelos espaços da cidade; bem como por conta dessas crianças pobres e abandonadas contradizerem as projeções de que seria encontrado na infância o futuro da cidadania carioca. Alternativa pensada e materializada pelo poder governamental foi a transformação de instituições para onde essas crianças eram levadas em institutos profissionais, como ocorreu com o antigo Asilo de Meninos Desvalidos, local onde o próprio professor Arthur Higgins trabalhou como professor de ginástica. Quais seriam as semelhanças e diferenças entre as aulas do mesmo professor nesta instituição e as realizadas no Colégio Pedro II?

Apesar de não termos resposta para esta instigante questão, é possível afirmar que o professor contribuiu para a criação e a experimentação de métodos para a internalização de hábitos considerados saudáveis nos corpos infantis que representavam o futuro do país, por meio “dos exercícios imitativos destinados à vida prática, executados ao som de músicas que ansiavam despertar, incutir e multiplicar nas crianças concepções, comportamentos e valores” (SILVA & SOUZA, 2008, p. 8), visando ao crescimento do sentimento de defesa da pátria. Emergia então a associação de tais exercícios aos ofícios, no principal centro político do país, em um contexto de prevenção de comportamentos que a medicina higienista considerava ideal para que fossem trabalhados desde a mais tenra idade.

Padrão de beleza, Attitude christã e Programa de Ensino

Localizando-se temporalmente em uma época em que ainda não havia a expansão das academias, do *fitness*, dos produtos para ganhos de massa muscular e até mesmo de um padrão global de beleza, algumas pistas nos indicam a existência de um modelo corporal, cujos exercícios *esthetics* carregam utilidades e objetivos específicos, voltados para a musculatura, para a respiração e para a beleza harmônica do corpo.

Observa-se que o professor Higgins singularmente se apropria de diversos métodos de ginástica, fornecendo também a sua marca. Dessa maneira, concentra uma série de objetivos pedagógicos que transcendem os cuidados estritos com o corpo, como a estética corporal, os movimentos de acordo com a condição social e profissional dos sujeitos, o disciplinamento do corpo e da vontade, a incorporação de novos valores culturais, e por fim, a atitude cristã a ser cultivada nos alunos, a despeito da laicidade do ensino nos meios oficiais. Interessante mencionar o exercício denominado *Attitude christã*, cujo movimento faz menção à existência da força divina, sendo executado em dois tempos:

1. Elevam-se as mãos postas acima da cabeça, o olhar dirigido para as mãos, adeanta se um pé e flexionam-se os joelhos, como quem se está dirigindo ao Creador para supplicar justiça.
 2. Erguendo-se o corpo e abaixando-se as mãos, retoma-se a posição primitiva.
- Os pés serão adeantados alternadamente, e não se tocarão os joelhos no chão (HIGGINS, 1934, p. 140).

Balizado por um relatório de Georges Demeny, o autor ainda formula um *Programma de Ensino*, no qual dividem-se as lições de acordo com a faixa etária dos alunos²⁷ e é finalizado com uma lição festiva para encerramento das aulas²⁸. Arthur Higgins deixa claro que seguiu os objetivos, orientações e prescrições do autor francês para formular os *Programmas de Exercicios em Lições*, citando antes as palavras de Mr. Demeny:

As lições de gymnastica escolar compõem-se da reunião de movimentos voluntarios, variados e graduados de tal modo, que, sob a direcção de um só professor, um grande numero de discipulos possa colher beneficios dos tres efeitos dos exercicios.

A qualidade da lição de gymnastica depende da justa proporção a estabelecer entre esses tres meios de aperfeiçoamento.

Em geral a lição deve-se compôr de movimentos destinados a activar a circulação do sangue e a respiração, a desenvolver harmonicamente o systema muscular, a remediar as más attitudes dos hombros, a dilatar a caixa thoracica, a endireitar as curvaturas exaggeradas da columna vertebral, a desenvolver especialmente os musculos das paredes abdominaes.

As lições devem tambem comprehender exercicios que recreiem os discipulos, que os tornem destros e flexiveis, que attenuem a vertigem, que aperfeiçoem o seu desenvolvimento e que encontrem sua applicação immediata na vida pratica (DEMENY *apud* HIGGINS, 1934, p. 160).

Ao finalizar a segunda parte do compêndio com um tópico denominado *Methodologia especial*, Arthur Higgins aprofunda as formulações mais abrangentes de Demeny. Primeiramente, ele explicita que não há dependência entre as lições do curso elementar e dos demais. E, para praticar os exercícios do curso complementar, todos os discípulos, mesmo os maiores de doze anos de idade, precisam ter praticado durante no mínimo seis meses os exercícios do curso médio. A repetição das lições de preliminares deve ser realizada até que

²⁷ Curso Elementar, para discípulos de sete a dez anos de idade; Curso Médio, para discípulos maiores de dez anos de idade; Curso Complementar, para discípulos maiores de doze anos de idade que tenham praticado durante pelo menos seis meses os exercícios do Curso Médio (HIGGINS, 1934).

²⁸ A lição festiva para encerramento das aulas encontra-se dividida em quatro momentos: primeira parte – Formaturas e marchas; segunda parte – Saudação, Movimentos combinados, Exercício respiratorio, Equilíbrios, movimento imitativo, marchas; terceira parte – Exercicios estheticos, Exercício respiratorio, Equilíbrios, movimento imitativo, marchas; quarta parte – Exercicios aos pares, Exercício respiratorio, Equilíbrios, Movimento imitativo, saudação, Marchas (HIGGINS, 1934).

sejam executadas com desembaraço e perfeição. Já as demais lições devem ser muito repetidas, apesar de torná-las enfadonhas, para produzir os efeitos desejados.

É indicado que, no primeiro dia de execução, os exercícios sejam exemplificados e tenham suas regras explicadas para ficarem bem sabidas pelos exercitandos. Nas repetições, as explicações devem ser suprimidas, dando o professor apenas os comandos necessários e corrigindo os erros quando ocorrerem. Higgins aponta que, caso o professor queira, pode ajudar a memória dos discípulos realizando algum movimento que os faça lembrar a execução.

Nas primeiras execuções, as marchas são explicadas e comandadas; depois, indicadas por sinais manuais e digitais. Uma ordem geral no ensino das lições é apontada e, em seguida, o professor apresenta sugestões e conselhos de como proceder em alguns dos exercícios. Ele considera que terá uma grande variedade uma lição bem preparada e acrescenta que os exercícios podem também ser desenvolvidos de maneiras diversas, isto é, alternada, em oposição e simultaneamente, modificando o ritmo, a expressão e alterando a gradação. Esta última pode ser modificada por uma posição inicial mais complexa, por uma execução com mais energia, pela duração de uma atitude ou de um movimento, pela velocidade na execução assim como pela combinação de variados movimentos. *A Methodologia especial* é finalizada com a indicação que o professor deve ter o “maximo cuidado de verificar que os discipulos executem cada exercicio, perfeitamente de accôrdo com as regras ensinadas” (HIGGINS, 1934, p. 179).

Gymnastica Recreativa ou Jogos Gymnasticos

Na terceira e última parte do Compêndio, é explicada a dinâmica de funcionamento da *Gymnastica Recreativa* ou *Jogos Gymnasticos*, exercícios *hygienicos, recreantes e educativos* para *aplicação e aperfeiçoamento dos dotes phisicos alcançados com os exercicios systematicos livres*. O autor nomeia cada um dos jogos e em muitos deles são apresentadas notas acerca de suas origens, advindas de países da Europa²⁹.

Na primeira série, são listados e explicados os *Jogos gymnasticos communs aos dois sexos*. Cada um deles traz a indicação da quantidade desejada de praticantes ou menciona a inexistência do limite de crianças. São os jogos desta série:

²⁹ Em variados jogos, constam notas como: imitação do jogo (...) do <Novo Guia de Gymnastica nas Escolas da Prussia>; imitação de brinquedo allemão; imitação de brinquedo sueco; Brinquedo allemão; imitação do jogo antigo.

1. O besouro; 2. A cabra cega; 3. A raposa; 4. Esaú e Jacob; 5. O cão e a lebre; 6. Quem primeiro chegar...; 7. Casinha para alugar; 8. O lenço volante; 9. O látigo anda á roda; 10. Corridas de bolas; 11. Pula-pula; e 12. Saltinhar sobre a corda.

A segunda série é composta pelos *Jogos gymnasticos privativos do sexo masculino*. São estes:

1. O chefe de policia; 2. Pella ao ar; O veado quer fugir; 4. Raposa para a toca; 5. Os pescadores; 6. Os negociantes de passaros; 7. A caçada; 8. O recrutamento; 9. Os provocadores; 10. O gavião; 11. O gato e o rato; 12. Combate; 13. O maneta; 14. Fóra o terceiro; 15. Peteca; 16. Passagem sob a corda; 17. Bombardeio; 18. Flagelladores; 19. O Anjo e o Diabo; 20. Amarella; 21. Cavalleiros e cavallos; 22. Defeza da praça; 23. O Sol e os Planetas; 24. Barras; 25. Vae-vem; 26. Pela rebatida; 27. Péla rechaçada; 28. Entre dois fogos; 29. Pelota á mão; 30. Luta com a corda; 31. Luta com o bambú; 32. Bola a pé.

Em vários jogos, são necessárias imitações de animais para realizar os movimentos e atingir os objetivos. Versos e diálogos são estimulados durante algumas execuções assim como a disputa entre duas equipes ou partidos para definição do vencedor do concurso ou da atividade: “ganhará a victoria o jogador que resistir até o fim, isto é, aquelle que não *morrer*” no caso da peteca (HIGGINS, 1934, p. 203). Às meninas os jogos com bolas não eram indicados tampouco aqueles que exigem um papel profissional, seja na pesca, na caça, no comércio de animais, nas forças armadas ou na polícia. A preocupação com a obediência às regras também é delineada nas explicações, sendo sugerida a exclusão daquele que quebrá-las: no jogo *O maneta*, “si algum recreante se voltar para trás com o fim de tirar o pennacho, será excluído do brinquedo” (HIGGINS, 1934, p. 202). Nas atividades com corda, o professor atenta para os devidos cuidados com os alunos: “quando algum discipulo se embaraçar na corda pelos pés, o professor soltará com toda a presteza a parte da corda que tiver na mao direita e, si fôr necessario, soltará tambem o extremo com o fim de impedir alguma queda” (HIGGINS, 1934, p. 205).

Acerca dos jogos, vale discorrermos a respeito das possíveis relações e mediações entre a cultura escolar a partir das contribuições e propostas da ginástica, de um lado, e a cultura infantil popular, de outro. Jogos e brincadeiras das crianças fazem parte da cultura popular, expressando a produção espiritual de um povo em determinado período histórico, sendo transmitidos e modificados pelas gerações. São também manifestações realizadas espontaneamente na cultura popular, perpetuando a cultura infantil e desenvolvendo formas de convivência social. No processo de brincar e jogar, vínculos sociais são estabelecidos pelas crianças, que se ajustam ao grupo, obedecem a regras, propõem modificações, ganham,

perdem. Com isso, preparam-se e experimentam o sentimento da consciência coletiva (BERNARDES, 2005).

A discussão sobre os jogos também é apresentada por Tarcísio Mauro Vago (2006) quando o autor analisa um dos artigos presentes na *Revista do Ensino* de Minas Gerais. Semelhante à proposta de Higgins, o professor mineiro prescreve práticas a partir dos jogos nas escolas, com horas de alegria e força, defendendo a ideia de que ocorre uma fusão entre jogo e ginástica, desencadeando o próprio nome *jogo gymnastico*. Tal ideia está subordinada ao processo de escolarização dos jogos, que, por sua vez, está intrínseco à defesa do desenvolvimento de aptidões viris da mocidade de maneira *natural*. No texto, a união entre prazer e obrigação fica evidente, bem como a circulação oficial de que as crianças praticantes dos jogos e da ginástica são superiores física e moralmente às que não praticam. É apresentada pelo autor como hipótese que imprimir eficiência aos corpos infantis e constituir um modo de educar e preparar para as exigências da vida moderna eram as finalidades da prescrição de jogos. De maneira envolvente, é relatado um círculo de relações entre a novidade dos jogos, a mobilização coletiva das crianças, a regulação por meio de regras e a obtenção de um resultado, destacando-se elementos contidos na reforma de ensino mineira de 1927, como *dextreza, agilidade e espirito de coletividade*, que demonstram a socialização a partir da marca da eficiência.

Teriam sido os jogos e brincadeiras que compõem a cultura infantil escolarizados? Não possuímos elementos para responder ao questionamento, mas é bastante possível que eles adquiriam novos sentidos e novas regras a partir das práticas infantis. O próprio professor Higgins buscava jogos em outras fontes, modificando alguns. É possível que tenha escrito alguns dos jogos após as crianças terem trazido os mesmos das ruas, dessa maneira sendo eles escolarizados. A recíproca também é bastante possível, diante de jogos e exercícios aprendidos no Colégio se popularizarem e serem praticados fora do horário e do espaço escolares, já que se tornaram apropriações pertencentes ao mundo infantil.

É notória a contribuição de Arthur Higgins “como notável prof. de Ginástica Educativa e como pioneiro que foi do ensino sistematizado da Educação Física no Brasil” (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1953, p. 2). Sua relevância para a história de práticas pedagógicas referentes ao ensino de Educação Física fica clara após a leitura do *Compendio de Gymnastica Escolar*, que apresenta formulações e concepções dignas de debates presentes na área na atualidade – tendo passado aproximadamente um século. A Ginástica em nosso país, tendo iniciado por marchas e evoluções militares, recebeu influências externas como a da Ginástica Sueca, e paulatinamente uma sistematização do ensino da Educação Física se

consubstanciou, gerando inclusive a necessidade de incumbir profissionais para essa tarefa (VAGO, 2002), anteriormente realizadas por discípulos destacados, como foi Higgins nas aulas do Coronel Ataliba. Esse quadro nos remete aos primórdios da profissionalização para a atuação docente da Educação Física, vinculada ao aprendizado prático do ofício antes da criação dos cursos superiores.

A análise do manual esteve orientada pelas seguintes questões: a influência de valores e preceitos higiênicos nas formulações do autor; o argumento da importância da ginástica a partir da realidade de países adiantados; a concepção da ginástica baseada na repetição mecanizada de gestos e movimentos; a relação com aspectos do mundo do trabalho; e a divisão de atividades de acordo com o sexo. Ao perpassarmos pelas questões acima, percebemos a funcionalidade da Educação Física para a manutenção do projeto vigente de sociedade, expressando em diversos momentos uma visão biológica e naturalizada da vida social e dos indivíduos; incorporando e veiculando a ideia “da hierarquia, da ordem, da disciplina, da fixidez, do esforço individual, da saúde como responsabilidade individual”; e constituindo “valioso objeto de disciplinarização da vontade, de adequação e reorganização de gestos e atitudes necessários à manutenção da ordem” (SOARES, 2004, p. 14).

Foi possível identificarmos a formulação de um conjunto de postulados a partir da experiência prática da atuação profissional de Arthur Higgins, que podemos compreender como um intelectual do final do século XIX e início do século XX. Os postulados encontram-se evidentemente marcados por uma concepção de professor de ginástica enquanto um instrutor mais adiantado que seus alunos, ao mesmo tempo em que se buscam formar e padronizar os corpos das crianças.

3.6 – A Educação do Corpo e as atividades físicas no Álbum Escolar

Não apenas as crônicas, as poesias, as orações garantem a preservação da memória da instituição. Há também importantes registros fotográficos feitos, como o que apresentamos a seguir. Diante da contribuição de Higgins por meio de seu Compêndio, onde sistematizava um programa de ensino e enviava noções gerais indispensáveis para o corpo docente, ao nosso ver é pertinente trabalhar com algumas das fotografias do Colégio Pedro II, em que podemos problematizar algumas ideias do que fora proposto em sua obra e o que era aplicado na instituição no que tange à prática de atividades físicas. Em 1909, foi publicado o *Album do Internato do Gymnasio Nacional*.

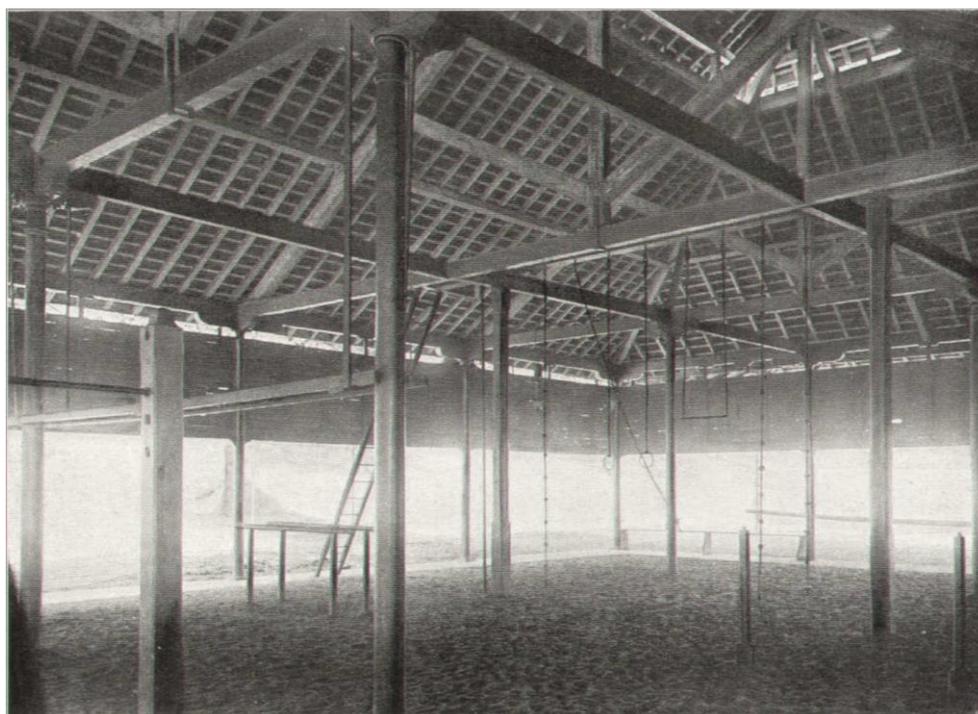


Figura 3.2: Pavilhão para exercicios de gymnastica de aparelhos [INTERNATO DO GYMNASIO NACIONAL, 1909]

Na Figura 3.2, registra-se o “Pavilhão para exercicios de gymnastica de aparelhos”, local onde os alunos deveriam praticar os movimentos de pular, trepar, subir, equilibrar etc.

A Figura 3.3 indica a realização de “Uma lição de gymnastica de aparelhos”. Pela localização das janelas ao fundo e à direita da foto e do corredor à esquerda, concluímos que a

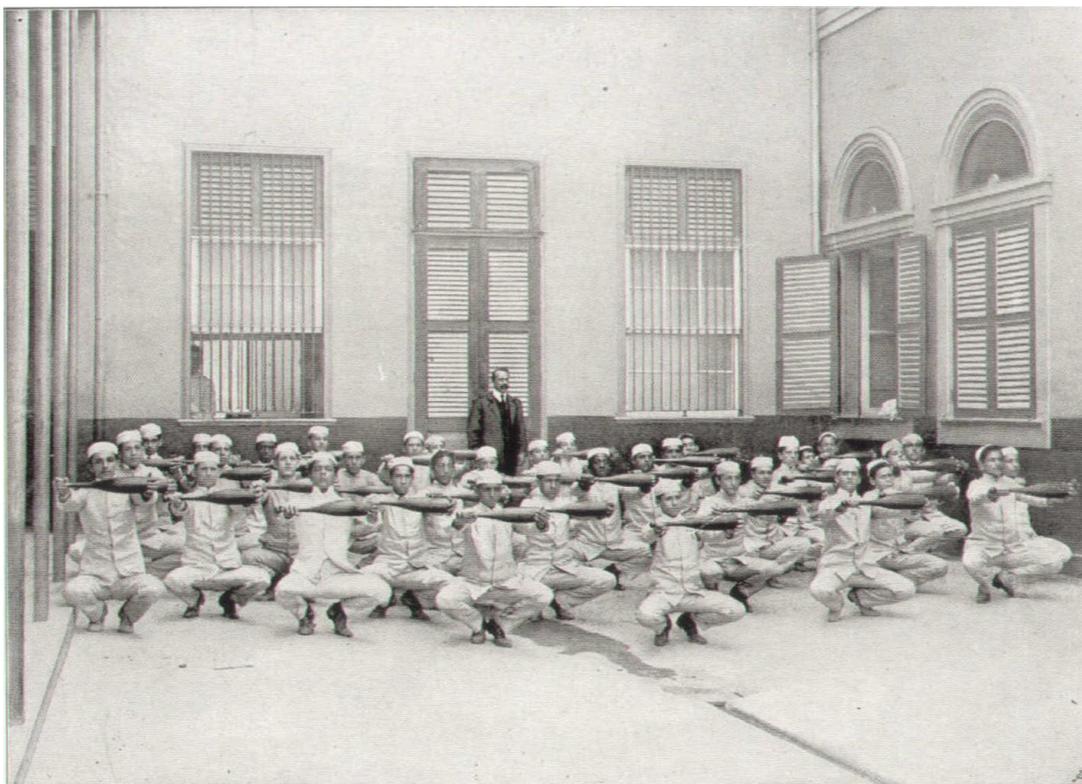


Figura 3.3: Uma lição de gymnastica de aparelhos [INTERNATO DO GYMNASIO NACIONAL, 1909]

aula ocorria em um dos pátios da Casa. O barulho dos comandos e por vezes os cânticos não *atrapalhariam* as demais aulas do Colégio? Por ser a maior referência no que diz respeito à sistematização do ensino de Gymnastica e o professor mais antigo da referida disciplina na instituição, assim como pela fisionomia semelhante às fotos de perfis dos professores no início do Álbum, presumimos que o professor responsável pela realização da aula e que aparece ao fundo seja Arthur Higgins. Na janela ao fundo, aparece uma pessoa que não conseguimos identificar: seria o inspetor da turma fiscalizando a aula, o vice-diretor ou algum aluno que escapou das atividades ou fora expulso da aula pelo professor? Pela imagem, o professor parece coerente com as indicações feitas no compêndio para a aula: posição e sincronia perfeitas, discípulos enfileirados de acordo com o tamanho e um aluno ligeiramente mais adiantado que os demais, sugerindo ser o aluno-guia para auxiliar o professor.

Devidamente uniformizados e enfileirados, sob as ordens e controle do professor, alunos realizam no pátio “uma lição de gymnastica sueca” (Figuras 3.3 e 3.4), na qual deveriam trabalhar, dentre outros, exercícios de ordem e disciplina, respiratórios e estéticos.



Figura 3.4: Uma lição de gymnastica sueca [INTERNATO DO GYMNASIO NACIONAL, 1909]

Nas fotografias seguintes (Figuras 3.5 e 3.6), os alunos aparecem ao ar livre praticando a “Escola de esgrima de baioneta em exercício”.



Figura 3.5: Uma lição de gymnastica sueca [INTERNATO DO GYMNASIO NACIONAL, 1909]



Figura 3.6: Escola de esgrima de baioneta em exercicio [INTERNATO DO GYMNASIO NACIONAL, 1909]



Figura 3.7: Escola de esgrima de baioneta em exercicio [INTERNATO DO GYMNASIO NACIONAL, 1909]

Antes de concluir o capítulo, importante pautar ligeiramente certa relação do corpo docente das demais disciplinas com a prática das atividades físicas. Higgins é tido como o responsável por implementar a prática do “foot-ball”. Pela Ata da Sessão Especial da

Congregação de 4 de agosto de 1920, presidida pelo diretor Carlos de Laet, consta o seguinte: “Os professores Gabaglia e Philadelpho declaram que votaram contra a proibição do jogo de foot-ball no Internato” (COLÉGIO PEDRO II, 1920-1925, p. 24). Diante desse registro, acreditamos que a maior parte do corpo docente teria votado contra a prática do principal desporto do país no interior da instituição escolar. Quais seriam as motivações para tamanha decisão de proibir a realização do jogo? Valeria essa decisão também para o horário das aulas de ginástica? - situação que diagnosticaria uma tutela institucional sobre a aula do professor.

Enfim, como o professor Arthur Higgins escreve seu manual tendo como principal fundamentação seus longos anos de experiência, em diversas instituições de ensino e balizados pelas fotografias existentes no Álbum de 1909, entendemos que o conjunto das proposições pedagógicas presentes no manual era preconizado pelo autor em sua atuação docente. Os preceitos para o ensino da ginástica caminham de acordo com as demandas republicanas para educar os corpos dos meninos que futuramente ocupariam importantes cargos em diferentes esferas da nação.

Após investirmos nossa análise no cotidiano do Colégio tomando como ponto de partida quanto às fontes os documentos institucionais, assim como depois de termos discutido as questões referentes à prática de ensino de ginástica a partir dos programas de ensino, das formulações do professor Higgins e dos registros fotográficos, apresentaremos no próximo capítulo os periódicos estudantis, trazendo à tona as vozes dos alunos e seu protagonismo como sujeitos escolares principalmente a partir dos anos 1920.

Capítulo 4

O PROTAGONISMO DISCENTE NO COTIDIANO DO COLÉGIO PEDRO II POR MEIO DA IMPRENSA ESTUDANTIL

- Uma das mágoas que eu tenho na vida é a de não Ter sido, na minha infância ou juventude, aluno do Pedro II. Andei por colégios mais lúgubres do que a casa do Agra. Mas há, em mim, até hoje, a nostalgia de não Ter estudado ou fingido que estudava lá. A rigor, não são os professores que me interessam no Pedro II. Nem os seus problemas de ensino. O que me deslumbra no aluno do Pedro II não é o estudante, mas o tipo humano. Ele deve ser um mau aluno (tomara que seja), mas que natureza cálida, que apetite vital, que ferocidade dionisíaca.

– Olhem para as nossas ruas. Em cada canto, há alguém conspirando contra a vida. Não o aluno do Pedro II. Há quem diga, e eu concordo, que ele é a única sanidade mental do Brasil. E, realmente, não há por lá os soturnos, os merencórios, os augustos dos anjos. Os outros brasileiros deveriam aprender a rir com os alunos do Pedro II.

Nelson Rodrigues (da edição de 29 de setembro de 1963 do *Diário Carioca*).

Conforme mencionamos anteriormente, durante as décadas de 1920 e 1930, houve um crescimento da participação estudantil no Colégio Pedro II, principalmente se organizando em clubes literários e criando periódicos, situações que vão ao encontro dos apontamentos de Rosa Fátima Souza (2008) acerca da vida estudantil nos estabelecimentos de ensino secundário brasileiros nas primeiras décadas do século XX, período durante o qual havia um congraçamento intelectual, sendo criados grêmios e associações estudantis, esportes praticados, realizadas sessões artístico-culturais e veiculados debates políticos e criações literárias por meio de uma pulsante imprensa. Neste capítulo, destacaremos questões importantes que dizem respeito ao protagonismo dos estudantes que, ora se chocam com ou reivindicam às autoridades do Colégio e da sociedade para defender seus interesses, ora se submetem aos rumos da ordem republicana, atendendo a apelos institucionais.

Localizamos exemplares de quatro periódicos, a saber: *Sciencias e Letras*; *O ARAUTO*; *Pronome*; e *Ciências e Letras*. Todavia, limitaremos nossa análise a dois deles, optando pelos que apresentaram a maior continuidade dentro de um determinado período. Com isso, as fontes para a análise que discorreremos abaixo são as oito edições de *Sciencias e Letras* entre 1926 e 1927 e as dez primeiras edições de *O ARAUTO*, publicadas no ano de 1931.

Na contramão das iniciativas institucionais para o registro da memória histórica do Colégio Pedro II, as informações advindas por parte do corpo discente aparentemente não possuíam o mesmo interesse. A maior parte do material que pudemos coletar só se encontra disponível no acervo do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II por conta da doação feita pela família de Carlos Brasil de Araújo, um estudante que participou ativamente das atividades cotidianas relacionadas aos periódicos entre os anos de 1931 e 1933. Em diversas edições de O ARAUTO, aparecem contribuições do estudante, que chegou a ocupar a posição de diretor do periódico em 1932. No nono número, o poema “Exaltação”, assinado por Soriensic (Cisneiros, ao contrário), é dedicado “ao Coléga C. B. de Araujo”:

Neste canto, caro “papa-goiabas”,
Venho exaltar, como te prometi,
O teu saber, já que tú não o gabas.
Leitores, tende paciencia e ouvi:

Na quimica inorganica és um bicho;
(Na organica não o podes ser,
Pois esta, amigo, só no quinto ano
Tú terás o prazer (?) de conhecer...

E tambem na humana histologia
Assim como na fisiologia
Tens média dez, fizeste preleção
E és um “crack” em mineralogia.

E em Fisica? como tú és bem cotado!
E’s amigo do “general Morin”...
Em Historia, Desenho e Geometria
Tú tens uma cultura grande e sã.

Virgilio e Cicero “tú traduces bene”,
“Tú quoque” és um grande latinista.
E’s o “boy” que lê em Inglez, no “Albino”.
E és tido como bom vernaculista.

Tens um defeito, porém: falas mais
Que trinta “louros de bicos dourados”;
Tens na barriga, ó joven erudito!
Uma vitróla e discos variados... (O ARAUTO, 1931i, p. 6).

Intitulado “Agradecimento (Ao coléga Cisneiros Viana)”, Carlos Brasil retribui:

Nestes versinhos, amigo Cisneiros,
Venho trazer meu agradecimento.
P’ra fazer-te primeiro entre primeiros
Só sinto ser mui falto o meu talento.

Segundo dizes sou bom desenhista,

Fiz preleção e sou um “boy...cotado”.
Ainda mais, sou um grande alquimista
E trago sempre o ponto preparado.

Tenho média dez. Sou histologista.
Amigo sou do “general Morin”.
Da turma sou o grande latinista
E tenho uma cultura grande e sã.

Conforme teu dizer, tenho um defeito:
Falar mais que trinta dourados “louros”.
E consegui sósinho (bêlo feito)
Só com palavras derrotar os Mouros.

De tudo o que disseste, camarada,
Sómente a quarta quadra é verdadeira.
Possuo uma vitrola malfadada
Capaz de funcionar a vida inteira.

Não como dizes sou tão preparado,
Nem possuo saber que tanto espante.
Sou um pobre estudante alucinado
Que não distingue um rato do elefante.

Tú sim, és um jovem erudito,
E sobre mim uma vantagem logras.
E’ possuires, sem fazer delito,
O genio brigão de SETE SOGRAS (O ARAUTO, 1931j, p. 6).

Interessante já destacarmos que o culto às letras e à expressão literária recebe significados próprios das atividades dos estudantes, que, de maneira irreverente, dialogam e trocam elogios em forma de poesia. Cisneiros lança mão de diversos aspectos e conhecimentos de disciplinas da escola para elogiar seu amigo, pedindo a paciência dos leitores, brincando ainda com o estilo *tagarela* de Brasil, *joven erudito* que possuiria na barriga “uma vitrola e discos variados” e comedor de goiabas. Brasil tenta, em sua réplica, não engrandecer os elogios feitos pelo amigo, acatando a crítica de ser *falastrão* devido a sua “vitrola malfadada capaz de funcionar a vida inteira” e devolvendo o elogio relacionado à erudição.

Buscaremos a seguir apresentar as vozes desses alunos no dia-a-dia do Colégio, que usavam seus jornais e revistas para aprimorar suas práticas literárias, manifestar seus posicionamentos políticos e pedagógicos, mas também ofereciam significativos espaços para professores e funcionários fornecerem suas contribuições e publicarem-nas nos periódicos dos estudantes. Suas formas de expressão estão marcadas por uma diversidade de formas, caminhando da extrema seriedade para a total ludicidade. Em seus instrumentos de comunicação, são veiculadas ideias que sugerem uma significativa participação do corpo

discente no dia-a-dia do Colégio Pedro II. Analisaremos suas vozes a partir das interfaces situadas no contexto histórico de formação de quadros para a República e a produção de sua imprensa, dialogando com as concepções de educação do corpo e os objetivos políticos e acadêmicos existentes.

Não abordaremos mais detalhadamente nessa ocasião, mas vale destacar a variedade de anúncios e propagandas presentes em cada um dos periódicos, que certamente possibilitaram financeiramente a materialização desse sonho de muitos dos principais alunos envolvidos com as tarefas dos periódicos, haja vista que o preço cobrado por cada exemplar é muito mais simbólico do que para garantir as finanças. E para que houvesse uma circulação e leitura por toda a instituição, principalmente entre o corpo discente, não seria interessante que um alto preço fosse a maior fonte de arrecadação.

4.1 – A criação dos periódicos na instituição

Os grêmios literários e os periódicos se inscrevem num processo de ativismo estudantil. Ao tratar da formação dos bacharéis de direito no século XIX, Sergio Adorno (2005) aponta que a formação acadêmica do bacharel era marcada muito mais pelas atividades extra-curriculares que pelo processo de ensino e aprendizagem. A organização e a hierarquização dos Institutos acadêmicos ligavam os estudantes aos processos político e literário, constituindo lutas políticas e formando intelectuais. As atividades jornalísticas teriam transcendido o aprendizado em sala de aula: a política se faz em público e utiliza a palavra escrita e a palavra falada como dois grandes instrumentos. Com o jornalismo, os acadêmicos aprendiam a arte da política, funcionando como ante-sala de gabinetes executivos, da tribuna parlamentar e de tribunais judiciários.

Ao nosso ver, a atuação dos estudantes do ensino secundário no Colégio Pedro II significava considerável parte do processo de formação dessa juventude. Lideranças eram criadas e as palavras escrita e falada eram treinadas como percebemos nos textos publicados e nos relatos de explanações em público. Há uma rigidez, uma seriedade e uma hierarquia no trabalho da imprensa estudantil: cargos de diretoria são criados, há seções fixas nos periódicos, correspondentes na outra seção da Casa, sede na escola para os trabalhos dos estudantes, negociações com a direção da instituição. Apesar do respeito pregado aos gestores do Colégio, a partir das nossas fontes acreditamos não haver uma tutela ou uma censura com relação ao que seria publicado nos jornais, o que representa um avanço para a própria autonomia dos estudantes, que não exitavam em realizar suas cobranças e apresentar suas

visões de determinados problemas, tanto de ordem geral do país quanto do cotidiano da escola.

Sciencias e Letras

Em julho de 1926, foi lançado o primeiro número da *Revista Mensal dos Alunos do Collegio Pedro II – Sciencias e Letras*. O periódico contava com o seguinte corpo editorial: Antonio Gabriel de Paula Fonseca – director; Luiz Torres Barbosa – redactor-chefe; Alim Pedro – Secretario; Iberê de Abreu Martins – thesoureiro; Plínio Reis de Cantanhede Almeida e Carlos Rocha Mafra de Laet – redactores.

No primeiro texto, Antonio Gabriel explicita que o aparecimento de uma revista no Colégio Pedro II não se constituía enquanto novidade, pois diversas outras já haviam aparecido, “porém de tão curta duração, que d’elas sò restam os nomes aliás já bem apagados na memoria dos professores e alunos que as enriqueceram com preciosas colaborações”. Para o estudante, urgia a fundação de uma nova revista, que intensificasse no espírito dos colegas “o amor ás sciencias e ás letras”, desenvolvendo “as noções de moral e de patriotismo, que são os elementos básicos e indispensáveis para a grandeza de um paiz e a prosperidade de uma raça!”. Nega que seja por mero pedantismo a escolha do título, alegando que os professores, com capacidades intelectuais acima de qualquer elogio, transmitiriam as “sciencias”. Pelas suas palavras, a revista seria um pequeno órgão onde os colegas com inclinações especiais poderiam enveredar pelo caminho da literatura, podendo perpetuar a “pureza e a graça do nosso idioma”. A tarefa é considerada árdua, mas o anseio de levá-la adiante com o auxílio de mestres e colegas é apresentado, objetivando a cooperação para engrandecer a instituição, “cujo brilho deve recordar a memoria veneravel e inesquecivel de D. Pedro II!”. Antes de finalizar, agradece imensamente ao “Sr. Dr. Director pelo benevolo apoio”, aos professores e funcionários “pelo auxilio moral e pecuniario” e a todos os colegas e amigos que procuraram corresponder aos seus esforços (SCIENCIAS E LETRAS, 1926a, p. 3-4). É no parágrafo final que se apresentam os argumentos patrióticos que relacionam as práticas no interior da instituição às necessidades dos destinos e rumos do país, indicando um caminho a ser seguido pelos estudantes no que tange o futuro da nação:

Colègas! Sejam os unidos, pois que o coleguismo numa academia, é o esbôço do patriotismo numa nação! Um grande collegio, é uma grande família e uma pequena patria! E assim as nossas ações como colègas serão nossos futuros actos como patriotas. Unamo-nos pois agora como colègas, para quando mais tarde unidos como patriotas, possamos imitar a grandeza da terra que nos serviu de berço: o Brasil! (SCIENCIAS E LETRAS, 1926a, p. 4).

No texto *Sobre “O Nacional”*, de autoria do aluno Faim Pedro, é relatado seu “ardente desejo” de que a revista “grasse avassaladoramente a rota que hoje trilha pela primeira vez”. O aluno recorda que, quando assenhorada no Colégio a ideia de um periódico no meado de 1924, foi o primeiro a abraçá-la, registrando a fortuna de realizar o sonho do surgimento de uma revista no Colégio ao citar “o efêmero e glorioso período da existência do <O Nacional>”, tendo à frente seu amigo Hércio Auler e ele. Eles grangearam “a parte monetária, a difícil, os originaes e o primeiro numero fora impresso com o título de “Phalena””, título apenas da primeira tiragem. Relata-se a mudança de nome após o eminente mestre Pedro do Couto achar falta de patriotismo “explicando em artigo consciencioso e ponderado o motivo de tal resolução”. Faim Pedro também escreve sobre a coluna por ele assinada “Corrigindo”, presente no segundo número, que chamava a atenção dos estudiosos para os deslizes cometidos nos artigos da revista, tendo sido uma “gazua”, gerando insurgências com verdadeiro ódio e o autor foi “acoimado de intrometido, crítico de “meia tigela”” e apenas não foi “imolado em praça publica” porque estavam longe da inquisição (SCIENCIAS E LETRAS, 1926a, p. 7-8). O último número de *O Nacional* saiu em 15 de novembro de 1924. O estudante alega publicar essas reminiscências para mostrar aos colegas o quanto terão de lutar na estrada que trilham, tendo como primeira esfinge o lado monetário. De maneira poética e inflamada, conclama seus colegas para a trindade de iniciar, lutar e vencer:

(...) depois de um rouco esterdor de ondas que se quebram em turbilhões, o vento assopra como que para refrescar uma grande chaga; o <Nacional> foi uma onda agitada que se desfez; e o vento que refrigera é o tempo, o bálsamo prodigioso. O tempo sana mas deixa o gosto do absinto; e a saudade suavisa do seu amargor...
 Iniciar—Lutar—Vencer é a trindade em que se cifram as leis dos verdadeiros batalhadores.
 Profaças, Directores!

O segundo número de *Sciencias e Letras* é publicado em agosto do mesmo ano, tendo na capa a cobrança do preço de “1\$000”. O número é iniciado com o texto “Labor Omnia Vincit”, de autoria do diretor Antonio Gabriel, que enfatiza haver nos árduos trabalhos e nas exaustivas tarefas “uma recompensa final que nos faz esquecer as fadigas passadas, permitindo-nos gozar em sossego o prazer que a vitoria proporciona”. O aluno considera que o grupo está impelido a permanecer trilhando com entusiasmo e esperança diante da “benevolencia cavalheiresca” com que a revista foi acolhida pelos professores, colegas e amigos. Diante da recompensa obtida e dos ardentes votos de prosperidade, sente-se obrigado a duas coisas: um agradecimento sincero aos que bondosa e gentilmente se interessaram pela

prosperidade da revista; e que, sem desanimar ante os revezes, manter “ardor dos batalhadores fortes e incançáveis” para realizar o ideal elevado. Antes de finalizar o texto com as palavras que fornecem o título, dialoga com os denotados companheiros de trabalho para que não esqueçam “que a fé abala as montanhas, e que nada existe no mundo que possa resistir á velocidade vertiginosa do tempo e á perseverança do homem que trabalha” (SCIENCIAS E LETRAS, 1926b, p. 3-4).

Pela continuidade das publicações e garantia da periodicidade, o grupo que liderou a iniciativa de fundar a revista *Sciencias e Letras* parece ter ficado satisfeito e feliz com os resultados de seus trabalhos. Na quinta edição, em novembro de 1926, em novo texto de seu diretor Antonio Gabriel, retoma-se o relato da ideia da fundação, ocorrido cinco meses antes. Era o mês de julho e dentre os alunos do quinto ano “a jovialidade de estudantes se incendiava no fogo das aspirações”. Sempre com tonalidade poética, o aluno escrevia sobre “o espírito expansivo e inquieto da adolescência”, que abrigava “as sublimes ambições da mocidade sempre sonhadora” irrompendo e ecoando “dentro do nosso peito tal como os fogos alacres de S. João tinham enchido de vivacidade as poéticas noites de Junho que findara”. Depois de terem iniciado o trabalho, os números foram saindo, colaborações e elogios aparecendo e “a cavalgada aligeira do tempo, no espaço de um sonho, passou rapida e serena como afinal tudo passa na vida” (SCIENCIAS E LETRAS, 1926e, p. 5-6). Sendo mês de novembro, é final do ano letivo. Além do convívio dos alunos do quinto ano durante cinco anos, era hora de se separar também da revista. Com singular emoção, podemos identificar um vínculo forte do alunado com a instituição a partir das palavras finais do diretor do periódico:

Terminamos... e agora, quando o velho anno cançado, poeirento, como pó de ouro da estrada do Tempo, fuge-nos aos poucos para dormir o grande sono da noite de S. Silvestre, todos os alunos da revista, junto aos do quinto ano fraternizados por um convívio de 2 anos, deixam uma grande saudade e uma imensa gratidão!

Saudades de todos e tudo!

E a gratidão?...

E' como o amor, não existem palavras que a possam exprimir.

Findou-se o ano...

Despedimo-nos, agora mas na nossa imaginação tão povoada de sonhos, e de alegrias tão jovem e tão agitada, sentimos o bimbalar dos sinos numa grande catedral, os sinos da gratidão, na catedral de nossas almas! (SCIENCIAS E LETRAS, 1926e, p. 6).

Em seu segundo ano, apenas no mês de Junho foi publicado o número 6 de *Sciencias e Letras*. Antonio Gabriel de Paula Fonseca e Luiz Torres Barbosa mantiveram-se como diretor e redator-chefe, respectivamente; Carlos Rocha Mafra de Laet passou a ser o tesoureiro; e

iniciavam sua atuação no periódico Jozé Candido Sampaio de Lacerda como secretário, Flavio Poppe de Figueiredo e Name Lasmar como redatores.

Antonio Gabriel relembra o aparecimento da revista quase um ano antes, recordando “como se fosse hontem, desse dia” para ele “tão cheio de saudades e cujas imagens” traz ainda dentro dele “gravadas para sempre” (SCIENCIAS E LETRAS, 1927a, p. 3). A responsabilidade e a disponibilidade assumidas pelos alunos envolvidos com o cotidiano da organização, da escrita e de todas as demais tarefas de um periódico são evidenciadas nas palavras do diretor:

(...) Lembro-me da nossa inquietação pelo aparecimento exacto dos primeiros exemplares, do cuidado de arranjar artigos para que o número de páginas saisse completo, das finanças, da capital questão das finanças, e enfim de mil e uma preocupações que discutiamos acaloradamente durante os intervalos das aulas, enchendo de rumor a sala em cuja mesa sentado como Júpiter de Olimpo, o nosso bom Ferreira aturava pacientemente a barulhada inquieta da turma, naquela condescendência pequenina de dez minutos.

Por vezes, numa hora vaga, as discussões iam até a bibliotheca, e lá, num canto perto da janela, é que o redactor-chefe se impunha: era preciso mais actividade!

– Veja, dizia êle a gesticular, poucos dias faltam para o meio do mês, e só esses artigos recebidos!...

E para mim:

E você? Não procura a contribuição do Colégio? Estamos atrasados!... Atrasadíssimos!... Se ainda não fomos ao Director!... E concluia desloado: E’ pouco caso, já é pouco caso!...

– Mas, calma!... Ponderava eu, ja sei...

– Calma?!... Calma?!... Onde possui-la, se o tempo, os dias fogem desesperadamente sem que lhes aproveitemos as horas?... e num gesto vago de aborrecimento:–E’ desleixo, é descaso!... Assim a revista desaparece...

Era frase para ferir...

Entravam então no “conselho deliberativo” o secretario, o tesoureiro, os redatores e a discussão iniciava-se, aumentava tornava-se quase algazarra, e só quando a cabeça do bibliotecário a escrever, assomando aliás da livraria amontoada em catalogação na mesma nua, fitava-nos entre os olhares esgazeados dos catálogos que se atulhavam de volumes, é que desconcertados pelo ímpeto combativo, voltávamos a nós, onde já quase num sussurro acabava vencendo o redactor-chefe.

Nós, os outros, éramos talvez um tanto descuidados (eu pelo menos), mas sob a pertinácia desse incansável redactor, mantivemo-nos sempre na linha que havíamos traçado como directriz.

(SCIENCIAS E LETRAS, 1927a, p. 3-4).

O aluno não acrescenta nada sobre as aspirações da revista, pois já as apresentara no ano anterior. Entretanto, aproveita as linhas finais para “uma defesa indispensável contra observações e comentarios feitos á revista”, pois tinham sido “acusados no juízo luminoso de um Aristarco sublime, de perdermos o tempo em fazer literatrice inútil” (SCIENCIAS E LETRAS, 1927a, p. 4). Para Antonio, foi insensato o procedimento dessas opiniões, pois:

primeiro, ao tentar diminuir a revista, atentam contra o Diretor, secretário, professores notáveis e antigos mestres da casa; segundo, “revelam conhecimento fraco de Literatura porquanto os escritores e poetas nem sempre começam pelas produções de gênio máximo, na idade em que os alunos escreveram para SCIENCIAS E LETRAS”; e terceiro, quando foram alunos do Colégio, não fizeram revista alguma.

Em novembro de 1927, saíria o oitavo e último número do periódico. A assinatura do texto “*Despedida*” com as iniciais C. R. M. L. nos remetem ao nome do então tesoureiro de *Sciencias e Letras* – Carlos Rocha Mafra de Laet. Para o aluno, não há nada mais triste que um adeus, mas partir sem uma despedida seria uma incivilidade, forçando-os a deixar os sentimentos de gratidão com os pacientes leitores da revista. Ele revela seu desejo de que o 5º ano seguinte assumisse o encargo de “dar nova vida a <Sciencias e Letras>”, desejo aparentemente não atendido em virtude de ser este o último exemplar encontrado em nossas pesquisas no acervo. Carlos enaltece “o venerando Director” dr. Euclides Roxo, que atuou neste último número como um médico da revista, pois “ella agonisava e s. ex. curou-a mais uma vez com o balsamo de seus obséquios”. Pelo texto, o congratulado diretor foi sempre receptivo aos estudantes, que ainda pediram que aceitasse “as nossas [suas] desculpas pelas constantes e amiudadas vezes em que o procuravamos para falar, interrompendo, assim, a todo momento, o trabalho de um Director activo como é s. ex”. Nos agradecimentos, são ainda citados o dr. Octacilio Pereira, “M. D. secretario do Collegio” e o dr. Aloísio de Castro, “dignissimo Chefe do Departamento Nacional de Ensino” (SCIENCIAS E LETRAS, 1927b, p. 3-4). O aluno acredita que fizeram o melhor trabalho possível à frente da *Sciencia e Letras*, considerando-a a melhor que houve no Colégio, tanto pelo método de organização quanto pelos esplêndidos artigos. Ao efetivamente despedir-se, ressalta as tradições que não podem ser apagadas de suas memórias, demonstrando vínculo de afetividade com a instituição ao complementar o adeus:

Adeus a esta grande casa que nos acolheu ha seis annos, e hoje amoldados a ella, quasi choramos ao sentirmos a separação.

Adeus a estes bancos que embora surdos, mudos, cegos, paralyticos, foram confidentes e tiveram nomes queridos gravados a canivete.

Adeus aos velhos funcionarios da casa; alguns mudaram, outros são os mesmos de ha muitos annos. Adeus a todos elles!

O <Bode> da sala do Prof. Arthur Ferreira assistiu á decadencia do seu alcunho por causa da aposentadoria do nosso mestre. Morreu o <Laplace> do Gabinete de Chimica que tanto nos ajudou na venda das revistas. E para muito longe, para o outro lado da Terra, tambem foi o Joaquim porteiro. Entretanto estão ainda o Manoel do <Hotel Fumaça> cujo appellido não podemos escrever; o Braga, contador de casos; e o Rizeiro, sempre activo, hoje no logar do Joaquim.

Quem vae sahir agora somos nós e cada um vae buscar novas tradições noutras escolas.

As daqui do Collegio de Pedro II foram as primeiras que tivemos, e, por isso, jamais apagar-se-ão da nossa memoria!

Adeus bons tempos de alegria! Agora a vida é mais séria (SCIENCIAS E LETRAS, 1927b, p. 4-5).

Atenta-se para a representação que os discentes que perdem o vínculo com o Colégio fazem sobre a cultura escolar, dando apelidos aos professores e funcionários, sendo irônicos, apresentando suas marcas deixadas na instituição, com a qual na maioria das vezes desenvolveram eternos laços de identificação. André Paulilo (2007) contribui para essas discussões ao analisar as apropriações das crianças na cultura escolar, podendo as mesmas recriarem ou transformarem as regras de convívio nas instituições. Para ele, as crianças são sujeitos do ambiente escolar e devido às suas ações não podemos considerar esse ambiente homogêneo tampouco estático.

O ARAUTO

Em 1931, um novo periódico surgia no Colégio. No dia 15 de abril, seria lançado o primeiro número de *O ARAUTO*, “órgão dos alumnos do Collegio Pedro II”, sob a direção dos estudantes Lycio de Carvalho, Seme Jarzik, Alfredo Tranjan e Jacob Goldemberg. Contendo 6 páginas e custando 100 réis, a edição que desfralda a bandeira do jornal direciona suas primeiras palavras aos alunos do Colégio Pedro II, situando-se enquanto “um alliado ardoroso, nas aspirações de interesse colectivo e na defesa de suas justas causas”. A partir destas sintéticas palavras, complementa especificando como nobre, elevado e digno seu programa, merecedor de apoio por parte dos colegas, para que o ideal de “mostrar praticamente como se applicam os conhecimentos adquiridos no Collegio Pedro II, o estabelecimento que serve de modelo para todos do ensino secundario do nosso vasto territorio nacional” se tornasse realidade. Ainda nesse editorial, põem em relevo as palavras do Dr. Delgado de Carvalho, então diretor da Casa, aos diretores do recém-criado jornal, sendo elas uma espécie de autorização, de aval para que os alunos pudessem realizar suas devidas e justas críticas: “SEM SAHIR DA ESPHERA DA CONSIDERAÇÃO E RESPEITO QUE TODOS DEVEM TER AOS SUPERIORES, CONSINTO QUE CRITIQUEM ACTOS E FACTOS VERIFICADOS DURANTE MINHA ADMINISTRAÇÃO E QUE POSSAM DAR MA’ EXPRESSÃO DESTA CASA”. Antes de finalizar suas linhas dirigindo os agradecimentos aos caros colegas pela benevolência com que os acolheria e o sincero

reconhecimento à Diretoria do Colégio pela boa vontade e auxílio dispensado, apontam a finalidade do periódico: “COLLOCAR O COLLEGIO PEDRO II NO MERECIDO LOGAR DE DESTAQUE QUE LHE COMPETE EM TODOS OS RAMOS DA ACTIVIDADE ESTUDANTINA” (O ARAUTO, 1931a, p. 1).

Logo na segunda edição, o editorial interpreta que a semente lançada se transformou em fruto, pois “O ARAUTO venceu gloriosamente a sua primeira etapa, o vôo experimental, como é mistér dizer”, sendo sua iniciativa compreendida e apoiada pelos colegas, que foram solidários “a uma obra patriotica e cujo exito depende de uma conjugada alliança de forças, e cujo ideal sendo um unico, poderá tornar esta obra gigantesca, tão gigantesca como aspiramos”. Acrescentam que os alunos do “tradicional Collegio Pedro II, legitimo padrão do ensino nacional” não depreciariam nem desmereceriam a confiança de responsabilidades reservadas a uma “geração moderna, dynamica, realizadora”. Sendo assim, o imediato atendimento ao toque de reunir feito por O ARAUTO garantiu a arregimentação e o apoio que levaram esta “sã campanha” até a vitória, sendo realizada uma obra que só poderia e deveria melhorar. Para os editores do periódico, a “modesta iniciativa” precisou da colaboração de todo o Colégio Pedro II para vencer e, “vencida a primeira jornada cabe agora prosseguil-a, afim de levar O ARAUTO á meta, a que aspiram todos os que têm um ideal” (O ARAUTO, 1931b, p. 1).

Dezesseis dias depois, publicava-se a terceira edição. O editorial desta trazia o assunto já apontado na edição anterior, na coluna *Topicos*³⁰, a saber, a necessidade de uma agremiação que fosse o órgão de defesa e assistência dos alunos. Para O ARAUTO, ao tornar-se realidade esse “magno problema”, grandes vantagens seriam trazidas aos alunos, e, partindo-se “do estabelecimento padrão do ensino secundario, quem sabe se esta organização não se irradiaria por todo o Brasil?”. Apontam para a importância de “batalhar junto aos poderes públicos” para que tivessem o mesmo direito já dado aos universitários: “ter um representante junto às Congregações ou Conselhos”. A organização poderia também abranger um programa intelectual e recreativo e com a cooperação de seus associados, poderiam obter resultados prósperos e incalculáveis benefícios para os discentes. Considerando que segue debatendo “problemas a que se ligam interesses collectivos dos alumnos do Collegio Pedro II” desde seu primeiro número, O ARAUTO vê na criação da agremiação “grande importancia para a classe”, chamando-lhe a atenção, pois caberia à mesma concretizar essa tarefa (O ARAUTO, 1931c, p. 1).

³⁰ No Anexo 1, está disponível a lista com os títulos e respectivas reivindicações contidas nas colunas *Tópicos* das edições de O ARAUTO analisadas neste trabalho.

O editorial de seu quarto número encontra-se dividido em dois temas. No primeiro deles, consideram a organização do horário das aulas “uma das coisas mais difíceis de um estabelecimento de ensino, como o nosso”. Após apresentarem à secretaria e à direção algumas propostas, “em favor dos nossos colegas, de quem O ARAUTO se honra em ser o seu advogado, nas suas causas”, a modificação que possibilitou o término das aulas mais cedo do que inicialmente ocorria foi considerada benévola, devendo os méritos “aos Drs. Delgado de Carvalho e Octacilio Pereira, director e secretario, que incansavelmente debateram-se para que tal acontecesse”. Julgando interpretar os sentimentos do corpo discente, O ARAUTO apresentou-lhes “os sinceros agradecimentos, já não como director e secretario, e sim como amigos que são dos nossos colegas, por quem muito se interessam, como mostraram, mais uma vez corrigindo o antigo horario” (O ARAUTO, 1931d, p. 1). Na sequência, situando o momento de reconstrução financeira pelo qual o país passava, ratificava-se a necessidade de cortes nos orçamentos, exigindo economia por parte das repartições públicas, conseqüentemente também o Colégio Pedro II. Para os que se acham sob o teto da instituição, o periódico defende que procedam em regime de colaboração:

Collaborador, como deve ser do regimen de reconstrucção, necessario se faz que cada alumno do Collegio Pedro II evite dar despendios ao estabelecimentos, economisando tudo quanto possa crear algum onus, assim como velar pelo material escolar de qualquer especie, não permittindo, em hypothese nenhuma, que alguém lhe cause algum damno que possa conduzir á despesas, pois o orçamento tal não o permite (O ARAUTO, 1931d, p. 1).

Sem fornecer muito destaque, uma nota acerca da visita das feministas ao Externato aparece no quinto número. Na ocasião, fizeram uso da palavra “o Dr. Delgado de Carvalho, director do Externato, a senhorita Ivonne Monteiro³¹, a primeira alumna que ingressou no nosso estabelecimento, e o joven Renato Firmino de Mendonça, em nome dos alumnos” (O ARAUTO, 1931e, p. 5).

Publicado em 5 de agosto, o sétimo número contou com uma baixa dentre os responsáveis. Por conta de seus inúmeros afazeres, retirou-se da direção de O ARAUTO o “bonissimo companheiro Seme Jazbik”. Seus colegas lamentam profundamente seu afastamento, com anseio de que prosseguisse como colaborador nas colunas às quais deu tanta vida. Para os que prosseguiram à frente de O ARAUTO, “companheiro leal, competente, átivo, Jazbik, a quem este periodico deve grande parte de seu progresso, deixa em cada pessoa desta redação um amigo, que conseguiu facilmente á custa de suas qualidades excepcionais de joven educado e culto” (O ARAUTO, 1931g, p. 1). Levi Prado substituiu Seme Jazbik a partir

³¹ Sobre a inserção feminina no Colégio Pedro II, realizamos breves apontamentos na Seção 2.4.

da oitava edição, publicada no dia 1 de setembro. O corpo de direção de O ARAUTO, contando com mais um soldado para sua causa, que pertence a todos os alunos e alunas da instituição, considerou-se enriquecido “com o ingresso do nosso colega Levi Carvalho do Prado, nome este que não precisa de apresentação, pois é bastante conhecido” (O ARAUTO, 1931h, p. 1). No nono número, anuncia ter um fotógrafo especial, servindo aos leitores “com uma parte fotografica, graças á competencia do inteligente Otavio Figueiredo Lima”. Tal situação forja que “a empresa jornalística d’O ARAUTO vai progredindo sensivelmente, conforme já terão todos notado, através os melhoramentos que estão sendo constantemente introduzidos neste periodico” (O ARAUTO, 1931i, p. 4).

Diante da proposta do Governo Provisório de criar um selo de cem réis a ser aplicado em documentos de variada natureza, como imposto, tendo seu produto revertido para a Universidade, O ARAUTO mostrou-se partidário da medida. Contudo, discordaram no ponto de que o selo-imposto fosse revertido somente para a Universidade, questionando por que o curso secundário não seria também beneficiado, já que para matricular-se numa Universidade o jovem precisaria ter concluído tal curso. Sentiram-se no “dever de lamentar que os instituidores do selo-imposto esqueçam o referido curso, o que é estranhavel e incompreensível” (O ARAUTO, 1931h, p. 1).

Em 23 de setembro, trazia o editorial o questionamento da comissão nomeada pelo Sr. Ministro da Educação para elaborar os programas do curso secundário, tarefa feita pela Congregação de professores do Colégio Pedro II desde os tempos do Império. Para eles, não seria justo tirarem tal regalia do corpo docente, pois o mesmo vinha dando “cabal execução de seus deveres, e com a eficiencia da qual ninguem lhe nega”. O periódico colocou-se “ao lado destes mestres que, infelizmente, vêm de sofrer a maior injustiça, negando-se-lhes, como o foi, um direito, a que fizeram jus pela competencia e louvores já recebidos” (O ARAUTO, 1931i, p. 1).

É perceptível e importante comentar que tanto os discentes quanto os docentes se organizavam diante das ameaças de perder algum de seus privilégios ou símbolos de distinção que foram ao longo da história conferidos à instituição e aos seus sujeitos escolares.

Adiante, trataremos de itens apresentados nas edições dos jornais, que consideramos relevantes para identificarmos e tentarmos compreender as culturas escolares e respectivas relações da formação estudantil com as concepções de Estado Republicano e a educação de seus corpos.

4.2 – Simbolismo patriótico e civismo

O aluno Nilton M. B. de Oliveira dedica sua contribuição “Bandeira Nacional” ao seu “illustre instructor, Tte. Guedes e aos collegas” que com ele “juraram á bandeira”, bandeira esta “tão honrada pelos nossos antepassados” e que Deus deveria fazer “para sempre immaculada”. Nela, escreve sobre o dia 1º de maio de 1926, enaltecendo a fidelidade e o amor ao símbolo da Pátria e marcando com o “ferrete sagrado do patriotismo, em jovens corações, a pomposa imagem do Pavilhão Nacional” (SCIENCIAS E LETRAS, 1926a, p. 42).

No segundo número da revista³², entre as páginas 16 e 20 está publicado o *ponto n° 20 do programma da cadeira de Instrucção Moral e Civica*, sendo dedicado “**Para os alumnos do 1º anno**”. O. A. P. é a assinatura que aparece ao final do texto, constando no sumário que é um professor. Com as iniciais, deduzimos ser o professor Octacilio Pereira. O texto trata das várias formas de governo, da Constituição brasileira e da federação, das diferenças entre aristocracia e democracia; autocracia e constitucionalismo; Monarquia e República. Merecedora de atenção especial é a defesa de que “**todos devem respeito e obediencia ás autoridades constituídas**”. O programa da referida disciplina, portanto, caracteriza o estabelecimento de normas garantidoras dos direitos do homem no seu convívio ao passo que a sociedade determina, “moral ou coercitivamente (atravez da lei), as obrigações ou deveres”. Ao considerar que na prática os “octos de dedicação (...) traduzem desejo pela grandeza e prosperidade da pátria”, afirma haver outras regras denominadas “de principios basicos da educação civica de um povo, dentre as quaes está incluída a que manda *respeitar e obedecer as autoridades constituídas*”. Sendo assim, o respeito e a obediência consistiriam na ordem e na disciplina observadas por cada cidadão na vida social. A autoridade deve ser tratada com acatamento e deferência, haja visto que o homem que exerce parcela de representante do poder “o faz em virtude de determinada lei cujo cumprimento não importa em humilhação para quem quer que seja”. Uma relação entre a prática na instituição e a organização da sociedade pode ser identificada quando se encontra, em cinco páginas de um jornal discente, um texto assinado por um professor, abordando o programa de uma disciplina, direcionando

³² Na terceira edição de *Sciencias e Letras*, por conta de incorreções, o ponto 20 da cadeira de “Instrucção Moral e Civica” possui nova publicação. Na quarta edição, entre as páginas 23 e 30, é publicado o ponto 23 do programa da referida cadeira. Este ponto abordava: os varios poderes que governam a nação; o legislativo, o executivo, o judiciario federaes e estaduaes; como se forma o Congresso e quaes as funcções da Camara e do Senado federaes; os estados e os municipios; seus conselhos ou camaras, prefeitos ou intendentes; a funcção dos ministros na federação e dos governadores ou presidentes de Estado; a moral politica não differe da moral privada; graves responsabilidades dos dirigentes da politica.

prioritariamente para o grupo de alunos recém-ingresso no Colégio. São perceptíveis os objetivos de formação do alunado para a disciplina e a ordem vigente:

Dentro do proprio Collegio de que sois alumnos, cada inspector, por exemplo, durante o exercicio de suas funcções, está na posse de autoridade. Elle fala e ordena em nome do Director, que tem deveres, igualmente aos do inspector, contidos em lei, quer dizer nesse extraordinario conjunto que serve para regular direitos e obrigações entre os membros componentes da mesma sociedade.

Devemos, todavia, não esquecer de que sem a ordem e sem a disciplina não é possível que mantenha a tranquilidade publica.

No regimen da democracia em vigor no Brasil, devemos ter por norma geral de patriotismo o respeito e a obediencia aos agentes do poder publico, desde que elles estão odistrictos a exigir somente aquillo que a lei estabelece, incorrendo em culpa aquella que commeter abusos ou excessos no exercicio das funcções de que se achar investido.

(...)

Assim a execução das ordens expedidas pela autoridade legalmente constituída não será mais do que o reflexo da disciplina social em vigor de um determinado povo.

Ainda é pelo principio da autoridade que uma nação soberana tem a liberdade de ordenar no seu territorio e de manter, por consequente, a organização politica que escolheu.

Exemplo: O Brasil, que goza da sua soberania desde 7 de Setembro de 1822, se não fosse o acatamento e o respeito que tem havido para com a autoridade, não poderia continuar no exercicio dessa soberania, nem manter a forma politica de que lhe dotaram os antepassados.

A autoridade é praticada por meio do *governo*, isto é: do *Estado*, corpo social organizado para *pensar querer e agir*. (SCIENCIAS E LETRAS, 1926b, p. 16-17).

Enaltecida a pátria inclusive em forma artística, encontramos uma possível forma de apropriação dos valores desenvolvidos pelo projeto político-pedagógico do Colégio no poema de Lacerda Coutinho com o título “*Patria*” mas também o aluno caracteriza um momento diferente do desejado por conta de um suposto enfraquecimento e uma tristeza:

Vejo-te (oh Patria!) enfraquecida e triste,
Sem mais êsse vigor dos tempos idos,
D’êsses vigor antigos tão queridos
Pela nobreza que não mais existe.

Os teos primôres fôrão já perdidos
No turbilhão feraz que então persiste
Com a força enorme, que tambem resiste
Aos teos rogos constantes e gemidos.

Deixa-me derramar assim meo pranto
A teos pés carcomidos na desgraça
Que te faz padecer e a mim portanto.

E o turbilhão tenaz, que escuta e passa
Ha de ver teo lamento em tal encanto

Qual sempre houveste por divina graça.
(SCIENCIAS E LETRAS, 1927a, p. 13).

Aos 25 de abril de 1931, foi realizada “a solemnidade civica do juramento á Bandeira, pelos reservistas do Externato Pedro II, que teve logar no pateo do mesmo”. Com o título “O juramento á Bandeira pelos reservistas do Externato Pedro II”, O ARAUTO informa acerca do público presente e apresenta “aos novos reservistas do Externato Pedro II (...) os seus sinceros parabens”. Informe contido na primeira página de sua segunda edição, explicitaram-se ainda os discursos – “depois de realizada a continencia á Bandeira” – do Dr. Delgado de Carvalho e do sr. Cicero dos Santos, por meio dos quais dialogaram com “a mocidade estudiosa” acerca do “respeito que devem ter ao Pavilhão Nacional” e incitaram “a juventude a amar a Patria e a familia, afim de alcançar o objectivo de tornar o Brasil grandioso e forte” (O ARAUTO, 1931b, p. 1).

Atendendo a um apelo do Dr. Octacilio Pereira, secretário do Colégio, o periódico publicou sobre “O nosso Pavilhão Nacional”, que “não escapou ao tempo, que tudo destróe até a vida dos homens...”. A fina seda da Bandeira fora rompida devido à ação do tempo implacável. O apelo do secretário era para que os alunos organizassem uma cotização que permitisse a aquisição de novo Pavilhão Nacional. Esperando “igual gesto dos nossos collegas”, O ARAUTO “abriu a subscrição com a quantia de vinte mil rés” e informou que qualquer quantia para esse fim patriótico poderia ser endereçada ao jornal, que ainda publicaria a relação dos contribuintes. Finalizou o texto com as seguintes palavras: “Collega! Cumpra o seu dever!” (O ARAUTO, 1931c, p. 3).

Na edição seguinte, com fonte maior e em negrito, acima do cabeçalho do jornal, O ARAUTO publiciza que “espera que o tiro de guerra do Externato Pedro II desfile no dia 7 de Setembro, ostentando o Pavilhão Nacional adquirido pelos proprios alumnos”, demonstrando adesão e continuidade da campanha proposta pelo secretário da instituição. Já no editorial do quinto número, é enaltecido o duplo exemplo de patriotismo, porque a Bandeira Nacional seria adquirida pelo corpo discente apesar da ideia ter partido do corpo administrativo, que teria condições de adquiri-la, “mas isto seria asphixiar o orçamento, já tão cheio de córtes”. Incumbidos pela direção do Colégio para adquirir o Pavilhão, que pertenceria aos próprios alunos, esse “gesto da directoria foi muito bem recebido pelos nossos collegas, que logo se movimentaram e se offereceram voluntariamente a contribuir para tal patriotico fim” (O ARAUTO, 1931e, p. 1). No sexto número, é tratado o processo de concretização da “magnifica idéa de se adquirir o Pavilhão Nacional á custa dos alúnos”. Os diretores do

ARAUTO percorreram todas as salas, com o Dr. Octacilio Pereira, que “fez vibrantes apêlos, reforçando os deste jornal, aos nossos colégas, afim de que contribuíssem, á medida de suas posses, para a aquisição do Pavilhão Nacional”. Eles notaram um desejo de todas as turmas contribuírem para concretizar a ideia, “uma realidade bem significativa para a nossa coletividade”, depois da “enthusiastica preleção do Dr. Octacilio” (O ARAUTO, 1931f, p. 1).

Sob o título “Uma esplendida idéa do Dr. Otacilio Pereira”, foi informada “a idéa do hasteamento diario da Bandeira Nacional, no páteo do Colégio, idéa esta das mais magnificas, merece ter, pela sua alta significação, uma larga repercussão”. Para O ARAUTO, o nome do secretário do Colégio Pedro II deveria ficar gravado em virtude de ser um grande patriota (O ARAUTO, 1931i, p. 2).

No texto “A Escola de Soldado”, assinado por “Afranlue”, é aconselhado com insistência que os jovens do Colégio Pedro II participem do curso militar mantido na instituição pelo Ministério da Guerra. Após observar durante cinco anos a inconstância de muitos rapazes, que compareciam aos primeiros exercícios mas lamentavelmente desanimavam, o autor alega que os jovens estavam “acostumados á disciplina livre dos mestres e inspectores, pouco habituados com exercicios phisicos” e “não se conformavam absolutamente com o regimen fatigante que caracteriza a Escola de Soldado”. Os “desanimados” se inscreviam na linha de tiro sem visar a “um fim patriotico”, desejando na realidade obcecadamente livrarem-se de maneira rápida do sorteio. Para o autor, este sorteio, sem dúvidas, era repleto de trabalho para estudantes. Todavia, era formada “injustamente, em torno delle uma impressão de vida de successivas humilhações e castigos”. Exemplifica a frase do inspetor Lino, “grande amigo do Internato”, quando a ordem era perturbada pela “turma gaiata”: “Vocês precisam ser sorteados para aprender a obedecer”. “As durezas da caserna” denominadas pelos velhos soldados já não mais existiam, encontrando-se um contexto em que “o soldado disciplinado, conscio de seus deveres e com alguma cultura é em pouco tempo aproveitado conforme suas possibilidades”. Como a Pátria concede três direitos aos cidadãos, os deveres seriam deles exigidos. Portanto, “discutir o fim da Escola de Soldado seria quasi infantilidade”.

O autor prossegue criticando os que esquecem os fins beneméritos e patrióticos da Escola de Soldado e não aproveitam a oportunidade oferecida pelo Colégio Pedro II. O motivo deste esquecimento é a preferência dos jovens por “passar as tardes, apreciando um beijo de Greta Garbo ou na esquina da rua do Ouvidor com Gonçalves Dias esperando a passagem das meninas que saem das casas “dos dois mil réis””. Estes seriam “commodistas”, ao considerarem – indiscutivelmente para o próprio autor do texto – mais agradável “a voz

musical da misteriosa escandinava e as silhuetas graciosas das carioquinhas” que “ouvir a voz monotona do instructor”. O útil se junta ao agradável ao curvar-se à Escola de Soldado, pois com o dever cumprido as autoridades militares “dispensam da amolação de vestir a farda de soldado razo”. Entretanto, Afranlue considera que “a vantagem maior é a prova que damos a nós e á sociedade, evidenciando o nosso interesse em zelar pela integridade do nosso paiz” (O ARAUTO, 1931b, p. 3).

4.3 – A preparação dos quadros da escola secundária

Em 11 de outubro de 1926, na sala do “Theatro João Caetano, na sessão solenne do dia dos preparatorianos”, o aluno Faim Pedro pronunciou discurso em nome do Collegio Pedro II, sendo o mesmo publicado na quinta edição de *Sciencias e Letras*. Após recorrer às palavras de Ruy Barbosa, com orgulho e ao mesmo tempo temor pela responsabilidade de falar em nome da instituição, Faim defendeu que fosse amado e venerado por todos o dia do preparatoriano, lembrança perene dos estudantes. Para ele, “todos, pequeno ou grande, têm seu dia” e era preciso que deixassem também os estudantes comemorarem o seu. Embelezando o discurso para defender sua posição, explicitou não ser o preparatoriano simplesmente o homem que se está formando, mas também “a aurora de um dia rutilante que já desponta através do horizonte da perseverança”. Vários estudantes revelaram rasgos de patriotismo e “são os estudantes a arvore possante e garbosa, de onde, mais tarde, sairão os robustos esteios, sustentaculos solidos da patria; dessa nossa patria grandiosa; desse Brasil augusto” (SCIENCIAS E LETRAS, 1926e, p. 25-27).

Profissões e Conhecimento

Estudante do 5º ano, Luiz Torres Barbosa sugere à *Sciencias e Letras* a promoção de um inquérito para conhecer as vocações dos alunos de todos os anos do Colégio. Por considerar a escolha da profissão um dos problemas mais graves da vida do estudante, pois o mesmo “terá de consagrar, de futuro, suas aspirações e seu trabalho”, escreve o texto “*As vocações*”, no qual aborda as vocações naturais no espírito do indivíduo e informações acerca de carreiras como Medicina, Engenharia, Direito, Magistério, Comércio, Forças Armadas, Clero, Artes. Como “todas as profissões (...) possuem aspectos vantajosos e aspectos inconvenientes”, é “mais do que justa a dificuldade da escolha, desde que o estudante não traga do berço uma vocação irresistivel para esta ou aquella carreira”. Para Luiz, ao terminar a

instrução secundária, o colegial não deve se guiar apenas pela sugestão de terceiros, mas “ganhar certa personalidade para resolver o problema complexo de sua futura profissão”. Com argumentos sólidos, o aluno levanta uma questão com a qual diversos jovens se deparavam, assunto pertinente para a formação e relacionado ao mundo do trabalho. Com as apreciações contidas nesse texto enviado ao periódico, pensa ele “ter evidenciado o erro de uma escolha, precipitada ou prematura, da carreira que o joven deve seguir”, defendendo que todos meditem e reflitam acerca das vocações reais e aparentes, “para resolver seu caso, conscienciosamente, de modo a que no altar da Patria querida Patria brilhem os seus serviços profissionaes, por mais modestos que sejam, como a irradiação de um ideal de honra, competencia, trabalho e patriotismo” (SCIENCIAS E LETRAS, 1926b, p. 38-43).

Brant Horta, no texto “*A instrução*”, trata a mesma como o maior bem, o capital mais seguro e rendoso, pois “quanto mais se usa e se dissipa, mais solida se torna, mais cresce, mais avulta, em valor e importancia” (SCIENCIAS E LETRAS, 1926c, p. 29).

4.4 – Participações esportivas e Instrução Física

Aos 11 de julho de 1926, realizou-se no campo do Club de Regatas Flamengo o “TORNEIO INITIUM do Campeonato Collegial” de Foot-Ball, torneio este “bem concorrido e bem disputado, sobresaindo os teams do Collegio Pedro II, Pio Americano e Superior de Preparatorios”. Os resultados dos jogos são relatados e a participação do Pedro II foi a seguinte: venceu o Franco Vaz por 3 corners contra 1 (3º jogo); venceu o Sylvio Leite por 2 gols e 1 corner a 0 (8º jogo); venceu o Curso Normal por 2 gols a 0 (10º jogo); e perdeu para o Superior de Preparatorios por 1 gol e 1 corner contra 1 gol (11º jogo). O Curso Superior de Preparatorios sagrou-se campeão. A organização do “team do Pedro II” foi a seguinte: “Brum - - Oest e Ary; Barcellos (cap.) – Othello e Arnaldo; Murat – Baptista – Anacleto – Gargaglione e Maia”. Anacleto foi considerado o melhor do time, podendo-se dizer ainda que “foi o melhor dos jogadores que pisaram o gramado do rubro-negro”. A nota, presente na seguinte edição de *Sciencias e Letras*, afirma ser impossível terminar “sem lembrar os grandes esforços prestados pelo Snr. Director do Collegio e pelo Dr. Olliveira de Menezes, que assistiu ao torneio” (SCIENCIAS E LETRAS, 1926b, p. 50-51).

No “Campeonato Collegial” de “FOOT-BALL”, “o juvenil do Collegio Pedro II vence com facilidade os outros collegios. Assim é que no dia 31 de Julho derrotou o Curso Normal por 5x0; no dia 7 de Agosto o Collegio Rezende por 6x2 e no dia 14 o Curso Auxiliar por 6x0” (SCIENCIAS E LETRAS, 1926c, p. 57).

Na sua terceira edição, O ARAUTO publicou uma coluna esportiva na quarta página. Na primeira parte – “Athletismo” – é relatada a entrega a uma comissão de alunos do Colégio Pedro II de uma valiosa taça conquistada no último campeonato. A taça fora ofertada “pela Casa Alberto, que muito tem feito pelo desenvolvimento dos sports collegiaes” e entregue pelo “Rio Sportivo”, que seria “orgão incentivador dos sports nos meios collegiaes” e fez a saudação aos atletas campeões colegiais. A comissão de alunos fora formada por Henrique da Motta e Silva, Helio Macedo, Walter de Aguiar Ferreira e Ary Roza, este último agradecendo em nome dos alunos. Para O ARAUTO, a taça que ficou guardada no Externato “é mais um valioso trophéo conquistado pela força de vontade dos alumnos do Collegio”, pois os mesmos não possuíam um local nem materiais para a prática desse esporte e mesmo assim levantavam os campeonatos intercolégiais por quatro anos consecutivos. Incentivando seus colegas, clamavam: “Avante, collegas! Está aberta a estrada de glorias athleticas, o proximo campeonato ahi vem para que possamos nella dar mais um passo” (O ARAUTO, 1931c, p. 4).

No segundo momento – “Relay-race” – apresentava-se o convite da “Commissão de Athletismo” para que os alunos iniciassem seus treinos em vista do avizinhamto das competições. São listados os recordes do Colégio nas modalidades, como 80 metros, 100 metros, salto em altura, salto em distância, disco, dardo etc. O terceiro e último momento relacionado aos esportes é “Um conselho”, assinado por Dêdê. Para ele, em todos os esportes, a eficiência depende do treino, sendo que no futebol “isso representa mais de 50% das probabilidades do successo de um team!” Segundo o aluno,

Ha exemplos novos e velhos do resultado maravilhoso a que tem chegado uma equipe, ás vezes, mediocre, mas adestrada com methodo, rigor e perseverança. Outrosim, todos os “sportsmen comprehenderam, de ha muito, que não ha nenhum bom director sportivo, seja elle, embora, technico, esforçado e meticoloso, que comsiga alguma coisa de um conjuncto sem disciplina, sem gosto e sem amor-proprio. Assim, pois, concito todos os players do Collegio Pedro II a se dedicarem, desde já, ao preparo, methodico, rigoroso e persistente dentro da disciplina, ordem e amor-proprio, para o sempre crescente brilhantismo da sua representação no Campeonato Collegial (O ARAUTO, 1931c, p. 4).

Contribuição do aluno Ernesto Silva para O ARAUTO, “Ser Athleta” é

(...) cultivar a belleza physica e a cultura do espirito. E’ ser grande e ser nobre.

Ser athleta é ser perennemente um homem de vontade e de robustez. E’ ter sempre a alma embevecida pelos ardores jocosos de uma ledice harta, de uma alacridade sem nome, de uma incançavel vibração ufanosa... E’ ter sempre no coração risonho o cunho da sinceridade e da munificencia. E’ ser equanime em qualquer decisão e preciso em toda resolução.

Ser athleta é ter aversão ao desanimo, e trabalhar sempre para a conquista de idéas mais elevadas e mais gloriosas.

Ser athleta é não arrefecer diante da supremacia de um mais forte, mais audaz ou mais feliz. O athleta verdadeiro, secretamente, aperfeiçoa-se com estímulo para sobrepujar o adversario em combates vindouros onde, além de tudo, supere a lealdade e o heroísmo pelo esporte.

O athleta nunca sente-se diminuído ao abraçar, com jubilo, o companheiro que, por um lance melhor, merecidamente o venceu. Si a sorte deu-nos um lugar mediocre ou máo, é que não nos preparamos sufficientemente, pois todo o esforço valente é coroado de exitos e glorias. A sorte não é um dom, é um poder. Quem a possui é apto. E quando ha vontade, ha esperança. Quando ha persistencia, ha victoria.

Assim, o athleta não deve desesperançar ao ser abatido. Deve – isto sim – criar um desejo ardente, uma coragem nova, uma actividade inaudita, afim de que possa triumphar, linda e desprerenciosamente, em novas luctas.

Por isso é que é difficil ser athleta. Porque sel-o não é apenas vencer provas e nomear-se campeão. E’ muito mais.

Ser athleta é elevar o nome de um pavilhão que defendemos, é ser sincero, é ser infinitamente um animador e heroi! (O ARAUTO, 1931d, p. 5).

O quinto número de O ARAUTO traz o informe acerca da reunião dos “membros da Divisão Collegial da Amea”, na qual foi aprovado o regulamento para o Campeonato Colegial, marcando o início do campeonato de futebol para 11 de julho e apontando também as disputas dos campeonatos de atletismo, basquetebol e ténis. Empolgados com os quatro títulos consecutivos, prenunciavam: “Vamos ver se ao menos “cavamos” o titulo de pentacampeões de atletismo”. Em relação ao futebol, a vitória não dependeria apenas da força de vontade dos jogadores; seria necessário um pouco de treino. Possuíam “collegas que brilharam no ultimo campeonato, como Salino, Martins, Ayrion, Washington, e ainda outros elementos novos e capazes”. Portanto, era possível ir adiante. (O ARAUTO, 1931e, p. 4).

Na edição seguinte, apresenta-se o calendário com os jogos e respectivas datas em que o Colégio disputaria o Campeonato Colegial, sendo ressaltado que “as côres esportivas do Colegio Pedro II não poderão negar o seu valor, e, temos a certeza, terão, neste campeonato, atuação de grande destaque” e que suas vitórias seriam conhecidas em todo o Brasil. Para isso, “afim de fazer conhecidas em todo o territorio brasileiro as vitórias do Colégio Pedro II, no Campeonato Colégial”, O ARAUTO entraria “em combinação com uma de nossas agencias telegraficas, no sentido de serem transmittidas as noticias dos nossos triunfos, nas canchas, aos jornaes de todo o Brasil” (O ARAUTO, 1931f, p. 4).

Em entrevista para “Esquerda”, os alunos Henrique da Mota e Silva e Jorge Carvalho Martins “disseram esperar a vitória do nosso Colégio, nos prélios da Amea”. Tais entrevistas “causaram grande sensação, no meio colegial, onde o Colégio Pedro II é tido nos campeonatos esportivos como um perigoso disputante...”. Foi informado ainda que nesse ano, no campeonato de futebol, haveria dois times, um do Internato e um do Externato (O ARAUTO, 1931f, p. 4).

Na segunda página do primeiro número de O ARAUTO, com o título “INSTRUCÇÃO PHYSICA NO COLLEGIO PEDRO II”, tocam “n’um assumpto de summa importancia para os alumnos do Collegio Pedro II”. Sem uma assinatura específica, acreditamos ser o texto uma construção coletiva com conteúdo concordado pelos diretores do jornal. Para eles, era preciso um professor que ministrasse instrução física aos alunos da casa, pois muitos se encontravam com “muito fraco desenvolvimento physico”, questionando como poderiam os estudantes aguentar o peso de todo o estudo com a constituição física que possuíam. Apesar de haver alguns colegas verdadeiros atletas, exceções que confirmavam a regra, compreendia a maioria “meninos franzinos, de capacidade thoraxica reduzida, costas amauladas, e alguns até formando corcunda!”. Era “profundamente constrictador” e não seria cabível para os que então estudavam e seriam posteriormente as forças vitais da Pátria.

Contudo, a culpa não poderia ser dos alunos, que saíam de casa mal alimentados devido à pressa e à preocupação, não podendo digerir bem os alimentos já que ficavam “sentados horas a fio sem dar actividade ás cellulas do organismo”. A triste consequência desse panorama é que ficavam os alunos “fracos, enfesados”, tendo seu desenvolvimento natural cerceado e mais tarde viriam a dizer que o Brasil seria “um immenso hospital”. Enquanto “a educação physica constitue problema vital nos paizes mais adiantados do mundo”, no Brasil era relegada a um plano inferior (O ARAUTO, 1931a, p. 2) Demonstram propriedade do conhecimento acerca do programa ao realizarem sua reivindicação para uma atenção maior à instrução física na instituição, apontando inclusive que estariam paralisadas as aulas da disciplina:

Nos programmas do Collegio Pedro II, figura a instrução physica com um desenvolvimento optimo. Resta que o Sr. Director, de quem nós esperamos muito, faça realizar essas aulas de gymnastica consignadas nos programmas e terá feito obra de grande benemerencia. E se S. S. quizer ir mais adiante, poderá fundar um gremio sportivo no Collegio e ahi então ficará credor dos agradecimentos de todos os alumnos do Collegio Pedro II.

Desenvolvendo o physico dos alumnos, Sr. Director, terão estes mais saude se por conseguinte mais capacidade para o estudo.

O ARAUTO tem fundadas esperanças de que dentro em breve estarão funcionando as aulas de instrução physica para **Menores, Médios e Maiores**, conforme o programma manda que se faça e o que não se fazia (O ARAUTO, 1931a, p. 2).

Na quinta página desta primeira edição, O ARAUTO publicou um Box com o título “O que faremos pelos sports”, anunciando que faria “todos os esforços em organizar uma secção de sports, completamente original”. Como a iniciativa partiu de um grupo de estudantes do Externato, desejavam um vivo empenho para aproximar os colegas do

Internato, e, auxiliados pelo esporte, combinando “a realização de um match de football” essa meta poderia ser mais facilmente alcançada. Referem-se também ao prestígio “dado às turmas concorrentes aos varios campeonatos” instituídos e à criação de “um amplo serviço de informações geraes, principalmente sobre os campeonatos”. Ao realizar tais promessas em sua primeira edição, esperavam contar com a boa vontade dos leitores e valiosas adesões para executar extenso programa. (O ARAUTO, 1931a, p. 5).

O “importante problema” da “Instrução Physica” foi ventilado novamente, insistência autorizada devido ao interesse despertado no seio dos alunos após o último trabalho a esse respeito. Diante do apoio integral e incondicional de “formidavel numero de alumnos deste estabelecimento” à campanha “em pról do restabelecimento da educação corporal no Collegio” e tendo figurado a gymnastica na reforma de ensino do Ministro da Educação e Saúde Pública Exmo. Sr. Dr. Francisco Campos, O ARAUTO solicitava ao Sr. Director “dotar o nosso collegio de professores e aparelhos de gymnastica dignos deste modelar estabelecimento”. Lembravam ao mesmo que era o primeiro dirigente do Colégio após a Revolução, “uma obra de regeneração e reconstrução”, competindo-lhe “reconstruir e regenerar o collegio, moral material e physicamente”. Aos colegas, avisavam: “descançae e cumpri o vosso dever, que o nosso director saberá honrar o seu nome e cumprir o seu” (O ARAUTO, 1931b, p. 5).

Dessa vez incluída na seção *Topicos*, esteve a “Instrução Física” como tema no oitavo número de O ARAUTO. Tal tema fora sempre solicitado, “tendo em vista que o desenvolvimento intelectual depende do fisico”. O Dr. Delgado de Carvalho teria dito ser da mesma opinião, que a instrução física poderia ser realizada no estabelecimento, mas que não havia lugar para tal. Não desistindo de seu propósito e prosseguindo sua campanha pessoal junto ao diretor, já que não poderia ser instrução física, que fosse esportiva. Com isso, solicitaram a fundação de uma seção de esportes. O ARAUTO foi além, consultando o Dr. Oliveira Santos, “um dos principais elementos do mundo esportivo, vice-presidente do Flamengo, sobre as possibilidades que oferece o terreno existente ao lado da sala de Historia Natural”, obtendo como resposta que no local poderia “ser construido um bom campo de basketbal e que póde, ali, tambem, ser praticado outros esportes”. Ao ouvir a opinião, o diretor ficou de ver o que permitiria ser feito com o “magro orçamento”. Para O ARAUTO, certamente “S. S. tem boa vontade, o que nos leva a crer que breve poderemos praticar oficialmente os esportes, como se faz nos institutos de ensino dos paizes mais adeantados do mundo” (O ARAUTO, 1931h, p. 3).

As reivindicações estudantis relacionadas às atividades físicas no Colégio Pedro II abrem margem para questionarmos a congruência entre as políticas públicas, os documentos oficiais e leis, de um lado, e a prática efetiva e a cultura escolar, de outro. Tarcísio Mauro Vago (2006), ao analisar o enraizamento escolar da educação física a partir dos artigos na Revista do Ensino de Minas Gerais, aponta que as escolas mineiras vivenciaram um contraste com relação à presença da Educação Física: ao passo que era considerada fundamental para o desenvolvimento físico das crianças, era considerada *lettra morta* do programa, conforme encontra na fonte citada.

4.5 – Tópicos: coluna de reivindicações d’O ARAUTO

Marca típica da voz do corpo discente, a cada edição a coluna “TOPICOS”, quase sempre situada na página 3, apresentava seus textos marcados em negrito para chamar certa atenção. Solicitava sempre de maneira respeitosa, principalmente à Diretoria do Colégio, diversas providências sobre os mais variados assuntos, como observaremos a seguir. Apresentamos, no Anexo 1, um quadro com os títulos apresentados e respectivas reivindicações e/ ou relatos acerca dos encaminhamentos após a publicação das queixas e demandas.

Quando estavam terminando os serviços do quarto número, os organizadores de O ARAUTO souberam que a direção do Colégio estudava a adoção de novos modelos de uniformes para alunos e alunas, “executados de accordo com um modelo de grande distincção e commodidade”. Para eles, tal inovação seria “reflexo de um topico d’“O ARAUTO” sobre o uniforme das alumnas, tendo a direcção do estabelecimento aproveitado a oportunidade para modificar tambem o dos alumnos, para outro de maior elegancia” (O ARAUTO, 1931d, p. 6).

Após noticiar a fundação da agremiação associativa, O ARAUTO recebeu aos 8 de julho uma carta do Grêmio Científico e Literário, na qual é agradecida a “gentileza de noticiar a fundação dessa sociedade”, uma atitude de boa vontade e altruísmo por parte da direção do periódico, que sempre encarou e agitou “as questões referentes aos interesses dos alunos desse colégio”. Subscrita por Jorge Alberto de Mélo, pela Comissão de Propaganda, O ARAUTO retribuiu a gentileza, acrescentando que nada mais fez que cumprir seu dever ao noticiar a fundação da entidade (O ARAUTO, 1931f, p. 1).

Em “Da idéa a realidade”, é relatada a visita às obras da enfermaria, em companhia dos Drs. Delgado de Carvalho e Octacilio Pereira. Foi visto e observado o que se segue:

A enfermaria está sendo localizada, no segundo pavimento, á esquerda, e será, conforme nos aviou o Dr. Delgado, dotada de aparelhos dos mais modernos, para a eficiencia de sua finalidade. Terá um medico e uma inspetora sanitaria, que organizarão um fichario composto de ficha social, escolar e sanitaria.

Estas tres fichas são de grande alcance, pois colocam a direção do Colegio e os professores de cada aluno ao par da sua capacidade individual, sob os diversos modos: social, escolar e sanitario.

De tres em tres mēses, os alunos serão pesados, afim de que se possa acompanhar o seu desenvolvimento fisico, do qual depende, em grande parte, o intelectual.

A inspetora sanitaria fiscalizará, tambem, os alimentos vendidos no Colégio.

Com esta medida estamos todos do Colégio Pedro II, de parabens (O ARAUTO, 1931f, p. 1).

Já a “idéa em marcha” da autonomia dos escolares propiciou a realização de palestras rápidas para proporcionar aos alunos o conhecimento acerca do que consiste o referido tema, permitidas pelo Dr. Delgado de Carvalho após solicitação de O ARAUTO. Marcada para 22 de julho, às 12 horas, no salão nobre do Externato, seria presidida pelo Dr. Antenor Nascentes e usariam a palavra “os Drs. Oliveira Santos e Anísio Teixeira, que acederam gentilmente a nosso convite” (O ARAUTO, 1931f, p. 6). No número seguinte, tratou o editorial da questão da autonomia, que vinha produzindo resultados nos países mais civilizados do mundo e que seria tentada entre eles a partir de então. Para eles, seriam merecedores incontestáveis da autonomia que lhes seria dada justamente. Concluem as linhas com as seguintes palavras:

Estamos á altura de recebe-la e devemos tudo fazer por merecê-la.

E'-nos concedida, com esta autonomia, a liberdade a que todos anseiam.

Para termos esta liberdade, é necessario que cada um de nós méça a responsabilidade de seus atos, sabendo que eles vão ser julgados, agora, pelos nossos colégas, que são investidos desta autoridade, por eleição.

E' preciso que todos se lembrem da verdadeira significação desta autonomia e quais são os beneficios que sua instituição vem trazer, e saiba que da cooperação de cada um depende o exito deste novel sistema, que só póde honrar aos que o possuem.

Todos os alunos do Colégio Pedro II devem ser soldados deste liberalissimo método, defendê-lo, levá-lo de vencida, para o orgulho da coletividade (O ARAUTO, 1931g, p. 1).

Após publicar cotidianamente informações e debates compreendendo a defesa da autonomia escolar, no oitavo número foi apresentada a lista de eleitos das diversas turmas dos 3º, 4º e 5º anos, que foram empossados no dia 25 de agosto, com grande solenidade no salão nobre.

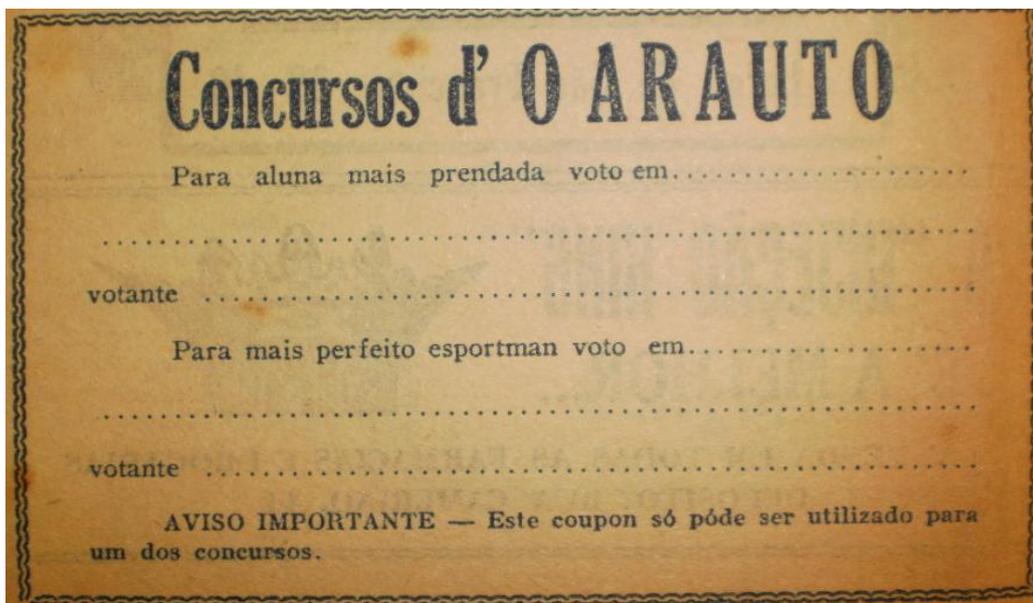


Figura 4.1: Cupom dos concursos promovidos pelo periódico O ARAUTO (1931).

Os diretores de O ARAUTO comunicam com prazer, na própria seção *Topicos* o atendimento de seu pedido de um clube para as alunas. São parabenizadas “as nossas coléguinhas”, pois “possuirão, dentre em pouco, um clube bem amplo, em que terão diversos divertimentos, ping-pong, xadrez, etc.”. Com a mesma satisfação com a qual advogou tal causa, O ARAUTO “rejubila-se com as alunas pelo sucesso de mais esta sugestão, em pról do seu bem estar, da qual sempre fizeram jús, conforme temos reconhecido” (O ARAUTO, 1931g, p. 3).

4.6 – Concursos

Estrategicamente, os diretores de O ARAUTO bolaram a promoção de “dois dos mais interessantes e oportunos prelios”. Como os cupons para escolha dos candidatos encontrava-se na última página de cada uma das edições, o concurso certamente impulsionou a venda de mais exemplares desse veículo de comunicação do Colégio. Com as perguntas “QUAL A ALUMNA MAIS PRENDADA?” e “QUAL O MAIS PERFEITO SPORTMAN?”, tentam deixar claro que seu intuito não seria outro “senão o de dar a oportunidade de conhecer, por meio de um plebiscito, os nossos collegas dignos daquelles titulos”. Esclarecem que para eleição da aluna mais prendada, o rigor deveria levar em consideração não apenas as qualidades físicas como também as intelectuais; e para o “mais perfeito sportman” estariam compreendidos todos os esportes, sendo exigido que o candidato praticasse pelo menos um. Anunciaram ainda que os vencedores receberiam prêmios conferidos em entrega solene, que as apurações teriam dias e locais marcados com antecedência e publicados por meio de avisos

afixados na portaria e que a data do encerramento seria noticiada futuramente. Sem data definida inicialmente para o término do concurso, fica clara a esperteza desse grupo de estudantes, que avaliava a participação do corpo discente a cada edição e poderia ter um termômetro pela quantidade de exemplares vendidos para saber até quando o concurso seria mantido.

Interessante destacar que não encontramos, além das cartas escritas pelas alunas pedindo para se retirarem do concurso, textos escritos por meninas. Tanto a supremacia masculina em O ARAUTO quanto a ideia de escolher a menina prendada – fornecendo a possibilidade de que as mesmas também possuam qualidades intelectuais – demonstram uma concepção de gênero hegemônica nos seus círculos sociais.

Realizada no dia 28 de abril de 1931, a primeira apuração contabilizou 173 votos para escolha da aluna mais prendada e 218 para o mais perfeito esportista. Aos 15 de maio, a apuração “transcorreu movimentadíssima”, aparecendo três novos candidatos, “os quaes devido ao numero de votos com que os distinguiram seus eleitores, tornam-se serios concorrentes aos respectivos títulos”. Foram mais 321 votos para escolher as meninas e 368 para escolher os meninos. Chama-nos atenção “Uma deserção”, deixando “de ser computados os votos da senhorita Cibelle Goulart por ter a mesma em carta que nos dirigiu e que abaixo transcrevemos, solicitado a sua retirada do concurso”. Na carta, a aluna cumprimenta o “apreciado Jornal”, dizendo-se apreciadora e leitora, mas solicita “o obsequio da exclusão” de seu nome no concurso realizado, alegando não desejar “entrar em uma competição com nenhuma de minhas distintas collegas” e preferir reconhecer méritos a todas, “aproveitando o ensejo para agradecer, por vosso bondoso intermedio, a quantos espontanea e benevolentemente se dignaram suffragar meu nome no referido concurso”. Em sua resposta, O ARAUTO acredita ter o concurso perdido grande parte de seu interesse, “pois a Srta. Cibebe era uma das candidatas mais cotadas ao titulo de “Alumna mais prendada”, e merecia estar collocada num dos primeiros postos, logar aliás em que a haviam collocado seus cabos eleitoraes.” (O ARAUTO, 1931c, p. 6).

Realizada no dia 30 de maio, a terceira apuração contou com 465 votos distribuídos entre oito candidatas, além de outros para candidatas menos votadas; e 513 distribuídos entre 10 candidatos. Depois de apenas o cupom aparecer no quinto número, informes sobre o concurso foram retomados no sexto, tratando da 5ª apuração. Nelson Riedel e Joaquim Faria eram apresentados como os favoritos. Dentre as alunas, em primeiro lugar figurava Maria Luiza, seguida de perto pelas senhoritas Noemi Reis e Dagmar Lyrio. Nesta apuração, somaram 821 votos para as meninas e 991 para os meninos.

Apesar de funcionar enquanto um impulsionador da venda de jornais, não são permitidas as minúcias dos relatos sobre as apurações por conta da constante falta de espaço. “Com grande interesse foi realizada em nossa redação, no dia 1 proximo passado a 6ª apuração dos nossos concursos”, na qual contabilizaram-se 672 votos para escolher a mais prendada e 1165 para escolha do mais perfeito esportista. Nessa mesma edição, a notícia de última hora foi a desistência de Maria Luiza, que enviou carta comunicando sua retirada por meio das seguintes palavras: “Não desejando continuar como candidata do concurso do seu jornal, peço o grande obsequio de tirar o meu nome do citado prélio. Sei perfeitamente que nada diminuirá o brilhantismo do seu concurso com a minha retirada, pois nêle estão concorrendo as alunas mais prendadas”. É anunciado ainda que detalhes sobre o encerramento do concurso seriam dados no número seguinte (O ARAUTO, 1931g, p. 6). Por conseguinte, no número seguinte, anunciou-se o término do concurso para o dia 30 de setembro, “sendo a ultima apuração realizada possivelmente no dia seguinte”. Apesar de ainda não terem resolvido em definitivo no que constituiriam, informam que haveria prêmios “entregues aos vencedores, em sessão das mais solenes” (O ARAUTO, 1931h, p. 6).

A sétima apuração, que contou com 664 votos para escolha da menina prendada e 1335 para escolha do mais perfeito sportman, foi realizada no dia 22 de agosto. A Sta. Perla Hoineff foi mais uma desistente, comunicando o afastamento do concurso e também dirigindo uma carta ao jornal: “Ilmos. Senhores Diretores – Saudações – Por motivo indeclinavel, peço á digna direção do O ARAUTO que anule os votos gentilmente ofertados e aproveito o ensejo para agradecer aos ilustres colegas que concorreram para a minha votação” (O ARAUTO, 1931h, p. 6). “Em presença de varios interessados, realizou-se, no dia 12 do corrente (setembro), a 8ª e penultima apuração dos nossos concursos”, constando 803 votos para as meninas e 1135 para os meninos. É anunciado o dia 2 de outubro como término do prazo para entrega dos votos, marcando-se a apuração para o dia seguinte, “ás 16.30 horas, no Externato”.

A data foi escolhida porque “cai num sabado, por ser o unico que pôde proporcionar aos nossos colegas do Internato, a sua presença á sensacional apuração”. O ARAUTO explicita como deseja que seja a festa para entrega da premiação, evento que “tem como fito a união ainda maior dos nossos colegas do Externato com os do Internato”, pertencendo, desta maneira, a ambas as seções. Deseja ainda “que a festa proporcione um congraçamento fraternal de professores e alunos”. Para a consecução de tais desejos, seria necessária antes de tudo “a cooperação de todos os alunos deste colégio, de ambas as seções: Externato e Internato”, inclusive auxiliando financeiramente. Solicitam a cooperação das Academias do



Figura 4.2: Sergio Ferraz de Brito, o mais perfeito “sportsman” do Pedro II (O ARAUTO, 1931j).



Figura 4.3: Noemi Reis, a aluna mais prendada do Pedro II (O ARAUTO, 1931j).

Internato e informam sobre a realização de reuniões para organizar a festa, que já tem a presença confirmada do “Universitas Jazz, formada inteiramente por academicos de nossa Universidade” para animar e abrilhantar a solenidade (O ARAUTO, 1931i, p. 6).

Após estampar sempre a última página dos números, os assuntos do concurso ganham a primeira página do décimo número de O ARAUTO. Em destaque, eis o informe: “Os concursos d’O ARAUTO terminaram, com a sagração de Noemi Miranda Reis e Sergio Ferraz de Brito, como “aluna mais prendada” e “mais perfeito “sportsman” do Colegio Pedro II”, respetivamente”. A apuração final aconteceu “sob a fiscalização direta dos candidatos, cabos eleitorais e de outros presentes interessados”, tendo sido antecipada para o próprio dia 2 em virtude do fechamento da instituição devido ao ponto facultativo e da coincidência de data com o Campeonato de Atletismo na data inicialmente prevista. A repercussão da vitória dos colegas “causou agrado geral”, tendo sido “muito bem recebida em todos os circulos do nosso Colegio, pois todos foram acordes de que estes candidatos realmente mereciam” os títulos (O ARAUTO, 1931j, p. 1). Na “áta da apuração dos oportunissimos concursos do O ARAUTO”, constam os três primeiros colocados com a respectiva votação: para mais perfeito sportman, SERGIO FERRAZ DE BRITO (2916 votos); Joaquim de Oliveira Faria (1210 votos); e

Nelson Gaffrée Riedel (1037 votos); para aluna mais prendada, NOEMI REIS (689 votos); Dagmar Lírio (331 votos); e Celina de Almeida (128 votos).

Anunciando para o dia 25 de outubro a festa para consagrar os vencedores do concurso, trouxe O ARAUTO ainda uma biografia de Noemi Reis e de Sergio Ferraz de Brito:

Noemi Reis, a aluna mais prendada do nosso Colegio, cursa presentemente o 3º ano, com grande aproveitamento, pois é muito inteligente e estudiosa.

Noemi, que é mineira, tem a aliar-lhe ás qualidades intelectuais, as físicas, sendo como é uma joven dotada de dotes de beleza, associados á graça, o modo simpatico com que trata a todos que têm a ventura de conhece-la, a sua infinita modestia, o seu bom coração sempre a serviço do altruismo, a sua delicadeza, e outras otimas qualidades que todos que a conhecem sabem reconhecer-lhe, fazendo-lhe a justiça mais do que merecida.

Noemi é por todos bemquista, no Colegio Pedro II; professores, alunos, forme já tivemos ocasião de vêr que ela merece, por todos os lados, o titulo que os seus votantes lhe deram: A ALUNA MAIS PRENDADA DO COLEGIO PEDRO II.

Salve! Noemi, a nossa Rainha!

Sergio Ferraz de Brito foi eleito o mais perfeito sportsman do COLEGIO PEDRO II, com a bela soma de 2.916 votos, não sendo a sua eleição, entretanto, uma surpresa, pois é um dos sportsmen do nosso Colegio que mais esportes pratica. Com grande exito, aliás, pois tem feito bela figura nos campeonatos em que o nosso estabelecimento tem tomado parte e dos quais foi um dos elementos preponderantes nas vitorias que já vimos conquistando ha varios seguidos anos.

Sergio, que é atualmente aluno do 4º ano, conquistou o titulo de MAIS PERFEITO SPORTSMAN, com grande justiça, pois é um dos sportsmen que honram esta casa de ensino, onde se estuda de verdade, mas onde tambem se sabe cultivar os esportes.

Aleguá, Aleguá, Hip, Hurrá! Sergio, o nosso mais perfeito esportsman! (O ARAUTO, 1931j, p. 3).

4.7 – Irreverência, humor e ironia: rebeldias informais?

Em diversas colunas de O ARAUTO, com muita criatividade, publicavam-se textos bem-humorados, troca de farpas entre os discentes usando conteúdos e conhecimentos de diversas disciplinas, informes de supostos acontecimentos e notas sociais em locais variados do país. De certa maneira, a presença desse tipo de textos no jornal indica um rumo diferente da seriedade e do formalismo exigidos pela instituição.

Numa das ocasiões, listam-se os “dez mandamentos do estudante”:

- 1º – Amarás a colla, sobre todas as coisas.
- 2º – “Não” furarás paredes.
- 3º – “Não” porás kepis na fôrma.
- 4º – Darás muitos cascudos na bicharada.

- 5º – “Não” furtarás o material de desenho dos teus colegas.
 6º – Não escreverás artigos amorosos para O ARAUTO, porque sinão...
 cestinha velha de guerra.
 7º – Não maltratarás os animaes, porque não sabes o que poderás vir a ser
 algum dia.
 8º – Não emprestarás o ARAUTO a teus colegas.
 9º – “Não” guerrearás com giz dentro das salas de aula.
 10º – Cumprirás todos estes mandamentos para no fim do anno seres...
 reprovado (O ARAUTO, 1931a, p. 6).

Nesses mandamentos, podemos observar as ressignificações feitas pelos estudantes sobre o universo do Colégio, fornecendo seus pontos de vista e se *rebelando* contra as regras certamente apresentadas nos rígidos regimentos, ao apresentar sua lista para um aluno *exemplar*. Todavia, ao explicitar que o aluno que cumprisse tais mandamentos estaria reprovado ao final do ano, se colocam e talvez até mesmo se integrem ao jogo educacional.

A coluna “Depois das aulas”, assinada por Deucyles, traz um diálogo entre o professor de Geografia e um aluno, insinuando um desprezo do jovem pelo estudo no Colégio ao mesmo tempo em que apresenta a réplica do docente diante da opção do aluno:

Quando eu estava no primeiro anno, havia na turma “um terceiro annista”.

O gury achava que o curso secundario foi feito “p’ros trouxas” e por isso nunca estudou.

Um dia o tal garoto foi chamado pelo professor de Geographia.

Depois de varias perguntas, que tiveram respostas negativas, o professor, já irritado, embora nada deixasse transparecer, perguntou:

– Que carreira vaes seguir, oh amigo?

– Aviação. Hei de ser um grande aviador, respondeu o alumno.

– Sim, senhor. Imagine-se um aviador sem saber Geographia.

O alumno, sem se perturbar, rebateu:

– E hei de bater o “record” de permanencia no ar.

– Póde ser, mas se você continuar assim, baterá antes, como toda certeza, um grande “record”.

– Qual, professor?

E o professor, com toda calma:

– O “record” de permanencia no collegio. (O ARAUTO, 1931b, p. 5).

Levando a assinatura do “Trinca-Espinhas”, o poema “Quarto anno C.” apresentava alguns personagens e características da referida turma:

A nossa turma é da boa,
 E’ uma turma de valor.
 Passamos p’ro quarto anno
 Por decreto e por favor.

Cysneiros, Mauro e Brasil
 Falam, e com convicção,
 Para o quinto anno só vamos
 Com outra revolução.

Entre as meninas também
 Já é um caso concreto.
 Esperam no fim do anno
 A média dez e o decreto.

Eu no entretanto, acreditem,
 Já estou bem escovado.
 Com decreto ou sem decreto
 Espero ser reprovado. (O ARAUTO, 1931e, p. 6).

Na edição seguinte, foi a vez de Lucio Augusto Villafane, do Internato, escrever poema sobre o “3º anno C.”

O nosso terceiro C,
 Tem coisas de carochinha,
 Tem o nariz do Goulart,
 Tem a cara da velhinha.

II

Tem o Nilo pretensioso,
 Tem o forte Capilé,
 E tem o fumante Tarcisio...
 Isto é turma ou não é? (O ARAUTO, 1931f, p.6).

Com o título “Adivinhações (Para o 4º ano C)”, versos definiam alguns dos alunos da turma. Assinado por “Pica-páu”, o autor oferecia uma medalha de miolo de pão ao decifrador.

I
 Usa óculos e é lourinho
 Na mão tem sempre um baralho.
 Vive jogando o montinho,
 Esse é o seu “trabalho”.

II
 Tem diminuto tamanho,
 (Oh ! por Deus, dele te salves).
 O seu cabelo é castanho,
 Seu apelido é “Castro Alves”.

III
 Anda com a mão no mento,
 E’ um canhoto tenáz.
 Anda “montado em jumento”
 Nas sabatinas que faz.

IV
 E’ nortista verdadeiro,
 Isto até é bem visível.
 Fala sempre prazeiteiro:
 “Sim senhor! isto é “horível.”

V
E' muito alto e magrinho,
 E' o netinho diléto.
 “Queres jogar o montinho?”
 E' o seu termo prediléto (O ARAUTO, 1931h, p. 6).

Na onda das “Adivinhações (Para o 4º ano C)”, retornou o “Trinca-Espinhas” com suas colaborações:

I
 E' cantador de modinhas,
 (Isso o é ha muitos mezes).
 E' louco pelas *lourinhas*,
 E é *presente dos deuses*.

II
 Colegas e auditorio
 Ponham já isso no eixo,
 E' membro do *diretorio*
 Só por ter um *grande queixo*.

III
 Latim sabe até dormindo,
 E' uma coisa nunca vista.
 Diz sempre á Aurea sorrindo:
 “Corripiuntur Arista” (O ARAUTO, 1931i, p. 5).

O “afetuoso amigo e colega, Corta Narizes, Orelhas e Etc.” escreveu o “Perfil de alguém do 4º ano B”, encarnando da seguinte maneira:

Não me leves tu a mal
 O tentar eu descrever
 Teu nariz descomunal
 Tua boca de estarrecer.

Teu pescoço agirafado
 Embora fino na raiz
 Guarda certa proporção
 Com o tamanho do nariz.

Teu tronco desengonçado
 Semelha ser poligonal
 Torto e mal proporcionado
 Que até a vista faz mal.

Tuas pernas encaniçadas
 De corretor milimetrico
 Parecem ser calculadas
 Num parafuso micrometrico

Lamento faltar-me o estro
 P'ra da tua boca falar
 Mesmo falando sem sestro

Este não ha de bastar.

Muito te temos mirado
O' narigudo sem par
No espelho destes versos
Deves tu te enquadrar.

Agora por despedida
Do teu cabelo falarei
Parece de piassava
Porém de crina o sei (O ARAUTO, 1931j, p. 6).

4.8 – O Ensino Religioso

No número 4 de O ARAUTO, publicado no dia 3 de junho de 1931, antes do editorial, aparece uma coluna cujo tema é o ensino religioso, apresentando a informação acerca do envio de manifesto subscrito por mais de 120 alunos do Externato do Colégio Pedro II ao Chefe do Governo Provisório.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1931. Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas – DD. Chefe do Governo Provisorio – Nós, abaixo assignados, directamente attingidos pelo decreto que estabelece o ensino religioso nas escolas;

considerando que o regime republicano, sendo o regime da fraternidade universal, é incompatível com o facto das maiorias opprimirem as minorias;

considerando que o referido decreto vem privilegiar uma maioria catholica em prejuizo de todas as outras crenças;

considerando que a liberdade é a condição primordial da Paz, da Ordem e do Progresso;

considerando que esse decreto vem estabelecer discordias, lutas, injustiças, etc., onde até agora a inteira separação dos dois poderes garantia uma completa harmonia;

considerando, mais ainda, que nos concursos, exames, etc., far-se-ão sentir naturalmente protecções e perseguições descabidas com o fim de facilitar ou impedir a formação dos agrupamentos exigidos pelo decreto;

considerando, enfim, que tal decreto vem criar uma Questão Religiosa no Brasil, onde já se havia resolvido da forma mais caval este problema; solução esta experimentada durante quarenta annos de completo regime de fraternidade religiosa;

vimos respeitosa, porém energicamente, protestar contra essa medida, esperando a sua revogação diante dos reclamos da opinião publica.

Saude e Fraternidade (O ARAUTO, 1931d, p. 1).

4.9 – Combate ao alcoolismo

Escrito por Carmindo C. da Rocha e enviado para O ARAUTO, o texto “A caminho do Tumulo” apresenta o álcool como o caminho para o túmulo. De maneira poética, apresenta os “males terriveis do alcoolismo” para a humanidade, balizando-se em “grandes celebridades

medicas” como o Dr. Belizario Penna e o Dr. Hermeto Lima. O autor cita a conferência feita na Liga Brasileira de Higiene Mental pelo ilustre psiquiatra Henrique Roxo, com gráficos e dados estatísticos que demonstravam de maneira eficaz o valor social da lei Volstead – “Prophylaxia do alcoolismo”. Nela, foi dirigido um apelo aos presentes “no sentido de secundar a campanha contra o alcoolismo, a “lei secca” que o ex-deputado Afranio Peixoto quiz tornar uma realidade”. Traz ainda uma lenda, que ilustra “infelizmente” muitos casos verificados. Conclama os jovens amigos para que não se iludam “por esta alimaria terrivel”, devendo os mesmos fugirem “a passos largos deste inimigo cruento, portador da desgraça e destruidor da humanidade” e se levantarem “pelas ruas e braços, por toda a parte” perante “o grito unisono e forte: “Deus o quer!”” (O ARAUTO, 1931d, p. 4).

CONCLUSÃO

Investigar o cotidiano de uma instituição educacional é tarefa ao mesmo tempo complexa e importante. Enquanto precisamos coletar materiais, interpretá-los e cumprir com a difícil missão de selecionar e recortar, temos o anseio de que as pesquisas e os relatos das mesmas possam ter apresentado e problematizado um panorama da relação entre a escola e a sociedade que busque as vozes dos diferentes sujeitos e não esqueça o passado, modificando nossa atuação no presente e apontando para uma transformação qualitativa do futuro que há de construirmos. O Colégio Pedro II, transformado em lugar de memória, símbolo de um passado majestoso e da construção idealizada de um devir glorioso, tornou-se objeto privilegiado de alguns memorialistas. Este mais recente autor dedicado ao tema que tanto empolgou memorialistas do passado ensinou a vencer as seduções da memória, fazendo história ao problematizar as relações entre o contexto político do advento do regime republicano e a formação dos sujeitos no contexto da cultura escolar produzida entre as imposições normativas, o cotidiano escolar e as artimanhas do protagonismo discente.

A partir do mapeamento feito em cima das dissertações e teses produzidas em nosso país, enxergamos uma lacuna no que tange à discussão acerca da educação do corpo e do ensino de Educação Física em instituições educacionais do Rio de Janeiro e acreditamos que as discussões que apresentamos possam forjar novas questões e novos estudos para propiciar um enriquecimento ainda maior tanto da temática no campo de História da Educação quanto nos currículos de cursos de graduação e pós-graduação, contribuindo para o processo de formação do professorado de Educação Física.

O Estado Republicano lançou mão de diversos dispositivos em seu processo de consolidação e legitimação, tendo como local privilegiado para garantir a manutenção e o fortalecimento da ordem vigente as instituições educacionais. Sendo o Ensino Secundário a porta pela qual passaram os jovens para ascender aos cursos superiores e tendo como modelo o Colégio Pedro II, de onde saíram diversos quadros responsáveis pela gestão, pela liderança, pela condução dos anos seguintes no país, os alunos precisavam ser educados para amar a pátria e defender seus ideais. Para consubstanciar esse cenário, era necessária uma educação dos corpos das crianças, que possuía valores higiênicos, de disciplina, de moral, de erudição como interlocutores. Sendo assim, as diferentes interpretações sobre o país e consequentes disputas não apenas de concepção como também de objetivos quanto aos rumos da nação influenciaram significativamente as reformas propostas para o ensino secundário, cultivando

um ideal cívico-patriótico direcionado para a formação da juventude, direcionamento este consensual entre os setores dominantes para garantir a ordem do Estado.

O Colégio Pedro II se encontrava na vanguarda da formação do povo brasileiro, não apenas por meio dos conteúdos de suas matérias e programas como também pelo conjunto de práticas simbólicas presentes em seu cotidiano, desenvolvendo e aprimorando uma eficácia própria, por vezes desequilibrando e tumultuando as relações de forças. Existia ainda uma rede social forte entre os sujeitos que passaram pelo estabelecimento e os rumos do Estado Republicano; e apontamos uma forte adesão por parte dos sujeitos escolares ao desenvolvimento e fortalecimento da Pátria, inclusive passando pela preocupação de produzir e registrar a memória histórica do Colégio.

A partir da obra *Memória-Histórica do Colégio Pedro II (1837-1937)*, de autoria do Professor Escragnolle Doria, discorreremos acerca dos importantes destinos dos que passaram pelo Colégio, – alunos e professores – das questões pedagógicas e condições de trabalho docente e administrativo, dos reitores e diretores da instituição, da concepção de disciplina, das celebrações e premiações, da instrução militar e dos desportos, da circulação dos saberes e das notícias escolares, estabelecendo, assim, um diálogo com as culturas escolares existentes no dia-a-dia das primeiras décadas do período republicano, bem como com as concepções pedagógicas propostas para educar um corpo disciplinado e preparado para manter e gerir o Estado Republicano.

Demonstramos as significativas influências do higienismo como orientação para a educação do corpo por meio da arquitetura escolar e da medicina higiênica, trabalhando também a centralidade da disciplina, que utilizava os castigos como instrumento, buscando construir um espaço educacional asséptico, ordenado e regido por regras morais. A despeito do rigor, não havia uma homogeneidade e os alunos não eram meramente adestrados. De diferentes maneiras, ora individual ora em grupos, eles se rebelavam e transformavam a cultura escolar ao seu desejo, levando suas próprias leituras, assobiando, jogando bolas de papel etc. Para auxiliar na condução de hábitos de obediência e subordinação, a instrução militar teve um papel fundamental, sendo responsável por estabelecer e manter a ordem social, com a perspectiva de desenvolver o indivíduo forte, saudável e indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país, num contexto em que buscava construir seu próprio modo de vida. As participações em campeonatos esportivos garantiam um lugar de destaque ao Colégio Pedro II, inclusive sendo citado em veículos de comunicação.

A sistematização do ensino de *Gymnastica* e *Educação Physica* para o ensino secundário dentre os anos de 1889 e 1937 e a própria presença da disciplina *Higiene* indicam o dever do Estado em regular e manter nas instituições educacionais um programa racional de educar os corpos infantis, passando esse dever pela construção de uma Nação e um Estado prósperos, dependendo da realização da tríade da educação intelectual, moral e física do povo, por parte da escola.

O Professor Arthur Higgins, autor do *Compêndio de Gymnastica Escolar*, singularmente se apropriou de diversos métodos de ginástica, fornecendo também a sua marca. Concentrou uma série de objetivos pedagógicos que transcendiam os cuidados estritos com o corpo, como a estética corporal, os movimentos de acordo com a condição social e profissional dos sujeitos, o disciplinamento do corpo e da vontade, a incorporação de novos valores culturais etc. Identificamos a formulação de um conjunto de postulados a partir da experiência prática da atuação profissional de Arthur Higgins, que caracterizamos como um intelectual do final do século XIX e início do século XX. Questões importantes encontram-se presentes em seu manual, a saber, a influência de valores e preceitos higiênicos nas formulações do autor; o argumento da importância da ginástica a partir da realidade de países adiantados; a concepção da ginástica baseada na repetição mecanizada de gestos e movimentos; a relação com aspectos do mundo do trabalho; e a divisão de atividades de acordo com o sexo.

A funcionalidade da ginástica, na obra, expressava em diversos momentos uma visão biológica e naturalizada da vida social e dos indivíduos; incorporando e veiculando a ideia da hierarquia, da ordem, da disciplina, da fixidez, do esforço do indivíduo e da saúde como responsabilidade individual, forjando o entendimento da disciplina como um valioso objeto de disciplinarização da vontade, de adequação e reorganização de gestos e atitudes necessários à manutenção da ordem. As proposições pedagógicas presentes no manual eram preconizadas pelo autor em sua atuação docente. Os preceitos para o ensino da ginástica caminhavam de acordo com as demandas republicanas para educar os corpos dos meninos que futuramente ocupariam importantes cargos em diferentes esferas da nação, conforme pudemos interpretar por meio dos registros fotográficos contidos no Álbum do Internato de 1909.

Para uma análise da participação estudantil no cotidiano escolar e nos rumos da vida cultural e política do país, tomamos como fontes dez números de *O ARAUTO* e oito números de *Sciencias e Letras*, periódicos escritos pelos alunos, nos quais havia ora choques e reivindicações ora submissão aos rumos da ordem republicana. Dessa maneira, apontamos nossas compreensões acerca das culturas escolares, articulando a formação estudantil com as

concepções de Estado Republicano e a educação de seus corpos. As concepções estiveram marcadas pelo civismo, pelo simbolismo patriótico, por sua preparação enquanto quadros dirigentes, pelas participações esportivas, pela irrestrita defesa da instrução física, pela concepção de gênero, pelo combate ao alcoolismo, pela contrariedade ao ensino religioso. Formalmente, eles apresentavam suas reivindicações à direção e às autoridades, situando-se como protagonistas do cotidiano da escola e até mesmo dos rumos das decisões no país. E, por meio do humor, da irreverência e da ironia, informalmente davam novas conotações à cultura escolar da instituição, trazendo apelidos, trocas de farpas e indo de encontro ao estilo de seriedade e rigorosidade relacionado aos objetivos político-pedagógicos do Colégio Pedro II.

Por fim, podemos considerar que o cotidiano escolar esteve recheado de práticas, dinâmicas, tensões e conflitos, que ocorriam tanto por conta do cenário político e econômico do país quanto por conta das ações dos sujeitos escolares. Fomentamos debates acerca da cultura escolar direcionada aos corpos infantis nesta importante referência de ensino secundário, no período de 1889 a 1937, que é o Colégio Pedro II. Localizamos de que maneira a disciplina Ginástica participava do projeto de formação dos alunos do Colégio Pedro II, ampliando as discussões acerca da história do ensino de Educação Física. E ainda privilegiamos as vozes dos sujeitos escolares e suas concepções, experiências, representações, práticas e visões acerca da instituição e do cenário político do país.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. *Os Aprendizizes do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

AGUIAR, Jaqueline Vieira de. O Colégio Pedro II no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais do final do século XIX e início do século XX. In: *Encontros*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, dez. 2007.

ALVES, Rosana Llopis. Inserção Feminina no Colégio Pedro II. In: *Comemoração do aniversário de 15 anos (1995-2010)*. CD-Rom. Rio de Janeiro: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, 2010.

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de. *Colégio Pedro II: um lugar de memória*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1999.

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva (Org.). *José Veríssimo: raça, cultura e educação*. Belém: EDUFPA, 2007.

BERNARDES, Elizabeth Lannes. Jogos e Brincadeiras: ontem e hoje. In: *Cadernos de História da Educação*, n. 4, jan./dez. 2005.

CASTELANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

CAVALIERE, Ana Maria. O Colégio Pedro II encontra o século XXI. In: *Revista Contemporânea de Educação*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6 – jul./dez. 2008.

CHAVES, Miriam. Um estudo sobre a cultura escolar no Rio de Janeiro dos anos 1930 pelas lições de história. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, p. 71-100, 2006.

COLÉGIO PEDRO II. *Livro de ofícios enviados: 1889-1896*. Rio de Janeiro. 200p.

_____. *Livro de ocorrências: 1914-1915*. Rio de Janeiro. Não paginado.

_____. *Relatório – 1916*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1917.

_____. *LIVRO 6 – Atas da Congregação e de Concursos – 1920-1925*.

CUNHA, Luiz Antonio Constant Rodrigues da. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. 3. ed. São Paulo/Brasília/Niterói: Cortez/FLACSO/EdUFF, 1999. v. 1. 495 p.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira. *O Imperial Collegio de Pedro II e o Ensino Secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DÓRIA, Escragnolle. *Memória-Histórica do Colégio Pedro II: 1837-1937*. 2 ed. Brasília: INEP, 1997.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

_____. A pesquisa histórica sobre cultura escolar no Brasil: impasses e perspectivas. In: Inês Ferreira de Souza Bragança; Mairce da Silva Araujo; Marcia Soares de Alvarenga; Lucia Velloso Maurício. (Org.). *Vozes da Educação: memórias, história e Formação de Professores*. 1 ed. Petrópolis: DP et Alii editora Ltda, 2008, v. 1 , p. 135-166.

_____. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 141-159, jan./jun. 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes & BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e Cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 1, p. 10-24, jan/jun 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

GOMES, Ana Maria R. Explorando a “Cultura”, entre o estranhamento e a escolarização. In: YAZBECK, Dalva Carolina & ROCHA, Marlos Bessa Mendes (org.). *Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2009.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

_____. Homo Hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abril 2003.

GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra Frota. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

HIGGINS, Arthur. *Compêndio de Gymnastica Escolar*. 3ed. Rio de Janeiro, 1934.

INPI. *Canhão de Higgins*. Patentes antigas – Biblioteca Economista Cláudio Treiguer – Portal do Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Acesso em 18 fev. 2010. Disponível em <<http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/biblioteca/patentes-antigas/canhao-de-higgins>>.

INTERNATO DO GYMNASIO NACIONAL. *Álbum*. Typographia da <A EDITORA>: Rio de Janeiro, 1909.

MARINHO, Igenesil & INNECO, Luiz. *O Colégio Pedro II: Cem Anos Depois*. Rio de Janeiro: Villas Boas & C, 1938.

MARQUES, Gabriel R. D. *História e historiografia da educação do corpo e do ensino de Educação Física*. 2009. 65 f. Monografia (Especialização em Saberes e Práticas na Educação Básica) - Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 1844. Disponível em <<http://jahr.org>> Acesso em 22-abr-2008.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. 1848. Disponível em <<http://www.marxists.org>> Acesso em 01-dez-2007.

O ARAUTO. Órgão dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 1. Abr. 1931a.

_____. Periodico dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 2. Mai. 1931b.

_____. Periodico dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 3. Mai. 1931c.

_____. Periodico dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 4. Jun. 1931d.

_____. Periodico dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 5. Jul. 1931e.

_____. Periódico dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 6. Jul. 1931f.

_____. Periódico dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 7. Ago. 1931g.

_____. Periódico dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 8. Set. 1931h.

_____. Periódico dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 9. Set. 1931i.

_____. Periódico dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 10. Out. 1931j.

PAULILO, André Luiz. O avesso da norma: indolentes, vadios, imprudentes e outros tipos escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 15, p. 117-136, 2007.

PEREIRA, Octacílio A. *Almanaque do Pessoal Docente e Administrativo do Colégio Pedro II*, até 30/06/1924. Número II. Typ. Revista dos Tribunaes: Rio de Janeiro, 1925.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Noticiário de Educação Física*. 1953. Acesso em 18 fev. 2010. Disponível em <www.revistadeeducacaofisica.com.br/artigos/1953/noticiario.pdf>.

RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SCIENCIAS E LETRAS. Revista Mensal dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 1. Jul. 1926a.

_____. Revista Mensal dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 2. Ago. 1926b.

_____. Revista Mensal dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 3. Set. 1926c

_____. Revista Mensal dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 4. Out. 1926d

_____. Revista Mensal dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno I. N. 5. Nov. 1926e.

_____. Revista Mensal dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno II. N. 6. Jun. 1927a.

_____. Revista Mensal dos Alunos do Collegio Pedro II. Anno II. N. 8. Nov. 1927b.

SILVA, Elisabeth Monteiro. *Inventário analítico e registro de autoridade do Fundo Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro, 2009. 227 p. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2009.

SILVA, José Cláudio Sooma; SOUZA, Maria Zélia Maia de. Educar os corpos, afastar os perigos: as contribuições da ginástica escolar na remodelação urbana carioca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: o Ensino e a Pesquisa em História da Educação, 5., 2008, Aracaju. *Anais...* Aracaju: SERCORE Artes Gráficas Ltda, 2008.

SCHUELER, Alessandra Frota. Marxismo e Historiografia no Reino de Vitória: as contribuições de Edward Palmer Thompson. *Verinotio*, v. 6, p. 4-18, 2007.

_____. *Forma e Culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências, e profissionalização docente em escolas públicas primárias*. Niterói, 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2002.

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes européias no Brasil*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOBRINHO, Velho. Dicionário Biobibliográfico. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1940, 2V.

SOUZA, Rosa Fátima. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Alicerces da pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2009.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e educação do corpo. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 16, p. 147-169, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura Escolar, Cultivo de Corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças do ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. Início e fim do século XX: maneiras de fazer educação física na escola. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 19, n. 48, p. 30-51, agosto, 1999.

_____. Educação Física na *Revista do Ensino* de Minas Gerais (1925-1935): organizar o ensino, formar o professorado. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, p. 101-134, junho, 2006.

VECHIA, Ariclê & LORENZ, Karl Michael (org.). *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. Do Autor, 1998. 406p.

ANEXO 1

Título	Reivindicação
“Um inspetor de vehiculos, Sr. Director” (O ARAUTO, 1931a, p. 3)	Por conta da localização do Colégio num ponto de maior movimento do perímetro urbano, era solicitado um inspetor de veículos para, pelo menos durante os horários de entrada e saída dos alunos, dirigir o trânsito e evitar os constantes perigos aos quais os colegas encontravam-se diariamente expostos. Observaram ainda a adoção dessa medida em quase todos os colégios particulares.
“Uniformes das alumnas” (O ARAUTO, 1931a, p. 3)	Caracterizado como incômodo e deselegante, “feito com brim kaki pesado e sem a menor elegancia”, foi considerado um grande sacrificio a que disciplinadamente se submetiam as colegas. Solicitavam à Direção que estudasse o problema sem demora, “afim de evitar a afflicção das alumnas, que são dignas de ter uma farda mais adequada, mais commoda e mais elegante” (O ARAUTO, 1931a, p. 3).
“Exames de admissão “rigorosos”...” (O ARAUTO, 1931a, p. 3)	Alegam ser de conhecimento geral a realização dos exames de admissão ao Colégio Pedro II e aos particulares, que consideram ter ocorrido na maior harmonia e julgados com integridade e justiça. Diante da reclamação feita por “certos elementos”, que taxaram os exames de “rigorosos”, a interpretação apresentada na coluna era que “ou estas reclamações foram feitas para simples demonstracções de evidencia, ou, então, estamos inclinados a duvidar da larga mentalidade dos seus autores” (O ARAUTO, 1931a, p. 3).
“A necessidade de uma agremiação associativa” (O ARAUTO, 1931b, p. 3)	Talvez uma das principais contribuições do periódico, que impulsionava a defesa de criação de uma organização discente. Foi uma ideia que lançaram e “que merece se tornar realidade”. Essa agremiação beneficiante da classe encarregar-se-ia “dedar aos seus associados, dentro de suas possibilidades, assistencia, que póde ser de varios modos: defesa de suas causas, divertimentos recreativos, etc. Poderia esta entidade, ainda mais, proporcionar conferencias instructivas, sessões literarias, sportivas, etc.” (O ARAUTO, 1931b, p. 3).
“A extinção da “privação de	Demonstrando conhecimento acerca dos estudos de modernos educadores da época corrente, defendiam que não houvesse mais os

<p>sahida”” (O ARAUTO, 1931b, p. 3)</p>	<p>chamados “castigos” que corrigiam supostas “faltas” praticadas pelos alunos. Na opinião dos responsáveis pelo jornal, baseada na pedagogia moderna, tal sistema quase nunca produzia os efeitos desejados – de correção – e deveria ser abolido, adotando outro de melhor resultado. Consideram a privação de saída antiquada, ainda existente na instituição e que deveria ser extinta. Para eles, a extinção deveria partir do Dr. Delgado de Carvalho, “que pertencendo á classe dos modernos educadores, certamente convirá que este systema disciplinar fallece de qualquer utilidade, já tanto demonstrada pela pratica”. Crêem que exista outro meio disciplinar, tanto que o Dr. Euclides Roxo, “numa feliz resolução”, aboliu completamente a “privação de sahida” do Internato. Após essa informação, questionam se o diretor do Externato não poderia fazer o mesmo (O ARAUTO, 1931b, p. 3).</p>
<p>“Um beneficio que a reforma do ensino trouxe” (O ARAUTO, 1931c, p. 3)</p>	<p>Incontestavelmente, considera o sistema dos exames seriados mais eficiente que o regime dos exames parcelados, que “felizmente” foi completamente extinto pela Reforma Francisco Campos (O ARAUTO, 1931c, p. 3).</p>
<p>“Uma victoria de “O ARAUTO”” (O ARAUTO, 1931c, p. 3)</p>	<p>Relembra o tópico que reivindicava que houvesse um inspetor de veículos, apresentado no primeiro número, cujo “appello foi tomado em consideração pela directoria do Collegio, que teve por bem requisitar das autoridades competentes um funcionario para tal serviço, no que foi attendida, por sua vez” (O ARAUTO, 1931c, p. 3).</p>
<p>“A bibliotheca” (O ARAUTO, 1931d, p. 3)</p>	<p>Inicialmente, caracterizam o local como “uma das melhores dos estabelecimentos de ensino secundario do Brasil”, bem organizada, aparelhada com grande número de obras e que presta bons serviços aos corpos docente, administrativo e discente. Entretanto, como o número de discentes era alto, a lotação da biblioteca não comportava, “prejudicando, por isso, muitas vezes, aos que desejam consultar algum livro no estabelecimento”. Apresentam sua sugestão “á direcção do Collegio, a quem cabe corrigir esta falha” para que a sala de leitura fosse ampliada (O ARAUTO, 1931d, p. 3).</p>
<p>“As divisas” (O</p>	<p>Carta enviada à redação de O ARAUTO por Joaquim Nabuco de</p>

<p>ARAUTO, 1931d, p. 3)</p>	<p>Oliveira, discente do 2º ano, no dia 22 de maio de 1931 e integralmente publicada “de acordo com o desejo de seu signatário e conforme é de nossa ethica”. Joaquim se auto-declara admirador entusiasta do jornal e mais ainda da seção para a qual escreve e destina seu “voto sincero de prosperidade jornalística a todos que lutam pelo prosseguimento dos ideaes gigantescos”. Questiona a utilidade das divisas, que “só servem para dar amolação aos funcionarios zelosos no de vez em quando um alum- cumprimento do dever; lá no perde aulas, pois que não tem divisas correctas; e, o que é importante, alumnos que, por circunstancias independentes da vontade, se deixam atrazar no curso e são obrigados assim a usar poucas divisas, coisa sobremaneira desconcertante, para os collegas de alguma idade já; vê-se, pois, practicamente, a exigencia das divisas é inutil; dá mais serviço para quem trabalha na fiscalização dos uniformes e colloca em situação critica certos alumnos, forçados como estão, a trazer no braço o distintivo de 1º anno, ou 2º, ou mesmo 3º, como ás vezes acontece” (O ARAUTO, 1931d, p. 3).</p>
<p>“A fundação de uma entidade associativa” (O ARAUTO, 1931e, p. 3)</p>	<p>Após ter ocorrido a fundação de uma associação, O ARAUTO considerou que seu grito, pregado nas colunas, ecoou dentre os colegas, “que logo comprehenderam a sua significação, e assim delinearam os primeiros passos para a fundação de uma entidade”. Seria iniciada nova era “com a fundação desta agremiação, que tomou o nome de Gremio Scientifico e Literario, pois, por seu intermedio, grandes proveitos serão, certamente, adquiridos”. Declarando sua satisfação, O ARAUTO informou que se inscreveria no corpo social da agremiação e que oferecia suas “modestas columnas, donde brotou a idéa de sua fundação, para o que de util possamos prestar-lhe” (O ARAUTO, 1931e, p. 3).</p>
<p>“Uma pequena enfermaria” (O ARAUTO, 1931e, p. 3)</p>	<p>Considerada imprescindível para o atendimento dos frequentadores do estabelecimento, quando necessário. Aproximadamente vinte dias antes, um aluno sofreu de perturbação intestinal e não havia remédio para aplicar-lhe, sendo preciso que um professor adquirisse às próprias custas uma injeção para as melhoras do enfermo. Sabendo que “o orçamento não permite grandes dispêndios”, pediam que a Direção instalasse “pelo menos, uma pequena enfermaria, modesta mesmo, mas que possa servir</p>

	em certas ocasiões críticas em que seja necessária a sua utilização” (O ARAUTO, 1931e, p. 3).
“Copo de leite e prato de sôpa” (O ARAUTO, 1931f, p. 3)	Considerando que o Colégio está passando por grandes melhoramentos e seguindo de perto a administração do estabelecimento, eles propõem uma medida já realizada em outras escolas públicas: “adotar o uso do “copo de leite”, bem como o do “prato de sôpa””, pois “por deficiência de alimentação, muitos alunos são prejudicados imensamente nos estudos, pela saúde abalada” (O ARAUTO, 1931f, p. 3).
“Um clube para as alunas, Sr. Diretor!” (O ARAUTO, 1931f, p. 3)	Consideram que a sala destinada às alunas durante o recreio é acanhadíssima, sem condições de acolher duas centenas de jovens e precária sob outros pontos de vista. O jornal apela à Direção do Colégio “no sentido de ser criado um clube, que possa servir de ponto recreativo para as nossas distintas coléguinhas, que disso, reconhecemos, são merecedoras” (O ARAUTO, 1931f, p. 3).
“Autonomia dos escolares” (O ARAUTO, 1931f, p. 3)	Tema bastante discutido nos círculos do Colégio, principalmente dentre os alunos do 5º ano, levado à meditação após palavras dirigidas pelo diretor poucos dias antes das férias de junho. O pensamento de O ARAUTO é que “semelhante progresso social seria denegável no Colégio Padrão, que vem dar ao país exemplos de adiantamento e ditar as boas normas, em questões de ensino como de educação”, sendo oportuno discutir mais longamente o assunto (O ARAUTO, 1931f, p. 3).
“Vantagens aos bachareis” (O ARAUTO, 1931g, p. 3)	Até dois anos antes, os bacharéis em Ciências e Letras possuíam regalias para a entrada nas escolas superiores, pois o curso do 6º ano equivalia ao exame vestibular. Consideram um absurdo os bacharéis prestarem, por assim dizer, duas vezes o exame vestibular. Julgam a necessidade dos Drs. Delgado de Carvalho e Euclides Roxo se esforçarem “no sentido de serem restabelecidas as vantagens conferidas aos bachareis do Colégio Pedro II anteriormente”. Defendem ser justa a isenção de vestibulares aos que terminaram os estudos no estabelecimento, “um prêmio a quem o merece” e apelam aos diretores “afim de que tal consigam junto ao Ministério da Educação” (O ARAUTO, 1931g, p. 3).
“A lotação da biblioteca” (O	Voltam à questão já tratada anteriormente, “que, infelizmente ainda não foi encarada pela diretoria”, acrescentando a afirmação do bibliotecário,

<p>ARAUTO, 1931g, p. 3)</p>	<p>de que “a lotação da biblioteca é pequena para atender ao corpo docente e discente deste Externato”, entregue num relatório apresentado à direção do estabelecimento. Aguardam as providências da administração do Colégio, “que, como sempre, certamente ouvirá os nossos reclamos, que sendo justíssimos estão em perfeitas condições de ser atendidos” (O ARAUTO, 1931g, p. 3).</p>
<p>“Todos devem pertencer ao Grêmio” (O ARAUTO, 1931g, p. 3)</p>	<p>Entidade fundada com finalidades das mais elevadas, após “rapazes decididos, entusiastas e sobretudo idealistas” compreenderem a necessidade e realizarem a fundação, resta então o cumprimento do dever por parte de todos os alunos da instituição, “alistando-se no seu corpo social, prestigiando, assim, a obra benemerita dos dignos jovens que estão á frente do Gremio Científico e Literario” (O ARAUTO, 1931g, p. 3).</p>
<p>“Frequencia em dia de chuva” (O ARAUTO, 1931h, p. 3)</p>	<p>Por conta da resolução da Instrução Pública de “abonar a falta dos alunos, nos dias de chuva torrencial, nos quais a frequência não tenha alcançado 1/3 do corpo discente”, consideraram-na sensata, defendendo que idêntica providência poderia ser tomada no Colégio. Alegando que a direção demonstra interesse pela saúde dos alunos, sugerem que medida semelhante seja adotada na casa de ensino (O ARAUTO, 1931h, p. 3).</p>
<p>“Uniforme que faz confusões” (O ARAUTO, 1931h, p. 3)</p>	<p>Há tempos, fora publicada uma carta de um colaborador que fazia enérgico protesto contra “um estabelecimento de ensino com um uniforme identico ao do nosso Colégio”. O ARAUTO publicou o assunto cumprindo com seu dever e aguardava providências. Em conversa com o Dr. Delgado, o mesmo informou não ter tomado providências devido às mudanças que seriam feitas no uniforme do estabelecimento. Entretanto, “os jovens do estabelecimento imitador andam cometendo uma série de tropelias, recaindo, depois, a culpa sobre nós, alunos do Colégio Pedro II”. Por conta de cenas praticadas pelos colegiais fluminenses na Feira de Amostras e no ponto das Barcas, quase diariamente, segundo relatos, O ARAUTO apelou “para a administração do nosso Colégio, no sentido de officiar ao estabelecimento de Niteroi, para adotar outro modelo de uniforme mais original...”. Finalizam o referido tópico com as seguintes palavras: “A Cesar o que é de Cesar... O uniforme do Pedro II ao</p>

	Colégio Pedro II...” (O ARAUTO, 1931h, p. 3).
“O intervalo e uma medida que não satisfaz” (O ARAUTO, 1931h, p. 3)	Emanada pelo diretor a ordem “para os inspetores só consentirem a saída de 10 alunos em cada intervalo”, manifestou-se O ARAUTO em defesa da dilatação desse número fixado pelo diretor, pois a medida seria prejudicial para turmas com mais de 50 alunos, ficando a maioria “impossibilitada de satisfazer as suas necessidades naturais, de adquirir uma merenda, etc.” (O ARAUTO, 1931h, p. 3).
“O dia do Estudante” (O ARAUTO, 1931i, p. 3)	Apresentam a defesa do “Diario da Noite” de que o Dia do Estudante fosse comemorado como feriado. Seria justo e natural que fosse decretada tal medida pelo Governo, “incentivando a mocidade estudiosa, dando-lhe oportunidade de maior conagraçamento da classe, e de aproximação aos professores”. O ARAUTO passa a apoiar incondicionalmente a campanha “brilhantemente feita pelo” jornal citado, finalizando com a ode “Tudo pelo feriado estudantino!” (O ARAUTO, 1931i, p. 3).
“Projeções Cinematográficas” (O ARAUTO, 1931i, p. 3)	Alegam que as projeções cinematográficas tornam o ensino agradável e atraente, conforme preconizado pela moderna pedagogia. Como o Colégio possuía “possante aparelho de projeção”, aconselham que ocorresse “uma sessão cinematografica sobre assuntos historicos e cientificos” pelo menos uma vez por semana (O ARAUTO, 1931i, p. 3).
“O chefe de disciplina” (O ARAUTO, 1931i, p. 3)	Caracterizam o Major Galdino Leal “um Chefe de Disciplina competente, ativo e, sobretudo esforçado” que, além da disciplina, fiscaliza parte do funcionalismo do Colégio e outros serviços que o obrigam a ficar até horas tardias no estabelecimento. “No entanto, ao contrario do que devia acontecer, este funcionario tão zeloso com seus deveres, percebe um ordenado que está longe de compensar o seu arduo trabalho.” Tal situação já fora criticada pela quase totalidade dos diários da capital. Porém, até então o Major Leal prosseguia com vencimentos que não constituem “o premio do seu mérito”. “O ARAUTO, que se interessa tambem pelo funcionalismo do Colégio, pede ao director o seu beneplacito para esta questão”, chamando atenção do ministro para tal anomalia (O ARAUTO, 1931i, p. 3).